

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

ADALBERTO ALVES DE MATTOS

**PELA MORALIZAÇÃO DO TRABALHO E PROSPERIDADE DA INDÚSTRIA
NACIONAL: A ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA (1864-1884).**

Juiz de Fora

2015

ADALBERTO ALVES DE MATTOS

**PELA MORALIZAÇÃO DO TRABALHO E PROSPERIDADE DA INDÚSTRIA
NACIONAL: A ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA (1864-1884)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa “Narrativas, Imagens e Sociabilidades”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Professora Dra Maria Fernanda Vieira Martins

Juiz de Fora

2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mattos, Adalberto Alves de.

Pela moralização do trabalho e prosperidade da indústria nacional: a fundação da escola agrícola União Indústria 1864-1884 / Adalberto Alves de Mattos. -- 2015.

167 p.

Orientadora: Maria Fernanda Vieira Martins

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. Reforma Agrícola. 2. Companhia União Indústria. 3. Segundo Reinado. I. Martins, Maria Fernanda Vieira, orient.
II. Título.

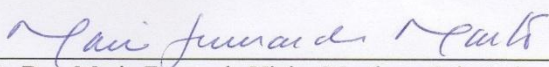
ADALBERTO ALVES DE MATTOS

PELA MORALIZAÇÃO DO TRABALHO E PROSPERIDADE DA INDÚSTRIA
NACIONAL: A ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA (1864-1884)

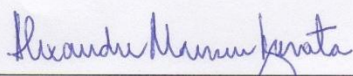
DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção
do título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 21/08/2015.

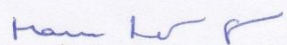
Banca Examinadora



Profa. Dra. Maria Fernanda Vieira Martins - Orientadora



Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)



Profa. Dra. Maria Leticia Corrêa (UERJ)

AGRADECIMENTOS:

Fico muito honrado depois de tanto trabalho e dedicação agradecer algumas pessoas que de forma direta ou indireta fizeram parte do processo de confecção dessa dissertação. Todos tiveram muita importância, sendo assim, compartilho essa realização com todos. Começo agradecendo a fundação MAPRO instituição onde tudo teve início, agradeço ao Departamento de Difusão Cultural da instituição, especialmente a Yara Cristina Alvin chefe desse departamento que gerenciou minhas atividades e me encorajou a tomar a Escola Agrícola União Indústria como objeto de estudos, ao diretor da fundação, Douglas Fazolatto que prontamente viabilizou a pesquisa junto ao departamento de acervo técnico.

Agradeço de forma especial minha orientadora Maria Fernanda Vieira Martins que me ajudou desde o alicerce até o acabamento dessa obra. Pessoa a quem preciso dizer com todas letras, obrigada! Obrigada por reconhecer meu valor e me estimular quando tudo parecia confuso e desistir era ordem natural das coisas, obrigada por ser um exemplo de vida e profissional, obrigada por me receber sempre com um abraço em seu gabinete, obrigada por ser tão acolhedora e fraterna, mesmo travando uma verdadeira batalha pela vida! Obrigada por compartilhar sua experiência acadêmica e encurtar alguns caminhos! Seu exemplo valeu! Obrigada por traduzir em palavras o que eu não conseguia dizer, obrigada por me receitar leituras, fundamentais para dar suporte a esse trabalho.

Aproveito este espaço para agradecer as observações e contribuições do professor Alexandre Mansur Barata, sempre muito prestativo, detalhista e capaz de elaborar questionamentos e caminhos que fizeram diferença, esse agradecimento se refere a presteza de ler, entender onde eu queria chegar, e principalmente, pensar em estratégias que pudessem ajudar na minha linha argumentação, como ele dizia a “espinha dorsal, o fio condutor” que liga os capítulos a idéia central.

Agradeço a professora Silvana Mota Barbosa que esteve presente na minha banca de qualificação e de forma brilhante realizou uma leitura densa do que lhe fora apresentado, obrigada pelos puxões de orelha na época da qualificação, obrigada pelas conversas nas disciplinas ministradas, nas observações refinadas que possibilitaram minhas reflexões, obrigada por sinalizar minhas contradições e mesmo diante de tantas dificuldades na escrita enxergar valor, contribuição!

Agradeço de forma entusiástica meus amigos e amigas de graduação Marcela Franca, Juliana Garcia Neves que sempre se preocuparam comigo, um agradecimento especial a

Polyana Neves que fora muito gentil me auxiliando no processo seletivo, me fornecendo livros e textos para meus estudos, agradeço a Renata Fernandes pelas conversas e contribuições, sua dedicação com os estudos sempre me inspiraram a fazer sempre o meu melhor, meus amigos Bruno Fávero e Matheus da Rocha Reis que sempre me apoiaram e encorajaram. Ao grande amigo Daniel Cerqueira e Liliane Campbell que estiveram comigo não somente na graduação, mas todo esse tempo de mestrado, obrigada pelas conversas, trocas de idéias, queixas e magoas que surgiram durante esse tempo, compartilho essa vitória com vocês que estiveram presentes no momento que mais precisava de apoio, o dia da defesa, me acalmaram e me fizeram sorrir, descontraindo o rito de passagem “a defesa” com vocês ao meu lado tudo ficou mais fácil.

Agradeço com muita ternura e paixão minha amada esposa Priscila de Oliveira Nascimento que também sempre esteve por perto, com idéias, críticas e contribuições, obrigada pela leitura e revisão do texto. Obrigada por me incentivar na busca por uma espiritualidade e equilíbrio, obrigada por me amar o suficiente para me mostrar a verdade. Obrigada por estar sempre ao meu lado desde o início da graduação e por não deixar me abater diante dos desafios, por me dar leveza e condições para conciliar decência e vida acadêmica!

Agradeço a minha amada mãe que mesmo não entendendo o que se passava, como se constrói o conhecimento acadêmico esteve ao meu lado perguntando simplesmente como eu estava, nada mais, minha mãe que sempre colocou a pessoa a frente de quaisquer circunstâncias, uma preocupação de mãe que não deixa de ser um exemplo, pois em sua sabedoria maternal ela sempre soube que as pessoas fazem a diferença e se a pessoa vai bem as coisas tendem a dar certo.

Agradeço a professora Maria Letícia Corrêa que esteve presente na minha defesa, apresentando sua argüição de forma simpática, se disponibilizou mesmo com as dificuldades de uma instituição em greve e como muita presteza soube tecer observações, sugestões e elogios, sua postura me fez entender que é possível vivenciar bons momentos no meio acadêmico, por um momento me esqueci da difícil vida acadêmica, e pude experimentar o estágio da satisfação e felicidade, reconhecendo que é possível encontrar pessoas interessadas a contribuir, que existem pessoas sensatas, delicadas que buscam colocar as observações nos lugares certos, se preocupam e conseguem ter uma dimensão do esforço e dedicação das pessoas. Você foi muito delicada, fez uma leitura muito rica do meu trabalho e conseguiu transformar um momento de nervosismo em um momento agradável.

Por fim e não menos importante em minha vida, gostaria de agradecer ao homem que considero o maior revolucionário de todos os tempos, Jesus Cristo. Obrigado pelos seus ensinamentos atemporais, que sobreviveram a várias sociedades, a toda maldade e me ajuda a pensar que todo conhecimento que produzimos, se ele não estiver a serviço do bem, e com esse bem nos tornarmos pessoas melhores, de nada serve esse conhecimento, pois ele não ajuda a você nem ao próximo.

RESUMO:

A Escola Agrícola União Indústria criada em 1869 foi o resultado de uma série de políticas e discussões que objetivavam a modernização da agricultura nacional, o contexto de mudanças impulsionou a criação de vários centros especializados em agricultura na segunda metade do século XIX. Mencionamos o conjunto de medidas tomadas, que possibilitaram a fundação de diversas empresas e instituições ligadas a agricultura, a principal indústria brasileira da época e principal fonte de receita do estado Imperial. Foram criadas nesse contexto a partir do final dos anos de 1850 e início dos anos de 1860 vários Imperiais Institutos de Agricultura, como o, Imperial Instituto Fluminense, O Imperial Instituto Baiano, O Imperial Instituto Pernambucano, O Imperial Instituto Sergipano e O Imperial Instituto Rio-grandense. Paralelamente aos institutos a fundação de diversas companhias ligadas ao capital privado como a Companhia União Indústria. Essa empresa fundada por Mariano Procópio Ferreira Lage esteve à frente da fundação da Escola Agrícola União Indústria, a primeira escola de estudos clássicos inaugurada no ano de 1869. Radicada na província de Minas Gerais, no município de Juiz de Fora, esta instituição seria a concretização de um desejo manifestado pelo governo Imperial desde a chegada da família real ao Brasil em 1808 e que só encontrou suas vias de fato após determinação contratual recebida pela Companhia União Indústria no ano de 1864. A partir dessa condição Mariano Procópio Ferreira Lage, fundador e presidente da Companhia União Indústria, inicia um série de pesquisas na Europa buscando cumprir a exigência contratual que previa a fundação de uma escola prática em agricultura, as escolhas e estratégias de criação dessa instituição corroboraram para fundação de um instituto que superou as expectativas do governo Imperial, pois a própria determinação contratual previa a fundação de uma escola prática em agricultura, mas o que se observou foi a inauguração de um instituto de estudos clássicos em agricultura, a primeira escola desse gênero no Brasil. Nosso objetivo é estudar a parcela de contribuição da primeira Escola Agrícola de estudos Clássicos do Brasil, revelando suas estratégias de afirmação e políticas de promoção da ciência agrícola, traçando um paralelo entre as políticas e de estado relacionadas à agricultura e as atividades da Companhia União Indústria na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Reforma agrícola, Companhia União Indústria, Segundo Reinado.

ABSTRACT:

The Agricultural School Union Industry created in 1869 was the result of a series of policies and discussions that aimed to modernize the national agriculture, the context changes spurred the creation of several centers specializing in agriculture in the second half of the nineteenth century. We mentioned all the measures doses, which enabled the foundation of various companies and institutions related to agriculture, the main Brazilian industry at the time and main source of the Imperial state revenue. Were created in this context from the late 1850's and early 1860 several Imperial Institutes of Agriculture, as the Imperial Fluminense Institute, The Imperial Baiano Institute, The Imperial Institute of Pernambuco, Sergipe The Imperial Institute and The Imperial River Institute Rio-grandense. In parallel to the institutes the foundation of several companies linked to private capital as the Company Industry Association. This company founded by Mariano Procópio Ferreira Lage headed the foundation's Agricultural Industry Union School, the first school of classical studies inaugurated in 1869. Rooted in the province of Minas Gerais, in Juiz de Fora Municio, this institution would be the realization a wish expressed by the Imperial government since the arrival of the royal family to Brazil in 1808 and only found his blows after contractual settlement received by the Company Union industry in the year 1864. From this condition Mariano Procópio Ferreira Lage, founder and president Industry Union Company, starts a series of surveys in Europe seeking to meet the contractual requirement which provided the foundation of a practical school in agriculture, the choices and creating strategies that institution corroborated for founding an institute that exceeded expectations of the Imperial government, for the very contractual determination provided the foundation for a practical school in agriculture, but what we observe is the opening of an institute of classical studies in agriculture, the first school of its kind in Brazil. Our goal is to study the share of contribution of the first Agricultural School of Classical Studies in Brazil, revealing his assertion strategies and policies to promote agricultural science, drawing a parallel between the political and state related to agriculture and the Company's activities Industry Association in the second half of the nineteenth century.

Keywords: Agricultural reform , Union Industry Company , Second Empire.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: O Caminho Velho e o Caminho Novo	32
Figura 2: Relações da família Ferreira Armonde.....	36
Figura 3: Ascendência de Mariano Procópio Ferreira Lage.....	41
Figura 4: Descendência de Mariano Procópio Ferreira Lage e Maria Amália Ferreira Lage.	42

LISTA DE QUADROS:

Quadro: 1 Famílias Ferreira Armonde e Coelho de Castro: Atividades e ocupação de cargos na Corte e nas províncias:.....	38
Quadro: 2 Animais, máquinas e utensílios adquiridos na Europa pela Companhia União indústria.....	88
Quadro: 3 Exposição agrícola e industrial da Escola Agrícola União Indústria:.....	92
Quadro: 4 Programa de estudo: 1º ano da Escola Agrícola União Indústria:.....	110
Quadro: 5 Programa de estudo 2º ano da Escola Agrícola União Indústria:.....	110
Quadro: 6 Programa de estudo do 3º ano da Escola Agrícola União Indústria:.....	111
Quadro: 7 Exercícios práticos da Escola Agrícola União Indústria:.....	114
Quadro: 8 Medalhas da exposição internacional de Hamburgo:.....	114
Quadro: 9 Medalhas da exposição internacional de Altona:.....	115
Quadro: 10 Professores e quadro diretor da Escola Agrícola União Indústria em 1875:	128

LISTA DE ABREVIATURAS:

MMP – Museu Mariano Procópio.

APMJF – Arquivo Público Municipal da cidade de Juiz de Fora.

APMG – Arquivo Público de Minas Gerais.

DG – Deputado Geral

DP – Deputado Provincial

JP – Juiz de Paz

JO – Juiz de Órfãos

MA – Ministério da Agricultura

MJ – Ministério da Justiça

MRE – Ministério das relações exteriores

PCM – Presidente da Câmara Municipal

PAG – Presidente da Assembleia Geral

PBB – Presidente do Banco do Brasil

PP – Presidente de Província

CE – Conselho de Estado

Sr – Senhor

VM – Vossa majestade

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:	12
CAPITULO 1 - O SÚDITO E O IMPÉRIO: MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE, SUA FAMÍLIA, SEUS NEGÓCIOS E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA	28
1.1 A FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE: ORIGENS, RELAÇÕES E ATIVIDADES EM MINAS GERAIS.....	28
1.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE.....	43
CAPITULO 2 - NEGÓCIOS PRIVADOS EM OBRAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DA COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA	57
2.1 A COLÔNIA DOM PEDRO II:.....	61
2.2 A CRISE DA COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA.....	65
2.3 OS PREPARATIVOS PARA A CRIAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA.....	73
2.4 A PEDAGOGIA DAS EXPOSIÇÕES: A EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DA ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA DE 1869.....	90
CAPITULO 3: A ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA: UM PROJETO EM TRÊS TEMPOS	96
3.1 A INAUGURAÇÃO.....	96
3.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA.....	105
3.3 O CEGO ENTUSIASMO E A CONFLITUOSA REALIDADE.....	116
3.4 A CRISE FINANCEIRA E SEU EFEITO DESESTRUTURANTE.....	119
3.5 A FALÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA E DA COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133

REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	144
ANEXO A Decreto Imperial 1.031 de 1852, celebrado entre a Companhia União Indústria e governo Imperial.....	144
ANEXO B - Decreto Imperial nº 3.325 de 1864, relativo à transferência da estrada de rodagem União Indústria para o governo Imperial.....	150
ANEXO C - Viagem de suas Majestades Imperiais ao Juiz de Fora para inauguração da Escola Agrícola União Indústria em 1869.....	152
ANEXO D - Fotografia Escola Agrícola União Indústria.....	164

INTRODUÇÃO

Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma, como dizia o sábio Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794) na brilhante observação relativa ao princípio da conservação de massa. Estendendo esse conhecimento para a Botânica, é possível entender o significado dessa importante descoberta. Os estudos de Lavoisier e franceses como Mathieu de Dombasle, Auguste Bella, Jules Rieffel foram fundamentais para se institucionalizar as ciências agrícolas na França, legado essencial para o desenvolvimento da agricultura Francesa e internacional.

A França, mais do que qualquer outro país, ofereceu o modelo do ensino técnico voltado para a agricultura. A experiência remonta a 1819, com a Obra de Mathieu de Dombasle, em Roville (Ferme-école, criada em 1822). Estende-se aos seus discípulos: Auguste Bella, em Grignon, Versalhes (1827-1828); Jules Rieffel, em Gradjouan, Nantes, no Loire inferior (1833), depois transferida para Rennes, e Alexis Niviére em Saulsaie, Dombes (1842), depois transferida para Montpellier. A França desenvolveu, sob grandes obstáculos, vários projetos de ensino Agrícola, a partir das fermes-écoles ou fermes-modèles, sem descurar da bem sucedida experiência alemã, visível nas suas tradicionais escolas do início do século XIX¹.

Esse movimento científico teve ressonância no Brasil com a criação de sociedades e estudos científicos voltados para o conhecimento agrícola. Paralelamente a esse processo, observamos os primórdios da institucionalização da ciência agrícola pelo Estado Imperial, um dos grandes incentivadores do desenvolvimento técnico da produção agrícola no Brasil no século XIX. Sendo a agricultura a principal indústria e principal fonte de receita do Estado, o grande desafio da iniciativa foi vencer a resistência do produtor. Herdeira de uma tradição trazida e adaptada pelos colonizadores, a agricultura nacional caracterizava-se pela maneira rústica e devastadora que se desenvolvia, processo que se iniciou com o desbravamento e persistia como modelo ainda no século XIX.

Porém, essa tradição herdada do período colonial passaria a ser contestada, combatida e até mesmo abominada por alguns membros de instituições ligadas ao governo e organizações da sociedade civil que tinham por objetivo introduzir novas tecnologias agrícolas, noticiar, valorizar e gerar conhecimento científico sobre a agricultura Brasileira.

¹ PERECIN, Marly Therezinha Germano. “Os passos do saber: A Escola agrícola prática Luiz de Queiroz. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.110.

Já na primeira metade do século XIX, com a chegada da família Real Portuguesa, em 1808, Dom João VI manifestará preocupação relativa ao desenvolvimento das ciências agrícolas *acessórias*. Foi de iniciativa de Dom João a criação do Jardim de aclimação, por decreto real de 13 de Junho de 1808, fixado na corte, com o objetivo de funcionar como um grande laboratório de especiarias oriundas das Índias Orientais.

Logo após a independência, seria criada, em 1824, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*², sociedade civil que agregava cientistas, letrados, políticos e homens de negócios, voltados para o desenvolvimento da produção nacional. Nesse sentido, divulgava ensaios e traduzia artigos estrangeiros, sendo ainda responsável pela distribuição de guias práticos aos produtores. Tratava-se de uma organização que se dedicava à ciência e que teve grande importância e vida longa no Brasil Imperial.

A Sociedade Auxiliadora fora a pioneira em formular em terras brasileiras a idéia de escolas agrícolas e institutos especializados em agricultura. Um dos disseminadores dessas idéias foi o periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que começou a ser publicado pela instituição em 1833³.

Em janeiro de 1833 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional publicou o primeiro número do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*. O periódico tinha propósito educativo e, por isso, divulgava os conhecimentos úteis aos homens industriais. Os artigos tratavam dos mais diferentes assuntos: agricultura, indústria e artes, medicina prática, economia doméstica, horticultura, economia rural, economia industrial, correspondência, documentos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entre outros, que variavam de um número para o outro⁴.

Porém, no Brasil os avanços científicos na agricultura esbarravam no paradoxo existente no modo de produção; certamente, uma das perguntas a serem respondidas era como modernizar a agricultura se havia a resistência dos produtores, que não abriam mão da agricultura extensiva e escravista. Em resposta a essa realidade o Estado Imperial, através de suas políticas públicas, se viu na necessidade de incentivar e colocar em prática ações que, de

² A referida sociedade “Foi estabelecida no Rio de Janeiro em 1824, sendo seu fundador o conselheiro Ignácio Álvares Pinto de Almeida, natural da província da Bahia. Tendo-se regido até o ano de 1831 pelos estatutos aprovados por decreto de 15 de setembro 1825, foram esses reformados e aprovados por decreto de 5 de agosto daquele ano. A experiência de 15 anos mostrou a necessidade de ainda reformá-los, e o conselho administrativo no ano social findo o produz a assembléia geral da sociedade a qual depois de ouvir a comissão que nomeou para fazer neles as necessárias alterações, as discutiu e aprovou, e, assim reformados e submetidos ao governo Imperial, foram igualmente aprovados por aviso de 10 de Abril de 1848. A sociedade tem por fim promover o estabelecimento de iguais sociedades em cada uma das províncias do Império e o melhoramento e prosperidade da Indústria nacional”. Almanak Lammert, 1850. p.232.

³ *Idem*.

⁴ MURASSE, Celina Midori. O jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* e a campanha pela fundação de instituições educativas: 1833 -1850. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2006, p.2.

forma direta ou indireta, procuravam combater o arcaísmo que caracterizava o modelo produtivo.

Nesse processo, destacam-se algumas medidas que interferiram na dinâmica da produção agrícola da época, como a lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como a lei Feijó-Barbacena, responsável pela primeira tentativa de frear o fluxo de entrada de escravos no território nacional. O objetivo da lei era jogar na ilegalidade os traficantes que importavam escravos para o Brasil⁵. Porém, a medida só servirá para mostrar ao governo Imperial o tamanho da dependência da produção agrícola em relação à escravidão.

Conhecida como uma tentativa que se rendia as exigências dos britânicos a promulgação de 7 de novembro é conhecida pela historiografia como resultado de alguns acordos firmados entre os dois países em relação ao tráfico de cativos. O que se observou após a promulgação foi a ausência de uma maior fiscalização por parte do governo, tornando-se progressivamente uma medida ineficaz; na prática, o tráfico de escravos foi mantido, ou ampliado, como mostram alguns historiadores até o ano de 1850. Portanto, havia então uma contradição intrínseca à idéia de modernização agrícola no Brasil, dadas as dificuldades em se substituir um modelo produtivo tão dependente da escravidão.

O arcaísmo remanescente nas unidades produtivas do Brasil no século XIX pode ser explicado sob duas variáveis: a grande extensão e oferta de terras à disposição do produtor, não se fazendo necessárias técnicas de recuperação de solos esgotados, o que configurava uma agricultura expansiva e predatória; a utilização da mão de obra escrava em larga escala, que garantia o baixo custo e altas margens de lucro⁶.

Do ponto de vista técnico, o escravo era visto como trabalhador *imoral*, barato, e incapaz de praticar uma agricultura de nível *técnico*; portanto, não havia nada mais incompatível à modernização agrícola do que a utilização do escravo na produção. Para que os escravos pudessem praticar uma agricultura moderna era preciso educá-los, e isso não estava nos planos nem dos produtores e nem dos governantes, que viram na imigração uma possibilidade de solução para a transição de uma agricultura estagnante para uma agricultura moderna:

⁵ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> acesso em: 12/11/2014.

⁶ Ver MARTINS, Maria Fernanda V. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995, p. 42.

Com o auxílio que o governo se propôs a prestar aos fazendeiros facilitando-lhes por meio da sociedade Central da colonização, e das que criarem nas províncias a aquisição de colonos industriais é de esperar que a nossa agricultura vá melhorando. Conquanto alguns senhores de engenhos de açúcar e fazendeiros de café tenham já introduzido em seus estabelecimentos, importantíssimas máquinas das mais modernas as quais vão apresentando excelentes resultados [...] O governo tem continuado a promover pelos meios a seu alcance e coadjuvado pela sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a introdução e uso de máquinas e a cultura de plantas que tem podido obter, de manifesta utilidade para a nossa produção de algumas das quais tem mandado vir sementes de países estrangeiros [...] ⁷.

Os serviços prestados pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional junto ao Estado Imperial tiveram algum êxito ao conseguir criar um ambiente de inovação agrícola pela boa aceitação que alcançou entre os produtores o periódico, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, de 1833, o pioneiro a disseminar o conhecimento agrícola no país. Com o desenvolvimento dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora, observamos que, na segunda metade do século XIX, esse tipo de literatura foi ganhando espaço e outros periódicos foram surgindo, como a revista *O agricultor Brasileiro*, de 1853, *Clamores da agricultura no Brasil*, de 1859, *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, de 1869, o *Correio da Lavoura*, de 1872, entre outros⁸.

Podemos considerar como marco na reforma agrícola, além da fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a série de periódicos que estavam em circulação, algumas medidas tomadas pelo Estado na década dos anos 1850 que, mesmo que indiretamente, afetaram a tradicional dinâmica agrícola escravista.

No ano de 1850, o governo Imperial sancionou o código comercial na lei nº 556, de 25 de junho de 1850, que favoreceu, entre outros aspectos, a ampliação significativa no quadro de Companhias prestadoras de serviços ligados ao governo imperial. Essa significativa ampliação no quadro de concessões e contratos com as companhias fora fundamental para a nova fase da política econômica do Império e expansão de uma infraestrutura de serviços, trazendo novos parceiros ao Estado para ajudar a colocar em prática essa política⁹. A abertura comercial foi fundamental para promover a *segunda indústria*, que era o comércio; com essa medida os comerciantes passaram a ter mais influência e condições para desenvolverem seus negócios no Brasil.

⁷ Ver relatório ministério do Império, 1856, p.114. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 20/11/2014.

⁸ Realizamos esse levantamento no intuito de criar um panorama, ainda que superficial, mas que pudesse fazer menção à quantidade de publicações relacionadas à agricultura, no período de 1833-1872, sessão periódicos publicados na Corte. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 20/11/2014.

⁹ Código comercial do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 57 Vol. 1. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 17/11/2014.

Outra ação refere-se à lei criada por Eusébio de Queirós Coutinho da Silva e promulgada em 04 de Setembro de 1850, que proibia o tráfico de africanos para o Brasil, conhecida como a *Lei do Fim do Tráfico*, por ser mais efetiva do que a tentativa de extinção de 1831¹⁰. A nova lei, ao agir de forma enérgica na coibição do contrabando e punição dos responsáveis pelo tráfico ilegal, colocava obrigatoriamente a necessidade de se pensar o futuro da oferta de mão-de-obra e a transição para o trabalho livre.

Dando sequência à série de leis, no mesmo ano da promulgação do Código Comercial e da re-extinção do tráfico de escravos, foi aprovada a lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, a chamada *lei de terras*. A partir dessa lei, a propriedade rural seria submetida ao processo de demarcação e sua aquisição passaria a ser por compra, iniciativa que além de organizar a propriedade privada no Brasil, buscava identificar os latifúndios improdutivos a serem “devolvidos” ao Estado e coibir a apropriação ilegal e a expansão desordenada desses núcleos produtivos, delimitando, conseqüentemente, a fronteira agrícola¹¹. A lei relacionava diretamente a regulamentação da propriedade com a colonização, ao destinar recursos e as chamadas terras devolutas à montagem de colônias agrícolas.

O Estado imperial mostrava-se preocupado com esta situação, e procurou, a partir de 1850, implementar a nova lei de terras, intimamente relacionada com o incentivo à imigração e colonização; “O que o projeto na realidade buscava, segundo as próprias palavras de Rodrigues Torres, era fazer com que todos os proprietários pagassem pelos custos de importar mão-de-obra”. A Lei, ao colocar a compra como a única forma legal de aquisição de terras, procurava acabar com as formas tradicionais de obtê-las através de ocupações ou de doações da Coroa, além de procurar legalizar essas posses, fazendo com que aqueles que anteriormente houvessem obtido propriedades de forma ilegal

¹⁰ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 267 Vol. 1 pt. I Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 12/11/2014. Dizia o texto da lei: “Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. Àquelas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximamente desembarcado, porém que se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos serão igualmente apreendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos”.

¹¹ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 307 Vol. 1 pt. I Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 12/11/2014. Dizia a lei: “Dispõem sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Art 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas, a s quais poderão ser concedidas gratuitamente. Art 2º Os que se apuserem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos, ou lhes pusessem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão, e multa de cem mil réis, além da satisfação do dano causado”.

pudessem registrá-las e validar seus títulos após pagar as taxas e demarcar seus limites, caso houvessem efetivamente explorado a terra¹².

A lei, ainda que tivesse efeitos reduzidos sobre o processo de colonização, como apontam diversos autores¹³, demonstrava a preocupação do governo imperial em se tratar da questão da transição de mão-de-obra. De fato, a lei já relacionava terras e colonização desde sua primeira versão, apresentada ao Conselho de Estado em 1842, portanto, oito anos antes da proibição efetiva do tráfico de escravos com a aprovação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850¹⁴.

A partir da promulgação dessas leis, a grande lavoura passaria a lidar com um novo cenário, que determinaria novas posturas para uma nova realidade. Enquanto a principal indústria passava por transformações significativas, pois a promulgação das leis imobilizava o produtor e interrompia o fluxo de mão de obra, um novo cenário econômico propiciou uma abertura comercial significativa dando destaque ao setor de comércio e serviços, mais dinâmico e com altos capitais acumulados.

O efeito desestruturante no comércio internacional de cativos fora compensado por novas demandas comerciais geradas pelo Estado Imperial que, paralelamente a promulgação das leis, ampliava sistematicamente acordos, contratos e concessões em compensação aos danos comerciais causados pelo fim do tráfico. Muitos negociantes, empresários e banqueiros receberam junto a suas Companhias recursos financeiros e privilégios exclusivos para executarem obras e serviços de infraestrutura, transporte, exploração de recursos minerais, implantação de indústrias, fundação de instituições de ensino, traslado de imigrantes, fundação de colônias agrícolas¹⁵. Essa nova fase pós 1850 revelaria a intensificação da união do capital público, associado ao capital privado¹⁶.

¹² MARTINS, Maria Fernanda V. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995, p. 44.

¹³ Segundo Martins, a lei de terras teria provocado grande polêmica na historiografia, no que se referia “principalmente à sua eficácia, aplicação e possíveis consequências”. Ver CASTRO, Hebe Mattos de. A Cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - séc. XIX). Niterói, 1993. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, p.98-114.

¹⁴ MARTINS, M Fernanda Vieira. A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 264-265.

¹⁵ “De acordo com o parecer das secções reunidas dos negócios do Império, e da fazenda do conselho de Estado, o governo imperial resolveu permitir às companhias, e sociedades anônimas do Gás, Ponta da Áreia e Mauá, estabelecidas na corte, e província do Rio de Janeiro, o traspasso à companhias estrangeiras, estabelecidas fora do Império, dos direitos, e obrigações, que lhes pertencem, debaixo das condições que serão declaradas, no ato da concessão, segundo a natureza, e as circunstâncias de cada companhia. Assim auferiremos as importantes vantagens que provirão não só da introdução de máquinas, e aparelhos aperfeiçoados, e principalmente de trabalhadores inteligentes, e moralizados, que virão estabelecer escolas práticas para os nossos concidadãos, mas também da mobilização dos capitais fixados nestas empresas, os quais irão fecundar novas indústrias” (Grifo

Dentre o conjunto de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento agrícola, comercial e *industrial* destaca-se a atenção concedida ao desenvolvimento dos transportes, proporcionado pela construção de rodovias e ferrovias, a criação de estabelecimentos de ensino agrícola, a fundação de fazendas modelos, a importação de máquinas agrícolas, o incentivo para pesquisa e aclimação de animais, a fundação de Institutos voltados para melhoramentos na agricultura, a publicação de periódicos científicos destinados a estudos de pragas e moléstias da lavoura Brasileira, a abertura de crédito ao produtor, a intensificação do programa de imigração européia, a criação do sistema de colonização incentivando pequenos núcleos de produção agrícola e industrial.

Seguindo esse momento de significativas mudanças na política agrícola, registramos a fundação de alguns Institutos científicos voltados para agricultura em várias regiões. Foram criados nos finais da década de 1850, início da década de 1860, institutos como o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (decreto nº 2.500-A 01 de novembro de 1859), o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura (decreto nº 2.516 de 22 de dezembro de 1859), o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano (decreto nº 2.521 de 20 de janeiro de 1860), o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (decreto nº 2.607 de 30 de junho de 1860) e o Imperial Instituto Rio Grandense de Agricultura (decreto nº 2.816 de 14 de agosto de 1861). A missão dos institutos estava em animar, incentivar melhoramentos na indústria agrícola nacional, a partir de um plano do governo Imperial em estabelecer em cada província um instituto desta natureza.

Além dos institutos de agricultura criados nas províncias da Bahia, Sergipe, e Pernambuco, conforme vos foi comunicado no relatório do ano passado, por decreto Nº 2.607 de 30 de junho de 1860 fundou-se outro para a corte, e província do Rio de Janeiro. Está nos desenhos do governo imperial criar em todas as províncias do Império estabelecimentos idêntico, dos quais espera relevantes serviços á lavoura do país. Estabelecimentos com o fim de animar, facilitar e dirigir os progressos e desenvolvimento de nossa agricultura, os institutos têm a cumprir uma missão muito elevada, e são destinados a realizar entre nós os mesmos benefícios que em França os comícios agrícolas têm produzido em menos de meio século¹⁷.

meu) ver Relatório do Ministério da Agricultura, 1861. p. 20. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 20/11/2014.

¹⁶ BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político” In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p.249.

¹⁷ Ver, Relatório ministério da Agricultura comércio e obras públicas. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 20/11/2014. p.11

Outro passo importante para as questões agrícolas do Império desenvolvidas nessa nova fase advêm da criação do ministério da Agricultura comércio e obras públicas, em 28 de julho de 1860, pelo decreto n° 1067.

Sendo a agricultura a principal indústria e principal fonte de renda do Estado, uma das primeiras iniciativas do novo ministério foi incentivar e dar manutenção aos Imperiais Institutos, voltados para estudos relacionados à agricultura. Essas instituições nasceram da própria iniciativa de alguns produtores e contava com apoio técnico e financeiro do governo. Com a nova política observamos a ampliação da infraestrutura com abertura sistemática de vias de comunicação como rodovias, hidrovias e ferrovias ligando áreas produtivas aos grandes mercados internos de consumo como em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Santos e outras regiões.

Outra importante política intensificada após 1850 foi à imigração subsidiada. Segundo a lógica reformadora imperial, a imigração objetivava a criação de colônias com pequenas propriedades em molde familiar que receberiam trabalhadores livres ditos *Industriosos e moralizados*. Essa concepção nascerá da crença de que na Europa esse modelo de pequenas propriedades fora responsável pelo desenvolvimento de várias nações, de forma que com a presença no país de imigrantes com essas características em pouco tempo teríamos no Brasil novas indústrias e lavradores *moralizados* capazes de praticarem uma agricultura *racional*.

[...] O governo já fez muito criando para isso um forte elemento no contrato que por intermédio da repartição geral das terras públicas, celebrou com a Associação Central de Colonização, fundada nesta corte por iniciativa e esforço do Dr. Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Por este contrato obrigou-se a referida sociedade a introduzir no Império, dentro do prazo de cinco anos, cinqüenta mil colonos industriosos e moralizados, dos quais quarenta mil pouco mais ou menos devem provar que são homens afeitos aos trabalhos agrícolas. Reunindo este número ao de outros colonos que devem ser introduzidos segundo os ajustes acima referidos, eleva-se a cerca de cem mil o total de contratos, mediante os auxílios do governo¹⁸.

A colonização subsidiada com pretensão de formar pequenos núcleos coloniais fora a estratégia para trazer ao Brasil colonos europeus com habilidades e características que interessavam ao projeto imperial, ou seja, ao afirmar o interesse por colonos *industriosos e moralizados* podemos deduzir, no mínimo, que existia o desejo de mudança na relação de trabalho, bem como uma crítica implícita ao trabalho escravo. Cada colono subsidiado

¹⁸ Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas do ano de 1857. Disponível em: Almanak Laemmert, 1858. Suplemento, p.56. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 20/11/2014.

receberia, de acordo com o contrato celebrado entre o governo imperial e a Associação Central da Colonização.

A subvenção de 30\$00 rs. por cada colono maior de 10 anos e menor de 45, e a de 20\$00 rs. por colono menor de 10 anos e maior de 5, sendo três quintos em favor do imigrante para auxiliar os gastos de transporte e dois quintos em benefício da associação. A parte pertencente à sociedade será paga no oitavo dia da apresentação do aviso da partida do navio importador, a outra parte relativa ao colono será entregue oito dias depois da participação de desembarque nos portos onde existirem os depósitos ou lugares para onde forem dirigidos, em virtude de ajustes com empresários ou contratadores particulares ou destino a centros coloniais autorizados pelo governo. As ditas subvenções de 30\$ e 20\$ rs, poderão ser elevadas até 50\$ e 30\$ rs, se o dividendo anual da associação não chegar a 7% do fundo realizado. O excesso sobre as primeiras subvenções será dividido na mesma forma acima dita¹⁹.

Mesmo sendo subsidiado, o programa de imigração do governo brasileiro passou por grandes dificuldades em seu início, resultando em poucos avanços nos primeiros anos da década de 1850. É o que explicou o ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello, em relatório publicado no ano de 1860. Ao comentar o quadro da imigração no ano de 1860, Souza e Mello aponta para os problemas enfrentados pelo governo no recrutamento de imigrantes na Europa, destacando três fatores. Primeiro, a dificuldade devido à concorrência com outras grandes nações como Inglaterra, Estados Unidos e França, que desenvolveram programas de imigração com propostas mais atrativas; segundo, a dificuldade no recrutamento de imigrantes pelo fato de alguns governos iniciarem uma política de retenção dos candidatos à imigração, temendo a perda de braços e capitais; terceiro, a propaganda intitulada como maldosa pelo ministro da agricultura, incentivando a imigração para outros países novos, menos o Brasil, por se tratar de uma terra habitada por *bárbaros desmoralizados*²⁰.

Além das dificuldades apontadas pelo ministro, outra questão endógena incomodava, pois o programa de imigração europeia não atendia efetivamente à grande lavoura, pois os imigrantes recém chegados eram deslocados para pequenos núcleos coloniais e desenvolviam a agricultura familiar com produção de excedente para pequeno comércio. A princípio, não era de interesse dos imigrantes fixarem-se na grande lavoura, pois ali viviam os *desmoralizados*, como também não havia a idéia de se pagar bons salários por parte dos produtores. Além disso, era do conhecimento dos imigrantes a vastidão do território não ocupado e muitos vieram para o Brasil na esperança de fazerem fortuna.

¹⁹ Idem. p.58

²⁰ Ver Relatório de Ministério da Agricultura, 1860. p.17 Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 20/11/2014.

Rezava o contrato de imigração que haveria facilidades de aquisição de terras através de financiamento junto ao governo, benefício que se estendia aos colonos nacionais. Portanto, a idéia de colonização a partir de compra facilitada pelo governo e subsídio até que a colônia adquirisse autonomia tornou-se um incentivo para que o imigrante permanecesse sob tutela dos núcleos coloniais. Essa estratégia foi fundamental para atrair os imigrantes europeus, porém essa alternativa gerou uma concorrência entre o governo Imperial e o produtor nacional. Não sendo de interesse do produtor nacional cobrir a oferta do governo, restava a ele o inflacionado mercado interno de escravos.

Consequentemente, diante das circunstâncias do mercado de mão de obra, emergiram novas idéias, como a proposta de utilização de trabalhadores asiáticos, destinados às demandas específicas da grande lavoura. A proposta, no entanto, é denunciada como uma nova forma de tráfico, de grande extensão e preços atrativos, como apontou o jornal *A República*, em 1871:

Jornais europeus referem o seguinte, declarando que serve o fato para dar luz às ocorrências horríveis que se praticam em Macau, com ciência do governo a propósito de *collies*. Também serve o caso para explicar o encaroçado empenho com que os filantropos de toda parte alargam a propaganda da colonização Chinesa como se fora um maná celestial [...] Agora lhes chamam de colono, mas eles, como o escravo negro morrem aos golpes do chicote homicida, e a outros maus tratos. Parece que esta amostra é bastante positiva para desenganar aos que entre nós ainda alimentem esperanças de solver com colies a questão de braços para a lavoura brasileira. Eis aí a prova do que tantas vezes temos dito mostrando que a panacéia chinesa não passa de hipocrisia substituição do trafico africano pelo trafico asiático. Qual deles o pior é difícil dizê-lo. Mas que o novo trafico e tão lucrativo como o antigo, demonstra-o entre cem fatos a recente e famosa negociata da China que pretendeu fazer no Rio o muito alto e venturoso Sr. Mariano Procópio. Este excelentíssimo, como se sabe, aproveitando a proteção que lhe dispensa o imperial governo pretendeu montar em grosso na Corte uma sucursal do novo trafico de chineses, mas foi codilhado por ir com muita sede ao pote, ousando levar o negócio até às raiz de grosseiro estelionato, com ressalva da hipótese de cadeia, está entendido pela razão corrente de ser um grande senhor o particular afilhado de S. Cristovam²¹.

Em 1871 o programa de imigração, em descompasso com a realidade rural, se arrastava sem avanços significativos; paralelamente ao relativo sucesso dos núcleos coloniais, poucas mudanças se davam na mentalidade do produtor em relação à utilização da mão de obra escrava. Tendo em vista o quadro quase inalterado, o governo imperial põe em prática mais uma ação voltada para a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre. Promulgada em 28 de Setembro de 1871 a chamada, *Lei do Ventre Livre* obrigava que os

²¹ Ver, jornal *A República*, 1871. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 24/11/2014. p.3 (grifo meu)

filhos de escravas nascidos após a promulgação da referida lei fossem reconhecidos legalmente como livres. O Estado procurava, assim, forçar o fim da manutenção endógena da escravidão, uma vez que a oferta externa, via tráfico, se extinguiu progressivamente após a lei de 1850²².

Além da questão de braços, os antigos produtores brasileiros faziam outras reclamações, reivindicando mais crédito e mais terras, mostrando que o tradicional método de plantio ainda persistia. Na opinião dos produtores, a desorganização das propriedades rurais era inevitável e não bastava a criação de vias de comunicação, fábricas e instrução profissional para que a grande transformação acontecesse. Por outro lado, parte desses setores começavam a perceber que era necessário repensar o modelo, buscando alternativas, o que se pode notar pela presença crescente desses grupos em institutos e organizações privadas voltadas para esse objetivo, como os institutos agrícolas e seus empreendimentos.

Um dos elementos centrais no projeto geral de modernização agrícola, a instrução profissional também ganhará espaço na política imperial, surgindo como outra frente de ação no sentido da formação de mão-de-obra especializada. Desenvolvida durante a segunda metade do século XIX, a implantação de escolas agrícolas vinculava-se aos trabalhos desenvolvidos à frente do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que contava, por sua vez, com o apoio dos governos provinciais, imperiais institutos de agricultura e algumas companhias para promover em todo território a educação agrícola.

Sendo o pilar dos estudos científicos relativos à agricultura em terras brasileiras, a Sociedade Auxiliadora, e mais tarde os Imperiais Institutos de Agricultura, foram os disseminadores intelectuais do modelo de ensino teórico e prático em agricultura no Brasil. Quanto ao ensino prático, destinava-se ao trabalhador braçal, livre, com o objetivo de fornecer-lhe técnicas de tratamento dos animais, preparação de estrumes, manobra dos instrumentos aratórios, aplicação dos estrumes e plantações especiais, colheita, utilização de máquinas e aparelhos para preparação e acondicionamento dos produtos, análise química dos terrenos e levantamento de plantas e nivelamentos²³.

O modelo teórico referenciado por ministros da Agricultura e presidentes de província como “Clássico” era considerado mais complexo, destinado a servir aos filhos dos produtores, incluindo um estudo mais voltado às ciências acessórias e que pressupunha

²² Ver Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871, p.147 Vol. 1 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> acesso em: 26/11/2014.

²³ Sobre o programa de estudo prático das escolas agrícolas, ver Relatório do Ministério da Agricultura Comércio e Obras públicas, 1869. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 30/11/2014. p. 23

habilidades como matemática avançada, estudo de física elementar, organografia e fisiologia de vegetais, taxonomia aplicada, mecânica prática, desenho linear, mineralogia, princípios gerais de zoologia, agronomia, veterinária, topografia, desenho de máquinas e aparelhos, química industrial aplicada à agricultura, princípios gerais de economia e escrituração rural, plantações especiais, nivelamento, drenagem e irrigações de terrenos e climatologia²⁴. Além das disciplinas teóricas, somava-se ainda o trabalho prático dos estudos adquiridos em sala de aula.

Os institutos, governos provinciais e companhias adaptavam o programa de ensino às características e necessidades da localidade; a idéia era proporcionar ao estudante no mesmo ambiente as duas opções de ensino. Nessa época, algumas províncias destacaram-se por iniciarem o planejamento e implantação de escolas agrícolas, como é o caso da província do Maranhão, que autoriza a fundação de uma escola com a aprovação da *Lei provincial nº446 de 06 de Setembro de 1856*, denominada *Estabelecimento de Aprendizizes Agrícolas*²⁵ e inaugurada em 1859, segundo o relatório do presidente da província, José Maria Barreto. Outra escola fora criada pela província do Pará, em 18 de Outubro de 1860, denominada *Escola Rural Dom Pedro II*.

Lei nº372 de 18 de Outubro de 1860. Ângelo Thomaz do Amaral, presidente da província do Grão Pará. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia legislativa provincial resolveu e eu sanciono a lei seguinte: Art.1º O governo fica autorizado a criar um estabelecimento agrícola que sirva de escola teórica e prática, em que serão admitidos de preferência órfãos desvalidos como alunos internos e outras pessoas que queiram instruir-se, como externos. 1º O número dos internos poderá elevar-se até vinte, o dos externos será ilimitado. 2º Os internos, quando completarem o tempo que o governo no seu regulamento designar para seu tirocínio, serão conservados no estabelecimento, mediante um salário, uma vez que preferam permanecer nele. Art.2º O estabelecimento será fundado nas proximidades desta capital em terrenos devolutos, que o governo haverá por conta das trinta e seis léguas de terra quadradas, concedidas a esta província pela lei Nº514 de 28 de outubro de 1848, ou em terreno patrimonial da câmara municipal mediante respectivo foro²⁶.

Essas iniciativas, ainda que tímidas, revelam a via institucional da educação agrícola no Brasil, tratando-se de instituições mais interessadas no ensino prático do que o teórico, voltadas para dar ocupação aos órfãos daquelas províncias. Esse caráter social de dar

²⁴ Ver, essas e outras informações sobre o programa de estudo teórico do projeto do Imperial Instituto Baiano de Agricultura em relatório ministério da Agricultura Comércio e Obras públicas, 1860. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 30/11/2014. p. A-B1-6

²⁵ Ver, relatório província do Maranhão, 1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 24/11/2014. p.20

²⁶ Ver, relatório província do Grão-Pará, 1860. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 24/11/2014. p.20

oportunidades aos mais desfavorecidos também irá se revelar nas outras instituições de ensino agrícola que surgiram no Brasil pós 1850.

A primeira proposta concreta de se estabelecer uma escola agrícola de estudos clássicos²⁷ em sociedade com o governo Imperial foi apresentada pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura em 18 de novembro de 1860. O projeto da Bahia se destacou por ser mais ambicioso ainda não experimentado no Brasil²⁸. Nas atribuições da escola distinguiam-se dois tipos de profissionais a serem formados, o aluno de primeira classe, dedicado ao ensino teórico e prático e o aluno de segunda classe, dedicado somente ao ensino prático.

Projeto de uma Escola de Agricultura para a província da Baía, pelo Imperial Instituto de Agricultura da mesma província. 1º Com a aprovação de sua Majestade o Imperador se denominará a escola – Imperial Escola de Agricultura da Bahia – O Augusto fundador do Instituto será o seu protetor. 2º A escola fica debaixo da administração imediata do Instituto, subordinadas as deliberações deste à suprema inspeção do governo Imperial, e de seu agente ou delegado na província. 3º Regerà internamente a parte econômica e administrativa da escola um Diretor de nomeação da diretoria do Instituto, de cujas decisões haverá recurso para esta, ou interposto pela congregação dos professores, ou pela parte prejudicada. [...] 7º Os alunos da primeira classe deverão ter completado 16 anos, e os da segunda classe 18 anos [...] 8º Para serem admitidos ao primeiro ano do curso agrícola, os da primeira classe devem mostrar-se habilidades com o exame das seguintes matérias: leitura e escrita da língua nacional com correção: tradução corrente das línguas inglesa e francesa: na aritmética as quatro operações, as frações, extrações das raízes quadradas e cúbicas, progressões: em geometria os quatro primeiros livros da geometria de Legendre, ou o equivalente de qualquer outro autor preferido: algumas noções de física (o que poderá designar com mais precisão) como propriedades gerais dos corpos, o termômetro, barômetro etc. 9º Os alunos da segunda classe farão somente exame de leitura e de escrita da língua nacional, e das quatro operações. Os professores da escola que se quiserem aplicar ao ensino externo das matérias preparatórias poderão fazê-lo em casas especiais suas, sendo-lhes permitido residir fora do estabelecimento arbitrando-lhes a diretoria uma quantia para sua alimentação, quando deixarem de recebê-la na comunidade. Os alunos assim preparados serão examinados em presença do diretor, que adicionará aos examinadores ordinários um extraordinário de sua confiança. 10º O curso para os alunos da primeira classe durará três anos, e será teórico e prático e para os da segunda classe, que lhe somente prático, dois anos.

Para se instalar na Bahia um estabelecimento desse porte era preciso pesados investimentos tanto dos associados do Imperial Instituto Baiano de Agricultura como do

²⁷ Estudos clássicos era a denominação dada às escolas que se dedicavam à educação agrícola de nível mais avançado; alguns legisladores compararam essas escolas como as tradicionais escolas de agricultura existentes na França, Suíça e Estados Unidos. Ver, Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, 1860. Anexo B1-5. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 24/11/2014.

²⁸ Sobre o programa de estudo teórico do projeto do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, ver Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, 1860. Anexo B1-6. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 30/11/2014.

governo imperial, de forma que, devido às dificuldades financeiras, a escola agrícola da Bahia só seria inaugurada no ano de 1875. Além dos investimentos, existia ainda a questão da relação de trabalho; introduzir este novo profissional em uma estrutura produtora viciada no arcaísmo era um dos maiores desafios, mas os reformadores acreditavam que com o passar do tempo e a estratégia das exposições aos poucos esse profissional iria ganhando espaço na grande lavoura.

Antes da inauguração da Escola Agrícola da Bahia, outra experiência se concretizou na província de Minas Gerais. Por iniciativa do governo Imperial e sob responsabilidade do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, presidente da Companhia União Indústria, esta recebe a missão do governo, no ano de 1864, de montar uma escola agrícola, que seria inaugurada em 1869, portanto o primeiro estabelecimento de ensino teórico e prático no gênero a funcionar, o que será tratado em capítulo específico.

A instituição, após a inauguração deu sinais de prosperidade, chegando a representar o Império em exposições internacionais, mas mesmo assim não passaria ileso à aceitação da elite produtora, ainda muito ligada ao antigo sistema e extremamente resistente a mudanças; segundo o fundador da escola, o comendador Ferreira Lage, no entanto, era uma questão de tempo até que naturalmente as novas concepções fossem aceitas:

Os primeiros passos são difficeis. O resultado que se colhe ao começo é quase nullo. Vigorando, porém, todos os annos a ideia há de produzir excellentes frutos, e a geração futura, mais do que a nossa, abençoará a memoria daquelles que lançam na terra a semente da arvore a cuja sombra ella terá de deleitar-se²⁹

Ao propor a reorganização da Escola Agrícola da Bahia em 1879, o ministro da Agricultura, Manoel Buarque de Macedo, observou a necessidade de se adequar os interesses dos produtores ao desenvolvimento da instrução agrícola nacional. Assim como a Escola Agrícola da Bahia, a escola da Companhia União Indústria passaria por várias fases, o que trataremos no capítulo específico dedicado a Escola Agrícola União indústria.

A tentativa de se difundir a instrução agrícola assim com a imigração passaria por dificuldades em sua implantação, e o peso da tradição ainda seria um dos maiores fatores de resistência. Em 1878 o ministério da Agricultura organizou um congresso agrícola, recebendo produtores de todo o Império para discutir e propor soluções para as questões da lavoura. Os produtores, ao se posicionarem a respeito da educação agrícola alegaram ser esta a principal

²⁹ Ver, essas e outras informações em: Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1875. p.116.

via de transição; porém, a educação agrícola deveria se dedicar a formar os pobres, filhos de ex-escravos, não a elite. Para eles, a instrução técnica deveria formar trabalhadores braçais e não administradores e feitores, e as instituições deveriam oferecer o ensino prático e não científico; os filhos dos produtores, interessados na formação clássica, deveriam realizar seus estudos na Europa e Estados Unidos.

Na concepção dos produtores, os estabelecimentos fundados sob incentivo do governo Imperial, como a *Escola Agrícola da Bahia* e a *Escola Agrícola União Indústria*, estariam na contramão dos interesses mais objetivos da grande lavoura. As escolas agrícolas deveriam atender aos princípios básicos da lavoura, não às ciências acessórias.

Portanto, não seria leviano dizer que tanto a instrução agrícola como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foram os pontos mais sensíveis e de grande necessidade que o governo Imperial enfrentaria na segunda metade do século XIX, pois se tratava de um grande obstáculo a ser superado, não só pelo governo, mas por toda uma sociedade, que aprendera com a escravidão e o esgotamento dos solos a gerar riquezas e estabelecer relações de poder.

Não sendo, porém, o estado Imperial negligente com a situação agrícola da segunda metade do século XIX, observou-se com frustração a iniciativa de alguns legisladores em relação a modernização agrícola no Brasil frente ao mais perverso legado deixado pela antiga metrópole portuguesa:

A imprevidência da nossa antiga metrópole, dominada pelas teorias econômicas da época, legando-nos tradições fatais ao desenvolvimento da prosperidade agrícola, criou as graves dificuldades em que se vê hoje a lavoura empenhada para salvar o patrimônio de seus filhos. As especulações rurais desprestigiadas pela inércia dos possuidores do solo, e falseada pelas condições viciadas em que a colocara uma obstinação lamentável, arrastaram-nos a um terreno de complicações funestas, onde as crises se sucedem com uma rapidez desanimadora, desde que as sedutoras promessas de um empirismo cômodo, lisonjeado pelas vantagens excepcionais do clima e da terra, desvaneceram-se e com elas a confiança dos homens e a segurança das propriedades. Explorando sem método nem regularidade os tesouros acumulados pela ação dos séculos e pelos favores da Providencia, os lavradores primitivos do Brasil contrariavam as leis da natureza, não obstante as severas lições da história escrita em todos os ângulos da terra, desde Sicilia e Cartago, vastos celeiros da antiguidade, até as planícies do Panamá, reduzidas á pastagens de mesquinha vegetação. O abuso criado pelo privilégio, destruindo as esplendidas manifestações da cultura inicial, forçou os interessados a inquirir das causas da decadência progressiva; e o estudo consciencioso dos fatos revelou em toda sua deplorável nudez a marcha precipitada e incoerentes, que sacrificava o futuro ás exageradas ambições do presente. Por toda parte as mesmas causas têm produzido os mesmos efeitos, esterilizando os campos, amesquinhando as raças e condenando populações outrora opulentas e industriosas ao embrutecimento e á miséria, á degradação e ao aniquilamento. O fanatismo das crenças políticas e religiosas afogando a evolução,

acoroçoando a ignorância, desvirtuando o trabalho, tornava a inflexível lei de Malthus uma realidade esmagadora para as sociedades³⁰.

Voltado para o que entendiam como reforma agrícola, o poder público esteve diretamente envolvido no processo de modernização da agricultura nacional, regulamentando leis, fundando Institutos especializados em agricultura, criando escolas de instrução profissional em agricultura, sistematizando o programa de colonização e imigração, criando e ampliando a infraestrutura.

Portanto, podemos afirmar que a sonhada reforma agrícola na segunda metade do século XIX teve sua origem no empenho e persistência do governo Imperial em transformar o desejo de modernidade em política de Estado, e que o caminho rumo à modernização se viu diante do labirinto da tradição, que persistia em manter no Brasil o modelo produtivo herdado de tempos coloniais. Esse projeto contou com o apoio de intelectuais, políticos e homens de negócios que, de uma forma ou de outra, levaram adiante importantes experiências que buscavam colocar em prática essas idéias.

Esse trabalho busca exatamente analisar uma dessas experiências, aquela conduzida pela Companhia União Indústria, empresa fundada com o objetivo de construir uma estrada de rodagem que ligasse as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para a tal, a Companhia estabeleceria uma parceria com o governo imperial em 1852, que a obrigava inicialmente a criar também uma colônia agrícola e, mais tarde, como já mencionado, uma escola agrícola.

No primeiro capítulo trataremos da figura do fundador da Companhia, Mariano Procópio Ferreira Lage, procurando entender sua trajetória, seus negócios e sua atuação política. O segundo capítulo busca reconstituir a história da Companhia União Indústria, seus empreendimentos e os preparativos que levariam à criação da escola agrícola. Por fim, o terceiro e último capítulo procura reconstituir a história da Escola Agrícola União Indústria, considerada o primeiro estabelecimento do gênero a funcionar efetivamente no Brasil.

³⁰ Ver Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, v.1, n.9, Set. 1871. p.3

CAPÍTULO I - O SÚDITO E O IMPÉRIO: MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE, SUA FAMÍLIA, SEUS NEGÓCIOS E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA

1.1 A FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE: ORIGENS, RELAÇÕES E ATIVIDADES EM MINAS GERAIS

Estudos mais recentes na historiografia vêm apontando importantes relações acerca da estratégia política dos grupos familiares no Brasil Império, esclarecendo de forma efetiva como se dava a construção e a manutenção da ordem³¹. Para se administrar o vasto Império, o monarca e a estrutura burocrática estatal estrategicamente se apoiavam nas boas relações com os grupos e facções familiares que exerciam poder de mando nas localidades. A moral, a fortuna e o prestígio político eram os elementos distintivos da chamada elite imperial. A política de casamentos representou uma importante estratégia dos núcleos familiares para conservarem a fortuna entre os membros da mesma família e, ao mesmo tempo, instrumento fundamental de expansão da rede de influência para outras regiões do Império³².

Formavam-se, assim, vastas redes de poder que, em geral, se sustentavam com suas alianças na Corte, junto à monarquia, e na manutenção do domínio familiar na localidade. Para que houvesse o equilíbrio entre a localidade e a Corte, uma necessariamente deveria ser o sustentáculo da outra, pois assim como era de interesse do Estado manter a ordem e suas instituições, os grupos familiares assim agiam em nome da coroa e em defesa de seus interesses. Todo poder é por natureza conservador, todo governante governa no intuito de manter o seu domínio e todo governado esperava de sua majestade a contrapartida, ou seja, algum benefício. Títulos nobiliárquicos, concessões comerciais, cargos públicos, doações de terras, eram algumas das concessões destinadas aos súditos do Império. Essa relação de benefícios mútuos representou uma das principais bases de sustentação do regime imperial no segundo reinado no Brasil do século XIX.

³¹Um importante trabalho concluído em 2007 é o da Maria Fernanda Vieiras Martins “*A velha arte de governar*”, especialmente o capítulo III; podemos ainda citar o recente trabalho produzido por Antônio Henrique Duarte Lacerda, *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e redes de sociabilidades os Ferreira Armonde 1751-1850*.

³²LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*.

Na localidade, a normativa partidária que dividia os políticos em liberais e conservadores podia ainda se mostrar coadjuvante nos posicionamentos mais decisivos³³; eventualmente, o protagonismo deslocava-se para as *facções* familiares, que estrategicamente operavam acima das formalidades políticas. Como nos revela Maria Fernanda Martins,

O advento do próprio sistema parlamentar, seguindo os modelos europeus, impunha a formação dos partidos e a adesão de todos que almejavam a representação em qualquer nível. Nem sempre, portanto, essas filiações se davam por afinidades ideológicas, o que ajuda a entender a fluidez e inconstâncias dessas identidades partidárias, tanto maior quanto mais nos afastamos da Corte e da Assembléia Geral. Daí, inclusive, nossas dificuldades em entender a composição de ambos os partidos nas diferentes províncias, de comparar e estabelecer padrões sócio ocupacionais etc. As racionalidades que norteiam as escolhas e opções de atuação político-partidária aí também são outras, são múltiplas, atendem a circunstâncias, rivalidades, sistemas de alianças e conflitos históricos específicos e típicos de uma realidade e de uma dinâmica local/regional³⁴.

O mesmo tipo de argumento é utilizado por Jonas Vargas em artigo sobre a dinâmica da política local, no caso, na província do Rio Grande do Sul, principalmente quando se considera a complexidade dos processos eleitorais e as especificidades das negociações nas diferentes províncias do Império:

No processo eleitoral eram as famílias de elite, concentradas nas paróquias rurais, que se engalfinhavam na luta pelos votos. Famílias que muito antes dos partidos políticos serem criados e do sistema parlamentar ser adotado já tinham o domínio político e econômico em suas regiões. Famílias que tiveram de escolher um dos dois partidos políticos importados da Europa e passaram a participar de um sistema eleitoral bastante desconhecido por elas. Famílias que já guerreavam por riqueza, status e poder local e que apenas readequaram suas estratégias para continuarem influenciando na política paroquial. Famílias que lutaram ao lado dos farrapos, dos legalistas ou mantiveram-se neutras. Famílias que se posicionaram politicamente em momentos de guerra, em períodos de crise econômica ou em grandes debates que marcaram o oitocentos e que não devem ter seus próprios projetos desconsiderados ou reduzidos a um simples reflexo do que se pensava sobre política no mundo da Corte. Portanto, o Imperador e seus ministros não podiam ignorá-las, pois precisavam delas. Anônimos e ocultados pela figura dos “grandes homens” eram estes “políticos de aldeia” – como definiu de forma pejorativa Sérgio da Costa Franco – que detinham o poder de mobilizar capangas, votantes e eleitores no dia dos pleitos³⁵.

³³ Segundo Paulo Mercadante, “Próximo aos conservadores estão os liberais, que se arrogavam revolucionários, mas que temiam a revolução. Constringem, durante toda a vida o Império, a elite espavorida, agitando problemas e exigindo reformas. Assoalhavam um programa que não ousariam executar; melancólicos revolucionários de Pernambuco, Minas e de São Paulo, uma vez no governo metamorfoseavam-se em conservadores e liberais”. Paulo Mercadante. *A consciência conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo de formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Universidade. 2003 p.145.

³⁴ MARTINS, Maria Fernanda. *Das racionalidades da História: O Império do Brasil em perspectiva teórica*. Rio de Janeiro, *Revista Eletrônica Almanack Brasileiro*, 2011. p. 6.

³⁵ Jonas Moreira Vargas. Os políticos de aldeia: eleições, negociações e prática política nas paróquias do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: APERGS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul,

Muitas vezes, portanto, o protagonismo local familiar superava o antagonismo *ideológico* dos partidos, liberal e conservador, o que também pode ser observado em Minas Gerais, considerando-se, inclusive, a extensão territorial e a extrema diversidade de atividades econômicas e interesses políticos que a caracteriza. Em localidades mais distantes do centro provincial mineiro, muitas vezes a definição partidária se dava pela rivalidade entre núcleos familiares, sendo que o posicionamento liberal de um núcleo familiar definia o posicionamento conservador do outro núcleo. Além desse fenômeno, em alguns casos, núcleos familiares de maior projeção mantinham a estratégia de manter membros da mesma família entre liberais e conservadores³⁶.

A manutenção das facções familiares dependia da capacidade de seus membros em se adaptar a novos contextos. Facções tradicionais que não se adaptavam à nova dinâmica imposta pelo processo de centralização que vinha sendo conduzido pelo governo imperial passaram, com o tempo, a sofrer com a perda de influência e prestígio nos novos arranjos, uma vez que a política se tornava progressivamente mais institucionalizada, após 1850. Os antagonismos gerados pelas rivalidades locais atraíam uma relativa atenção do próprio Imperador, Dom Pedro II, que em vários momentos dedicou-se à conciliação de facções que rivalizavam o mando na localidade. Esse comportamento, mentalidade e estratégias também caracterizaram a atuação da família Ferreira Armonde, à qual pertencia o principal personagem dessa história, Mariano Procópio Ferreira Lage. Os primeiros Ferreira Armonde, naturais de Portugal, fixaram-se na região das Minas ainda no século XVIII, na Zona da Mata Mineira, mais especificamente na vila de Barbacena, que pertencia à comarca do Rio das Mortes até 1833, quando foi desmembrada e passou a ser a sede da comarca do Paraibuna. O patriarca e fundador da ‘dinastia’ foi Francisco Ferreira Armonde, nascido em 1691, no arquipélago dos Açores (Portugal), e falecido em 1751.

Ele veio do arquipélago dos Açores (Portugal) e se estabeleceu em Minas Gerais, operando como comerciante e pequeno produtor. [...] Chegou em Minas Gerais entre 1725 e 1730, então com 34 anos de idade, pouco mais ou menos. Teria se casado pela primeira vez com Ângela Maria da Conceição Camelo em 25 de janeiro de 1721 na freguesia da Vila de São Sebastião da Ilha terceira dos Açores, Portugal³⁷.

Porto Alegre 14, 21, 28 de agosto e 04 de setembro de 2010. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, 2010.

³⁶ Idem.

³⁷ Segundo os estudos de Antônio Henrique Lacerda, Francisco teria chegado à região junto de seu irmão Antônio Ferreira Armonde, casado com Maria dos Remédios, natural da Ilha de São Sebastião. Essas e outras informações sobre a família encontram-se disponíveis em: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*. p. 37,39.

Como acontecia a qualquer grupo dominante que possuísse um núcleo homogêneo, os membros dessa família foram se destacando nos negócios e conquistaram relevância na economia, na política e sociedade local. Dedicaram-se inicialmente à pequena produção, atendendo o mercado da região mineradora. O patriarca teria embarcado para a colônia brasileira com os seus seis filhos: Maria Vicência de Jesus, Manoel Ferreira Armonde, Vicente, Francisco Ferreira Armonde (filho), Ana Maria de Jesus e José Ferreira Armonde.

Na verdade, a fortuna e os negócios da família parecem profundamente relacionados ao comércio de abastecimento que se desenvolveu a partir da expansão da atividade mineradora na região conhecida como Borda do Campo, atual cidade de Barbacena, então pertencente à comarca de Rio das Mortes, na zona da Mata mineira. Desde meados do século XVIII, membros da família começaram a obter sesmarias nas margens do chamado Caminho Novo, que logo se tornaria a principal via de escoamento da produção para mercado interno e de ligação com o Rio de Janeiro.

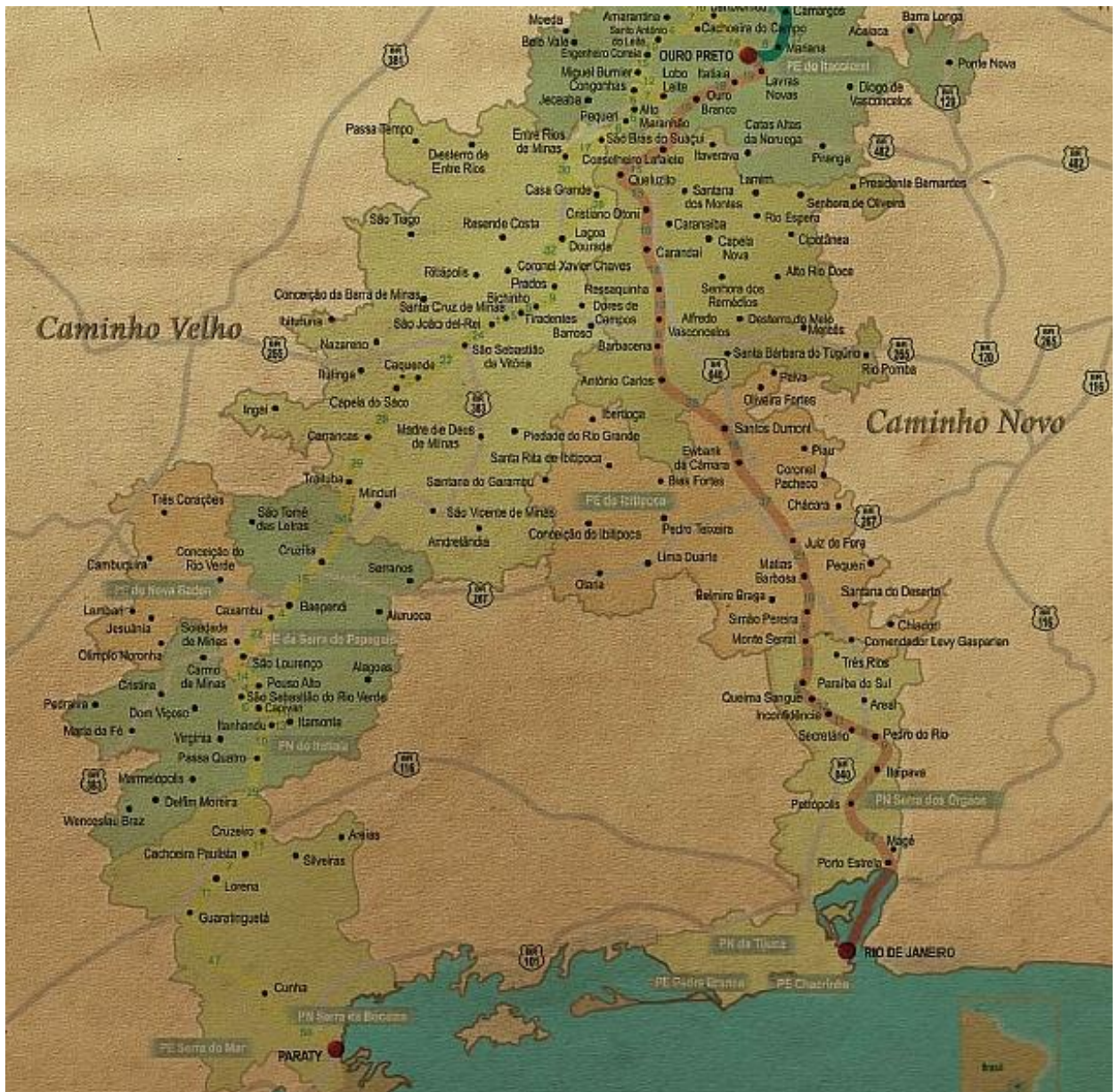
A história da família e de suas redes de relações está profundamente ligada à própria história do Caminho Novo. Originalmente, em fins do século XVII, o primeiro caminho para a região das Minas, mais tarde conhecido como “Caminho Velho”, ligava esta região ao porto do Rio de Janeiro, via Paraty. Logo o itinerário ali percorrido seria considerado longo, inseguro e arriscado, considerando, inclusive, o trecho marítimo entre o Rio de Janeiro e Paraty, levando-se cerca de 74 dias para percorrer a rota entre o litoral e “os então denominados sertões da Capitania de São Paulo”.

O Caminho começou a ser encurtado “utilizando-se a rota que ligava Minas a Parati e cujo trecho terrestre, dependendo do número de paradas, podia ser feito em bem menos dias que no primeiro percurso”³⁸. Nesse período, já se iniciavam as negociações para a abertura de um novo caminho, cuja autorização seria passada ao governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá Menezes, por Carta-Régia em 1699. Tal tarefa coube ao bandeirante Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias, que na época da contratação estava estabelecido como sesmeiro, com duas roças na região³⁹: uma às margens do rio Paraibuna, e outra, na Borda do Campo (atual Barbacena).

³⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 21, 2000, p. 111-123, p. 183-184.

³⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 21, 2000, p. 111-123, p. 183-184. Ver também PIMENTA, Demerval José Pimenta. *Caminhos de Minas Gemis*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.20-22 e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, vol.2, p.471, HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2-. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 121, Idem. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

Figura 1: O Caminho Velho e o Caminho Novo



Fonte: Mapa da Estrada Real. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/estrada-real>

O chamado Caminho Novo, portanto, partindo da abertura, aproveitamento e melhoramento de antigas trilhas indígenas, partia do Rio de Janeiro até o fundo da baía de Guanabara, em Porto da Estrela, de onde seguia por terra até Vila Rica, passando por o que hoje é Duque de Caxias, subindo a atual serra de Petrópolis e alcançando a região de Juiz de Fora. O Caminho já estava concluído no final da primeira década do século XVIII para a

circulação de cargas e animais, encurtando as antigas viagens a Minas para cerca de um mês, um terço a menos do antigo caminho⁴⁰.

A utilização desses caminhos viabilizou não apenas a entrada de mercadorias e a saída de ouro e diamantes como contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento e a fixação de uma sociedade urbanizada e mais estável. O ir e vir das tropas requeria a existência de pontos de abastecimento que possibilitassem o empreendimento de longas viagens. Como se pode observar, na descrição do itinerário entre o Rio de Janeiro e a região das minas são feitas inúmeras referências às diversas passagens, pousadas e roças que pontilhavam o trajeto. Nessas roças os viajantes podiam descansar nos ranchos oferecidos pelos fazendeiros, que, em troca, vendiam alimentos e cobravam o pasto para os animais. Além dessa atividade comercial que se desenvolveu ao longo dos caminhos, impulsionando o desenvolvimento agrícola, o comércio também exerceu papel fundamental na consolidação urbana. Já nas primeiras décadas do século XVIII, os primeiros povoados que surgiram em torno da lide mineratória começaram a adquirir um caráter mais estável, com a construção das capelas, que muitas vezes emprestaram seus nomes aos arraiais, e das primeiras moradias, concentradas em torno dos templos e aleatoriamente ao longo dos caminhos e suas bifurcações. [...]. A fixação da população nas vilas e arraiais ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do comércio. Afinal, podia-se acumular ouro e diamantes através da troca ou da prestação de serviços. Assim, inúmeras vendas e estabelecimentos comerciais, além do comércio ambulante, surgiram nos morros auríferos e nos aglomerados que se urbanizaram, garantindo o abastecimento dos núcleos mineradores e favorecendo a consolidação da sociedade mineira⁴¹.

Portanto, a abertura do Caminho Novo propiciou uma rápida dinamização da economia interna, urbanização e comércio da região, promovendo o surgimento de grandes e médias unidades agrícolas – inicialmente voltadas para o fornecimento de víveres para as tropas e abastecimento do mercado minerador - e entrepostos comerciais, o que, por sua vez,

⁴⁰ VENÂNCIO, Renato P. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 21, 2000, p. 111-123, p. 186-187; GUIMARÃES, G. O Caminho Novo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. n. IV. 1986. p. 27-43. Ver também RESENDE, Edna M. *Ecoss do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em História), p.27-29, e LACERDA, Antônio H.D. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades. Os Ferreira Armonde, 1751-1850*. p.65-68. A importância do Caminho Novo também é ressaltada por Ângelo A. Carrara: “Em 1717 estavam estabelecidas três contagens de entrada de mercadorias na capitania: o do Rio Grande, no caminho para São Paulo; o das Abóboras, no caminho para a Bahia; e o do Caminho Novo, no caminho para o Rio de Janeiro. [...] À medida que o porto do Rio de Janeiro ia se tornando preferencial no destino das mercadorias despachadas da metrópole, a ligação entre esse porto e as Minas pelo Caminho Novo respondia de maneira direta. Entre 1765 e 1768, o Caminho Novo respondia por três quartas partes do rendimento total das entradas. O registro da Mantiqueira participava com 6.2%, e todos os demais registros somados contribuíam com 18.66%. Pelo Caminho Novo entraram para a capitania de Minas neste mesmo período 91.85% de todos os escravos, 92.80% de toda a fazenda seca, 78.85% de toda a carga de molhados. Dentro desta rubrica de molhados estavam incluídos 92% de todo o sal do reino e 100% de toda a pólvora e de todos os instrumentos e utensílios de metal”. CARRARA, Ângelo A. *A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807*. *Am. Lat. Hist. Econ* [online]. 2011, n.35, p. 29-52. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532011000100002.

⁴¹ RESENDE, Edna Maria. *Ecoss do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em História), p.59-60.

possibilitava a ascensão e fortalecimento de diferentes grupos e redes de negócios e poderes locais. Esse processo de dinamização culminaria com a criação da vila de Barbacena, já em 1791.

Outro morador da Borda do Campo a dedicar-se ao comércio e ao transporte de tropas é o já nosso conhecido Francisco Ferreira Armonde. Francisco residia na fazenda dos Moinhos, na Borda do Campo, desde o segundo quartel do século XVIII. Embora já estivesse ocupando as terras do sítio denominado Moinho há bastante tempo, somente em 1760 tem-se notícia da doação de uma sesmaria de meia légua em quadra, de posse antiga e dedicada à agricultura, em nome de seu filho Manoel Ferreira Armonde.⁴²

Com o tempo, esse núcleo familiar ampliou sua atuação nas Minas Gerais, comercializando escravos, emprestando dinheiro a prêmio, importando e exportando gêneros agrícolas; somava-se ainda aos negócios da família, propriedades rurais e planteis de escravos⁴³. Como bem menciona Lacerda, esses membros construíram uma rede social que abarcava negócios, laços de amizade, vizinhança e parentela, razão pela qual é importante ressaltarmos a importância das mulheres na expansão dos núcleos familiares, uma vez que elas foram fundamentais na formação e reprodução dessas redes, ao se casarem com membros de outras famílias influentes⁴⁴.

A rede de negócios da família estendia-se entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Um dos mais envolvidos nos negócios do núcleo familiar foi Francisco Ferreira Armonde⁴⁵ (filho), casado com Felizarda Maria Francisca de Assis, nascido em 1737 e falecido em 1814.

⁴² RESENDE, Edna M. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em História), p.70-71.

⁴³ Seriam os representantes dos Armondes nas Minas Gerais: 1º Geração, Francisco Ferreira Armonde e Antonio Ferreira Armonde; 2º Geração, seguindo a descendência de Francisco: Maria Vicência de Jesus, Manoel Ferreira Armonde, Vicente, Francisco Ferreira Armonde (filho), Ana Maria de Jesus e José Ferreira Armonde; 3º Geração, seguindo a descendência de Francisco (Filho), casado primeiro com Rita Maria da Conceição e depois com Felizarda Maria Francisca de Assis, com quem teve os filhos: Francisco Antônio Ferreira Armonde, Mariano Jose Ferreira Armonde, Jose Joaquim Ferreira Armonde, Marcelino Jose Ferreira Armonde, Simplício Jose Ferreira Armonde e Ana Quitéria Umbelina Barbosa. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Segundo Antônio Henrique Lacerda Duarte, “Para dimensionar a importância econômica de Francisco Ferreira Armonde (filho) no conjunto da sociedade barbacenense de fins do século XVIII e início do XIX, reporto-me aos resultados apresentados por Adriano Braga Teixeira (2007). No levantamento que este autor realizou na Vila de Barbacena, a partir de 214 inventários abertos no período 1791-1822, ele apontou Francisco Ferreira Armonde como a segunda maior fortuna da localidade. [...] Maior rebanho encontrado na pesquisa e também possuía o maior plantel de escravos da região. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde*. p. 94.

O Casal teria doze filhos legítimos: Francisco Antônio Ferreira Armonde (1777-1862), Mariano José Ferreira Armonde (1779-1837)⁴⁶, José Joaquim Ferreira Armonde (1781-1849), Marcelino José Ferreira Armonde (1782-1850), Simplício Ferreira Armonde (nascido em 1784), Ana Quitéria Umbelina Barbosa (1786-1864), Joaquim José Ferreira Armonde (1788-1849), Honório Ignácio Ferreira Armonde (1790-1842), Manoel Ignácio Ferreira Armonde (1792-1854), Antônio José Ferreira Armonde (1795-1852), Flávio José Ferreira Armonde (1800-1865) e Lino José Ferreira Armonde (1802-1870)⁴⁷.

Seguindo a tradição dos pais, todos os filhos se mantiveram associados aos negócios da família. Após a morte de Francisco Ferreira Armonde em 1814, inicialmente não foi realizada a fragmentação de seu patrimônio; os filhos de Francisco se mantiveram como sócios em relação às propriedades herdadas do pai e paralelamente tocavam seus próprios negócios. Nessa geração, um dos mais prósperos nos negócios foi Marcelino José Ferreira Armonde, que se tornou um habilidoso comerciante e um dos responsáveis pela expansão política do núcleo familiar, ocupando cargos públicos de relevância na província e chegando a receber o título de barão no ano de 1848, tornando-se o primeiro Barão de Pitangui. Marcelino José Ferreira Armonde foi investidor em apólices da dívida pública, construindo importantes relações comerciais e políticas na Corte:

[...] Foi em fins de 1845 que o comerciante de Minas resolveu consultar os comissários e conselheiros da corte sobre as vantagens desta aplicação. Para informar-se a respeito e adquirir as apólices, o barbacenense encarregou o negociante e compadre Tristão Ramos da Silva⁴⁸.

⁴⁶Mariano investiu grande parte de seu capital aplicando dinheiro a prêmio com juros que iam de 6% até 18%: “Além dos dinheiros a prêmio, havia as dívidas ativas, cujas origens não ficam claras, que correspondiam a 18,116% de sua fortuna [...] se considerarmos os ativos da tabela descritos como dívida ativa, dinheiro a prêmio, assentos da Casa de Negócios e Apólices, Mariano Jose Ferreira Armonde possuía 74,189% de seus bens em aplicações. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde*. p.214.

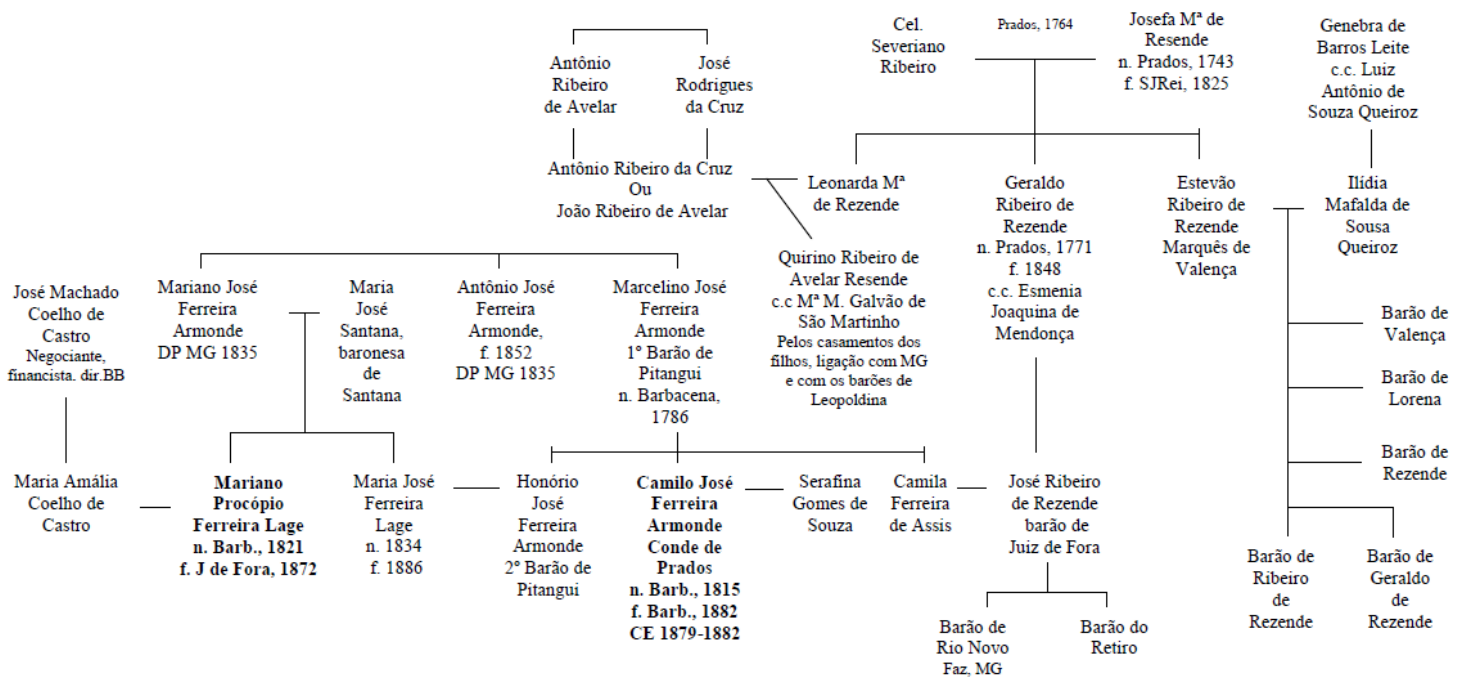
⁴⁷Dessa geração de filhos, dois se casaram e tiveram casamentos legítimos, Mariano e Manoel; dois se tornaram padres e os outros mantiveram relações informais estáveis. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde*. p.98.

⁴⁸Seriam ainda informantes de Marcelino na corte Antônio Fernandes Vieira de Carvalho, Antônio José Moreira (comerciante e traficante de escravos), Tristão Ramos da Silva e José da Silva Carvalho. Além de fornecerem informações sobre a movimentação política, também o colocavam a par das notícias internacionais que cotidianamente chegavam com os navios que atracavam nos portos do Rio de Janeiro. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde*. p.337.

As relações da família e a progressiva ampliação de suas relações para fora da província mineira podem ser observadas a partir do diagrama a seguir.

Figura 2: Relações da família Ferreira Armonde

**Relações parentais dos Ferreira Armonde em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro
(Famílias Ribeiro de Resende, Ribeiro de Avelar, Ferreira Lage, Coelho de Castro e Sousa Queiroz)**



Notas: c.c. = Casado com; n. = Nascido em; f. = falecido em; fi = filho de; CE = Conselho de Estado; OP = Ouro Preto; Pt = Portugal; c. = cerca de; DP = Deputado Provincial.

Fontes: MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar...* p. 232.

Além dos negócios, os Ferreira Armonde pareciam especialmente atentos ao que ocorria tanto na política local como na política central, prevalecendo a capacidade de atuação em diferentes contextos e meios, de forma a dar continuidade às estratégias de manutenção do poder familiar.

Acompanhando o ritmo das reformas e dos novos tempos advindos nos oitocentos, os membros do núcleo dos Ferreira Armonde souberam como poucos ampliar sua rede de negócios com os casamentos entre famílias importantes. Mariano Procópio Ferreira Lage, por exemplo, filho de Mariano José Ferreira Armonde e neto de Francisco Ferreira Armonde, casou-se com a filha de José Machado Coelho de Castro, Amélia Coelho de Castro,

pertencente a um núcleo familiar que possuía ligações financeiras importantes na Corte e com a alta sociedade pernambucana, através da viscondessa de Cavalcanti, filha de Constantino Machado Coelho e casada com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Cavalcanti, membro de um dos mais tradicionais troncos familiares de Pernambuco. O casal possuía muito prestígio social na corte, sendo anfitrião de um dos mais elegantes salões da alta sociedade carioca entre os anos de 1875-1878.⁴⁹

As atividades dos principais membros do núcleo familiar e a ocupação de cargos nas províncias ou na corte podem ser melhor visualizadas no quadro a seguir, onde se observa a relação crescente da família com os cargos na Corte, principalmente a partir da terceira geração.

⁴⁹ Sobre os Coelho de Castro, parecem descender do português Manoel Machado Coelho, comendador, casado com Luiza Maria da Conceição. Entre os filhos desse casal destacam-se Constantino Machado Coelho, nascido c.1819 e falecido em 1855, casado com Mariana Barbosa de Assis que, depois de viúva, casou-se com o cunhado, irmão de Constantino, Manuel Machado Coelho, e José Machado Coelho de Castro. Mariana era filha da Baronesa de Santana, Maria José de Santana, portanto, irmã de Mariano Procópio Ferreira Lage. Constantino Machado Coelho e Mariana Barbosa e Assis, entre outros, foram pais da Viscondessa de Cavalcanti, Amélia Machado Coelho de Castro, casamento que unia os Velho Cavalcanti de Albuquerque, proprietários de engenhos de açúcar em Pernambuco, e os Ferreira Armonde, que estão entre os maiores proprietários de fazendas de café em Minas Gerais. Essas informações estão disponíveis em: <http://www.cbg.org.br>. Acesso em: 19/06/2014

Quadro: 1
Famílias Ferreira Armonde e Coelho de Castro:
Atividades e ocupação de cargos na Corte e nas províncias

Família Ferreira Armonde	Cargos na Corte	Cargos e ocupação nas províncias
Marcelino José Ferreira Armonde		Capitão de Ordenanças (1819) Coronel (1827); PCM Barbacena (1825-1826 e (1845-1848) JO (1840); negociante de escravos em Minas (1809-1830); JM (1846), arrematante estrada do Paraibuna (1838) tesoureiro da casa do troco do cobre de Barbacena (1837).
Honório Jose Ferreira Armonde		Alferes (1828); PCM Mariana (1835) tropeiro, fazendeiro e comerciante de escravos.
Mariano Jose Ferreira Armonde	Tesoureiro da ‘Subscrição Voluntária’ para a Marinha de Guerra do Império (1823)	Vereador em Barbacena (1820-1823) Tesoureiro Administrador dos correios (1823) DP Minas (1835) JP (1833)
Joaquim Ferreira Armonde		Capitão (1828);Negociante de escravos em Minas, Fazendeiro, JP (1833).
Camilo Maria Ferreira Armonde	DG (1848-1849) (1864-1868) (1878-1881) CE (1879) PAG (1864-1866) e (1878-1881)	PP RJ (1878-1879); JP (1840-1842); PCM Barbacena (1840-1842)
Mariano Procópio Ferreira Lage	DG (1861-1864) (1869-1872); negociante	Comendador (1852-1872) Fazendeiro, negociante.
Simplicio José Ferreira Armonde		Capitão de Ordenanças (1819); JP (1831), tropeiro, fazendeiro e comerciante de escravos.
Família Coelho de Castro	Cargos na Corte	Cargos e ocupação nas províncias
José Machado Coelho de Castro	PBB (1872-1877) e (1881-1886); negociante no Rio de Janeiro.	
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcanti)	MJ (1875-1877); MA (1870); MRE (1877-1878); Senador pelo Rio Grande do Norte (1877-1889)	PP Piauí (1859-1860) PP Ceará (1868-1869) PP Pernambuco (1870-1871)

Notas: DG Deputado Geral; DP Deputado Provincial; JP Juiz de Paz; JO Juiz de órfãos; MA Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; MJ Ministro da Justiça; MRE Ministro das Relações Exteriores; PCM Presidente da Câmara Municipal; PAG Presidente da Assembléia Geral; PBB Presidente do Banco do Brasil; PP Presidente de Província; CE Conselho de Estado;

Fontes: *Almanaque Laemmert*, 1850-1880; Tavares de Lyra, *Instituições políticas do Império*; Cid Rebelo Horta, *Importantes famílias de Minas Gerais*; Barão Smith de Vasconcellos, *Arquivo brasileiro nobiliarchico*; Affonso de E. Taunay, *O Senado do Império*; Frederico de Barros Brotero, *A família Monteiro de Barros*; Maria Fernanda Vieira Martins. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*.

Ressaltando a importância e extensão dos poderes da família, afirma Edna Resende:

Os Armondes foram homens no seu tempo. Foram negociantes. Tanageram tropas, venderam as mais diversas mercadorias, traficaram escravos. Foram fazendeiros. Criaram gado, plantaram café. Foram financistas, investiram em ações. Não se limitaram, contudo, aos horizontes de suas fazendas. No mesmo ritmo da prosperidade de seus negócios ascenderam politicamente. Conquistaram a Corte. Viajaram pelo mundo. Os contatos com a Europa e com a América do Norte alargaram sua visão. Tomaram conhecimento dos avanços científicos e das novidades tecnológicas da época. Estavam atentos às transformações em curso no século XIX. Imbuídos dos valores da civilização, empolgados com o novo mundo que se descortinava, construíram estradas e difundiram a imprensa. [...] Os vínculos entre Barbacena e a Corte do Rio de Janeiro, permeados pelo circuito mercantil do Caminho Novo, começaram a ser construídos pela família Armonde desde o século XVIII. Em 1814, os negócios de abastecimento do alferes Francisco Ferreira Armonde articulavam plenamente a produção agropastoril de suas fazendas e o comércio com a Praça do Rio de Janeiro⁵⁰.

Dentre os descendentes dos Ferreira Armonde, dois nomes tiveram grande projeção política e econômica no segundo Reinado e como tal merecem destaque: Camilo Maria Ferreira Armonde e Mariano Procópio Ferreira Lage.

Camilo Maria Ferreira Armonde, futuro conde de Prados, nasceu em 1815, filho do coronel Marcelino José Ferreira Armonde, barão de Pitangui. Iniciou seus estudos no colégio do Caraça, de onde partiu para Paris em 1832, com 17 anos de idade, para bacharelarse em ciências e formar-se em Medicina, na Academia de Medicina de Paris, em 1837, regressando ao país no ano seguinte. Filiado desde jovem ao Partido Liberal, assim se conservou até sua morte. Como o pai, tornou-se político influente; foi responsável pela reorganização de seu partido em Barbacena em 1840 e um dos líderes da revolta liberal de 1842, na qual seu pai foi nomeado chefe das armas, comandante militar do movimento.

Por sua participação na revolta, Prados esteve preso por 14 meses, o que parece ter comprometido a fortuna de sua família. Absolvido do crime de rebelião em 1843, atuou como médico durante cerca de dez anos em Barbacena. Embora identificado como fazendeiro, após a década de 1860 envolveu-se progressivamente nas finanças e em negócios na Corte, sendo ainda presidente do Banco Nacional de Depósitos e Descontos, entre 1872 e 1875,

⁵⁰ RESENDE, Edna Maria. Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840). Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em História), p. 146-147.

quatro anos antes de ingressar no Conselho de Estado, onde ocupou-se da Seção de Fazenda.⁵¹
Segundo seu necrológio, publicado no Almanaque Laemmert,

Durante a sua vida libertou vários escravos, por ocasião de sua morte concedeu liberdade a outros. Em sua província, exerceu diversos cargos de eleição popular e de nomeação do governo; foi por eles eleito deputado na assembléia geral para as legislaturas de 1842 a 1848, e de 1864 a 1878, ocupando o elevado cargo de presidente da câmara em 1864, 1866, 1879 e 1880. Presidiu a província do Rio de Janeiro desde 15 de Janeiro ate meados de Dezembro de 1878, e foi nomeado conselheiro de estado em 5 de Abril de 1879. Era condecorado com a comenda da ordem de Cristo e com a dignitária da Rosa, sendo nomeado barão, depois elevado a visconde e por a conde de Prados. Nasceu na cidade de Barbacena, província de Minas Gerais, em 7 de Agosto de 1815, e faleceu em 14 do mesmo mês de 1882⁵².

Ao que parece, sua aproximação com o imperador teria lhe prejudicado na pretensão de se tornar membro do Senado por Minas Gerais. Uma hipótese para a rejeição de seu nome junto aos conterrâneos mineiros viria de uma explicação muito simples:

Em diversas eleições senatoriais de Minas, seu nome recebeu numerosos votos, e se não conseguiu eleger-se, temos do fato explicação cabal nas seguintes palavras firmadas pelo seu ilustre conterrâneo e amigo, a quem já nos referimos o Revmo. Padre Corrêa de Almeida: "Os amigos altamente colocados nunca o quiseram por companheiro nas combinações de lista senatorial, porque sabiam que o Imperador lhe tinha predileção, e desconfiavam que o escolheria"⁵³.

Outro importante membro da família Ferreira Armonde que conseguiu projeção política e econômica, sobretudo na segunda metade do século XIX, foi Mariano Procópio Ferreira Lage, que seguiu os passos do primo Camilo, em relação ao qual tinha uma pequena diferença de idade. Nascido no município de Barbacena, em 23 de junho de 1821, na Chácara do Matinho, Mariano era filho do capitão Mariano José Ferreira Armonde⁵⁴, neto paterno do

⁵¹ *Almanaque Laemmert*, 1872, p. 442 e *Almanaque Laemmert*, 1859, p. 437.

⁵² *Almanaque Laemmert*, 1883, p. 87.

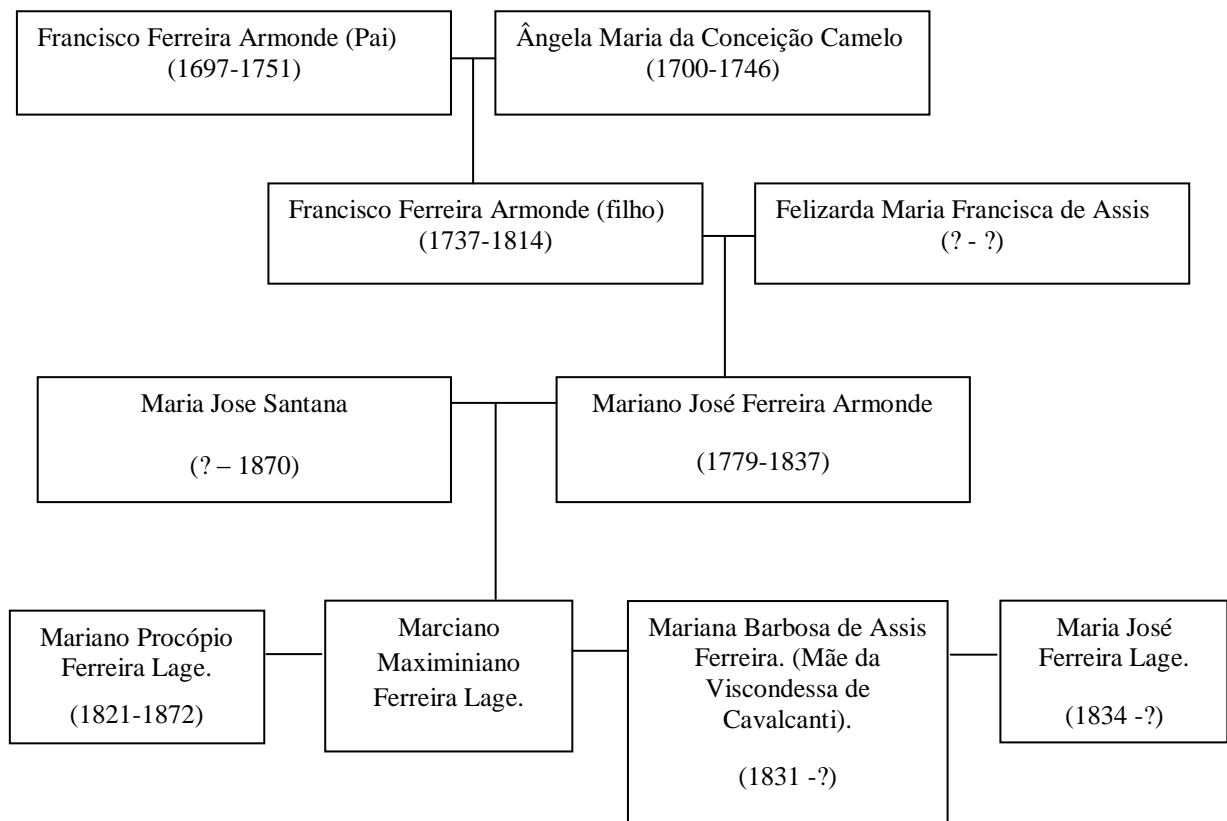
⁵³ Essas informações foram retiradas do site oficial da Câmara dos Deputados do Brasil acesso em 19/05/2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>

⁵⁴ Sobre a vida nos negócios de Mariano José, registra Duarte de Lacerda. "Mariano Jose participou ativamente dos negócios da família ao lado de seus irmãos, principalmente Marcelino Jose e Honório Jose, comprando produtos no Rio de Janeiro e encaminhando mercadorias para Minas Gerais. Ele também atuou politicamente em sua localidade. Segundo Lima Bastos (1991:203), Mariano Jose Ferreira Armonde foi vereador à Câmara Municipal de Barbacena em 1820. Entre 23 de Abril de 1823 e primeiro de Julho de 1824, nomeado pela Câmara de Barbacena, "serviu de tesoureiro da 'Subscrição Voluntária' oferecida a sua majestade para a Marinha de Guerra do Império". No mesmo ano, 1823, ofereceu-se para exercer, gratuitamente, o ofício de administrador do correio de Barbacena, junto a Fazenda Nacional da Província de Minas Gerais. [...] também foi deputado provincial por duas legislaturas. [...] elaborou um "plano de estrada" que compreendia "um conjunto de ligações

alferes Francisco Ferreira Armonde (filho) e bisneto de Francisco Ferreira Armonde (Pai), e filho de Maria José Santana⁵⁵, irmão mais velho de Marciano Maximiniano Ferreira Lage, Mariana Barbosa de Assis Ferreira e Maria José Ferreira Lage (Baronesa de Pitanguí), neto paterno de Felizarda Maria Francisca de Assis, nascida em Cebolas, na província do Rio de Janeiro, e prima do Duque de Caxias. Para melhor entendermos a ascendência de Mariano Procópio, vejamos o esquema abaixo:

Figura 3

Ascendência de Mariano Procópio Ferreira Lage



Fonte: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*.

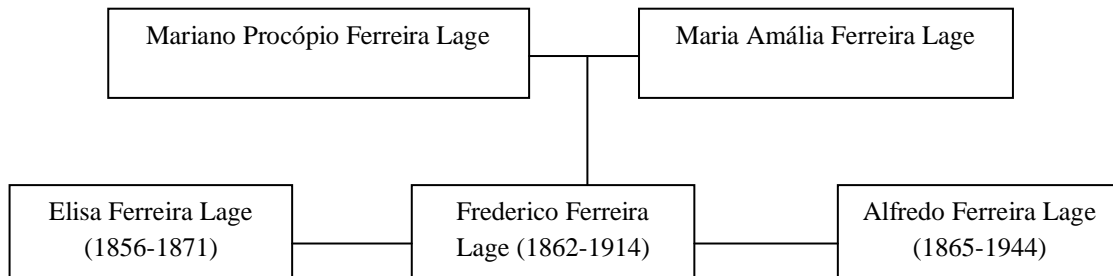
de Ouro Preto às regiões norte, sul, leste e oeste da Província de Minas Gerais, sonho que, de certa forma, seria parcialmente realizado pelo filho Mariano Procópio Ferreira Lage”. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*, p.139. grifo meu.

⁵⁵ “[...] após a morte do marido, dona Maria José fixou-se no Rio de Janeiro, tendo se desfeito das propriedades rurais em Minas Gerais e aplicado a herança dos filhos em apólices. Este mesmo procedimento ela adotou quando da partilha dos bens dos avós paternos (1845) [...]. O patrimônio rural preservado em Minas Gerais por Dona Maria Jose foi a fazenda Fortaleza de Santana, que ela herdou de seu pai, falecido depois de seu esposo e onde o seu filho mais velho, Mariano Procópio Ferreira Lage montou uma unidade agrária considerada modelo pelos viajantes que a conheceram”. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*, p.215.

Fascinado pelas ciências e inovações tecnológicas, Ferreira Lage parecia possuir ainda facilidade para o aprendizado de línguas estrangeiras, como o francês e o inglês⁵⁶, atributos e dotes que despertaram a admiração do monarca Pedro II. Entre 15 e 17 anos, teve a oportunidade de iniciar-se nos negócios de sua família na capital, como sócio da Companhia Maia e Cunha, atacadista e importadora de artigos para fazendas, que ficava na rua dos pescadores, no Rio de Janeiro⁵⁷. Neste mesmo período, Mariano Procópio realizaria uma viagem de estudos para Europa e Estados Unidos, custeada por seu pai. Ao retornar, casou-se, em 1851, com a filha de José Machado Coelho de Castro, Maria Amália Ferreira Lage, com quem teve três filhos⁵⁸.

Figura 4

Descendência de Mariano Procópio Ferreira Lage e Maria Amália Ferreira Lage



Fonte: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*.

⁵⁶“As primeiras letras foram adquiridas em sua própria casa, em Barbacena e demais noções elementares ministradas por sua ilustre mãe, até que aos quinze anos de idade, matriculou-se no colégio de Congonhas do Campo, que se encontrava sob direção dos padres do Caraça. Era o ano de 1836. Terminando o curso, dedicou-se ao comércio, no Rio de Janeiro, onde, todavia foram curtas a sua atividade e sua permanência. Em retornando ao convívio familiar, percebendo seu pai suas inclinações pela ciência e tecnologia, sendo admirável a capacidade com que aprendia o Francês, o inglês e outras línguas, proporcionou-lhe uma viagem de estudos na Europa”. BASTOS, Wilson de Lima Bastos. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*. Pag.15.

⁵⁷ ESTEVES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol.230. Março de 1956.

⁵⁸BASTOS, Wilson de Lima Bastos. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*. Juiz de Fora. Edições Paraibuna, 1991.

1.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE

Logo após seu casamento, Mariano Procópio Ferreira Lage dedicou-se ao que seria sua principal atividade, a fundação da Companhia União indústria, feito que se consagra com a assinatura de contrato junto ao governo Imperial no ano de 1852, a partir do qual a companhia se compromete a realizar as obras de uma estrada de rodagem partindo do município de Petrópolis em direção a diversos pontos na província de Minas Gerais, terminando na barra do Rio das Velhas, onde se planejava a começar a navegação do Rio São Francisco⁵⁹. Ao longo de sua vida, a Companhia União Indústria, suas realizações e os empreendimentos por ela geridos, seriam a base de sua atuação política, especialmente na Corte, onde se esforçava por manter uma postura *progressista*, no que se referia à modernização das atividades agrícolas, industriais e comerciais e o desenvolvimento de infraestrutura necessária ao avanço econômico.

Entretanto, em Minas Gerais, Ferreira Lage demonstrava maiores dificuldades em lidar com a política. Membro do tradicional Partido Conservador⁶⁰, ao contrário de seu primo conde de Prados, um liberal *histórico*, que se tornaria vice-presidente da Companhia União Indústria, a relação de Mariano Procópio com seus partidários na província mineira era bem distante. Certa vez, ao se candidatar às eleições gerais em 1861, aproveitando a publicidade local gerada pela inauguração da Estrada União Indústria, o comendador assim se definiu:

Outra do Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage que diz não se apresentar como candidato conservador nem liberal aos eleitores de Barbacena, mas sim como candidato do Rio Piabanha e do Paraibuna; pronto a acompanhar os Brasileiros que mais *utilidade produzem* para o país, seja qual for a opinião política que professem⁶¹.

Para progredir em suas aspirações políticas, comuns na família, Mariano Procópio estrategicamente colocou em evidência um discurso desprendido de ideologias partidárias, afirmando-se como o candidato daqueles que estejam em consonância com o progresso material do império, alegando, então, que o desenvolvimento do país estaria acima das opiniões políticas professadas.

⁵⁹ Almanak Lammert, 1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 08/10/2014. A atuação de Mariano Procópio junto a sua companhia será analisada no capítulo II.

⁶⁰ Sobre a filiação de Mariano Procópio Ferreira Lage ver LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*. p.137

⁶¹ Correio Mercantil, 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

A conduta do comendador Ferreira Lage fora recebida pela imprensa como de aparente subversão à lógica partidária, uma estratégia diferente de se fazer política para a época. Parte dessa estratégia pode ser entendida pela reforma política ocorrida no ano de 1855, e para entendermos as modificações no jogo político precisaremos entender como se davam as eleições antes e depois de 1855.

Antes da reforma eleitoral, vigorava o modelo chamado de lista completa, ou seja, para se eleger deputado os candidatos precisavam passar pelas prévias de seus partidos para finalmente ser relacionado na listagem de candidatos de seus respectivos partidos Liberal ou Conservador. Esse modelo foi amplamente debatido pelo Gabinete da Conciliação — organizado em 1853 e chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná, contando com políticos tanto liberais quanto conservadores — por não favorecer a elegibilidade das minorias, deixando algumas regiões sem representantes na Assembléia Geral, como nos revela Paula Ribeiro Ferraz:

A montagem de uma chapa oficial era uma tarefa trabalhosa, pois demandava muitas negociações, envolvendo líderes locais e provinciais, presidentes de província e membros do gabinete. A eficácia da chapa, ou seja, o efetivo êxito eleitoral de seus nomes dependia, portanto, de um equilíbrio em termos de interesses e privilégios, que buscasse satisfazer as pretensões das grandes influências da Corte e das provinciais, mas que também garantisse a mobilização requerida dos chefes locais. Porém, este arranjo eleitoral favorecia, apesar das negociações, um controle a partir de cima, do qual resultava, na grande maioria das vezes, a atuação disciplinada dos deputados frente às orientações partidárias⁶².

Após as alterações definidas pelo Gabinete da Conciliação, o novo sistema passou a operar o sistema de eleição por distritos eleitorais o que entrou em vigor no ano de 1856. Este modelo criou nas províncias os chamados distritos eleitorais, onde os candidatos nas eleições gerais disputavam em seus respectivos distritos. Essa reforma permitiu equilibrar o número de representantes por região, ao contrário do sistema antigo, onde a distribuição era desordenada. As modificações no sistema beneficiaram a candidatura de Mariano Procópio, que passou a ter que convencer seu eleitorado na região que compreendia a zona da mata mineira, onde sua família possuía muito prestígio. Por fim, esse novo modelo possibilitou a imposição da influência local dos núcleos familiares e aumentou sensivelmente as

⁶² FERRAZ, Paula Ribeiro. O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857). Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2013. (Grifo meu)

possibilidades de eleição dos grupos politicamente minoritários ⁶³, que dentro do jogo provincial não possuíam alcance, mas na perspectiva local ou distrital possuíam forte influência, como bem menciona Paula Ribeiro Ferraz:

[...] na legislação eleitoral vigente entre 1822 e 1855 – que abrange as prescrições da Constituição de 1824, as instruções de 1824, o decreto de 1842 e a Lei de 1846 - vigorou um sistema de lista completa, em que o eleitor tinha tantas opções quantas fossem as vagas na Câmara dos Deputados existentes para sua província. Neste sistema eram eleitos os candidatos a deputado que obtivessem, computada a totalidade, o maior número de votos, até preencher o número de vagas reservado àquela província. [...] essa lista de eleitos resultava menos da agregação de preferências individuais dispersas por cada colégio eleitoral, do que da aquiescência do eleitorado as “chapas”, um rol previamente elaborado de nomes sancionados pelas elites políticas dominantes⁶⁴.

A reforma dos círculos eleitorais em 1855 representou uma abertura de espaço para as minorias partidárias, fossem liberais ou conservadoras, em um jogo político dominado pelo localismo nas províncias, como menciona Paula Ribeiro Ferraz: “este sistema incentivava, por um lado, a formação de uma elite regional transcendente de localismo, e, por outro, exigia dos gabinetes um custo considerável em termos de atendimento às demandas das bancadas provinciais”. Atribuía-se a essa nova lei, a força de estreitar as distâncias entre o candidato e o eleitor e frear a imposição das chapas fechadas dos partidos. As disputas internas do Partido Conservador em Minas Gerais levou o comendador Mariano Procópio a iniciar outra estratégia de discurso que, de certa forma, compensaria sua rejeição política frente aos seus partidários conservadores.

Sendo assim, será praticamente impossível desvincular a vida política de Mariano de sua Companhia e até mesmo da influência de sua família na província mineira. Segundo o Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro, no ano de 1868, encontramos a identificação do comendador Mariano Procópio como comerciante da Praça do Rio de Janeiro⁶⁵. A família Ferreira Armonde mantinha uma rede de

⁶³ Segundo Suzana Cavani, “O mesmo entusiasmo que motivava os liberais a participarem das eleições, parecia animar o eleitorado, o qual atribuía ao voto distrital o poder de aproximar o candidato do eleitor e de acabar com a imposição das chapas fechadas dos partidos, contendo muitos nomes que escapavam a seu conhecimento”. ROSAS, Suzana Cavani. A dança dos círculos guabirus e liberais e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH. São Paulo, jul., 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307902702_ARQUIVO_2ANPUH2011.pdf.

⁶⁴FERRAZ, Paula Ribeiro. O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857). Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2013.

⁶⁵Almanak Lammert, 1868, sessão de notabilidades p.103. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

negócios com representantes na Corte; porém, a vida política teria desdobramentos na província de Minas, localidade onde sua família possuía prestígio e sucesso econômico.

Herdeiro da tradição nos negócios da família Armonde, portanto, Mariano Procópio Ferreira Lage, estrategicamente fixado na Corte, sempre manteve Minas, em especial a zona da mata mineira, como reduto político e principal fonte de seus investimentos, chegando a ser considerado um dos homens mais ricos do Brasil na segunda metade do século XIX⁶⁶. Os primeiros passos na vida política de Ferreira Lage registram sua tentativa, por duas vezes frustrada, de se tornar membro da Câmara de Vereadores da vila de Santo Antônio do Paraibuna, nos anos de 1856 e 1861. Naquele tempo, faltava ainda ao comendador convencer seus conterrâneos de suas aspirações políticas, mas essa não foi uma tarefa das mais fáceis de serem atingidas.

Tanto é pertinente essa colocação que encontramos uma referência no livro de Patrícia Falco Genovez⁶⁷. Recém-chegado com a sua companhia União Indústria no ano de 1855, Mariano Procópio convidou os mais importantes fazendeiros da vila do Santo Antônio do Paraibuna para propor a criação da Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila do Santo Antônio e seu Município⁶⁸. Sua idéia foi bem recebida, mas viu frustrada a sua indicação para presidência da sociedade. Segundo a referida autora, “apesar da iniciativa ter partido do comendador Mariano e de ter sido muito bem apreciada e, inclusive aceita, seu nome não foi sequer votado para integrar a diretoria da Sociedade, sendo aclamado presidente o comendador José Antônio da Silva Pinto, Barão de Bertioga”.⁶⁹

A primeira tentativa de aproximação com a elite política local frustrou as pretensões do comendador, que não contava com a humilhante desaprovação de seu nome para a presidência da sociedade que, após a votação secreta, elegeu o Barão de Bertioga como presidente e oito diretores: comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, comendador Francisco de Paula Lima, tenente-coronel José Ribeiro de Rezende, João Nogueira Penido, comendador major Caetano Rodrigues Horta e o professor Josué Antônio de Queiroz (farmacêutico). Ferreira Lage foi convidado a ocupar o cargo de vice-diretor e recusou-se,

⁶⁶ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde 1751-1850*.

⁶⁷ GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

⁶⁸ É importante salientar que, nesse momento, “seu município” representa a região onde ficavam as terras de Mariano Procópio Ferreira Lage, localidade pouco afastada da vila do Santo Antônio, separada pelo Morro do Gratidão e cortada pela estrada que a ligava ao município de Rio Novo, denominada Estação do Rio Novo, ponto de desembarque de mercadorias e pessoas nas terras do comendador Ferreira da Lage. GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

⁶⁹ Idem.

mesmo dizendo que iria prestar auxílio no intuito de incentivar a prosperidade material daquela sociedade.

Essa retaliação estimulou a ação de repúdio, por parte do comendador, que detinha em suas mãos a concessão da estrada que iria passar por dentro da cidade do Paraibuna. O fato é que o trajeto da nova estrada seria modificado para passar por fora do perímetro urbano, caracterizando-se, assim, como uma tentativa de Mariano Procópio de isolar a região, passando sua rodovia às margens da vila — atual Juiz de Fora —, o que, segundo Patrícia Genovez, representou a perda de qualquer benefício financeiro ao município de Santo Antônio, além do projeto não contemplar a construção de uma estação dentro da cidade, fato que muito enfureceu os políticos da localidade. A estação mais próxima ficava na região do Rio Novo, atual bairro Mariano Procópio em Juiz de Fora, propriedade do comendador, como comenta ainda Patrícia Genovez:

Uma decisão que não apenas deixou o centro da cidade sem uma estação, como impediu a valorização dos terrenos dos grandes proprietários que acompanhavam o traçado do Caminho Novo, como o Barão de Bertioga, as famílias Tostes, Halfeld e os Paula Lima. Ao escolher outro traçado para a rodovia o comendador Mariano valorizou suas próprias terras. Alias terras que foi adquirido fora do perímetro urbano da cidade, sempre às margens da Rodovia. O processo de aquisição das terras vem descrito no registro de terras que o comendador Mariano fez, mostrando sua disposição em cercar a cidade. Pelos limites que constam no documento, o avanço marianista só encontrou resistência junto às propriedades dos Halfeld e dos Paula Lima, famílias que já contavam com raízes bem profundas quando a cidade era apenas a vila de Santo Antônio do Paraibuna, em 1850. Adquirindo terras descontínuas, Morro do Imperador, Mariano Procópio, São Pedro, Borboleta, Cresotagem, Benfica e Grama⁷⁰.

Mariano Procópio Ferreira Lage seria, então, considerado um adversário político na região da Vila do Santo Antônio do Paraibuna, naquele tempo recém-emancipada de Barbacena, em 1850:

Ao que parece, o relacionamento do Comendador Mariano Procópio com os antigos moradores não fora estabelecido de forma positiva. O fato ocorrido na Câmara quando da formação da Sociedade Promotora e nas eleições, mostrou que se tratou apenas de boa vizinhança. Ou seja, o contato pessoal existia e era até desejado pela Câmara de Santo Antônio do Paraibuna uma vez que o comendador era o responsável pela limpeza e recuperação de alguns caminhos próximos ao centro da cidade. Contudo o contato não ia além das reclamações, principalmente, no tocante à questão política. A distância que foi colocada também podia significar um entendimento entre líderes locais no sentido do afastamento do Comendador

⁷⁰ GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

Mariano das decisões municipais temendo um futuro domínio da família Armonde como já ocorria em Barbacena, cidade da qual a vila de Santo Antônio do Paraibuna se desligara poucos anos antes, causando muitos prejuízos à antiga comunidade política barbacenense tendo em vista a vivacidade econômica da região recém emancipada⁷¹.

O isolamento político na região de Juiz de Fora não significou, porém, que as pretensões e aspirações políticas de Mariano não pudessem ser alcançadas. No ano de 1861, o comendador conseguiria se eleger deputado geral pela província de Minas Gerais, provavelmente porque nesse momento já havia consolidado sua posição na Corte, principalmente após a inauguração da estrada de rodagem em 1861, e porque sua família e as redes de relacionamento historicamente construídas por essa parentela ainda tinham força na província.

Como já afirmado, a reforma eleitoral dos círculos, em 1855, e a conseqüente divisão das arenas eleitorais em distritos, aumentou sensivelmente as chances de eleição do comendador a Deputado Geral. Um novo sistema e um novo discurso promoveram o fortalecimento de sua candidatura. Na nova divisão distrital, Mariano Procópio manteve sua disputa no 3º distrito, região de influência de seus familiares. Não bastasse a regionalização da disputa eleitoral, contava ainda o comendador com a prestigiosa ajuda de seu primo, Camilo Maria Ferreira Armonde, Conde de Prados, membro do Partido Liberal e sócio de Mariano Procópio na Companhia União Indústria. Outra característica da política estratégica dos Armonde estaria ligada à filiação partidária de seus membros. Contava este núcleo com representantes nos dois partidos, Liberal e Conservador e, segundo Antônio Henrique Duarte Lacerda, a divisão partidária entre ambas as tendências na família pode ser explicada pela estratégia de afirmação da política familiar, e este fato era recorrente nas grandes famílias mineiras.

Vejamos como o jornal *Correio Mercantil*, editado na Corte e distribuído na cidade do Paraibuna, registrou, na coluna notícias do interior, as agitações que marcaram o pleito de 1861:

Achamo-nos em ano de eleições, em que temos de fazer a segunda experiência da lei dos círculos. A primeira não deu piores resultados do que dava a lei anterior, pelo contrário agitou um pouco a sociedade, fez surgir alguns talentos novos, e mandou uma câmara, onde todos os governos tem encontrado fiscais enérgicos em oposições arregimentadas e numerosas, o que é sempre uma vantagem. Aqui neste distrito já temos tido várias candidaturas: as que obtiveram mais acolhimento foram as dos Srs. Lima Duarte e Melo Franco; mas sendo comuns os amigos desses senhores vimo-

⁷¹ Idem. p.37.

nos em embaraço. Para obviar a semelhante inconveniente, concordou-se na apresentação de um nome, ante o qual todos recuassem, e foi do Sr. Camilo Armonde, esse cavalheiro ilustrado e querido por todos. Com efeito, nem o Sr. Mello Franco, nem o Sr. Lima Duarte duvidaram um só momento retirar-se; mas o Sr. Armonde, sabendo que além desses seus amigos ainda um terceiro, o Sr. Mariano Procópio, tinha desejos de apresentar-se, muito espontaneamente recusou uma honra que indisputavelmente alcançaria. Parece que o Sr. Mello Franco, tendo probabilidade de êxito feliz em mais de um circulo da província, também não pleiteia a eleição por Barbacena. Ficam em campo os Srs. Mariano Procópio e Lima Duarte, ambos dignos, ambos contando com amigos e simpatias. Pede a justiça, porém que se diga que a candidatura do Dr. Lima Duarte tem mais probabilidades⁷².

A sugestão de Camilo Maria Ferreira Armonde para a desistência das candidaturas de Melo Franco e Lima Duarte evidencia que mesmo os primos atuando em posições partidárias antagônicas, sobressairia o poder político do circulo familiar dos Armonde. O apoio do liberal e primo Camilo, feito principal cabo eleitoral do comendador, foi decisivo para que Mariano Procópio alcançasse sucesso no pleito relativo ao terceiro distrito, que abrangia as cidades de Barbacena, importante reduto da família, Leopoldina e Baependi. Mesmo sendo membro do Partido Conservador, Mariano Procópio não era o preferido do seu partido, situação que causou sérios embaraços por este ser eleito com a valiosa ajuda dos liberais, como retrata o mesmo jornal Correio Mercantil:

Apesar de todas as traições dos conservadores, o Sr. Mariano Procópio, tendo obtido as votações liberais de Barbacena e Pomba, é o terceiro deputado deste distrito. Não nos achamos com força para fazer o esquife do órgão genuíno e predileto do partido cardinalício, o Sr. Justiniano Rocha. Sabemos que mãos mais delicadas se empenham nesse trabalho. O esquife sairá inimitável, por que as mãos a que nos referimos são as do Sr. Visconde de Abaeté⁷³.

O resultado da votação definiu, em primeiro lugar, Lima Duarte, com 243 votos; no segundo lugar, Christiano Ottoni, com 212 votos; em terceiro lugar, Mariano Procópio, com 155 votos. Logo em seguida ficara Justiniano Rocha, com 152 votos, o que significa que o comendador Mariano teria alcançado a terceira vaga com uma diferença para o quarto colocado de apenas três votos. Portanto, fora indispensável a ajuda dos liberais de Barbacena e Pomba para a chegada de Ferreira Lage à assembléia geral, o que causou muitos embaraços com os derrotados nas urnas, que tentaram impugnar a candidatura do comendador alegando

⁷²Correio Mercantil, 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

⁷³Correio Mercantil, 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

que sua vitória era por certo ilegítima, por ter somado votos com a ajuda liberal. É o que registra o *Correio Mercantil*, na edição do dia 2 de março de 1861:

A eleição do Sr. Comendador Mariano Procópio por este distrito tem sido muito estimada por aqueles que deveras amam seu país, e se não acham obcecados por paixões políticas. Indignação causou-nos um comunicado inserto aí no *Correio Mercantil* de 12 do corrente, e datado desta cidade. Semelhante artigo só poderia ser parto de alguém que se alimenta com a intriga e a discórdia, tendo só em vista com a tal publicação indispor o Sr. Comendador Procópio, e Drs. Bustamante e Paula Candido com as influências do partido conservador na corte. Cremos, porém que aqueles senhores se não deixarão iludir por semelhantes tricas, próprias de épocas eleitorais, e, sobretudo de semelhante gente. Lemos no tal comunicado, que por ter o Sr. Comendador M. Procópio recebido trinta e tantos votos dos eleitores liberais de Barbacena, e uns três ou quatro dos da Pomba, também do mesmo credo, era, pois, liberal o seu mandato! Lógica que é a do tal correspondente! Pois não viu que o comendador M. Procópio foi eleito com 155 votos⁷⁴?

Ao comparar as votações dos dois primeiros colocados no pleito observamos que suas candidaturas, apesar de liberais, também contaram com a ajuda expressiva de conservadores; portanto, conservadores e liberais votavam sem uma obrigatoriedade de fidelidade partidária após a reforma dos círculos. Habilidoso orador, o comendador contava com o reconhecimento de seus serviços prestados à nação e sugeria aos eleitores votarem pelo sentimento de gratidão⁷⁵. Nota-se que Ferreira Lage se apegava ao peso de sua Companhia, apelando para o discurso patriótico e sua fidelidade para com o progresso da nação. Esse era mais um elemento da disputa que contava, além de tudo, com o prestígio familiar, que também se manifestava nas outras candidaturas, como no caso de Lima Duarte, apresentado por seu tio, Francisco de Paula Lima, influente político conservador.

Superando os efeitos colaterais de sua eleição, o comendador consagraria seu poder político e econômico com a inauguração da Estrada de Rodagem União Indústria no dia 23 de Junho de 1861, contando com a presença da família Imperial e comitiva. Para as festividades foram chamadas diversas autoridades, porém uma ausência, de certo, nos chama muita atenção. Como revela Patrícia Falco Genovez, a recepção dos festejos pode ser

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Para responder às acusações, o correspondente do jornal assim define o resultado das urnas: “Votos são pois puramente de gratidão, a mais leve mescla de política. Conservadores e Liberais (estes poucos) que votaram no Sr. M. Procópio não se levarão por ideias e interesses políticos, enxergarão nele somente o brasileiro distinto, amigo da ordem, monarquista dedicado, que vendendo obstáculos e não olhando á sacrifícios, tem louvado a civilização e o progresso a esta parte da província. O Sr. M. Procópio não podia agradar aos liberais do dia, não reza pela cartilha das invectivas e impropérios que hoje constituem um serviço relevante e um padrão de glória; homem de ordem, monarquista de coração, amigo do seu país, é verdadeiro conservador, pertence ao credo que único pode trazer a paz e a prosperidade a esta terra”. *Correio Mercantil*, 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

entendida como jogo de poder por trás do prestígio tanto local quanto nacional, pois o legislativo do município não se fez presente, certamente pelas rivalidades criadas com a chegada de Mariano Procópio à região.

Como mencionamos anteriormente, as rivalidades dividiram duas localidades, o município de Santo Antônio do Paraibuna e a região conhecida na época como Rio Novo, onde se encontravam as terras do comendador, assim chamada por ter um trecho da estrada que ligava a região ao município de Rio Novo.

Ao se candidatar ao Senado de Minas, como registra o jornal *Correio Mercantil*, edição de 20 de fevereiro de 1868, notavelmente percebe-se que as atividades desenvolvidas por sua Companhia mais uma vez se tornaram o apelo no intuito de convencer o eleitorado. Eram tantas as menções aos trabalhos da União Indústria que parecia ser essa instituição a principal via de acesso à sua vida pública⁷⁶:

Uma escola normal de agricultura, exposições industriais, isto é, a teoria e a prova de sua aplicação, deverão brevemente coroar a obra de tanta providência e dedicação. Se estes títulos não podem ser vantajosamente atendidos na sua exibição perante o corpo eleitoral de Minas, se não podem legitimar a pretensão de um assento no senado, então adeus melhoramentos industriais: O país não os quer porque os não aprecia. É tempo perdido lavar na areia. *Um mineiro na côrte*⁷⁷.

Nesse momento, a companhia União Indústria dava prestígio e importância ao comendador e certamente foi um dos pontos mais importantes a favorecer sua vitória nos pleitos nacionais. Sua influência política era do tamanho da malha de cobertura da Estrada de rodagem e, logo após os anos de 1869, do tamanho da malha da linha de ferro Dom Pedro II,

⁷⁶Quanto à campanha de Mariano Procópio para o Senado, declarava o *Correio Mercantil*, em 1868: “Dedicado, por uma dessas propensões irreversíveis, aos melhoramentos industriais, que são a paixão constante da sua vida, o encanto predileto de sua natureza, o Sr. Ferreira Lage não limita sua atividade a empresas de viação; o melhoramento das raças dos animais, que são o auxiliar da agricultura e um dos elementos principais da alimentação do homem, os instrumentos da lavoura aperfeiçoados são igualmente a mira de seus desvelos. Regressando da Europa, onde foi assistir a exposição universal do ano passado, trouxe ampla coleção de animais, instrumentos oratórios, sementes de tudo quanto pode concorrer para o progresso da lavoura. Como não estaria a agricultura adiantada entre nós se nossos mais abastados fazendeiros, cuja fortuna nunca poderia ser comprometida em experiência de melhoramentos principiados em pequena escala, imitassem o exemplo do Sr. Ferreira Lage? Como nossa produção não teria aumentado? Quantas indústrias já não existirão no país dessas que se levantam na Europa em todos os grandes estabelecimentos de produção agrícola? Ainda não dissemos tudo. A imprensa acabada de discutir um projeto de estrada de rodagem para o porto Novo Cunha que excitou as mais vivas simpatias de opinião, principalmente por partir da iniciativa individual, cuja falta tem sido um dos maiores entorpecimentos do progresso do país. Contratando a construção desse ramal a companhia União Indústria, dirigida pelo Sr. Ferreira Lage, prestava á província de Minas e ao império assinalado serviço. Libertava o governo do dispender, a prolongar a estrada de ferro de Pedro II pelo interior da província, suprimindo grandes distâncias entre o interior e o litoral. *Um mineiro na Corte*. *Correio Mercantil*, 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

⁷⁷ *Correio Mercantil*, 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

“o trunfo na manga” de um jogador que sabia utilizar os melhoramentos promovidos pelo Estado e sua Companhia a seu favor.

Se nas eleições gerais seu nome era tido como certo, nas eleições provinciais o comendador acumulava fracassos nas urnas, fracasso esse que em grande parte se dava pela atuação das facções políticas em Minas, como expõe o jornal *A vida Fluminense*:

Os Lagartos em Minas (Sessão de um simulacro do grêmio conservador). A cabeleira da mesa estão sentados a *Hyena* e *Paturot*. Ao longo da mesa lagartos e lagartixas. Todos estes bichos são de engonço. O *Pellado* é que os move por traz da cortina e por traz do cabeçudo e mirradinho *Manél de Soiza*, que finge ser o presidente do grêmio. Abre-se a sessão: Manél de Soiza remexe-se nos braços do *Pellado*, que a custo o levantou até certa altura, e diz sacudido sua anelada cauda de lagarto: - Meus lagartíssimos colegas vamos tratar de uma questão de máxima importância! Com o auxilio do chefe de Polícia interino (que é homem que tem cabelinhos na venta) e da presidência da província (que não tem cabelos em parte alguma) vamos organizar uma chapa para Senadores por Minas, com a qual provaremos aos Benjamins, Camilos e et Cetera o poder do nosso poderoso poder presidencial e policial interino. Autoritate qua fungo eu vos intimo que cabaleis todos contra o candidato natural da província o tal Ferreira Lage, e voteis em carga cerrada no Sr. Neves, candidato repellido pelos conservadores, que sempre se conservaram nos seus postos, e que por isso perderam em Minas as boas graças do nosso grande Cacique *Pellado*⁷⁸.

Políticos incomodados com os melhoramentos que a companhia União Indústria desenvolvia na época procuraram intensificar as campanhas contra sua eleição. Ao se candidatar ao Senado pela província de Minas Gerais, o comendador, mesmo ressaltando seus princípios e patriotismo, não convencia. Só para dar um exemplo, Mariano Procópio não seria bem votado nessas eleições nem na própria freguesia onde era seu reduto. Este fenômeno do

⁷⁸ Continuava ainda o artigo: “Meus senhores, penhora-me sobremodo a prova de confiança que me dais encarregando-me de uma missão tão honrosa. Sei quanto é difícil a empresa. Já experimentei a força do meu antagonista; já fui por ele derrotado e corrido a bodoque em Mar de Hespanha, Leopoldina e Juiz de Fora, na qual tive a loucura de crer que todo o povo se achava indignado contra ele por causa dos fretes e do contrato da União indústria com o governo. Mas tais esforços empregarei agora, dispondo da policia interina, enquanto não vem o Joaquim Caetano, e com o auxilio da presidência, enquanto o Cacique *Pellado* não é chamado a contas, que espero conseguir o que mais almejamos. Desde o dia 6 estão meus agentes policiais correndo por todos os recantos da província e aparando os galhos da arvore que tanto nos assombra. – Porque não faz pessoalmente uma excursão pela província para melhor impor nossa chapa? (pergunta o *Paturot*. Que é lagarto de papo amarelo.)- n’essa não caio eu (responde a *Hyena*). Por toda a parte por onde andei com meus burricos atolados nos unicos caminhos que temos dado a província, disseram-me os eleitores que lamentavam que nós só cuidassemos em manejos eleitoraes, desprezando as forças productivas da província, a quem tudo deviamos e cuja riqueza desbaratavamos tão desastadamente! – Proh pudor! (murmura o *Pellado*.) – Proh pudor! (repete todos em côro.) – E accrescentaram que preferiam votar no meu perseguido, que lhes tem dado tão boas estradas, e uma escola agricola que tanto promete, do que votar em nós que só podemos afferecer-lhes postos da guarda nacional, delegacias e subdelegacias”. *Jornal A vida Fluminense*, 26 de fevereiro de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 12/08/2014.

eleitorado pode estar associado à perda de influência ou não alcance do poder político da família Armonde na totalidade da província.

Para se ter uma idéia de como se dava esse fenômeno, vejamos o resultado no próprio reduto dos Armonde, na votação apurada pelo colégio eleitoral de Barbacena, uma surpreendente derrota. Compareceram 39 eleitores, segundo informações do Correio Mercantil. Seguindo a votação, Christiano Ottoni obteve 38 votos; Cerqueira Leite, 38 votos; Martinho Campos, 36 votos; e Mariano Procópio, apenas cinco votos.

No colégio de Juiz de Fora, que recebeu 25 eleitores, sendo 20 conservadores e cinco liberais, atenuando-se o clima de rivalidade e evidente antipatia ao comendador, o resultado é bem mais favorável a Ferreira Lage, que é o candidato mais votado, recebendo 20 votos, seguido por Luiz Carlos da Fonseca, com 15 votos, Jerônimo Máximo Nóbrega Penido, com nove votos, conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, com oito votos, conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo, com cinco votos e conselheiro Domiciano Leite Ribeiro, com três votos, revelando que o comendador era o preferido no colégio eleitoral de Juiz de Fora. Porém, no apanhado geral das urnas nos vários colégios eleitorais de Minas o comendador não obteve votação expressiva, o que resultou em mais uma decepção política e amarga derrota, pois em seu próprio reduto eleitoral o comendador havia perdido votos significativos.

Quanto ao desempenho geral nas eleições para o Senado, o resultado final das apurações, como registra o Jornal Diário de Minas, na edição do dia 31 de março de 1868, apontou o seguinte quadro: Silveira Lobo, 1242 votos; Domiciano Leite Ribeiro, 1018 votos; bispo de Diamantina, 812 votos; Christiano Ottoni, 777 votos; Luiz Carlos da Fonseca, 463 votos; Martinho Campos, 445 votos; Penido, 330 votos; Cerqueira Leite 313 votos; Antão, 276 votos; e Ferreira Lage, 108 votos⁷⁹.

A respeito das eleições para o senado, encontramos alguns registros onde facções mineiras brigavam por candidaturas de aliados, como registra o jornal A vida Fluminense, edição do dia 26 de fevereiro de 1870. Existiam duas facções, uma liderada por Camilo Maria Ferreira Armonde e outra comandada pelo Sr. Teixeira Leite. Outro fator curioso era a expectativa da fraude, a compra de votos, como registra o jornal A Reforma, edição do dia cinco de março de 1870.

⁷⁹As informações relativas ao resultado das eleições para o senado com resultados parciais e o total esta disponível no Jornal Diário de Minas, disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. Diário de Minas, 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

Comunicam-nos: Hoje é o grande dia, em Minas Gerais. Às 11 horas estará reunido o colégio eleitoral e, com mais ou menos trapaça, teremos de ver seis patuscos em uma lista sêxtupla. Virá o Sr. Mariano Procópio? Abismo! Virá o Sr. Brotas? Mistério! Virá o Sr. Penido? Esfinge! Somente não são duvidosos os Srs. Antão, Luiz Carlos e Cruz Machado. O primeiro levado enxurradas de Andaraí arranjou bóias ministeriais, e foi nadando com algumas cartas do Sr. Itaboraí, e, a modo de camões, escapando dos procelosos baixos. O segundo tem umas calças tão celestialmente azuis, tão divinamente aniladas, tão afidalgadas e ordeiras, que não podem ficar sem eleição. O Srs. Cruz Machado, a amplivago pretende, o presidente que no Maranhão descobriu a raiz do gergelim, e que de lá saiu a foguete e destemperadamente, esse herói do Serro, deve ser o primeiro votado, por isso que ele é a legítima expressão destas amplivaga atividade. Estamos, pois, com a lista sêxtupla, como a montanha da fabula, a berrar como dores de parto; mais algumas horas, e serão nascidos os ratões.⁸⁰

Ao que tudo indica, as fraudes no sistema político era fato externalizado e alcançava a opinião pública; os jornais noticiavam a expectativa de votação e deixavam explícito o jogo de alianças que existia nos bastidores, estratégias políticas segundo as quais vencia aquele que conseguisse fraudar mais. Observando o quadro geral dos votos podemos notar que, de fato, a reforma dos círculos feita em 1855 e reeditada em 1861 garantiu a possibilidade de eleição do comendador a deputado pelo terceiro distrito, pois a disputa se limitava à concorrência regional; quando essa disputa acontecia em uma esfera de maior abrangência, suas chances eram mais remotas.

O comendador, rejeitado pela elite política provincial⁸¹ era, no entanto, exaltado na Corte, onde era sempre lembrado pelo imperador e recebia constantemente títulos nobiliárquicos⁸², menção honrosa e distinções concedidas pelo governo, como no caso da distinção recebida do ministério do império, pelo decreto de 3 de junho de 1868, o título da Ordem da Rosa, reservado a civis e militares que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa

⁸⁰ Jornal, A Reforma, 1870. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

⁸¹ De acordo com o jornal A vida Fluminense, a resistência ao nome de Ferreira Lage também poderia ser analisada a partir de conflitos pontuais: “Mas qual foi a causa da discórdia nos campos do Agramante ministerial? Porque motivos meia dúzia de chefes, que sempre pelejaram sob a bandeira *vermelha*, desertaram agora suas fileiras para virem atacar antigos irmãos d’arma? Muitas cousas se dizem por aí, que todas bem espremidinhas, dão este suco: O Sr. Pereira da Silva tem tanta vontade de ser ministro da agricultura, quanto interesse em que a benéfica influencia da estrada de ferro Dom Pedro II só se faça sentir na província do Rio de Janeiro. O Sr. Aureliano de Carvalho está sentido, mesmo muito sentido, por ter encontrado completo o quadro de engenheiros da mesma estrada. Os Srs. Figueira e Canedo precisavam ajustar com o Sr. Ferreira Lage umas contasinhas do ultimo pleito eleitoral. É o que se diz por aí e que repito, por não ser baú de ninguém. Note-se, porém, que repito sem crer nem descreer. Repito como um eco”. A vida Fluminense, 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

⁸² Sobre essa questão é importante salientar que Mariano Procópio Ferreira Lage recebeu o título de Barão mas o repassou a sua mãe, a Baronesa de Santana, no ano de 1861, momento em que o comendador inaugurava a estrada de rodagem União Indústria. BASTOS, Wilson de Lima Bastos. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

do imperador e por serviços prestados ao Estado. Logo após a titulação, Ferreira Lage fora promovido a comendador da ordem de Cristo, da qual já era cavaleiro⁸³.

Porém, ao se tratar do Legislativo Nacional era ele o nome da localidade, onde apresentava expressiva votação. Contando mais uma vez com o apoio do terceiro distrito, região de domínio político de sua família, Ferreira Lage se tornaria mais uma vez candidato à 13ª legislatura (1869-1872) pelo Partido Conservador, para a qual seria eleito para um segundo mandato.

O ano de 1872 também é marcado como ano de sua morte, que ocorreria em 14 de fevereiro, segundo relatos em decorrência de “acesso pernicioso”, levantando-se as hipóteses de doença decorrente da febre amarela ou um infarto fulminante. Também há divergência quanto ao local de sua morte; encontramos dois relatos, um de que ele morrera na Corte e outro, em sua residência, em frente à última estação da estrada de rodagem União Indústria, onde se localizava o escritório da companhia.

A trajetória política de Ferreira Lage parece marcada por conflitos diversos e rivalidades de diversas naturezas, o que teria colocado obstáculos para o alcance de suas aspirações mais ambiciosas, como, por exemplo, sua tentativa de eleição para o Senado. Se a fundação e administração da Companhia União Indústria, com a badalada inauguração da estrada de rodagem, eventualmente representou um *passaporte* de entrada no universo da política, por outro lado esta também parece ter trazido percalços e alimentado rivalidades locais. Porém, o que parece claro é o fato de que Ferreira Lage passava a encontrar uma dificuldade cada vez maior em lidar com as elites provinciais, particularmente os grupos que se faziam representar na assembleia de Minas Gerais. Essa dificuldade não se restringiu ao fracasso de sua candidatura ao Senado, mas estava também presente nos problemas que encontrou para renovar os subsídios e benefícios concedidos originalmente, ainda na década de 1850, pela assembleia mineira aos seus empreendimentos, recursos que lhe seriam repetidamente negados após a segunda metade da década de 1860.

Uma hipótese para compreender essa questão pode estar relacionada à estratégia de afirmação do grupo familiar em direção à Corte e outras regiões do império e o consequente esvaziamento de sua influência política na província, principalmente quando se considera a política de casamentos do núcleo Armonde, que parecia valorizar ligações e alianças com grupos e famílias externos à região. De fato, se analisarmos o quadro de

⁸³ O jornal assim notifica a condecoração de Ferreira Lage: “Foi promovido a comendador da ordem de Cristo, da qual já era cavaleiro, Mariano Procópio Ferreira Lage, ficando sem efeito o decreto de 03 de junho último que nomeou comendador da ordem da Rosa, visto já ter ele a dignitária desta ordem”. Correio Mercantil, 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

ocupações da família Ferreira Armonde na província, após 1850 observa-se uma diminuição progressiva do exercício de cargos e atividades do grupo familiar em Minas Gerais e a ampliação de atuação na Corte e em outras províncias. Esse seria o caso de Camilo Maria Ferreira Armonde, que chegou a ser presidente da província do Rio de Janeiro entre 1878-1879; como já visto nesse capítulo, Camilo Ferreira Armonde também havia sido rejeitado na disputa pelo senado, assim como Mariano Procópio.

Por outro lado, é importante destacar que se tratam de diferentes contextos, principalmente quando se considera a década de 1850, quando Ferreira Lage inicia seus empreendimentos e começa a construir sua carreira política, e a década de 1870, marcada por transformações políticas profundas no cenário nacional. No segundo reinado, e no caso específico de Minas Gerais, pode-se observar que a representação provincial se expandiu e se tornou mais complexa ao longo do período, no sentido de uma progressiva *desconcentração* de poder, verificando-se uma maior variedade de regiões e grupos locais se fazendo representar na assembleia provincial, que parecia tão dominada por grupos e famílias tradicionais nas primeiras décadas do século XIX, especialmente aqueles ligados à região.

CAPÍTULO 2 – NEGÓCIOS PRIVADOS EM OBRAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DA COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA.

A fundação da Companhia União Indústria, como explica Wilson de Lima Bastos, está associada a vários significados. Um dos aspectos mais evidentes estava em seu próprio nome, que reunia os termos *União e Indústria*, representando a necessidade de integração entre as diferentes regiões produtoras, isoladas pela ausência de vias de comunicação e transporte que viabilizassem o escoamento da produção e a circulação de gêneros, o que, segundo o próprio Mariano Procópio, impedia o crescimento econômico do Império. Portanto, a missão da companhia, na interpretação de Lima Bastos, estaria diretamente relacionada à ideia de integração de Minas Gerais ao Rio de Janeiro e à Corte⁸⁴.

É importante salientarmos que a indústria agrícola mantinha-se como uma das principais fontes de renda do governo Imperial, especialmente a produção de café para exportação, de forma que a ligação que a estrada da Companhia União Indústria pretendia construir vinha ao encontro de interesses governamentais e locais, no sentido do escoamento da produção; portanto, é justo pensarmos que a companhia funcionava como uma extensão dos interesses governamentais em terras mineiras. A decidida atuação e uma boa dose de espírito inovador e aventureiro de seu proprietário levaram a Companhia União Indústria a levar adiante projetos ambiciosos que, no entanto, ainda necessitariam do socorro e de generosas contribuições financeiras por parte do governo Imperial.

Sobre o contexto dos anos de 1850, podemos dizer que o comendador Mariano Procópio soube aproveitar muito bem o momento de abertura comercial proporcionado por um amplo programa de reformas, sob a iniciativa do governo. Refiro-me, especificamente, à criação do Código Comercial e à consequente e significativa ampliação no quadro de companhias, como menciona Marcelo Basile:

Enquanto de 1830 a 1850 haviam autorizado o funcionamento de apenas dezessete companhias, deste último ano até 1860 este número subiu para cento e cinquenta e cinco, destacando-se aí os setores bancário e de serviços públicos de infraestrutura urbana. Daí a importância da regulamentação das sociedades anônimas feita pelo código⁸⁵

⁸⁴BASTOS, Wilson de Lima Bastos. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*. Juiz de Fora. Edições Paraibuna, 1991

⁸⁵BASILE, Marcello Otávio N. de C. “*O Império Brasileiro: Panorama Político*” In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

A configuração administrativa da Companhia União Indústria aponta para o fortalecimento dos laços familiares, uma vez que, para ocupar os cargos mais importantes de sua empresa, Mariano convidou seu primo, Camilo Maria Ferreira Armonde (futuro conde de Prados), para o cargo de vice-presidente, e para secretário, José Machado Coelho de Castro, seu próprio sogro, um renomado negociante que havia ocupado a diretoria dos principais bancos e companhias da Corte, além de ser presidente do Banco do Brasil no período entre 1872 e 1877 e 1881-1886. Assim constituída e fixada estrategicamente na Corte, em 07 de agosto de 1852, a Companhia celebrou sua primeira concessão junto ao governo Imperial.

O contrato está registrado no decreto Imperial nº1031, de 07 de Setembro de 1852, com a devida aprovação da Assembleia Legislativa, no decreto nº 670, de 11 de Setembro de 1852. Sobre a iniciativa, assim se manifestou o próprio imperador:

Atendendo ao que me representou Mariano Procópio Ferreira Lage, pedindo a faculdade de incorporar uma Companhia para construir, melhorar e conservar, à sua própria custa, duas linhas de estrada que, começando nos pontos mais apropriados à margem do Rio Paraíba, desde a Vila deste nome até ao Porto novo do Cunha, se dirijam, uma até a barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena, e com um ramal desta Cidade para a de São João d'El-Rei; e outra pelo Município do Mar de Espanha, com direção à Cidade de Ouro Preto; e desejando promover, quanto for possível, o benefício da agricultura e do comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos, e as relações entre as duas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: Hei por bem conceder-lhe o privilegio exclusivo, pelo tempo de cinqüenta anos, para incorporar uma Companhia para o dito fim, sob as condições que com este baixam, assinadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império; ficando, porém, este contrato dependente da aprovação da Assembleia Geral Legislativa. O mesmo Ministro assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos cinqüenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Império⁸⁶.

Como bem menciona Duarte Lacerda, o pai de Mariano, Mariano Jose Ferreira Armonde, já havia esboçado em vida um traçado de estrada ligando a região de Minas até a Corte. Também já foi mostrado todo o envolvimento dessa família com a história do Caminho Novo. Portanto, já era um desejo de família realizar tal feito. Para poder explorar taxas relativas a transporte e serviços, a Companhia estaria submetida à fiscalização do governo, que aprovaria as tabelas de preços praticados. Mariano Procópio teria o privilégio de exploração de taxas e serviços pelo prazo de 50 anos. De acordo com o artigo 7º do contrato,

⁸⁶Contrato firmado entre a companhia União Indústria e governo Imperial no ano de 1852, essas e outras informações relativas ao contrato em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1031-7-agosto-1852-559374-publicacaooriginal-81570-pe.html> Acesso em: 12/07/2014.

Os preços de transporte de quaisquer mercadorias, ou cargas nos carros da Companhia, serão fixados em uma tabela feita de cinco em cinco anos, e submetida á aprovação do Governo, não podendo exceder no máximo a 15 réis por arroba, em cada légua de 18 ao grão, para os objetos de exportação, e sal; e 30 réis para os de importação⁸⁷.

Por outro lado, para dar incentivo à imigração, no contrato o governo Imperial concedia a distribuição de terrenos para formação de núcleos coloniais:

O Governo concederá aos colonos introduzidos no País para o serviço da Companhia terrenos devolutos na província de Minas Gerais, onde os houver, com preferência nas margens do Rio de S. Francisco, ou de seus confluente, proporcionadamente ao número dos mesmos colonos, sendo a despesa da demarcação e divisão feita à custa da Companhia⁸⁸.

Criava-se ainda o corpo de acionistas da Companhia, cujo capital era dividido em 10.000 ações de 5.000 contos. Após o término do prazo de 50 anos para exploração de taxas e serviços, a propriedade da estrada seria passada ao governo sem que este tivesse que indenizar a Companhia União Indústria. Os carros e carruagens utilizadas e fabricadas pela companhia deveriam também ser submetidos à aprovação e inspeção do Governo:

O plano da construção dos carros, das carruagens e diligências, a maneira de se fazer o serviço pelo que respeita à regularidade, segurança, e cômodo dos viajantes, como à celeridade das viagens das diligências, e dos carros que conduzirem mercadorias, serão determinados em Regulamento feito pela Companhia, e aprovado pelo Governo⁸⁹.

A companhia União Indústria teria ainda contrato firmado junto ao governo da província de Minas Gerais para utilização do traçado de uma rodovia antiga, denominada estrada do Paraibuna, registrado no dia 31 de janeiro de 1853 e aprovado pelo legislativo provincial pela lei nº 631, de 10 de junho de 1853, assim descrito no relatório provincial de 1854:

Por contrato datado de 31 de Janeiro do corrente ano e aprovado pela lei 631 foi cedida a parte d'esta estrada, desde a cidade de Barbacena até Ponte na divisa da Província, ao Cidadão Mariano Procópio Ferreira Lage, empresário da Companhia União indústria, afim de estabelecer os transportes em carros e diligências, na forma

⁸⁷A cópia do contrato assinado pela Companhia União Indústria, bem como o decreto aprovado pela assembleia legislativa, estão disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1031-7-agosto-1852-559374-publicacaooriginal-81570-pe.html> Acesso em: 10/07/2014.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

do Privilégio que lhe foi concedido pelo Governo Imperial. Continua entretanto por conta da Província a conservação das diversas seções da mesma estrada, até o 1 de janeiro de 1854 época em que efetivamente aquele empresário ou companhia deve tomá-la a seu cargo. Segundo notícias ultimamente recebidas de Londres, consta haver o Cidadão Mariano Procópio concluído todos os arranjos relativos à companhia mencionada, tendo já engajado em França os artífices, operários, e Engenheiros, e partindo com estes para os Estados Unidos, a fim de observarem o modo porque ali se executam trabalhos similares aos de sua empresa. Até novembro estará ele em Santo Antônio do Paraibuna para dar começo aos trabalhos projetados⁹⁰.

Portanto, é notório que Mariano Procópio aproveitou o traçado de estradas já existentes na época, cuja definição era dada mediante a aprovação dos governos das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que também influíam na definição de responsabilidade sobre a conservação dos diferentes trechos.

A Companhia contava ainda com rendimentos a juros dos capitais empregados na construção da Estrada, como registra em seu livro Albino Esteves. Segundo este, “A lei da província do Rio de Janeiro de 25 de Outubro de 1854 garantiu o juro de 5% aos capitais da Companhia que isso empreendesse.

A mesma juntou-se por lei da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 1855, a garantia adicional de 2%”⁹¹.

O mesmo suporte era dado também pela província de Minas Gerais, registrado na autorização confirmada pela resolução do governo imperial de nº 897, no ano de 1857. A referida autorização, solicitada pela Companhia União Indústria, encaminhava um pedido de revisão do contrato (decreto nº1031), passando a vigorar um novo decreto, nº 1198, datado de 21 de Outubro, que adicionava alguns elementos novos ao contrato original:

§ 4º O juro de 2 por cento, por espaço de 20 anos, contados do dia 11 de Julho próximo findo, sobre os capitais já despendidos pela Companhia e sobre os que continuar a despende bona fide com os objetos de que trata a condição 9ª até a soma de 3.000.000\$000. Para satisfazer este juro, e o de 5 por cento que também garante a Província de Minas Gerais, enquanto a estrada não fornecer renda, a Companhia receberá do Tesouro Nacional quantia nunca excedente a 2 por cento do capital despendido, e dos Cofres Provinciais de Minas a correspondente aos 5 por cento; contanto que em virtude desta disposição não venha a recair sobre os Cofres da dita Província encargo superior a 103.000\$000 anuais, além da soma que a Companhia estava obrigada a pagar anualmente por contrato com o respectivo Presidente, e de que se acha e continuará desobrigada. Quando a Companhia começar a obter renda de qualquer das estradas contratadas, a conta dos juros garantidos pelo Governo Geral e pelo Provincial será feita de modo que os Cofres Públicos só contribuam

⁹⁰ Relatório província de Minas Gerais, 1853, Relatório Província de Minas Gerais, 1854. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 12/07/2014.

⁹¹ Esses dados foram retiradas em: ESTEVES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.230. Março de 1956.

cada um na devida proporção com o que for preciso para que a Companhia possa distribuir um dividendo de 7 por cento a seus acionistas⁹².

A companhia União Indústria passaria a receber uma indenização por parte da província de Minas e do governo Imperial pelo espaço de 20 anos, ou até quando a estrada passasse a ter renda própria, contados a partir do ano de 1858. Segundo Albino Esteves, as seguidas alterações nos contratos seriam uma clara e evidente sinalização de que a Companhia já passava por sérios problemas financeiros ainda na execução das obras da estrada, mesmo com a isenção de tributos dada pela administração pública da província de Minas, como registra o contrato nº 679, de 11 de Maio de 1854:

Art.1 Fica autorizado o Governo da Província a alterar o contrato celebrado em 31 de Janeiro de 1853 com o Diretor da Companhia União Indústria Mariano Procópio Ferreira Lage, aprovado pela lei Provincial nº631 de 10 de junho do mesmo ano. 1º Exonerando a Companhia da obrigação de contribuir para os cofres Provinciais nos anos de 1854-1855 e 1856 com a quantia anual de dezoito contos de réis (18:000\$000) a que ficou sujeita pela 9º condição do contrato⁹³.

2.1 A COLÔNIA DOM PEDRO II

Paralelamente à construção da monumental estrada, a Companhia União Indústria, em parceria com a Associação Central de Colonização⁹⁴, havia fundado a colônia de imigrantes alemães Dom Pedro II, por intermédio de um contrato assinado pela associação junto à Repartição Geral das Terras Públicas, no dia 2 de março de 1857, contrato que visava, entre outros aspectos, à introdução de 50 mil imigrantes no prazo de cinco anos no território nacional, com as garantias seguintes:

⁹² Idem.

⁹³ Relatório Província de Minas Gerais, 1854 disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 12/07/2014

⁹⁴ Sobre a parceria da Associação Central de Colonização e a Companhia União Indústria informa o relatório do ministério do Império, de 1857: “O governo fez distribuir, até meados do mês de abril, a soma de Rs. 277:557\$ como auxílios prestados às colônias de D. Francisca e de Blumenau, na província de Santa Catarina; à empresa de Mucury, na de Minas Gerais; à colonização do Rio Doce, projetada pelo Dr. França Leite; à de Montravel, Silveiro e Cia., na de S. Pedro, à colônia que pretende fundar a Companhia União Indústria nas margens e proximidades da excelente estrada de rodagem que está construindo; e finalmente ao novo núcleo colonial de Santa Leopoldina, na província do Espírito Santo. Eleva-se, em maio do ano de 1856, a cerca de 39,000 o numero de colonos, cuja importação se havia contratado com diferentes empresas; e em consequência dos novos contratos que o governo celebrou, subia, em maio de 1857, aquele algarismo a 46,650, não entrando em conta os que já têm vindo aumentar, e que devem completar os diversos núcleos coloniais. Isto se refere à questão da fundação de colônias que tem por base a propriedade – por compra ou aforamento -, e que constitui a questão de futuro, ou a de população. No que é, porém, concernente aos meios de fornecer à nossa lavoura braços livres por contratos de parceria, arrendamento, salário, etc.. (Grifo meu). Almanak Lammert, 1857. Disponível em: em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 06/05/2014.

O governo assegura à Associação Central de Colonização estabelecida nesta Corte e cidade do Rio de Janeiro, os favores seguintes, em compensação dos ônus a que Ela se obriga e que constam no cap.2º. Art.1º A venda de territórios ou de terras devolutas à razão de meio real a braça em qualquer província do Império quando de iniciativa do Império ou a pedido da associação for necessária para a fundação de núcleos coloniais ou depósito de colonos. A localidade dos territórios e de suas frações, a extensão da área respectiva bem como o reconhecimento da necessidade e conveniência do estabelecimento dependem da deliberação do governo⁹⁵.

A colônia Dom Pedro II foi fundada no ano de 1858, recebendo imigrantes alemães nas instalações preparadas pela Companhia de Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora. Entre autores como Wilson de Lima Bastos, Paulino de Oliveira e Albino Esteves, convencionou-se atribuir a vinda dos imigrantes alemães para Juiz de Fora como consequência da escassez de trabalhadores na construção da estrada de rodagem.

Uma parte dos trabalhadores alemães foi empregada nas oficinas e repartições da Companhia União Indústria. Segundo Luiz José Stehling,

50 famílias e 22 solteiros foram morar nas casas que existiam ao lado da estrada que estavam construindo; 11 famílias e 4 solteiros nas casas da "*Fazenda Boa Vista*"; 13 famílias e 26 solteiros na estrada da companhia desde Juiz de Fora até Serraria e, a maior parte, 130 famílias e 6 solteiros, foram morar na colônia propriamente dita⁹⁶.

O perfil dos trabalhadores a serem recrutados na Europa para se fixarem no Brasil é definido pelo relatório do ministro do Império, Manoel Felizardo de Souza, de 1857, portanto um ano antes da chegada dos imigrantes a Juiz de Fora:

Por este contrato obrigou-se a Associação Central da Colonização a introduzir no Império, dentro do prazo de cinco anos, cinqüenta mil colonos industriais e moralizados, dos quais quarenta mil pouco mais ou menos devem provar que são homens afeitos aos trabalhos agrícolas⁹⁷.

Tal objetividade nas atribuições do contrato explicaria a subdivisão existente na colônia Dom Pedro II, que resultou em dois conjuntos habitacionais: o primeiro, mais ao norte, localizado no morro do São Pedro, destinado a desenvolver a colônia agrícola; o segundo, mais ao sul, às margens da estrada União Indústria, região destinada à colônia

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.

⁹⁷ Almanak Lammert, 1857 (Relatório Ministro do Império Sr. Manoel Felizardo de Souza). Disponível em: em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 07/08/2013.

industrial, onde seriam produzidos e mantidos os materiais, recursos, ferramentas etc. utilizados na obra.

O programa desenvolvido pela Associação Central da Colonização previa o sistema de colônias subsidiadas, fornecendo terras e salários a esses imigrantes até que o grupo colonial alcançasse condições de emancipação.

No caso em questão, foi exatamente o ocorrido; os imigrantes trazidos da Alemanha ganharam terras e subsídios financeiros, embora a lentidão na demarcação e distribuição dos lotes e os altos preços praticados nos armazéns da Companhia União Indústria resultassem em conflitos na colônia, como nos revela Deivy Ferreira Carneiro⁹⁸. Recém-chegados à colônia Dom Pedro II, em dezembro de 1858, os colonos promoveram um protesto, pelo qual os imigrantes, indignados com as péssimas condições em que se encontravam, reclamavam da demora no recebimento dos lotes, dos altos preços praticados no armazém da colônia⁹⁹ organizado pela Companhia, considerados mais elevados do que os preços praticados na cidade (Santo Antônio do Paraibuna), e dos atrasos nos pagamentos dos salários.

Ao se repercutir a indignação através de cartas aos conterrâneos na Europa, o programa brasileiro de imigração passou a sofrer duras críticas, causando embaraços diplomáticos, sobretudo com a Prússia, região de origem de alguns imigrantes fixados nas terras sob responsabilidade da Companhia União Indústria. Porém, os embaraços com as nações europeias seriam empecilho à imigração para o Brasil desde o início, como sugere o relatório ministerial de 1857:

A respeito da difamação e dos interesses em colonos de pequena propriedade podemos ler o seguinte fragmento: “Os preconceitos, que na Europa existirão contra o Império (diz o sr. Inspetor Geral das Terras Públicas, no seu relatório), se não estão completamente desvanecidos, tem tido considerável decréscimo. Exceto a *Gazeta da Colônia*, que uma ou outra vez publica artigos contrários à imigração para o Brasil, toda a imprensa alemã ou se mostra favorável, ou indiferente. Nenhum dos governos da Confederação Germânica, presente, opõe embaraços sérios à vinda de seus súditos para o nosso país. A sociedade Central de Colonização, estabelecida em Berlim que tão injustamente nos agrediu, representando-nos com as mais desagradáveis cores, parece eu deixou de existir de fato. Em diferentes partes da Europa, como na Itália, na Bélgica, na França, na Suíça, e em alguns Estados da Alemanha, vai de tempos a esta parte desenvolvendo-se nos ânimos de pequenos

⁹⁸ CARNEIRO, Deivy Ferreira. Transcrições Públicas e Ocultas: a tentativa de sublevação alemã na colônia agrícola D. Pedro II (Juiz de Fora – 1858). *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 10 n. 1. jan.- jun. 2004.

⁹⁹ Pelo contrato assinado pela Central de Colonização a companhia União Indústria estava obrigada a cumprir uma série de obrigações junto aos imigrantes que iam entre outros: a demarcação e distribuição de terras, fornecimento dos gêneros alimentícios em seus armazéns e repasse dos salários pagos como subsídio pelo governo. Almanak Lammert, 1857 (Relatório Ministro do Império Sr. Manoel Felizardo de Souza). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 11/08/2013.

proprietários, e de trabalhadores, tendências bem pronunciadas de se transportarem para o Império, e nele fixarem residência¹⁰⁰.

No ano de 1860, devido a acusações apuradas na Europa, algumas colônias foram inspecionadas pelo governo da Prússia, incluindo a de Dom Pedro II¹⁰¹, e as irregularidades foram constatadas. Se o propósito da imigração na colônia não se voltava para o abastecimento de mão-de-obra na grande lavoura, nem somente na empregabilidade nas obras da Estrada de Rodagem União Indústria, qual era o fim da implantação de uma colônia Agrícola e Industrial? Nos relatórios do ministério da Agricultura é possível observarmos que a condução e manutenção dos imigrantes na colônia Dom Pedro II deveria submeter-se à proposta elaborada em contrato pelo governo Imperial junto à companhia Central da Colonização, ou seja, pequenas propriedades, cultivadas por *trabalhadores livres, industriais e moralizados*. Baseando-se em experiências entre as nações europeias, deveria haver também a distribuição de terras e subsídio financeiro até que o núcleo colonial se emancipasse. Segundo a orientação institucional registrada nesses relatórios, esse modelo de desenvolvimento fora responsável pelo crescimento econômico de várias nações europeias¹⁰².

Portanto, parecia haver uma lógica intrínseca entre o modelo de imigração e o desejo de *moralizar* o trabalho e prosperar a indústria nacional. Em certo sentido, a estabilidade agrícola, na visão de alguns *estadistas*, passaria pelo desenvolvimento de uma agricultura baseada em pequenas propriedades, com unidades familiares com trabalhadores livres, assalariados, *moralizados e industriais*. Como dito inicialmente, os imigrantes chegados a Juiz de Fora estiveram diretamente ligados ao desenvolvimento da região produtora. Tal “vocação” para a industrialização dos imigrantes pode ser conferida nos trabalhos realizados na feira agrícola e industrial, realizada anos após a fundação da colônia¹⁰³.

¹⁰⁰ Relatório Ministro do Império, 1857. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 09/08/2013.

¹⁰¹ Sobre a visita do Primeiro Ministro da Prússia à Colônia Dom Pedro II encontramos: “Em consequência de falsas promessas e intrigas dos que procuram desconceituar a colônia vários Tiroleses a abandonaram para irem em busca de ouro no Morro Velho. Bem depressa voltaram desiludidos, maldizendo os seus sedutores: Acham-se de novo estabelecidos em seus prazos, e contentes. Tudo ia bem e prosperava até a ocasião de aparecer na colônia ultimamente o ministro da Prússia, que segundo consta das informações que tenho à vista, fez promessas de proteção, e excitou o espírito de insubordinação e descontentamento a ponto de ser preciso o emprego de alguma força para conter os ânimos. Estas ocorrências já chegaram ao conhecimento do governo Imperial, que enviou o comissário, de que acima falei, para sindicar dos fatos assim nesta colônia, como na da Independência e outras, e dar conta do que observasse e houvesse de exato nas questões pendentes entre os respectivos empresários e o sobredito ministro da Prússia”. Ministério da Agricultura, 1860. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 12/06/2013.

¹⁰² Ministério da Agricultura, 1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 10/10/2013.

¹⁰³ Os trabalhos desenvolvidos na feira agrícola e industrial serão tratados no próximo capítulo, momento em que daremos ênfase à Escola Agrícola fundada pela companhia União Indústria, no ano de 1869. Porém, mais

Sobre esse aspecto, destaca-se a ideia de que as companhias deveriam ou poderiam ser a porta de entrada de colonos estrangeiros no território nacional:

De acordo com o parecer das seções reunidas dos negócios do Império, e da fazenda do conselho de Estado, o governo imperial resolveu permitir às companhias, e sociedades anônimas do Gás, Ponta da Areia, e Mauá, estabelecidas na corte, e província do Rio de Janeiro, o traspasso a companhias estrangeiras, estabelecidas fora do Império, dos direitos, e obrigações, que lhes pertencem, debaixo das condições que serão declaradas, no ato da concessão, segundo a natureza, e as circunstâncias de cada companhia. Assim auferiremos as importantes vantagens que provirão não só da introdução de máquinas, e aparelhos aperfeiçoados, e principalmente de trabalhadores inteligentes, e moralizados, que virão estabelecer escolas práticas para os nossos concidadãos, mas também da mobilização dos capitães fixados nestas empresas, os quais irão fecundar novas indústrias¹⁰⁴

Portanto não seria leviano concluirmos que o programa de imigração do governo Imperial, representado pela Associação Central da Colonização, definia as diretrizes de manutenção dos imigrantes na colônia Dom Pedro II. A criação desse núcleo colonial rendeu a Mariano Procópio Ferreira Lage certo prestígio, contribuindo para sua estratégia de ganhos políticos através de um discurso de viés progressista, empregado em suas candidaturas.

2.2 A CRISE DA COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA

O final da década de 1850 e o início dos anos de 1860 marcaram o auge da crise que se instalaria entre a Companhia União Indústria e o governo Imperial. O relacionamento, inaugurado com um contrato que vigorava desde 1852, tornou-se instável com as recorrentes desculpas e justificativas pelos sucessivos atrasos no cumprimento de metas e desenvolvimento das obras, que geravam as diversas solicitações de alteração de cláusulas, incluindo-se a revisão de valores, das atribuições e das obrigações, por parte da companhia.

De fato, os altos custos da construção fizeram com que a Companhia recorresse a constantes empréstimos, o que elevou sensivelmente a dívida da empresa. O projeto original

informações estão disponíveis em: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de agricultura. v.1, n5, Set. 1870.

¹⁰⁴Relatório Ministério da Agricultura, 1861. Disponível em: em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 15/07/2013.

fora inspirado em técnicas resultantes de alguns estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos, a partir da utilização da técnica de pavimentação amplamente empregada pelos norte-americanos, denominada *Macadame*, e o modelo de administração de estradas com pedágios.

Entretanto, segundo Wilson de Lima Bastos, a tecnologia empregada por Mariano Procópio na execução da obra apresentava uma modificação técnica. A mistura de Macadame estudada pelo comendador nos Estados Unidos e na Europa se constituía, primeiro, no tratamento do solo chamado de subleito; logo após a aplicação da base, eram acrescentados pedaços de pedra compactada na altura de 20 cm, finalizando com o revestimento. Neste último procedimento, o elemento ligante deveria conter brita fina e alcatrão. De acordo com Bastos, Mariano Procópio alterou a composição da mistura substituindo o alcatrão, elemento essencial para dar liga à mistura com água, adulterando a fórmula e gerando a variação do macadame hidráulico, atitude determinante para a redução dos custos, mas ineficaz na durabilidade da obra.

Paralelamente aos problemas de execução na obra da estrada, em uma lógica inversamente proporcional, havia ainda o baixo custo do transporte, como nos revela o próprio relatório da companhia.¹⁰⁵ Os fretes após a conclusão das obras garantiam ao produtor uma economia na ordem de 60% em relação ao seu custo antes da estrada de rodagem e o serviço de transporte oferecido pela própria companhia e o alto custo da manutenção, como nos revela o relatório de 1863, o custo estava em torno de três vezes o valor custeado na manutenção das estradas similares na França. Segundo a companhia, a ausência no mercado nacional de materiais de qualidade, falta de profissionais especializados e o tipo de granito impróprio para pavimentação foi decisivo para que se gerasse um déficit que, em pouco tempo, corroeu as finanças da companhia.

Inaugurada em 1861, após apenas três anos de uso a Estrada já apresentava sérios problemas de manutenção. As despesas geradas pela construção e consequente manutenção da pavimentação atingiu patamares tão altos que, em 1864, Mariano Procópio Ferreira Lage viu-se obrigado a solicitar a transferência de sua propriedade para o governo Imperial. No ano de 1863, no relatório apresentado à assembleia dos acionistas da estrada, a situação financeira da companhia União Indústria parecia alarmante:

Ministério da Fazenda. Aviso de 30 de Janeiro de 1863 – Á presidência de Minas Gerais, acusando o recebimento do seu ofício nº 54 de 20 de dezembro do ano próximo findo, no qual participa 1º que ato de 10 de Novembro do dito ano se mandou cumprir o aviso deste ministério de 27 de Outubro anterior, ordenando-se

¹⁰⁵ Relatório da Assembleia geral dos acionistas da Companhia União Indústria, 1863. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 11/10/2014.

consequentemente o embargo da importância da garantia que os cofres Provinciais pagam à Companhia União indústria visto como esta Companhia está em débito para com a Fazenda Nacional Imperial em Londres com o empréstimo de 1860, operado em benefício da mesma Companhia, a qual tem faltado até hoje ao solene compromisso que contraiu pelo contrato aprovado por Decreto de 16 de Novembro de 1859, colocando assim o Tesouro Nacional em graves embaraços em consequência das consideráveis despesas que há feito e continua ainda a fazer em proveito dela, e 2º que pela Lei Provincial nº1145 ultimamente promulgada se tornou o pagamento dos juros garantidos pela fazenda Provincial à dita Companhia, dependente da seguinte condição: Que desde logo o Diretor da Companhia e Indústria provasse perante esta Presidência haverem sido pagos aos acionistas os juros de suas ações relativos aos semestres anteriores¹⁰⁶.

Assim, em 1864 o governo Imperial realizou uma nova renovação de contrato, incorporando a propriedade da estrada e impondo à União Indústria novas atividades a ela relacionadas, obrigando-a a se manter na administração da Colônia Dom Pedro II e a criar uma Escola de ensino agrícola, pelo decreto nº 3325 de 29 de Outubro de 1864, concedido pela autorização nº 1231 de 10 de Setembro de 1864.

Segundo Wilson de Lima Bastos, a modificação de contrato deferida pelo governo Imperial se devia às boas relações entre o imperador Dom Pedro II e Mariano Procópio Ferreira Lage. Encontramos o parecer da comissão responsável pela análise do pedido da companhia União indústria, que demonstra de fato a objeção da comissão em relação à transferência da estrada de rodagem:

De exposto resulta que em vez de comprar a estrada, pagar aos seus credores particulares, e indenizar os acionistas, o Governo deveria mandar requerer a abertura da falência da Companhia; e, de acordo com os outros credores, proceder aos termos do respectivo processo, com a imediata nomeação de um diretor provisório do serviço de transportes, para que este não seja interrompido, fazendo-se o respectivo custeio pelo produto das taxas e barreiras, e depositando-se a renda líquida. [...] Pode a comissão errar no modo de apreciar este negócio, mas por muitos e diversos motivos, é de parecer: Que não pode ser aprovado o contrato a que se refere o Decreto Nº 3.201, de 24 de dezembro de 1863, celebrado pelo Governo Imperial com o presidente da Companhia União Indústria, para a transferência ao mesmo Governo da estrada daquele nome e da Colônia Dom Pedro II. Sala das comissões, em 5 de março de 1864 - A.C. Tavares Bastos. - A. A. de Souza Carvalho (concorde com o parecer final), - Jesuíno Marcondes de O. Sá (concorde com a conclusão do parecer)¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Relatório da Assembleia geral dos acionistas da Companhia União Indústria, 1863. Disponível em: em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 12/05/2014.

¹⁰⁷ ESTEVES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.230. Março de 1956. p.23

Para Lima Bastos, a prova de consideração por parte do Imperador viria pela atenção concedida à companhia que, mesmo com um parecer desfavorável, consegue reverter a situação a seu favor. Entretanto, para Albino Esteves de Oliveira, a modificação do contrato não estaria ligada ao desejo de beneficiar o proprietário da Companhia, mas à possibilidade de incorporar a estrada para ampliação da estrada de ferro Pedro II. Segundo a Comissão,

[...] E, pois, uma linha de estrada de doze léguas, que se presta facilmente ao assentamento de trilhos com transportes a vapor, ou por animais. E como ela percorre uma parte importantíssima da Província de Minas Gerais, pode e deve ser transformada em ramal da estrada de ferro Dom Pedro II, conforme o indicou e demonstrou amplamente, em sessão de 5 de agosto de 1862, o nobre Deputado Senhor Teófilo Otoni, a cujo discurso minucioso e profundo reporta-se a comissão. A despesa necessária não deve, porém, ser feita pelos cofres públicos, deve-se garantir um juro razoável á empresa que disto incumbir-se, e comprar pelo valor real a obra já feita, o que pode verificar-se por meio de concordata entre o Estado e os mais credores da Companhia União Indústria, na hipótese de abrir-se a falência a mesma companhia, e de ser adjudicada a estrada com os seus acessórios aos ditos credores. Do produto da venda da mencionada seção far-se-á rateio, proporcional ás dividas do Estado, DE Souto e Cia, e dos outros. Assim poder-se-ia amortizar uma parte considerável de cada uma das dividas. Parece à comissão que isto serve à estrada de ferro Dom Pedro II, prolongando-a pelo interior de Minas Gerais; para esse fim é mister nacionais; no contrato que com essa companhia se fizer, bem pode-se compreender a aludida transformação da linha além do Paraíba da estrada União Indústria, considerando-a ramal da de Dom Pedro II, e talvez sem o sacrificio da garantia de juros sobre o capital correspondente ao custo das obras atuais e complementos delas. A comissão não insistirá na magnitude do assunto, que aliás prende-se ás mais elevadas questões discutidas pelo nobre deputado a quem se referiu-se¹⁰⁸.

Portanto, por esta perspectiva, a renovação de contrato pareceu ser medida mais acertada do que abrir falência à companhia União Indústria que, mais uma vez, consegue reverter sua decadência e dar mais um fôlego a sua existência. Porém, essa ação resultaria à direção da companhia maiores responsabilidades. O decreto 3.325 de 29 de outubro de 1864 assim definia o novo momento da companhia União Indústria:

1ª A Companhia - União e Indústria - faz cessão ao Governo Imperial da estrada de rodagem que construiu da Cidade de Petrópolis ao Juiz de Fora, na Província de Minas, com as pontes e mais obras da mesma estrada, ramais em construção, casas

¹⁰⁸ De acordo com as informações de Albino Steves a comissão foi formada especialmente para analisar o pedido de alteração de contrato feito pela companhia União Indústria no ano de 1864, essas e outras informações estão disponíveis em: ESTEVES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. ESTEVES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.230. Março de 1956. p. 25.

de barreiras e pertenças da arrecadação de taxa. E cede igualmente os juros garantidos pelos Governos gerais e provinciais de Minas e do Rio de Janeiro, a contar, quanto nos dois primeiros, do dia em que a Companhia deixou de recebê-los, e quanto ao ultimo, da data deste contrato. 2ª A Companhia obriga-se: § 1º A conservar por espaço de quinze anos, a estrada, os ramais existentes e os que construírem, de modo a darem bom trânsito para a viação de carros em todas as estações do ano, sujeitando-se á fiscalização do Governo. § 2º A continuar na direção da Colônia D. Pedro II, mantendo a expensas suas, e renunciando qualquer auxilio do Governo geral, as escolas atuais, e o culto católico e protestante enquanto não for a mesma colônia emancipada. § 3º A liquidar suas contas com os colonos dentro do prazo de quatro meses, a abater em beneficio deles tanto quanto baste para que o valor das terras, medição e caminhos coloniais não importem mais de dez réis por braça quadrada, e a entregar-lhes dentro daquele prazo, os títulos definitivos de suas propriedades, podendo a Companhia garantir-se pelo saldo das referidas contas com hipoteca das mesmas terras e bem feitorias.¹⁰⁹

Se analisarmos de forma mais criteriosa podemos perceber que a Companhia União Indústria acumulou mais trabalho do que antes da renovação, pois a mesma, embora não tendo mais a propriedade da estrada, deveria administrá-la por mais 15 anos, não poderia sair da direção da colônia Dom Pedro II e deveria liquidar suas contas com os colonos. Do ponto de vista gerencial, tudo permaneceu como antes da revisão, aliando-se a esse desfecho alguns aditivos:

§ 4º A estabelecer dentro do prazo de dois anos, e em contigüidade á colônia D. Pedro II, cinqüenta famílias de colonos nacionais, com propriedade livre e nas mesmas condições dos contratos feito com os colonos alemães, vendendo-lhes terras por preço que não exceda o seu custo, inclusive as despesas relativas a caminhos coloniais, medição dos lotes e arranchamentos provisórios; e bem assim a fundar e manter uma escola pratica de agricultura onde se ensinam gratuitamente os métodos aperfeiçoados de lavoura e de criação de animais domésticos. § 5º A concluir, sem dispêndio do Estado, o ramal que da estação da Serraria se dirige á Cidade do Mar de Espanha. § 6º A conduzir as malas do Correio para a Província de Minas, quando findar o respectivo contrato, e enquanto tiver a Companhia a seu cargo a conservação da estrada, por preço nunca excedente ao que presentemente recebe do empresário daquele serviço¹¹⁰.

Expondo essas exigências pontuais, o governo imperial se responsabilizaria a ceder à companhia União indústria:

3ª Subsistem em vigor as obrigações e direitos que tem a Companhia em relação às diligencias e outros veículos de transporte. 4ª O Governo Imperial recebe da Companhia - União e Indústria - a estrada e mais objetos de que trata a condição primeira deste contrato no valor de 9.161:801\$682, que lhe serão pagos pela seguinte forma: § 1º Com a exoneração da responsabilidade da Companhia pelo capital levantado em Londres na importância de 6.000:000\$000. § 2º Com a quitação do que deve a Companhia á massa falida de A. J. A. Souto & Comp, na

¹⁰⁹ Decreto nº 3325 de 29 de Outubro de 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1949/000345.html>. Acesso em: 11/10/2014.

¹¹⁰ Idem.

importância de 2.000:000\$000. § 3º Com a quitação do que deve a Companhia a Bahia & Irmãos, na importância de 266:342\$660. § 4º Em apólices da dívida pública e entregues á Companhia na importância de 895:459\$022. 5ª Para fazer face ao pagamento de que trata a condição antecedente o Governo emitirá apólices da dívida pública pelo valor nominal de 1:000\$000 cada uma, vencendo juros de 6% ao ano a contar da data deste contrato, sendo as frações de conto de réis pagas em dinheiro. 6ª O Governo desiste em favor da Companhia do direito de receber a quantia de 200:000\$000 que lhe havia concedido por empréstimo para o estabelecimento da Colônia D. Pedro II, e bens assim dos juros do empréstimo de Londres vencidos até hoje. 7ª O Governo cede á Companhia o produto das taxas itinerárias e barreiras existentes, durante o prazo de quinze anos, ficando á cargo da Companhia a sua arrecadação, usufruindo ela para este fim as casas de barreiras e suas pertenças. Fica, porém, entendido que o saldo que resultar desta verba de receita, depois de paga a despesa da conservação da estrada, pertencerá á Companhia, e não será o Governo responsável por qualquer déficit que por ventura se possa daí originar. 8ª A Companhia não poderá reclamar do Governo indenização alguma sobre qualquer pretexto, e com os seus haveres garantirá o fiel cumprimento das condições acima estipuladas, e de quaisquer reclamações de terceiro.¹¹¹

Após a aprovação do decreto 3.325, uma nova fase se iniciou na companhia que reuniu uma comissão, em dezembro de 1864, composta pelo senador Manoel Teixeira de Souza, comendador Jerônimo José Mesquita e Adolpho Manoel Victorio da Costa, com objetivo de reformular os estatutos da companhia diante das novas atividades e encargos com os quais a empresa deveria arcar. Segundo José Machado Coelho de Castro, secretário da companhia União Indústria e sogro de Mariano Procópio Ferreira Lage, em artigo do jornal *Correio Mercantil*, em 21 de janeiro de 1865, seria, inclusive, necessário ampliar os poderes da diretoria:

Em uma nova fase, portanto, entrou a companhia em virtude desse contrato; seus fins já não são construir e melhorar estradas, já não lhe pertence a estrada União indústria, resta-lhe, porém, a propriedade das importantes estações e terrenos correspondentes e todo o trem rodante e o direito que lhe foi dado pelo novo contrato de arrecadar para si as taxas e barreiras por 15 anos, com o ônus, porém de conservar a estrada e ramais, concluir o do Mar de Espanha, começando pela companhia, continuar na direção da colônia D. Pedro II, estabelecer outra de 50 famílias nacionais, escola prática de agricultura, etc. E por conseguinte evidente que para desempenhar estes novos fins não podem subsistir os atuais estatutos. Nesse foi indispensável conceder poderes mais amplos à diretoria, para que ela pudesse sem obstáculo vencer as muitas dificuldades que a natureza da empresa oferecia, e nem de outro modo se teria conseguido a conclusão dessa curta, mas útil e perfeita linha de estrada, que faz honra ao nosso país, salvando tanto que possível a quota do capital com que a companhia para ela concorreu...¹¹².

¹¹¹ Idem.

¹¹² *Jornal Correio Mercantil e Instrutivo*, 1865. (grifo meu) Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

No plano interno, em decorrência dos últimos eventos, além da reformulação dos estatutos foi necessária a eleição de uma nova direção que, no entanto, na prática, pouco se alterou. A assembleia de acionistas se reuniu no dia 25 de janeiro de 1865 para deliberar a reforma dos estatutos e eleger os novos membros, com a saída de José Machado Coelho de Castro e a permanência do senador Teixeira de Souza. Foram eleitos “para diretor-presidente Mariano Procópio Ferreira Lage, com 346 votos; para secretário o Sr. Comendador João Batista da Fonseca, com 312; e para caixa o Sr. José Francisco Alves Malveiro, com 336”¹¹³. Ferreira Lage teve seu trabalho colocado à prova nessa nova eleição, mas a notícia que circulou após a assembleia de acionistas da União indústria foi a de que havia sido dado mais um voto de confiança dos acionistas ao comendador.

Entretanto, após a renovação de contrato de 1864, alguns acionistas, preocupados com a continuidade de suas perdas, utilizaram alguns jornais publicados na corte para lançarem ataques à diretoria da companhia União Indústria, acusada de má gestão e que se dizia manter os acionistas desinformados da real situação financeira da empresa. As acusações eram publicadas de forma anônima, como demonstra o relato abaixo, sob o codinome “*Um acionista*”, publicado no jornal Correio Mercantil, em 20 de janeiro de 1865:

Animados os acionistas sempre por uma mistificação, não havia relatório que não fosse cheio de esperanças e lisonjeiro futuro, até que no momento de não haver mais dinheiro a receber chegou o dia do desengano e por isso com a facilidade, com que se dizia – *na feliz situação, em que colocou a empresa, que tenho a honra de dirigir, não tenhas o menor receio, de que os nossos capitais SEJÃO OU POSSAM ser comprometidos*, também se dizia – *tarefa penosa para mim que fui à causa senão única, seguramente a principal, de se acharem COMPROMETIDOS os vossos capitais e o daqueles que ajuizaram o futuro da companhia pela utilidade que prestaria a lavoura e colonização*. Está claro pela própria confissão do diretor presidente que os capitais da companhia foram sacrifício dos acionistas, além daquela importância, a que era obrigado pelo valor de suas ações. [...] A companhia foi arrastada a sacrifícios superiores às suas forças, que teriam sido evitados por uma administração previdente. Desde que a administração entendeu que os sacrifícios pecuniários não deveriam ser levados em linha de conta para a realização da empresa notou-se porque arrastou a compromissos, que jamais os podia satisfazer, e foi assim que, contraindo empréstimos sobre empréstimos, imobilizou um tal capital que não podia achar compensação na receita por qualquer meio que viesse¹¹⁴.

Os indignados acionistas anônimos pareciam estar atentos aos altos gastos da companhia e sua estrada, pois criticavam as suntuosas estações construídas pela empresa e recorrentemente denunciavam nos jornais a falta de transparência nos resultados da empresa

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ As palavras em caixa alta estão reproduzidas como no original, disponível em: Jornal, Correio Mercantil e Instrutivo, 1865. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 10/05/2014.

ou resultados manipulados, que colocavam uma realidade que não existia. Outra suspeita ainda mais grave se daria na desconfiança sobre o fechamento de despesas, mais um possível escândalo envolvendo a companhia União Indústria:

O Sr. Miranda, que aliás bem conhece como vão os negócios da companhia, porque é morador em Minas, e passa muitas vezes pela estrada, teve uma pretensão muito justa, querendo, como acionista desta companhia, ver certas contas, onde acreditava haver abuso e abuso que se dava muito independente da vontade e conhecimento da diretoria; com isso faria o Sr. Miranda um relevante serviço á administração e á companhia, de que é interessado; e porque se nega uma pretensão tão razoável? Pelo fato de ter a diretoria prestado contas ao conselho fiscal, e ser este o único competente para ajuizar da sua moralidade; isto não é razão. Que conhecimento tem o conselho fiscal para discernir se uma conta de fornecimentos esta nos devidos termos, quando sua própria diretoria o pode desconhecer? [...] Era essa a pretensão sem dúvida do Sr. Major Miranda que de uma maneira pouco digna do Sr. Ferreira Lage foi traduzida em despeito pelo motivo que com tanta falta de cavalheirismo foi levado á presença do público.¹¹⁵

Apesar das desconfianças por parte dos acionistas anônimos e dificuldades financeiras a companhia União Indústria parecia estar empenhada em cumprir as obrigações definidas pelo novo contrato de 1864. Se o ano de 1865 foi de mudanças internas, novo estatuto, eleição de uma nova diretoria, no ano seguinte, em 1866, a companhia divulgava, através do relatório do ministério da agricultura, o andamento das obras do prédio da escola prática de agricultura, uma das mais complexas das novas exigências contratuais.

Não sabemos a data exata do início das obras, mas o relatório do ministério da agricultura do ano de 1866 assim descreve o andamento das obras do edifício que mais tarde iria abrigar a Escola Agrícola União Indústria:

Esta escola, se ainda não é uma realidade, para lá caminha. Um edifício com todas as acomodações precisas ao fim a que se destina já se acha muito adiantado, e, quando ficar concluído, estará igualmente pronto tudo quanto necessário para que a escola comece funcionar. Estão já preparados 40,000 braças quadradas de terreno para as primeiras plantações, e criados viveiros das plantas, cuja cultura convém ensaiar de preferência. Encomendaram-se maquinas e aparelhos aratórios que auxiliam e multiplicam a força do braço humano e aperfeiçoam o trabalho. A companhia contratou o Sr. Schindler mediante o vencimento anual de 1:800\$000, para dirigir a escola, e em tempo oportuno escolherá os professores que devem coadjuvar no ensino das matérias de que se comporá o curso da agricultura professado em seu estabelecimento, o qual, além do ensino da botânica, química e física aplicada a lavoura, deve compreender também o da veterinária¹¹⁶.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Relatório Ministério da Agricultura, 1866.

Também no ano de 1866, a companhia solicitou ao recém contratado diretor da escola agrícola, Sr. Jacques Schindler, dar início à introdução de uma espécie de carneiros da raça, *merino*, aproveitando as instalações da estação da rodovia União Indústria em Barbacena¹¹⁷. Essa experiência de aclimatação seria um ensaio dos primeiros trabalhos da escola, que ainda não possuía um edifício, mas já dava início aos seus experimentos de aclimatação de espécies de animais domésticos¹¹⁸.

Portanto, após o que parecia o caos administrativo da gestão de Mariano Procópio frente à Companhia União Indústria, o governo imperial retirava-lhe a propriedade da Estrada, mas deixava à empresa as despesas originais de manutenção, de conclusão dos ramais já iniciados, de liquidação da dívida com os colonos e de manutenção da colônia Pedro II, acrescentando ainda uma nova ordem de gastos, relacionados à obrigatoriedade de fundação e sustento de uma escola agrícola.

2.3 OS PREPARATIVOS PARA A CRIAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA

A obrigatoriedade da criação da Escola Agrícola inicialmente parece reorientar os interesses do diretor da Companhia, que logo começou a se dedicar a estudos sobre objetos agrícolas, agrônômicos e de criação de animais. De acordo com o contrato com o governo, a escola deveria desenvolver o ensino gratuito consagrando os métodos aperfeiçoados de lavoura e criação de animais domésticos. Nesse intuito, o comendador Ferreira Lage participou da comissão Brasileira que visitou a exposição Universal de Paris no ano de 1867; essa viagem técnica parece ter tido um grande impacto sob Ferreira Lage, que registrou suas impressões, observações e sugestões no relatório que a comitiva apresentou à sua majestade, o Imperador.

Sua presença na comitiva ligava-se à intenção de se dedicar à pesquisa acerca das raças de animais domesticáveis. Além de suas observações, foram adquiridas uma série de coleções de animais e máquinas para compor o acervo da futura escola agrícola. O relatório final da comissão foi publicado em 1868, apresentado ao Imperador Dom Pedro II. Este relatório tinha por objetivo disponibilizar informações recolhidas em visitas técnicas realizadas a exposições na França e Inglaterra. Mariano Procópio afirmou ainda ter

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ A Escola será tratada no terceiro capítulo dessa dissertação.

inspecionado escolas especializadas no ensino de agricultura de proporções semelhantes a que sua companhia iria fundar na província de Minas Gerais.

Encontra-se nesse estudo uma relativa preocupação do comendador em indicar potencialmente as melhores espécies levando-se em conta nosso clima e recursos naturais, pensando ainda sob a perspectiva de uma agricultura pouco adiantada em relação aos países que produzem sob métodos, ditos por eles, aperfeiçoados. Uma preocupação recorrente nos meios de produção do Brasil estaria segundo o comendador, em seu relativo atraso e conseqüentemente pouco interesse dos produtores em oferecerem uma alimentação adequada a seus animais. Segundo ele, “sabido é que sem progresso na agricultura dificilmente se pode alcançar melhoramento notável das raças de animais, cuja alimentação concorre para esse fim com maior quota do que o simples cruzamento¹¹⁹”.

Em seu relatório o comendador expõe algumas críticas aos produtores brasileiros. Reiteradas vezes é explicitado que as tentativas de aclimação não vinham dando resultado satisfatório devido à mentalidade dos criadores que, segundo ele, deixavam seus animais à própria sorte, não os alimentando de forma adequada. Para tentar reverter essa situação, Mariano Procópio fez a sugestão de se desenvolver nos criadores o gosto pelo melhoramento das raças, principalmente a cavalariça. Uma de suas idéias seria a promoção de concursos e exposições que poderiam dar destaque e premiar aqueles que ele definiu *criadores inteligentes*.

Dentre os animais domésticos, maior ênfase era dada à criação de galinhas, perus, pombos, coelhos, suínos, carneiros, gado e cavalos. No estudo apresentado encontram-se aspectos como facilidade de aclimação; cuidados com a nutrição; qualidade da carne, quando o caso; tempo de engorda; quantidade de ovos, no caso das aves; fadiga no trabalho e produção de leite, no caso do gado; e, principalmente, mérito na relação de consumo e custo de produção.

Ferreira Lage defendia que o cruzamento entre as espécies nacionais e importadas resultaria no melhoramento potencial das raças nacionais. Nesse sentido, descreveu em detalhes e com grande acuidade as espécies de aves encontradas na exposição, destacando suas raças e características¹²⁰. O relatório também demonstra que havia o interesse de aclimatar espécies de aves para atender ao mercado interno brasileiro, observando-se suas

¹¹⁹ BRASIL, Exposição Universal de Paris. Comitativa Imperial Brasileira. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado. Disponível em: www.books.google.com.br. p.2 Acesso em: 04/12/2014.

¹²⁰ BRASIL, Exposição Universal de Paris. Comitativa Imperial Brasileira. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado. Disponível em: www.books.google.com.br. p.3 Acesso em: 04/12/2014.

características em geral e levando-se em conta o poder aquisitivo dos chamados menos favorecidos:

Nossas galinhas (que consta de serem de origem espanhola) têm produzido ótimos resultados, não só porque sua criação está ao alcance dos menos favorecidos de recursos, como porque sendo bem alimentadas (como faz o Sr. Monlevad com a batata doce), a carne é uma das melhores. Só se recente da falta de peso a que tem chegado às espécies que recomendo, mas com o cruzamento dessas, e com os cuidados necessários, havemos de conseguir o melhoramento¹²¹.

Algumas espécies nacionais teriam um excelente desempenho em comparação às encontradas na exposição, como era o caso do peru brasileiro. Em alguns casos, como ao mencionar as raças suínas, existia certo repúdio a essa criação, pois segundo o comendador, essa cultura foi responsável pelo avanço do desmatamento, devido à necessidade do plantio de milho para alimentação do rebanho, porém este animal estava na base alimentar dos habitantes da província de Minas e Rio de Janeiro. Tendo em vista essa situação, o comendador indicava a importância de se tentar modificar os hábitos alimentares dos habitantes das duas províncias, com a substituição da carne suína pela carne de gado:

Desejaria não tratar deste gênero de animal, que considero uma das causas principais da devastação a que foram reduzidas as excelentes matas das províncias do Rio e de Minas com a plantação do milho, principal alimento com que se cria e engorda o porco. Foi bem triste para nós que nossos antepassados adotasse o toucinho e a carne de porco como base principal da alimentação, a que se habituarão os habitantes daquelas e outras províncias contíguas. Os campos naturais além Mantiqueira foram dispostos pela natureza para criação do gado vacum e lanígero, bastante para suprir de alimento os habitantes da mata. Habitando-se á carne de vaca, verde ou seca, como muitas províncias do Norte e do Sul, que, a exemplo do Rio do Prata, não fazem uso do toucinho e carne de porco como alimentação quotidiana, os lavradores da mata da província de Minas e das contíguas aproveitariam melhor as forças produtoras da terra, que estragam com a plantação do milho, e trariam ao mercado mais café, açúcar, fumo e algodão, principais gêneros de nossa exportação¹²².

¹²¹ Idem.

¹²² Idem. p.4. Mesmo não defendendo essa cultura que, segundo o comendador, seria responsável pela destruição progressiva das matas em Minas e no Rio de Janeiro, ele aponta qual seria a espécie ideal no Brasil: “Mas uma vez que foi criada essa imperiosa necessidade, devo assegurar aos habitantes das províncias que tratam dessa criação que na Europa, não existe raça alguma mais vantajosa para dar muita gordura e em pouco tempo igual á que se encontra na província de Minas, de pouco pelo, e que denominam Meio canastra. Em geral, as raças inglesas Hampshire e Berkshire são as que se acham por toda a Europa, apreciadas mais pela quantidade de carne do que de toucinho, e que dão o bom presunto inglês. Essas raças não oferecem ao Brasil tanta utilidade com as que ele possui, notáveis pela quantidade de toucinho que produzem, e pelo pouco tempo que levam para chegar á perfeição”.

Apesar do pessimismo em relação à criação de porcos, o comendador se mostrou bem entusiasmado com a introdução de carneiros que produziam mais lã e mais carne. Segundo ele, no Brasil existiam excelentes pastos e os criadores de carneiros deveriam se esforçar para aclimatá-los, pois o preço na Inglaterra era bem favorável ¹²³. Em princípio, uma das prioridades da Escola que Mariano Procópio iria fundar seria a criação de carneiros, apontada pelo comendador como cultura rentável e de fácil aclimação em terras brasileiras:

Para dar exemplo, a companhia União Indústria tenta na sua estação de Barbacena estabelecer, com ensaio, a cultura de carneiros, seguindo os processos mais úteis e recomendados. Este ensaio está entregue aos cuidados da direção da Escola de agricultura fundada na Estação do Juiz de Fora, e parece produzirá ótimos resultados, sobretudo tratando se de propagar as seguintes espécies, que recomendo: *Rambouillel*, de lã muito fina, e produzindo de dez a doze libras por ano, conforme a idade e tamanho, superior ao *Negrette*, igualmente bom: ambas merinas encontram-se na França de raça muito aperfeiçoada. Do cruzamento destas duas espécies com as nossas ovelhas escolhidas resultará uma raça média que poderão medrar com o alimento que fornecem nossas pastagens, sem aquele tratamento especial que exigem as raças puras as quais ao de prosperar quando tirarmos dos nossos campos a Luzerna, o feno e outras espécies de ervas recomendadas para a boa alimentação destes animais ¹²⁴.

Nas espécies de gado existentes no Brasil, segundo Mariano Procópio, existia uma preocupação em resolver a capacidade de força de trabalho desses animais, por exemplo, das raças, Crioula ou Junqueira, duas espécies que forneciam boa quantidade de leite com alimentação limitada a pastagens e palha de milho e que possuíam um bom aproveitamento no peso, gerando cerca de 50 arrobas de peso, embora a raça pura dessas duas espécies fosse pouco resistente ao trabalho. Para resolver essa questão, a sugestão do comendador foi multiplicar o cruzamento das espécies nativas, declarando que era necessário “aperfeiçoar as raças que produzem leite melhor e em mais abundância, afim de auxiliar o progresso da pequena lavoura, que poderá abastecer de leite e de manteiga a preço baixo os grandes centros de população”¹²⁵. Essa observação reitera sua percepção em relação aos propósitos da pequena propriedade no Brasil, ou seja, abastecer o mercado interno.

Não só para o mercado interno o comendador direciona suas observações; no relatório, Ferreira Lage acrescentaria ainda algumas sugestões para o aumento da produtividade e competitividade na produção de queijos no Brasil. A análise se dedica ao tipo

¹²³ BRASIL, Exposição Universal de Paris. Comitiva Imperial Brasileira. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado. Disponível em: www.books.google.com.br. p.6

¹²⁴ Idem. p.6

¹²⁵ BRASIL, Exposição Universal de Paris. Comitiva Imperial Brasileira. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado. Disponível em: www.books.google.com.br. p.9 Acesso em: 04/12/2014. (grifo meu)

encontrado no país e as variedades mais encontradas na Europa, chamando a atenção para a necessidade de aperfeiçoar o produto para ganhar o mercado internacional ¹²⁶.

Nada despertou tanto o fascínio de Mariano Procópio como a criação de cavalos de raça, acerca da qual se mostra um entusiasta com o significativo avanço na Inglaterra, Alemanha, Rússia e França, sobretudo o gosto pelas corridas. Destaca que, no Brasil, essa cultura de melhoramento de raças cavалares encontrava-se em *manifesto atraso* devido à falta de amadores dispostos a pagarem pelos custos de criação. Segundo ele, Minas Gerais chegou a ter uma excelente raça de cavalo *Andaluza* enquanto durou o gosto pelas festas de cavalhadas, mas com sua decadência diminuiu-se também o gosto pela criação da raça, restando apenas espécies de média estatura.

Para implantação dessa cultura Mariano ressaltou a necessidade de se criar mecanismos de premiação, bem como feiras e exposições para valorização da atividade, proporcionando, conseqüentemente, o aumento no preço de mercado, o que geraria uma receita favorável na criação de raças cavалares, já que tal cultura é tão dispendiosa. Além dessa alternativa, deveria o governo imperial fundar um Jockey Clube, o que despertaria o gosto pelas corridas:

O Jockey Clube também, por seu lado, faria muito desenvolvendo o gosto pelas corridas, por meio de prêmios, que animassem os concorrentes. Com estas e outras medidas auxiliares, e convergindo os fazendeiros e criadores o gosto que tem pela política para esses e outros melhoramentos agrícolas que mais lhes interessam não se foram esperar por muito tempo os bons resultados de quaisquer tentativas que nesse sentido se fizerem. As melhores espécies e raças que acabo de recomendar vão servir de núcleo de criação na Escola prática de agricultura da colônia Pedro II, e na fazenda da Fortaleza de Santa- Anna. Ao terminar esta resumida exposição, julgo bem cabida a transcrição de três mui judiciosos dísticos que se lêem na estrada da Escola de Agricultura de Grignon, e que devem ser seriamente meditados por todos os nossos agricultores e criadores: *As raças de animais e as variedades de plantas são a expressão das circunstâncias, entre as quais elas se fundarão. Em agricultura nada existe de absoluto: a própria rotina tem sua justificação. Para que uma indústria prospere, é preciso que ela guarde para si sua inteligência, seus capitais e seus braços*¹²⁷.

Ao mencionar a escola de Grignon, localizada na França, é de se notar de onde viria uma das maiores inspirações da companhia União indústria para fundar no Brasil a

¹²⁶ Idem. p.9. Segundo ele, “Quanto a queijos, não se pode desejar melhor do que o bom queijo de Minas, mas como em geral se imagina que o que vem do estrangeiro tem melhor sabor, os queijos Londrinos, Suíços, Holandeses, Franceses etc. são procurados de preferência. Para concorrer no mercado com o produto estrangeiro, é preciso que os nossos lavradores fabriquem essas espécies de queijo, e isso facilmente poderiam conseguir com o progresso na cultura das suas terras, e aclimatação das raças que vou indicar. [...] Wilster (Hostein) prussiana, a Suíça, a Bretonne francesa, a Alderney-Cows inglesa”.

¹²⁷ BRASIL, Exposição Universal de Paris. Comitativa Imperial Brasileira. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado. Disponível em: www.books.google.com.br. p.11 Acesso em: 04/12/2014.

primeira escola de estudos clássicos em agricultura. Do ponto de vista técnico a organização da escola parece ter seguido os padrões europeus de sofisticação, tudo para fundar um estabelecimento com as melhores referências possíveis.

Uma das questões centrais levantadas no início desse trabalho foi qual seria a ligação entre as atividades econômicas da Companhia União Indústria e os programas e reformas iniciadas pelo governo Imperial após 1850. Esse exercício foi fundamental para dar sentido ao conjunto de trabalhos executados pela companhia. Dando prosseguimento a seus esforços para fundar a Escola Agrícola, a direção da União Indústria divulgava, em 1868, uma carta circular aos municípios, na qual apresentava um conjunto de idéias e posicionamentos em relação à reforma agrícola que o governo estaria promovendo. Na ocasião, a estratégia da companhia foi dirigir-se às autoridades locais dos municípios das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro:

Os trabalhos necessários para a inauguração deste estabelecimento de instrução agrícola teórica e prática tocam seu termo. A companhia União Indústria, a cujo cargo se acha, pretende abri-la depois de 20 de junho próximo futuro, no dia, que for designado por S.M. o Imperador. O curso de estudos, compreendendo o ensino teórico das matérias necessárias ao conhecimento geral da ciência complexa do agricultor, dividindo-se em teórico e prático, deverá ficar concluído em três anos. A companhia União Indústria propõe-se a sustentar e educar gratuitamente 20 alunos pobres, que serão tirados, na província do Rio de Janeiro, dos municípios de Cantagalo, Paraíba do Sul, Vassouras e Valença, e na de Minas Gerais, dos de Leopoldina, Mar de Espanha, Juiz de Fora, Pomba, Barbacena, S. João Del Rei, Turvo, Baependi, Aiuruoca, Christina, Itajubá e Úba¹²⁸.

A circular, dirigida prioritariamente às câmaras municipais, instituições que costumavam contar com a participação massiva dos produtores locais, reforçava a importância desse tipo de estabelecimento para o país:

A companhia está convencida de que não pode ser desconhecida e muito menos contestada a utilidade que para o país deve resultar de escolas práticas de agricultura, que habituando os que se dedicam à lavoura no conhecimento e uso de máquinas e instrumentos aperfeiçoados contribuirão para com o aumento da riqueza pública, pela solução do problema econômico da maior produção com o menor dispêndio possível de capital e de trabalho¹²⁹.

¹²⁸ CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) Out. 1868, Juiz de Fora (para) CAMARAS MUNICIPAIS. Juiz de Fora. 02f. Trata-se de um folheto, publicitário explicando o contrato firmado com o estado Imperial, convidando as câmaras municipais a destinarem alunos, para escola agrícola União Indústria. Uma cópia da carta circular encontra-se disponível no arquivo público da cidade de Juiz de Fora, no fundo Entidades Privadas, Série 173, caixa 28, Cia União Indústria.

¹²⁹ Idem.

O discurso da companhia União Indústria reproduzia o discurso do próprio governo imperial quanto à agricultura, baseado no ideal de *progresso* e aposta na ciência a serviço do desenvolvimento da produção agrícola e industrial. Também reforçava uma outra ideia, que parecia cara ao projeto reformador iniciado pelo governo: a da necessidade de expansão da colonização do litoral para o interior. Na verdade, essas propostas já estavam enunciadas no próprio projeto e na *missão* da companhia desde de sua fundação, em 1852, ou seja, a abertura de estradas de rodagem e ferrovias, ligando regiões do interior à capital do Império, a fundação de núcleos coloniais a partir da imigração europeia subsidiada pelo governo e a proliferação de institutos agrícolas e atividades industriais.

Ao que tudo indica, a série de trabalhos executados pela Companhia União Indústria seria resultado de um programa levado à frente pelo governo, que visava um amplo programa de reformas de significativo impacto no sistema produtivo do país. Um dos aspectos mais marcantes da fala de Ferreira Lage na circular é exatamente o combate ao modelo de produção agrícola vigente:

O estudo e conhecimento dos terrenos que devem ser preferidos para as diversas espécies de cultura, o preparo e arranjo das terras cansadas pelo emprego do arado, e do estrume, e a aplicação do sistema da “drenagem” que mostre aos lavradores a desnecessidade de se entranharem pelo sertão e derrubarem de continuo as matas virgens a procura de terras mais produtivas e mais ricas, e que afeiçoando-as e ligando-as ao solo já explorado, e que ainda lhes pode dar novas e abundantes colheitas, evite o deplorável abandono de propriedades em que existe tanto trabalho acumulado que tantos sacrifícios custaram aos seus fundadores, a concentração da produção nas zonas mais próximas dos grandes mercados consumidores que pelo grande movimento dos transportes anime e mantenha o desenvolvimento da viação aperfeiçoada, o melhoramento das raças de animais domésticos e a aclimação de novas espécies, finalmente o aproveitamento e melhoramento dos produtos da pequena lavoura, são outras tantas urgentes e momentosas necessidades do país e para cuja satisfação podem eficazmente contribuir os conhecimentos e instrução prática colhida na Escola Agrícola, não só para que os próprios filhos e habitantes do país que tem sua vida e sorte ligada ao solo encontrem larga remuneração para os seus capitais e trabalhadores, como também a fim de preparar-se o mesmo país para receber a colonização que deve vir explorar e povoar o nosso vasto território, seguindo como tudo parece indicar do litoral para o centro¹³⁰.

O trecho acima ressalta de forma clara os vínculos da empresa com o Estado Imperial. Ao destacar os problemas relativos à produção de gêneros agrícolas no Brasil, Ferreira Lage elegeu alguns pontos fundamentais. O primeiro era a questão da distância entre a região produtora e os centros consumidores; o segundo, a degradação sistemática dos solos e a conseqüente migração e desmatamento, lembrando que o primeiro trabalho executado pela

¹³⁰ Idem.

companhia União Indústria foi a abertura da primeira estrada macadamizada do país, ligando a região de Minas ao Rio de Janeiro.

Para Ferreira Lage, uma das alternativas para que houvesse uma mudança de mentalidade do produtor das duas regiões em questão estava associada às exposições:

A diretoria da Companhia União Indústria conhecendo os grandes cometimentos de que são capazes os briosos habitantes da província de Minas, pede sua presença e amor ao trabalho, concebeu o plano de que apresentou a ideia primordial no relatório aos seus acionistas de inaugurar os trabalhos da Escola de Agricultura com uma exposição industrial e agrícola, afim de que, concorrendo à feira do Juiz de Fora os melhores produtos da agricultura, criação e indústria mineira atraia o concurso dos habitantes da Corte e da província do Rio de Janeiro, pondo assim em contato vendedores e compradores, e oferecendo-lhes ocasião de visitarem a Escola Agrícola e de acompanharem a marcha do desenvolvimento e progressos de uma estabelecimento que deve extrair o interesse e a solicitude de quantos se dedicam á principal fonte da nossa riqueza pública e particular. Não obstante possui a Companhia União Indústria no Juiz de Fora os terrenos e todas as acomodações e condições necessárias para empreender e realizar este plano, não conta todavia que as primeiras tentativas serão coroadas do sucesso, que fora para desejar, mas nutre a esperança de ir todos os anos vencendo as dificuldades e embaraços que costumam acompanhar a realização de todas as grandes empresas úteis, até chegar ao ponto de poder ligar o nome da União Indústria a mais um poderoso elemento de progresso para nosso país¹³¹.

Não tendo a Companhia União Indústria os recursos necessários para realizar uma feira em formato de exposição na ocasião de abertura da Escola Agrícola União Indústria, como era o plano de inauguração, Mariano Procópio Ferreira Lage, presidente da companhia, decidiu enviar à Assembleia Provincial de Minas Gerais uma carta, solicitando recursos aos cofres da província.

Desde sua fundação, a companhia União Indústria contava com a participação financeira das províncias, tanto de Minas como do Rio de Janeiro. Porém, ao receber uma negativa em sua solicitação o comendador se indignou e o resultado de sua insatisfação junto ao governo provincial foi registrado na correspondência trocada entre a companhia e, no caso, a comissão de fazenda da assembleia provincial mineira. Nas palavras do comendador,

A companhia União Indústria, em virtude do contrato celebrado com o governo Imperial em outubro de 1864, obrigou-se a estabelecer uma escola prática nas proximidades da estação do Juiz de Fora e da colônia de Dom Pedro II. Estando as obras quase concluídas, espera a diretoria da companhia União Indústria, inaugurar a escola agrícola em abril de 1869. A diretoria acreditando que a fundação desta escola é um fato importante, e que não deve poupar esforços para torná-la conhecida dos nossos agricultores, entendeu que o meio mais razoável de chamá-los aquela

¹³¹ Idem.

localidade era estabelecer ali uma feira anual ou exposição agrícola, onde concorressem os agricultores¹³².

Mariano Procópio dava grande importância às exposições; no relatório da comitiva Imperial a qual ele integrou, em várias passagens podemos perceber sua inclinação para o que ele definia como *arenas* da indústria. Parecia estar convicto da importância de se criar no Brasil o gosto pelo melhoramento das raças através do desenvolvimento do gosto pelas exposições.

Seguindo o relato de Mariano Procópio em relação à assembleia provincial de Minas encontramos:

Projetou a diretoria inaugurar esta feira ou exposição na mesma ocasião em que for inaugurada a escola agrícola. Neste intuito dirigiu uma circular às câmaras municipais da província de Minas, e teve a fortuna de ver sua ideia geralmente aplaudida. Considerando, porém, a diretoria que nas exposições o grande estímulo e o prêmio, como esta reconhecido nas duas grandes nações que primeiras estabelecerão as arenas para as lutas da indústria, e confiando no patriotismo da assembleia legislativa da província de Minas, eminentemente interessada no desenvolvimento da projetada feira ou exposição, dirigiu ao Exm. Sr. Presidente da província o seguinte ofício: III^m. E Exm Sr. A companhia União e Indústria executa o plano de fundar uma escola agrícola nas proximidades desta estação e da colônia Dom Pedro II. Supõe a diretoria que poderá terminar as suas obras e instalá-la no mês de Abril próximo futuro. Por ocasião dessa inauguração entendeu a diretoria poder ainda acoroçoar a indústria agrícola e o melhoramento das raças de animais domésticos criando uma feira em forma de exposição agrícola, a qual terá de repetir-se em todos os anos subsequentes no mesmo mês. Como V. Ex. sabe, por maior que seja a vontade da diretoria da companhia União Indústria, de dotar a província com todos esses e outros melhoramentos, como deseja, não pode fazer só em concurso de todos os interessados, e principalmente do governo e da assembleia provincial mineira. Se, pois, V. Ex. e a ilustrada assembleia, que ora se acha reunida, entenderem que podem prestar algum concurso para a realização de tão grandioso e útil fim, a diretoria da referida companhia tomará a liberdade de pedir a v. ex. para propor à assembleia a concessão da maior quantia de que puder dispor, com o fim de ser distribuída em prêmios em nome da província, conforme o plano que ulteriormente ela submete á aprovação do governo provincial¹³³.

Mais adiante, afirmava:

Sendo essa inauguração da escola e as festas industriais que se seguirem muito provavelmente honradas com a presença de S. M. o Imperador e de sua augusta família, peço a V. Ex. que se sirva também anima - lá com a sua presença, e, quando não veja possível comparecerem todos os representantes da província, que a assembleia seja representada por uma comissão dentre os membros. V. Ex. reconhece de quanta vantagem não será para nossa província que esta e outras empresas se creem e frutifiquem nela, dando ao espírito público direção e gosto de

¹³² BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado. Disponível em: <http://books.google.com.br> acesso em: 11/12/2014. p.76

¹³³ Idem.

que se recente, para despertar a atividade e fazer nascer o espírito de associação, sem o que jamais chegaremos ao aperfeiçoamento e a realização dos melhoramentos por toda a parte reclamamos. A diretoria da companhia, que tenho a honra de representar, conta com o concurso de V. Ex. e dos ilustres representantes da província, e desde já agradeço todo o auxílio que lhe for prestado. Deus guarde a V. Ex. Estação do Juiz de Fora, 25 de abril de 1868. IIM. E Exm. Sr. Dr. José da Costa Machado Ribeiro, muito digno presidente de Minas¹³⁴.

O impasse causado entre a companhia União Indústria e a assembleia de Minas retoma um dos momentos mencionados no capítulo anterior, ou seja, a vida política de Mariano Procópio Ferreira Lage. Como já afirmado anteriormente, o comendador parecia possuir pouco trânsito junto às elites mineiras que dominavam a assembleia e sofreria sucessivas derrotas na tentativa de ocupar cargos públicos na província.

Mariano esperava total apoio das lideranças políticas em Minas, mas o que resultou dessa ação foi a confirmação de que a província não daria o apoio requerido pela companhia União indústria. A resposta, recebida por carta, também foi incluída no relatório entregue à assembleia geral:

Quando esperava a diretoria ver acolhida a sua ideia pela assembleia provincial com o mesmo entusiasmo e benevolência que manifestaram as câmaras municipais, leu com pasmo no Liberal de Minas de 18 do corrente o seguinte parecer n.15. A 2º comissão de fazenda, a que foi presente o requerimento do diretor da companhia União e Indústria, pedindo à assembleia provincial a maior quantia de que puder dispor para a fundação de uma escola agrícola, é de parecer que, atendendo aos grandes planos que a província tem em vista realizar, e especialmente ao emprego de grandes capitais com a abertura de estradas e outras vias de comunicação em favor do desenvolvimento industrial locomotivo, atualmente não se pode desviar daqueles fins para empregá-los na fundação de escolas agrícolas. Além disso não sendo conhecido por ora o plano de ensino, o programa adotado pelo diretor, a província não tem dados seguros para aventurar capitais, associando-se a empresas industriais desta ordem. Diversas escolas industriais se têm fundado na França; a escola regional de agricultura, o instituto agrônômico, etc., com o fim de derramarem o ensino da economia rural, mas por isso mesmo que esta espécie de indústria exige conhecimentos mais complexos e variados, a par de uma prática racional, aquelas instituições de ensino não tem correspondido as esperanças porventura bem afagadas¹³⁵.

A desconfiança encontrava-se no fato de que se afirmava não existirem garantias no empreendimento, muito menos havia sido divulgado o programa, o plano de ensino. As observações por parte da assembleia mineira não param por aí e se estendem a outros aspectos:

¹³⁴ BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado. Disponível em: <http://books.google.com.br> acesso em: 11/12/2014. p.77

¹³⁵ Idem. P.78

Finalmente, a comissão pensa que o governo provincial não deve, animado somente a agricultura, esquecer-se das indústrias extrativas e fabris, infelizmente tão atrasadas entre nós, e que, á vista das grandes concepções que tem de realizar não esta por certo a ocasião asada e oportuna para empregar capitais, concorrendo para a fundação de escolas industriais de um êxito duvidoso. Sala das comissões, 8 de Junho de 1868. V.M. Melo Franco, Ignacio Martins e Antônio Pereira de Souza¹³⁶.

Entretanto, cabe observar que a resposta da assembleia parece não ater-se exatamente à solicitação inicial, uma vez que a carta enviada pelo comendador referia-se a recursos para servir de premiação da exposição, não para a fundação da Escola. Por certo que o fim seria o mesmo, mas o desvio de foco pode sugerir a tentativa de se arrumar uma boa desculpa para não atender à solicitação da companhia União Indústria. Ferreira Lage parecia convencido de que era vítima de uma perseguição e continuou o relatório apontando outros desgastes em relação à assembleia provincial:

A leitura deste parecer deve causar ao público sensato e imparcial o mesmo assombro que à primeira vista sentiu a diretoria, pois é fora de dúvida que trata de assunto muito diferente daquele sobre o que versa o officio. O assombro do público, porém, não durará muito, desaparecerá logo que tiver notícia da lei mineira n.1.184 de 25 de julho de 1864, que encerra o seguinte artigo: “*O governo fica autorizado a rescindir os contratos celebrados pela província com a companhia União Indústria, e nenhum favor pecuniário prestará mais à mesma companhia sob qualquer título, além dos que já tenha feito*”. A diretoria quando se dirigiu ao presidente da província, confiante no patriotismo da assembleia, não se lembrou desta disposição que coloca a companhia fora da lei, e em estado de não poder ser entendida no recinto onde estão sentados os justos que a excomungam¹³⁷.

A indignação do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage contra a referida lei que rompia as relações do governo imperial com a companhia é devido ao fato de que esta contava já há algum tempo com repasse financeiro da província mineira para extensão e manutenção das vias da estrada de rodagem pela região de Minas Gerais. Uma vez aprovada pelo legislativo provincial, existiria na forma da lei uma desculpa para que novos repasses não ocorressem, cessando assim uma fonte de recursos importantes para a empresa, o que se materializava nas disposições transitórias da lei 1.184 de 1864, artigo 10, negando a empresa

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado. Disponível em: <http://books.google.com.br> acesso em: 11/12/2014. p.78 (grifo meu)

qualquer favor pecuniário após a aprovação da referida lei¹³⁸. Ao final do relatório, Ferreira Lage deixou registrada toda a sua insatisfação em tons de ironia, ao desejar sucesso nas metas estabelecidas pela assembleia provincial mineira:

Apesar de estar a companhia União Indústria fora da lei, espera a sua diretoria realizar a ideia, que tão aplaudida tem sido por aqueles que realmente se interessam pelo futuro da província. Para este fim lançará mão de seus fracos meios e de concurso das câmaras municipais, e dos interessados, não perturbando assim, nem diminuindo os recursos que a província vai empregar *aos grandes planos que se tem em vista realizar, e especialmente no emprego de grandes capitais com abertura de estradas e outras vias de comunicação em favor do desenvolvimento industrial locomotivo*. Deixamos também á comissão os cuidados que lhe merecem *as indústrias extrativas e fabril*, de preferência á agricultura, que, sendo a base principal de nossa riqueza atual, pode bem *o governo dispensar-se de lhe dar animação*. Os agricultores vivem em mar de rosas! A diretoria faz os mais sinceros votos pela realização de tudo o que se promete á província, e que ela entre sem demora no gozo de resultado das *grandes concepções* que a comissão assegura vão ser realizadas, e que a atual assembleia caiba a glória de encetar uma nova era de benefícios, sempre prometidos, mas ainda não executados na rica província de Minas Gerais. M.P. Ferreira Lage, estação de Juiz de Fora, 30 de junho de 1868¹³⁹.

Mesmo não recebendo o apoio esperado do governo provincial, Ferreira Lage colocou em prática seus planos de uma exposição agrícola e industrial, que daria início aos trabalhos da Escola Agrícola União Indústria. Certamente, a opção do comendador de relatar a situação política da província junto ao governo Imperial, através de relatório, teria por fim justificar o atraso no cumprimento dessa cláusula contratual, destacando os entraves que encontrava não só em relação à sua escola, mas também à sua empresa.

Por outro lado, a companhia parecia manter as boas relações que sempre tivera com o governo imperial. Nesse mesmo ano de 1868 ocorreu a visita do ministro da agricultura, Manoel Pinto de Souza Dantas, acompanhado por comitiva na qual estava presente o Barão do Bom Retiro, presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e os engenheiros Sobragy e Ferreira Pena, para inspecionar pessoalmente as obras realizadas pela companhia União Indústria. Recebido pelo comendador Ferreira Lage, o ministro assim relatou a situação da Escola Agrícola União indústria:

O Sr. Comendador Ferreira Lage, fundando esse instituto a que se obrigou a companhia, vai realizar algumas ideias utilitárias, a que tem dedicado a melhor parte de sua laboriosa existência. É destinado a propagar os melhores sistemas de lavoura,

¹³⁸ Arquivo público Mineiro, coleção leis provinciais Lei Nº 1.184 de 25 de Julho de 1864. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acesso em 10/04/2015.

¹³⁹ Idem. p.79

prática e teórica, oferecendo o seu ensino a quantos se queiram aproveitar deste meio de melhorar a principal indústria do país e corrigir os erros da antiga rotina. A escola agrícola do Juiz de Fora ainda não é realidade, mas para lá se encaminha com presteza. Um edifício com todas as acomodações necessárias a escola agrícola para a efetividade dos seus resultados estará igualmente pronto. Existem já viveiros das plantas que mais interessam á agricultura do país, representada nas suas várias e melhores espécies. Preparam-se os terrenos em uma área de 40,000 braças quadradas, onde os bons métodos de cultura serão postos em execução. Estão encomendadas as máquinas e utensílios aratórios que auxiliaram e multiplicaram a força do braço humano e aperfeiçoaram o trabalho¹⁴⁰.

No relato do ministro, todos os cuidados foram tomados para trazer o que havia de melhor na Europa. Além das máquinas, o ministro comenta a presença do diretor da instituição, Jacques Schindler, um técnico de origem Suíça, que ficaria responsável por conduzir os trabalhos da Escola Agrícola:

O futuro diretor da Escola, o Sr. Schindler, está incumbido de executar os trabalhos encetados, e em tempo oportuno escolherá os professores de Química, Botânica e Física, especialmente aplicadas à lavoura. Ali não ficará esquecida a criação de animais domésticos mais úteis ao homem, e por concomitância a arte veterinária terá também seu professor¹⁴¹.

Certamente, a relativa facilidade com que Mariano Procópio Ferreira Lage parecia lidar com questões que se relacionavam à modernização agrícola, suas práticas e métodos, e que embasariam a própria criação da escola, ligava-se à sua própria experiência pessoal e às atividades por ele desenvolvidas na Fazenda Fortaleza de Santana, de propriedade de sua família, da qual o comendador era administrador.

De fato, na ocasião da visita do ministro da agricultura, os membros da comitiva aproveitaram a viagem para ver de perto como se dava a aplicação de métodos aperfeiçoados na agricultura, o que já era uma realidade na fazenda Fortaleza de Santana:

Constando-lhe que na propriedade da Sra. Baronesa de Santana, digna mãe do Sr. Ferreira Lage, a grande cultura é efetuada segundo os alvitre da ciência agrônômica mais adiantada, julgou necessário visitar esse estabelecimento. Para a fazenda Fortaleza de Santana se encaminhou no dia 4, percorrendo cerca de sete léguas. Suas observações confirmaram o que já se lhe havia dito, assim com relação às

¹⁴⁰ Curiosamente o relato do ministro não integra o relatório do ministério da agricultura; está disponível no relatório elaborado pela companhia União Indústria que, por sua vez, publicou-o no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. BRASIL, Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Relatórios da Companhia União Indústria. Rio de Janeiro, 1869, p. 82. Disponível em: <http://books.google.com.br>, acesso em: 11/12/2014.

¹⁴¹ Idem, p.83

plantações, ao roteamento da terra pelo arado, ao uso vantajoso dos estrumes nos terrenos já cansados e a drenagem dos brejos e várzeas excessivamente úmidos, como com relação aos pomares e hortas, nas quais realizou o Sr. Ferreira Lage em ponto grande quanto se vê na sua chácara do Juiz de Fora¹⁴².

A visita do ministro à propriedade da família revelaria ainda que o comendador, entusiasta pelas raças cavалares, também era criador de cavalos, o que permite compreender o interesse de Ferreira Lage em sugerir a fundação, no Brasil, do primeiro Jockey Clube, em 1868:

Igualmente visitou S. Ex. a caudalaria organizada e progressivamente desenvolvida pelo Sr. Ferreira Lage, no intuito de melhorar a raça cavalар indígena pelo tratamento especial dos animais, pela aclimação e cruzamento das raças mais belas e fortes¹⁴³.

Não há dúvida de que a fazenda de propriedade da família Ferreira Lage foi o cartão de visitas do comendador. O modelo de agricultura adiantada que ali se realizava chamaria ainda mais a atenção por dois aspectos. Primeiro porque a fazenda serviria de campo prático para os estudantes da Escola Agrícola União Indústria, como revela o trecho a seguir:

Os discípulos da nova escola, depois de receberem ali instrução, que, segundo os recursos que lhes preparam, deverá ser completa, depararam ainda mais ampla demonstração dos princípios da ciência nos exemplos e prática da fazenda Fortaleza de Santana, propriedade da Sra. Baronesa de Santana, a seis léguas do Juiz de Fora, dirigira pelo Sr. Ferreira Lage. Com efeito, vê-se nesse grande estabelecimento a prova mais cabal do quanto vale a aplicação dos melhoramentos da agricultura europeia á nossa, em tudo quanto lhe é e pode ser análogo. Na Fortaleza de Santana, não há terreno cansado, nem derruba de matas, nem brejos estéreis¹⁴⁴.

O segundo aspecto estaria, além do modo de produzir, nas relações de trabalho:

O sistema adotado no tratamento dos escravos, na retribuição do trabalho, na sua alimentação, melhorando-lhes a condição, poupa-lhes as forças e a saúde, tanto mais quanto crescer a circunstâncias de serem interessados no aumento da produção e desempenho de suas tarefas pelo incentivo das recompensas. É por meios tais que o imenso trabalho, que representam plantações de milho em tão larga escala que deixam sobras de 10,000 alqueires, cafezais que abrangem mais de 600,000 arvores, obras de arte e aformoseamento, e sua perfeita conservação, e a abertura de 8 léguas

¹⁴² BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado. <http://books.google.com.br> acesso em: 11/12/2014. p.4.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem. p.89

de boa estrada, todo este imenso trabalho é feito por 240 pessoas, das quais somente 90 são trabalhadores de campo¹⁴⁵.

Considerada como fazenda modelo, contava essa unidade produtiva com processos aperfeiçoados de produção e relações de trabalho, principalmente pelo tratamento mais humanizado aos cativos. Partindo dessa perspectiva a fazenda Fortaleza de Santana pode ter sido a referência que tanto contribuiu para que fosse Mariano Procópio e sua companhia, protagonista de uma mudança de perspectiva em relação aos meios de produção e, sobretudo, nas relações de trabalho. Essas características de tratamento também foram destacadas por Elione Silva Guimarães:

Os viajantes que passaram por Juiz de Fora e legaram suas impressões sobre a vivência escrava na região, observaram a existência de algumas *fazendas-modelo* pela excelência de seus cafezais, pelo tratamento dispensado ao cativo (ausência de castigos, boa saúde, condições de habitação com senzalas separadas para escravos solteiros e casados etc.) e pela infra-estrutura. Contudo alertaram que nem todas as fazendas apresentavam estas qualidades. Dentre as *fazendas-modelo* descritas por Zaluar, Gobineau e Agassiz estava a fazenda Fortaleza de Santana. Esta propriedade pertencia à dona Maria José de Santana, futura baronesa de Santana, mãe do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, diretor da Companhia União Indústria. Na Fazenda Fortaleza de Santana, Zaluar notou senzalas separadas para os escravos casados e Agassiz notou a possibilidade de uma economia própria dos negros. Este último viajante fez menção a um pomar dos cativos e descreveu a rotina de trabalho dos escravos no período de colheita, quando lhes era imposta uma meta de trabalho e paga uma pequena quantia pela produção de excedente. Analisando os registros de casamento de Juiz de Fora, Andrade constatou que a Baronesa de Santana foi à proprietária que registrou maior número de casamentos formais entre os cativos, 19 ao todo¹⁴⁶.

Uma unidade produtiva com essas características certamente provocou entusiasmo junto ao governo Imperial e, principalmente, o próprio imperador Pedro II que, ao menos em duas passagens por Juiz de Fora, esteve na referida propriedade, a primeira visita em 1861 e a segunda em 1869.

Portanto, sendo parte do complexo a ser explorado pela escola agrícola, a Fazenda Fortaleza de Santana seria para os alunos o exemplo de administração de estabelecimento agrícola que tanto se almejava na época.

¹⁴⁵ Idem. p.90

¹⁴⁶ GUIMARÃES, Elione Silva. Violência entre parceiros de cativeiro - Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 64

Além de contar com o campo prático representado pela fazenda de propriedade da família, a companhia União indústria também tiraria vantagem da viagem de seu diretor presidente Mariano Procópio Ferreira Lage a Europa, em 1867.

Na ocasião, este teria aproveitado para fazer a aquisição de máquinas, utensílios, obras para a biblioteca e algumas coleções de espécies de animais domésticos, todos voltados para a implantação da escola agrícola.

O comendador registrou no relatório da companhia anexado ao relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembleia Geral Legislativa, no ano de 1869, a aquisição dos seguintes materiais:

Quadro: 2
Animais, máquinas e utensílios adquiridos na Europa pela
Companhia União indústria:

Coleção de equinos	(Torobreed, puro sangue), Peschoron (de formas colosais) e uma égua Inglesa (Suffolk)
Coleção de Bovinos	Prússia, Holanda, Suíça, Bretona e Alderney-cows
Coleção de Ovinos	Rambouillet, Southdown e Cotswould
Coleção de Aves	(Galinhas, Lafleche, Crevecoeur, Dumans, Patecourte, Houdan e Dorking
Maquinário	Descaroçador de algodão.
	Extrator de óleos.
	Máquina de brunir arroz.
	Máquina de fazer gelo.
Livros e utensílios	Máquina de fazer manteiga.
	Moldes em miniatura de arados.
	Livros de especialidade para biblioteca.

Fonte: BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado. <http://books.google.com.br>

A companhia União Indústria para ver sua escola inaugurada, não poupou esforços para fazer a aquisição de equipamentos e materiais das melhores referências em ensino agrícola que existiam na Europa. Os altos custos do investimento pareciam não diminuir o entusiasmo da companhia em ver edificada no Brasil sua escola de estudo em agricultura.

Quanto ao público que freqüentaria a escola, era exigida dos interessados uma formação mínima, que abrangia algumas habilidades e condutas que nos induz a afirmar de que se desejava priorizar às elites produtoras, salvo as condições especiais de admissão que destinava parte das vagas aos órfãos e àqueles de escassos recursos. Para que o estudante

fosse beneficiado com o estudo gratuito era necessário um ofício apresentado à direção da companhia, redigido pelas autoridades de suas respectivas municipalidades. Curiosamente, essas vagas destinadas aos pobres, que previa o sustento de 20 jovens, nunca chegaram a ser preenchidas na totalidade.

Aos outros estudantes que frequentariam a escola, a companhia iniciou a chamada pelos jornais da Corte. Pelos anúncios então publicados podemos reforçar a ideia de que se intencionava um estudo voltado à educação dos filhos dos produtores. Um dos primeiros periódicos a divulgar a escola na corte foi o jornal *Diário do Povo*, que na edição do dia 24 de fevereiro de 1869 publicou a seguinte informação sobre a Escola Agrícola União indústria:

A escola agrícola tem acomodações para receber 60 alunos internos. Os candidatos deverão ter ao menos 14 anos de idade, gozar de boa saúde e constituição idônea para os trabalhos do campo. Antes de ser admitidos deverão provar que sabem ler, escrever e contar, submetendo-se a um exame de suficiência. [...] Será conveniente que os indivíduos que se propuserem a cursar a escola de agricultura, além das primeiras letras exigidas para admissão, saibam traduzir o Francês e conheçam a geografia do país¹⁴⁷.

Devido a pouca procura de estudantes, a Escola Agrícola divulgou suas vagas até data muito próxima à inauguração do prédio. As informações foram distribuídas a vários periódicos, incluindo as revistas especializadas em agricultura, como a *Revista Agrícola*, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, e o periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em suas edições do mês de junho de 1869, ainda trazia as informações:

A diretoria da Companhia União Indústria anuncia o seguinte: Os alunos que quiserem matricular-se na Escola Agrícola União Indústria de conformidade com os seus estatutos serão admitidos no estabelecimento, do dia 20 do corrente em diante. Devem vir munidos de roupa, calçado e o mais que for necessário para um ano. Terão de usar quanto saírem do estabelecimento em corporação, do uniforme adotado pela administração da escola¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Além do periódico, *Jornal Diário do Povo*, edição do dia 24 de fevereiro de 1869. O prospecto da escola Agrícola ainda foi publicado nos periódicos: *Diário do Rio de Janeiro*, edições do ano de 1869: edições: 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168. Revista da sociedade auxiliadora da Indústria Nacional, *O auxiliador da Indústria nacional* edição do ano de 1869, Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, edição 1869, e na província de Minas Gerais no jornal *O noticiador de Minas*, edição do dia 12 de março de 1869. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/05/2014.

¹⁴⁸ *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Junho de 1869. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16/05/2014.

Na mesma chamada de estudantes para a escola nos jornais, a Companhia convidava os produtores da região compreendida entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro para participarem da feira em formato de exposição, oferecendo a eles a estrutura necessária para expor os produtos e animais e espaço para comercialização de produtos:

Os concorrentes à feira, que deve ter lugar no Juiz de Fora, do dia 23 do corrente em diante, acham acomodações necessárias para os respectivos produtos. 60 baias, separadas para animais de maior estimação. Diversos currais separados com postes para poder receber durante o dia 520 bois, além de carneiros e porcos de seiva. Grande espaço cercado, podendo conter mais de 2,000 animais soltos. Haverá quem forneça capim e milho dentro dos espaço reservado, para os animais de estribaria e excelentes pastagens nas proximidades por preço razoáveis. Para os produtos agrícolas e industriais estão preparados os cômodos necessários nos edifícios da escola agrícola. Nos armazéns da estação da companhia, poderão ser depositados os objetos destinados á venda, os quais convém que sejam representados por amostras no edifício da escola. Um Júri composto de 21 membros, com o respectivo presidente, terá de julgar e distribuir as medalhas e recompensas, que a diretoria irá por a sua disposição. A diretoria contando com o patriotismo dos cavalheiros a que tem dirigido os seus convites, espera que não deixaram de concorrer com seus esforços para levar a efeito esta ideia patriótica, que tem por fim desenvolver a prosperidade e progresso do país.

Mesmo reconhecendo as grandes dificuldades financeiras para por em prática a exposição, a companhia persistiu em realizar, em junho de 1869, concomitantemente à abertura da Escola, a feira agrícola e industrial, com o objetivo de reunir e atrair a atenção de produtores das duas províncias.

2.4 A *PEDAGOGIA* DAS EXPOSIÇÕES: A EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DA ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA DE 1869

A exposição agrícola e industrial idealizada, organizada e executada pela companhia União Indústria carregava em sua essência um caráter pedagógico. Como afirmou Mariano Procópio Ferreira Lage, as exposições serviam de arena para a indústria e somente nela os produtores competiriam pela excelência e reconhecimento dos métodos aperfeiçoados na produção.

Inspirada nas famosas exposições universais, ainda que modestamente, a companhia União Indústria via um importante estímulo nas exposições que timidamente se desenvolviam em solo brasileiro.

Contando com a presença de um amplo número de produtores¹⁴⁹, a exposição fora pensada em cinco espaços, sessões que receberam produtos dos mais variados, no quadro de expositores, produtores das províncias de Minas e Rio de Janeiro.

¹⁴⁹ Destacamos os integrantes de algumas das famílias mais importantes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, como Nicolau Netto Carneiro Leão, filho do marquês de Paraná, primeiro Barão de Santa Maria, proprietário e militar; José Joaquim Monteiro da Silva, Barão de Santa Helena, vereador da câmara municipal de Juiz de Fora (1861-1864) e presidente da câmara (1881-1884), chegou a ser senador do Império em 1889, empresário e militar; Marcelino de Brito Pereira de Andrade, Barão e visconde de Monte Mário, produtor de café, coronel da guarda nacional, fundador do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Honório Augusto José Ferreira Armonde, segundo Barão de Pitangui, membro da ordem da Rosa e comendador da ordem de São Gregório; Henrique Guilherme Fernando Halfeld, pai de Pedro Maria Halfeld, alemão, importante político de Juiz de Fora, vereador em dois mandatos, 1857-1861 e 1865-1868, engenheiro; Antônio Joaquim de Miranda N. da Gama, assim como José Calmon Nogueira Valle da Gama (importante político de Juiz de Fora ocupando o cargo de vereador no período de 1865-1868), pertencia à família Nogueira da Gama, núcleo familiar que possuía grandes extensões de terras entre o vale do Paraíba Fluminense e a Zona da Mata Mineira; Antônio Vaz Pinto Coelho da Cunha, descendente do Barão de Cocais. Ver GENOVEZ, Patrícia Falco. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado. Tempo [online]. 2011, vol.16, n30, PP. 243-266. ISSN 14137704.

Quadro: 3

Exposição agrícola e industrial da Escola Agrícola União Indústria:

Exposição agrícola e industrial da companhia União Indústria:	
Seção de produtos agrícolas	Produtos expostos:
	Café lavado, café de terreiro, café especial de Leroy, Algodão, lã de carneiro Rambouillet, Southdown, Cotswold, amostras de milho e trigo sarraceno, fumo de corda, fumo em folha, mate em pó e em folha, Cera Branca, Farinha de milho branco e amarelo, polvilho de araruta, amostras de mamona, farinha de mandioca, Inhames.
Seção de Indústria Agrícola	Produtos expostos:
	Água ardente de cana e laranja, vinho de laranja, licores e essências, cerveja, vinho verde de uvas e laranjas, queijos, pães.
Seção de Animais.	Produtos expostos:
	Capado de 20 arrobas, bois de carro, bois gordos pesando um 69 arrobas, cavalos Sublimes (raça mineira) cavalos e bestas (raças cruzadas) vacas e carneiros, cavalos crioulos, curraleiros, carneiros merinos (negretti).
Seção de mineralogia, produtos químicos e farmacêuticos.	Produtos expostos:
	Coleção de mineralogia, minerais de ferro e Kaolin, coleção de medicamentos minerais e vegetais, plantas medicinais indígenas. amostras de minérios auríferos e cristalizados, pedras calcareas, stalactites, pedaços de linhito e kaolin, quartzo hyalino, cobre em sufreto, chumbo em chromato e marmores.
Seção de produtos diversos	Produtos expostos:
	Cortes de calças, paletós, mantas de algodão e lã, cobertores, toalhas, corte de algodão para calça, bengalas, cabos de chicote, ponteiras de charuto, cordas, estribos de mola, freio, esporas, charutos de fumo de Havana, cigarros, fumo crespo de Baependi, Hidromel, liteira, painéis de pedra, chapéus de palha de Caeté.

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.9, Set. 1871. p.39. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 17/12/2014.

Em 1871, a revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura divulgou o relatório técnico do evento, o que revela, dentre outros aspectos, o posicionamento favorável à iniciativa da Escola por parte do autor do relatório, Dionísio Gonçalves Martins, um dos mais influentes entre os *reformadores*:

É incontestável a poderosa influência que têm as exposições sobre a marcha da civilização em geral. Elas aproximam os indivíduos, extinguem os ódios herdados, criam relações sólidas pela reciprocidade dos interesses, e estabelecem comparações fecundas em resultados de vulto [...] Povo essencialmente agricultor carecíamos de uma medida dessa natureza para derramarmos o espírito de reforma pelos campos que se empobreciam. No nosso estado atual de civilização, a exposição devia ser a consequência necessária da iniciativa abraçada pela companhia União Indústria assim como não podia aquela isolada desta última produzir frutos de valor [...] A exposição do Juiz de Fora, não obstante ter surpreendido as expectativas dos que a visitaram minuciosamente ainda deve ser considerada uma pequena tentativa que apalpa terreno desconhecido e sumamente vasto¹⁵⁰.

Dionísio Gonçalves Martins não poupava palavras, nem amenizava a culpa, que segundo ele, carregavam os produtores brasileiros, chamados de “lavradores primitivos”. Com essas e outras palavras o também deputado geral se tornou um dos anunciantes da reforma agrícola na segunda metade do século XIX, em seus discursos inflamados. Cabe destacar sua erudição e capacidade de traduzir o sentimento de reforma agrícola da época¹⁵¹.

Os dados coletados, além de servirem de estatística local, comprovaram a deficiência e vulnerabilidade da produção, com ressalvas à produção do café, principal produto de exportação do Império, digno dos principais sistemas de preparo existentes na época.

Reconhecendo a comissão que o fim da agricultura não é produzir muito, porém produzir economicamente o melhor possível aconselha aos lavradores toda solicitude em prevenir, pela divisão harmônica do trabalho, a falta de operários, e compensar o decréscimo da produção pela vantagem do preço. Apelando com incontestável bom senso para os resultados racionalmente prometidos pelo ensino especial, anima e felicita a empresa que o promove, considerando esta generosa iniciativa, relevantes serviços prestados, á causa da civilização e á do futuro do Império¹⁵².

Pela conclusão dos pareceristas, o café, sem sombra de dúvidas, representaria uma cultura por excelência; o tabaco viria logo em seguida, além de outros produtos, como o algodão, que mereceria uma atenção maior, por se tratar de um gênero com ótimos preços no mercado internacional e a fibra produzida na região ainda estava na forma “grosseira”. De um

¹⁵⁰ Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.9, Set. 1871. p.6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 17/12/2014.

¹⁵¹ Idem. p. 3. Gonçalves Martins era engenheiro agrônomo, uma importante referência em estudos agrícolas. Representava frequentemente o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, sendo ainda integrante da comitiva do Ministério da Agricultura que visitou as obras da Escola Agrícola União Indústria meses antes de sua inauguração. Também é apontado como um dos responsáveis pela criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura e autor do programa de estudos da Escola Agrícola da Bahia, de 1875.

¹⁵² Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.9, Set. 1871. p.7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 17/12/2014

modo geral, tudo o que potencialmente atendesse às necessidades dos mercados externos e internos era destacado no sentido de se alcançar uma produção em escala industrial.

Na sessão de produtos agrícolas já se encontravam representantes da Escola Agrícola União Indústria que, mesmo sendo inaugurada naquele evento, já participava da competição. Na verdade, enquanto se concluíam as obras de construção do edifício da Escola, alguns produtos já eram cultivados pelos imigrantes da colônia Dom Pedro II, dentre os quais se destacam o milho, o trigo sarraceno e mate em pó e em folhas, que receberam a medalha de prata, e o algodão, condecorado com a medalha de bronze, além da menção honrosa recebida pelo fumo em corda.

Nas disposições relativas aos expositores de animais, observamos a presença não só da Escola Agrícola União Indústria como também a presença de Mariano Procópio Ferreira Lage que, segundo o relatório de Dionísio Gonçalves Martins, teria competido individualmente, expondo cavalos e bestas de raças cruzadas, sendo contemplado com a medalha de prata. A escola agrícola contribuirá nessa modalidade com amostras de vacas e carneiros, também de raças cruzadas, sendo reconhecida com medalha de prata.

Na última sessão relativa a produtos diversos, as amostras trazidas pelos expositores não adquiriram níveis satisfatórios, segundo a comissão, embora os resultados apontados fossem animadores, mesmo com as necessidades de mudanças no sentido de aperfeiçoar a produção, seja na qualidade do produto, seja na condição de amortizar os custos. O que a comissão avaliativa ressaltou foi o desejo de melhora, expresso pela quantidade de expositores e variedade de artigos, destacando a presença de produtos oriundos da fazenda Fortaleza de Santana, com a produção de charutos de fumo de Havana, que receberá medalha de prata. A distribuição de medalhas confirma o destaque que mereceram os produtos, em quase todos os setores, da família Ferreira Armonde assim como os da Escola Agrícola União Indústria, que mesmo na sua inauguração mostrou sua vocação para as exposições agrícolas e industriais.

As cinco sessões da exposição com a exceção do setor de mineralogia contaram com a participação ou da escola agrícola União indústria, ou de algum membro da família Armonde. A participação da escola seria muito mais de apresentação das espécies adquiridas na Europa do que uma competição, já a significativa presença da família demonstra a tradição nos negócios e o gosto pelas exposições. Não é por acaso que a fazenda Fortaleza de Santana representaria o Império em exposições internacionais.

Ao todo foram distribuídas a soma de 89 medalhas, sendo 55 de prata, 24 de bronze e 10 menções Honrosas; não foram ofertadas medalhas de ouro. Tendo em vista o sucesso da primeira edição da exposição, a segunda fora marcada para o ano de 1870. Os festejos da indústria seriam ainda contemplados com a presença do imperador Dom Pedro II e comitiva Imperial, que estiveram presentes na inauguração da Escola Agrícola União Indústria e, conseqüentemente, prestigiaram a exposição agrícola e industrial organizada para ser parte integrante da prestação de contas que a companhia União Indústria fazia junto ao governo Imperial que, através do decreto 3.325 de 1864, ordenava a construção da escola.

Além da exposição ocorreu a solenidade de abertura da escola, que contou com a presença de várias personalidades da época, incluindo a família real e a majestade Imperial Dom Pedro II, como será visto no capítulo seguinte.

CAPITULO 3 - A ESCOLA AGRÍCOLA UNIÃO INDÚSTRIA: UM PROJETO EM TRÊS TEMPOS

3.1 A INAUGURAÇÃO

A inauguração desta Escola, devida aos perseverantes esforços da Companhia União Indústria e da sua Diretoria, desperta com toda a razão geral contentamento. Tão nobre exemplo, imitado nas outras províncias, há de concorrer para a moralização do trabalho de nossa principal indústria e sua maior prosperidade¹⁵³

Assim a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura registrou a criação da Escola Agrícola da Companhia União Indústria em seu primeiro número, em setembro de 1869, considerando-a a primeira instituição do gênero no Brasil, dedicada ao ensino teórico e prático em agricultura, projetada para abrigar vários jovens interessados nos estudos clássicos em agricultura. A escola foi inaugurada no dia 24 de Junho de 1869, na província de Minas Gerais, às margens da estrada que levava ao município do Rio Novo, próxima à colônia de imigrantes alemães Dom Pedro II, que se fundou nas cercanias da estação do Juiz de Fora, algumas léguas da cidade do Paraibuna.

Ao que consta, tudo foi minuciosamente preparado para o grande dia; contando com a presença de d. Pedro II, a comitiva Imperial foi acompanhada pelo Jornal Diário do Rio de Janeiro, que descreveu como se deu a viagem oficial para a inauguração da Escola Agrícola União Indústria:

O dia apurado para a solenidade da inauguração da Escola Agrícola União Indústria foi 24 de junho, segundo ordem de Sua Majestade o Imperador, que serviu-se prometer a diretoria a alta honra de sua augusta presença. De feito, a 23 Suas Majestades Imperiais foram às 6 horas da manhã recebidas na estação de S. Cristovão em trem expresso da estrada de ferro D. Pedro II. A acompanharam as augustas pessoas Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe e os semanários. No mesmo trem iam o Sr. Ministro da agricultura, comendadores Mariano Procópio Ferreira Lage, José Francisco Alves Maveiro e numerosos convidados, entre os quais compreendiam-se os Sr. Senador Firmino, o Sr. Conde de Gobineau, ministro da França nesta Corte, e os Srs. Deputados Araújo Góes, Dionísio Martins, Affonso de Carvalho, Cardoso Fontes, Duque Estrada Teixeira, Calmon, João Mendes, Fonseca Galvão, Dias da Rocha e Correa de Oliveira, Dr. Castro, redator jornal do comércio e Dr. José Pereira Rego Filho, 1º secretário da sociedade Auxiliadora Nacional¹⁵⁴.

¹⁵³Discurso feito pelo Imperador Dom Pedro II na ocasião da inauguração do prédio da Escola Agrícola União Indústria, Fragmento retirado do Jornal, Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br> acesso em 10/06/2014.

¹⁵⁴ Idem.

Parecia ser mesmo uma realização de grande interesse para o governo imperial, uma vez que vários intelectuais, políticos e membros da família real integraram a comitiva. O transporte utilizado para trazer essas pessoas até a cidade do Juiz de Fora foi o trem, uma vez que naquele tempo a ferrovia Dom Pedro II já possuía uma extensão até a cidade de Entre Rios; a partir dessa localidade a comitiva seguiu caminho em diligências da rodovia União Indústria, como registra o jornal:

Em quatro horas e meia de viagem o trem imperial chegava a Entre Rios, celeridade tanto mais notável, quanto ao transpor a serra a tração depara dificuldades que a demoram. De Entre Rios partiram Suas Magestades Imperiais e comitiva para Juiz de Fora, alguns minutos depois do meio dia, nas diligências da companhia União Indústria. Nesta distância de doze leguas admiram aqueles mesmos que mais se tinham habituado a percorre-la, a perfeição do impedramento e nível da estrada que asseguram ao movimento dos veículos suavidade e rapidez desconhecidas em quaesquer outras vias da mesma espécie, a solidez e extensão de algumas pontes, custosas obras em córtes de rocha e aterros, lindissimas paisagens, que se desenvolvem, com variedade, a cada lanço de caminho, animadas pela basta folhagem dos cafessaes, e as aguas do Parahyba e Parahybuna, ora tranquilos deslizando á sombra das matas e penhas marginaes, ora arrebrandando em flor por entre os rochedos que lhe obstruem o alveo. O transito nessas doze leguas em estação calmosa, quando a irradiação celeste haja mitigado o possível das estradas de rodagem, seria um delicioso passeio, em que sempre os olhos descortinam primores da natureza. Começava a escassear a luz do dia, quando Suas Magestades Imperiais apeiaram-se no formoso palacete do Sr. Ferreira Lage, onde tudo se achava aparelhado para a recepção dos augustos viajantes.

A imponente construção da quinta do proprietário da Companhia e fundador do estabelecimento agrícola, Mariano Procópio Ferreira Lage, chamou a atenção dos viajantes, que se mostraram impressionados com o requinte e bom gosto das construções. O jornal Diário do Rio de Janeiro assim definiu a chegada à residência do comendador Mariano Procópio, que ficava em frente à estação do Juiz de Fora:

Começava a escassear a luz do dia, quando Suas Magestades Imperiais apeiaram-se no formoso palacete do Sr. Ferreira Lage, onde tudo se achava aparelhado para a recepção dos augustos viajantes. A primeira hora da noite brilharam os visos das colinas circunvisinhas á estação da companhia, á Escola e ao palacete inumeras fogueiras cujo vivolume fazia sobressair a verdura sombria das matas próximas e linda cascata que em lenções de espuma debruça-se de um penhasco não distante. A esse tempo entravam SS.MM.II. em um lindo batel de rodas tocadas á manivela, que nas serenas e claras aguas de um lago artificial oferece as delicias de breve navegação: E esse um dos portentos, que o bom gosto e prodigiosa atividade do Sr. Ferreira Lage espargiu em torno á sua habitação. Naquele logar, onde, há poucos anos se dilatava um pantano insalubre, periodicamente inundado pelas aguas revoltas do Parahybuna, creou a arte o mais ameno dos jardins, o mais rico dos

pomares. No ponto mais profundo abriu o vistoso lago, em cujo ambito algumas ilhetas cobrem-se de arvores frutiferas, sobresaindo pela sua altura e proporções uma, notável, pela muralha, digamos assim, formada pelo tronco dos bambas, que a guarnecem tecendo as suas ramas e abrindo ao sopro das auras os seus penachos auri-verdes. [...] Foi mágico o espetáculo. Aquelas vivas luzes em incessante movimento rutilavam sobre o lago com reflexos metálicos que variavam ao infinito e reverberavam nas ramas de em torno. Para acrescentar a delicia daquela visita desferia a lua, em toda a força do seu crescente, os seus clarões lá do céu anilando, cujas nuvens argenteas se retratavam na superficie oscilante. Despertados pelo bulicio e ainda mais pela claridade das luzes saíram de seus alvergues algumas duzias de cysnes. Alçando os níveos colos, rompendo a linha com os arrogantes peitos seguiam morbidamente na esteira do batel, movendo-se ao compasso de uma orquestra que a distância repetia harmonias da norma e do trovador ¹⁵⁵.

A beleza e exuberância do local pareciam inspirar o imperador Dom Pedro II que, no dia seguinte à chegada à localidade, aproveitou para fazer seu passeio matinal pelos jardins da quinta de seu anfitrião¹⁵⁶. O monarca, junto à comitiva, seguiu o cerimonial de inauguração, que previa a celebração de uma missa, ministrada pelo bispo de Goiás. A inauguração da Escola Agrícola União Indústria foi cercada de pompas, assim como havia ocorrido com a inauguração da estrada de rodagem União Indústria anos antes, em 1861. O jornal Diário do Rio de Janeiro, além das personalidades que embarcaram na Corte em direção à província de Minas Gerais, registrou também a presença de autoridades provinciais e elites locais:

Notavam-se entre os presentes áquele ato a câmara municipal da cidade do Juiz de Fora, o Juiz de direito da comarca, a oficialidade da guarda nacional com o seu comandante superior e diversos fazendeiros distintos do município e dos circunvizinhos. Procedeu o Sr. Bispo de Goyas á benção do edifício, segundo o ritual. Logo após, tomando suas Magestades assento em uma das salas, destinadas ás lições diárias¹⁵⁷ [...].

Tomado assento em uma das salas onde os alunos iriam assistir às aulas, a solenidade de inauguração seguiu com discursos de diversas personalidades presentes na ocasião. O primeiro a falar foi o próprio comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, que assim definiu a abertura da Escola:

¹⁵⁵ Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br> acesso em 10/06/2014.

¹⁵⁶ Idem. Segundo o jornal, “Aos primeiros raios do sol do dia seguinte Sua Majestade o imperador descera a colina do palacete, pelo caminho de carro. Cingem-o arvores frutiferas aos milhares, notando-se com espécie literalmente cobertas de seus pomos de ouro. Naquele passeio matinal sua Majestade viu ainda uma vez as maravilhas de horticultura, acumuladas a cada ângulo dos jardins, a rara coleção de orquideas, miniatura de uma mata virgem, a variedade inumeravel de palmeiras, as grutas, as cascatas, as aves raras, e mil outras curiosidades naturais escolhidas e reunidas com apuro”.

¹⁵⁷ Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br> acesso em 10/06/2014.

Senhor - O Brasil, que se ufana de ter na direção de seus destinos um príncipe magnânimo e sábio, como é Vossa Magestade Imperial, espera ver, em um porvir não muito distante, o seu nome inscrito no mapa das principais nações do mundo. [...] sois vós ainda o primeiro cidadão a atender e a dar impulso às artes, à indústria, à lavoura, a todos os elementos, em suma grandeza e de progresso deste abençoado país. A estes sentimentos patrióticos, senhor, que realçam tanto o brilho dos tronos dos reis, é que a escola União Indústria deve ser honrada neste momento com as augustas presenças de Vossa Magestade Imperial e de sua adorada esposa e de suas Alteza o Sr. Duque de Saxe. A escola agrícola que hoje abre as suas portas à mocidade que desejar habilitar-se em uma das mais nobres profissões – agricultura -, é ideia de Vossa Magestade que a companhia União Indústria teve a satisfação de realizar; a glória e os benefícios que possam resultar desta instituição pertencem a Vossa Magestade. Como todas as ideias novas, não poderá esta, desde logo, manifestar os fecundos resultados que promete. O espírito de associação e o impulso uniforme de que necessitam os grandes melhoramentos, ainda se resentem em nosso país de prejuízos inveterados, de uma certa timidez, que nós, o povo americano, com o tempo, energia e perseverança havemos de vencer afinal. É por isso em grande parte, senhores, que esta casa, preparada desde já para receber 60 alunos, não conta hoje senão 10. É tal a influência que ainda infelizmente tem entre nós o espírito de rotina, que algumas câmaras municipais, apesar de reiterados pedidos e ofertas, deixaram de enviar os alunos que a escola prometeu receber gratuitamente. [...] A escola agrícola, senhor, essa concepção de Vossa Magestade Imperial, é por ora a centelha da máquina elétrica, fonte de luz, ao princípio quase imperceptível e que logo depois, irradiando-se, enche o espaço de seu clarão benéfico¹⁵⁸.

Embora sempre se venha destacando o caráter progressista da atuação de Mariano Procópio, particularmente na criação da Escola de Ensino Agrícola, é preciso ressaltar, como ele mesmo destaca nesse discurso de inauguração, o quanto essa iniciativa se insere em um projeto mais amplo de renovação e reforma da agricultura nacional e seus métodos e práticas de produção, que começava a ser levado adiante pelo próprio governo imperial, quem, afinal, impusera ao concessionário da Estrada União Indústria a criação de uma escola agrícola, como condição para renovação do contrato, como já assinalado anteriormente.

Pelas informações disponíveis nos documentos oficiais, como relatórios de província e do ministério da agricultura, a referenciada “reforma agrícola” não se limitaria a uma única região do Império. Basta mencionar que, na mesma época, outra escola do mesmo gênero estava na iminência de ser inaugurada na Bahia, servindo, inclusive, como parâmetro curricular à União Indústria, pois a mesma divulgou seu projeto em 1861; no entanto, a escola só seria inaugurada no ano de 1877.

¹⁵⁸ Após a fala do comendador Mariano Procópio o Jornal Diário do Rio de Janeiro registrou a fala do Imperador, “*A inauguração desta Escola, devida aos perseverantes esforços da Companhia União Indústria e da sua Diretoria, desperta com toda a razão geral contentamento. Tão nobre exemplo, imitado nas outras províncias, há de concorrer para a moralização do trabalho de nossa principal indústria e sua maior prosperidade*”, por ser uma fala emblemática decidimos deslocá-la para o início do capítulo, mas ela teria sido dita em sequência ao discurso do comendador. O fragmento e outras informações estão disponíveis em: Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br> acesso em 10/06/2014.

Essa referida escola já estava nos planos do governo bem antes de se pensar na escola agrícola em Minas Gerais. Como menciona o historiador Nilton de Almeida Araújo, a Escola Agrícola da Bahia passou por sua institucionalização em dois momentos. O primeiro se daria no plano teórico, que remonta a um período bastante anterior, tendo como referência a carta régia de 1812 na qual Dom João VI autoriza a província da Bahia a criar uma cadeira de agricultura.

À carta régia de 1812, criando a Cadeira de Agricultura na Bahia, seguiu-se outra de 28 de janeiro de 1817, “Cria na cidade da Bahia uma cadeira de química”. Nenhuma delas chegou a ser implantada na Bahia, mas mesmo assim ajudaram a entendermos a emergência e consolidação de um discurso em que a primazia conferida à agricultura se faz acompanhar da defesa da difusão dos bons princípios agronômicos”, dos processos e máquinas rurais”, bem como da crítica à rotina que estorva a produção na concorrência nos mercados da Europa¹⁵⁹.

O trecho acima ressalta uma importante observação, que é exatamente a concorrência nos mercados internacionais dos produtos brasileiros, uma preocupação que, em alguma medida, já parece pautar os ideais de reforma agrícola por parte do governo Imperial ainda no início do oitocentos, preocupação essa que se intensificaria na segunda metade do século XIX.

Tendo em vista esse pioneirismo, Nilton Almeida de Araújo acrescenta ainda que as associações agrícolas fundadas na Bahia tiveram início ainda na primeira metade do século XIX, como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, fundada em 1832, e posteriormente o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, fundado em 1859.

A cooperação associativa dos baianos é mencionada por Mariano Procópio Ferreira Lage em seu relatório elaborado após sua participação na comitiva Brasileira que visitou a exposição universal de Paris em 1867, no qual o comendador citava o Sr. Brunet como um criador de pombos e diretor interino da escola agrícola que estava para ser fundada na Bahia¹⁶⁰. É, portanto, inegável que esses projetos em curso na Bahia influenciaram as propostas de Ferreira Lage na criação de sua escola.

Segundo Almeida Araújo, a composição do Imperial Instituto Baiano foi resultado de uma associação de classe, que tinha por objetivo tratar da preocupação da elite do

¹⁵⁹ ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia* (1832-1911). 374f. (Tese de Doutorado em História – UFF) Niterói, 2010.

¹⁶⁰ Relatório exposição Universal de Paris, 1867.

recôncavo baiano em dar manutenção ao seu domínio sobre sua escravaria¹⁶¹. Entretanto, também é destacada a crise da agricultura vivida nessa província, quando se denunciava problemas como a destruição de solos, as dificuldades de obtenção de mão de obra e, conseqüentemente, a estagnação da produção.

O problema agrícola, para o governo imperial, era encarado como de necessidade pública, pois a agricultura era a principal fonte de renda, e cuidar de sua saúde se tornou uma causa importante para aqueles que viriam a defender uma postura reformadora para o estado imperial. De fato, a crise agrícola em diversas regiões produtoras do Império era matéria recorrente nos relatórios ministeriais, nos quais se generalizava a crítica à rotina e aos métodos e técnicas tradicionais empregados nessa *indústria*. Segundo Maria Fernanda Martins,

A iniciativa do governo imperial de criar Institutos agrícolas resultava, portanto, principalmente, da preocupação da elite política com o estado e o futuro que se descortinava para a agricultura nacional no contexto da extinção do tráfico, da crise de abastecimento e início da estagnação da grande lavoura, já evidente em certas áreas do médio vale do Paraíba ao longo dos anos de 1860¹⁶².

Assim, estendendo esse raciocínio para outras regiões, é possível ainda observarmos a criação de outras escolas no mesmo período, no mesmo contexto e com os mesmos objetivos. Essas escolas, que contavam com o apoio dos cofres provinciais e do próprio governo imperial, seriam criadas em diversas províncias. Além dos exemplos da Bahia e Minas Gerais, no Maranhão autorizou-se a fundação de uma escola aprovada pela lei provincial n.º 446, de 06 de Setembro de 1856, denominada *Estabelecimento de Aprendizizes Agrícolas* e inaugurada, segundo o relatório do presidente da província, José Maria Barreto, no ano de 1859¹⁶³. Outro estabelecimento do mesmo gênero seria criado pela província do Pará, pela lei provincial n.º 372 de 18 de Outubro de 1860, denominada *Escola Rural Dom Pedro II*¹⁶⁴. Portanto, longe de serem apenas iniciativas isoladas, a criação desses institutos e estabelecimentos de ensino em diferentes regiões do império parecia traduzir uma

¹⁶¹ ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. 374f. (Tese de Doutorado em História – UFF) Niterói, 2010.

¹⁶² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado (1860- 1897)*. 1995. 187 f. Dissertação Mestrado, História UFF, Niterói, 1995, p.54

¹⁶³ Ver, relatório província do Maranhão, 1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 24/11/2014. p.20

¹⁶⁴ Ver, relatório província do Grão-Pará, 1860. p.20. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 24/11/2014.

preocupação mais generalizada acerca dos destinos da agricultura no país, projeto que eventualmente encontraria o apoio das elites regionais na segunda metade de século XIX.

Se compararmos essas quatro instituições entre si é possível notar que tanto na escola da Bahia como na de Minas, existia a pretensão de se criar uma escola equivalente às tradicionais escolas europeias de agricultura, de ensino prático e teórico, como Grignon (França), Spa (Suíça), Montpellier (França), Grand Juan (Inglaterra) e Hanhein (Alemanha)¹⁶⁵, enquanto as outras duas, do Maranhão e Pará, seguiriam objetivos menos ambiciosos.

O contagiante projeto reformador entusiasmava intelectuais de formação diversa, convidados a participarem dessas iniciativas. Tal entusiasmo pode ser percebido no discurso do professor da Escola Agrícola União Indústria, Luís Álvaro de Castro, na solenidade de abertura da escola, que enfatiza a importância de experiências internacionais voltadas para o ensino agrícola no desenvolvimento econômico de diferentes nações:

Senhor – A festa que nos reúne hoje, por modesta que seja marcará uma época feliz nos anais do Império. Plântula apenas atingirá um dia seu pleno desenvolvimento, e então, árvore frondosa, espelhará seus sazonados frutos no fértil torrão de nossa Pátria. E lá bem longe no horizonte de correr dos anos, lá quando também sacrificarmos nos altares de Isis, não será esquecida a inauguração da Escola Agrícola do gentil Paraibuna. Vencer a frieza da preguiça, a dureza da ignorância, eis o duplo motivo desta cerimônia. Não é um simples acontecimento o que nos reúne nesta florescente cidade de ubérrima Província de Minas Gerais. [...] Inaugurar uma escola de Agricultura, expor produtos de indústria, são dois marcos vencidos na carreira do progresso. No século da livre imprensa, do vapor e do telégrafo, a arena do combate deve ser o tosco banco da Escola e a simples sala da Exposição. Só aí reside a fraternidade dos povos! As nações livres agasalham a instrução, enfrentam e protegem as úteis descobertas acoroçoando e recompensando os homens generosos, que consagram suas vigílias em busca dos meios de suavizar a condição dos mais pobres. Instruir é preparar o trabalho. [...] Quando o diretório quis cimentar suas bases no coração nacional criou as exposições, melhorou as escolas agrícolas. Fundou assim os germes de uma nova aristocracia, da única real e meritória: a aristocracia do trabalho e da inteligência. Saber estrumar e lavrar a terra, é perpetuar a colheita, é semear na abundância. A nossa irmã do Norte, esta potência agrícola e industrial é grande porque ensina. É independente porque produz e exporta. Ontem na luta fratricida exauriu-lhe os cofres: hoje sua indústria repara-lhe as forças. [...] Os mares beijam-se, dominam-se os espaços nulificam-se as leis do tempo quando a ciência quer. E o querer da ciência é a vontade de Deus, é a perfectibilidade do homem, único símile da Divindade, quando sabe querer! Quem ousa dizer que a raça latina é sobrepujada pela anglo-saxônica? Erro, engano! As raças retemperam-se, redivivem pela educação, como a planta estiolada clorofila-se, pela luz! O sábio inventa, a Indústria executa, o trabalho produz. Eis a tríplice alavanca das sociedades modernas, trindade política una e indivisível da civilização. Criar no Brasil uma escola de Agricultura é espancar as trevas da rotina, é abrir os batentes do futuro!

¹⁶⁵ REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p. 115. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em 10/06/2012.

Quem pouco enxerga vê longe que o porvir deste vasto solo é todo agrícola. Senhor está inaugurada a Escola Agrícola União Indústria ¹⁶⁶.

Outras autoridades presentes saudaram e exaltaram a atuação e iniciativa da Companhia União Indústria, sua diretoria e, principalmente, a figura do imperador Dom Pedro II; entre estes, destaca-se José Pereira Rego Filho, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instituição que teve grande importância no desenvolvimento das reformas agrícolas no Brasil. Sobre a inauguração da Escola Agrícola União Indústria, assim se manifestou Pereira Rego:

Com efeito, se a rotina constituinte como dizia Chaptal é a ferrugem do progresso, é necessário aproveitar-se milhares de inteligências que se perdem em arenas inglórias, mostrando-lhes qual o caminho da verdade por uma instrução sólida que possa satisfazer a todos os empenhos e garantir o futuro de imensas riquezas com que nos mimoseou a natureza, pois que só assim se poderá dar uma organização séria a uma das mais interessantes classes da nossa sociedade, como é a agrícola, a qual representamos neste momento em nome da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Era tempo de desviá-la da senda que trilhava para não vê-la continuar a debater-se nas trevas da ignorância e o único meio de alcançar-se esse *desideratum* é regenerá-la, para que baseada em princípios esclarecidos e sensatos ela obtenha, na frase de um dos mais distintos dos nossos escritores, reanimar os tífios e emudecer os incrédulos. É esta missão de que se incumbe a companhia União Indústria, missão tão elevada que encerra em si tudo que há de mais agradável e extraordinário que possa cogitar o espírito humano ¹⁶⁷.

Dada a importância da fundação da Escola, comparada por Pereira Rego a uma *revolução* iniciada pelo trono, muito se acreditou que essa tendência se expandiria por todas as províncias do Império. Em seu discurso podemos entrever que a inauguração de uma escola do gênero sempre fora desejo da sociedade, porém faltava-lhe uma crença política para que se tornasse realidade. Nos termos utilizados por Rego Filho, existia até então uma *improfícua política, o maior inimigo da nossa lavoura*. Levando-se em consideração que a fundação da Escola se deu pela determinação do decreto 3.325 de 1864, a ideia de uma via institucional de desenvolvimento agrícola parecia entusiasmar os membros da Sociedade que surgirá da iniciativa civil e não possuía até então recursos necessários para fundação de tal instituição agrícola, daí a necessidade de se partir do governo a fundação das Escolas Agrícolas.

¹⁶⁶ Curiosamente o discurso do professor Luis Álvaro de Castro não fora registrado no jornal Diário do Rio de Janeiro, tivemos acesso ao conteúdo do discurso em: ESTEVES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.230. Março de 1956. p. 268. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br> Acesso em 20/01/2014.

¹⁶⁷ Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br> acesso em 10/06/2014.

Estava presente também na ocasião o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, representado por Dyonisio Gonçalves Martins, que assim definiu a abertura da Escola Agrícola União Indústria:

A agricultura precisava de uma prova de consideração, porque se acabrunhava no embrutecimento, merecia, porque é ela o verdadeiro tesouro do Estado e a fada estremosa que deverá conduzir este Império aos altos destinos que a Providência lhe reservou. Senhor. Permiti que em nome de meus companheiros de trabalho, eu dirija a Vossa Magestade Imperial um voto de reconhecimento por se ter ela dignado de assistir á inauguração do primeiro templo consagrado na terra da Santa-Cruz á satisfação das necessidades enteletuais dos cultivadores da terra. [...] Era preciso em uma só frase substituir o trabalho grosseiro e sem cálculo pelo estudo das aplicações e pela aplicação do estudo. [...] Essa instrução para ser proveitosa deve não só habilitar-nos a melhorar os sulcos da terra, como a realizar mais economicamente o trabalho aperfeiçoado pelo obreiro educado na escola prática beneficente de tão grande vulto irá recebe-lo no estabelecimento promovido pela iniciativa particular e pelo obolo da fortuna privada, igualmente o filho do operário e o filho do proprietário, aproximando-os um pensamento comum, e unido-os a reciprocidade dos interesses, avalidados não á luz das paixões mesquinhas, mas ao clarão da verdade eterna. Um nobre exemplo e uma grande ideia que a posteridade agradecida registrará nos anais do futuro com religioso respeito ¹⁶⁸.

Dyonisio Gonçalves Martins era um dos principais entusiastas da *revolução agrícola*, responsável por direcionar várias críticas ao modelo de produção da época e tendo se dedicado a dois institutos Imperiais, o Fluminense e o da Bahia. Foi ainda um dos redatores da Revista Agrícola do Instituto Fluminense, além de deputado geral pela provincia da Bahia.

Na sequência, o imperador e sua comitiva visitaram as instalações da Escola e na sala principal do edifício foram cumprimentados por membros da câmara municipal de Juiz de Fora ¹⁶⁹. Foram apresentados ainda 13 jovens que estavam matriculados na Escola Agrícola, sendo que desse total somente 3 eram enviados pelas câmaras municipais. Entre esses alunos, chamou a atenção do jornal a presença do filho do visconde de Lages, o que parecia corroborar a ideia de uma proposta de ensino para as elites. Na visita às instalações da escola, frases espalhadas entre as salas chamaram a atenção dos visitantes e do jornal Diário do Rio de Janeiro:

Para que a agricultura prospere é preciso que ela guarde para si sua inteligencia, seus capitais e seus braços”, “A ciência colige os fatos, a teoria explica-os, mas só a prática os pode reproduzir”, “Em agricultura nada pode haver de absoluto, a própria rotina tem sua justificação”, “A conservação das matas é não só necessária ao bem estar da humanidade, como á fertilidade e defesa da pátria”, “A agricultura deve prevenir em tempo as necessidades dos operários, animais e material ¹⁷⁰.”

¹⁶⁸ Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br> acesso em 10/06/2014.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Idem.

Finalizando a solenidade de inauguração, a comitiva imperial ainda faria várias visitas a algumas instituições do município de Juiz de Fora. Outro jornal, O noticiador de Minas, revelou ainda que no dia 26 a comitiva visitou as oficinas da companhia União Indústria, as terras dos colonos e logo após partiram para a fazenda Fortaleza de Santana¹⁷¹.

3.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Para serem admitidos na escola os pretendentes deveriam ter idade mínima de 14 anos, provarem através de exame, antes da matrícula, saber ler, escrever e contar. Somando-se aos pré-requisitos básicos para o ingresso na escola, a diretoria da companhia União Indústria indicava que seria conveniente que os interessados dominassem a tradução do francês para a língua portuguesa e conhecessem bem a geografia do país. No caso do candidato não possuir as habilidades sugeridas o mesmo receberia aulas a título complementar, em curso não obrigatório.

Por ser determinada em contrato, o artigo 4º define que parte das vagas oferecidas se destinaria gratuitamente a órfãos ou pessoas que declarassem ser *órfãos de pai e mãe ou desvalidos de meios*, como registrou a revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura¹⁷². Os alunos matriculados não excederiam o número de 60, sendo que desse total, 20 seriam financiados pela escola; os demais interessados seriam pensionistas e deveriam contribuir com a quantia de 200\$00 (duzentos contos de réis) por semestre para cobrir despesas de ensino, moradia, alimentação, roupa lavada e luz, pagos, 1º de janeiro e 1º de julho. O Imperial Instituto Fluminense, na edição primeira de sua revista, na sessão *Noticiário Agrícola*, parabenizou a companhia pela inauguração da escola, firmando os votos de sucesso ao estabelecimento:

Primeira do seu gênero no país, Ella irá dar a instrução técnica indispensável aos que se dedicam á profissão agrícola, mais nobre ocupação do homem, formando lavradores, administradores e feitores de fazendas, dignos desse nome, e que saibam

¹⁷¹ Jornal *O noticiador de Minas*, Julho de 1869. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 20/05/2014.

¹⁷² REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869. p. 50. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em 10/16/2014.

opor á rotina secular os são princípios da ciência moderna. A vista da alta importância que se prende á este estabelecimento de instrução técnica para a classe agrícola do país, daremos em resumo o prospecto de sua organização. O fim desta Escola é formar, por meio do ensino teórico e prático, lavradores com os conhecimentos suficientes para dirigirem estabelecimentos agrícolas, quer como proprietário quer como administradores. As doutrinas, que constituem o ensino, abrangem a agricultura em geral e as ciências acessórias; a teoria e a pratica, tanto das culturas geralmente usadas no Brasil, como da criação e aperfeiçoamento das raças de animais cavalaes, bovinos, lanígeros, suínos, etc. A economia e a escrituração rurais. Os trabalhos práticos executados em uma superfície de cerca de 72 hectares, onde se encontram terrenos de quase todas as classes, têm por fim demonstrar as vantagens, tanto dos instrumentos aratórios aperfeiçoados, como da restituição da fertilidade do terreno, por meio de estrumes diversos.- A' esta secção pertencem também as maquinas e aparelhos para o tratamento, preparação e acondicionamento dos produtos agrícolas. A criação de animais úteis tem por fim provar praticamente as vantagens dos cruzamentos e da alimentação metódica, para chegar-se á fins especiais, bem como facultar aos lavradores vizinhos o melhoramento das raças de animais do país¹⁷³.

A companhia dotou a escola de mecanismos de distinção social no intuito de promover o entusiasmo e concorrência entre os alunos. Para atender a estas expectativas descritas, o cronograma de ensino foi formulado para ser executado no período de três anos e os alunos, ao término do ano letivo, deveriam ser avaliados com um exame que revelaria, além das notas nas disciplinas, alguns aspectos de sua conduta moral.

Somente seriam aprovados aqueles que obtivessem avaliação positiva em todas as disciplinas, que receberiam um certificado que atestava e apresentava não apenas o desempenho e o conhecimento adquirido, mas também uma avaliação geral de sua conduta e comportamento. O documento era assinado pelo diretor da companhia União Indústria, Mariano Procópio Ferreira Lage, e ao concluírem o ciclo de três anos os alunos com aprovação plena em todas as matérias receberiam um diploma, também legitimado pela assinatura do diretor e demais professores da Escola. Aos que concluíam o curso com destreza, demonstrando as melhores notas e conduta exemplar, caberia uma premiação pelo desempenho, oferta destinada aos três primeiros lugares.

O programa geral de ensino consistia em lições práticas e teóricas, modelo que Diogo Velho Cavalcante Albuquerque, ministro da agricultura em 1869, comentou, afirmando que “conviria talvez começar mais modestamente, ampliando-se o quadro das aulas na

¹⁷³ REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 23/12/2014

proporção do desenvolvimento da lavoura. Nada impede, porém, que a companhia restrinja-o, aconselhada pela experiência, guia segura em tais assuntos”¹⁷⁴.

O mesmo ministro ainda declararia que, diante da orientação educacional proposta pela Escola Agrícola União Indústria, “conviria conceder aos alunos que completarem o curso e os respectivos estudos, título ou diploma, com honras e garantias dispensadas aos bacharéis de direito”¹⁷⁵.

Ao comparar o curso com os tradicionais cursos de direito, que formava, em grande medida, os intelectuais da época, o ministro revelava o peso da ação pretendida pela Companhia União Indústria. No ano de sua inauguração e início do ano letivo da escola, em 23 de Junho de 1869, contava o estabelecimento com 30 alunos, sendo que deste número oito haviam sido indicados por câmaras municipais, restando 12 vagas para alocação de alunos pobres e 18 vagas para pensionistas.

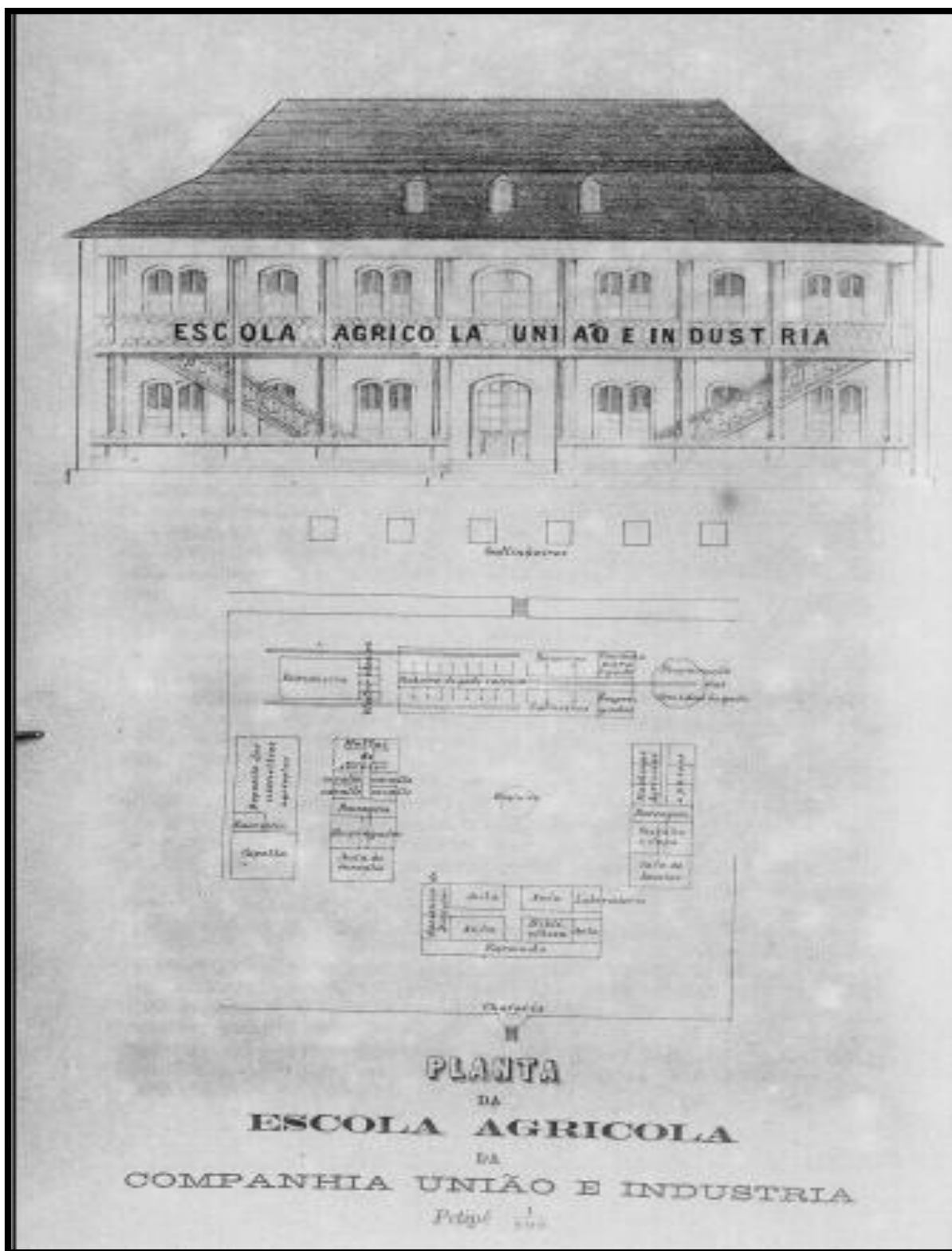
Encontramos uma descrição minuciosa do edifício em um relato registrado pela revista do Imperial Instituto Fluminense no ano de 1875, o qual se refere ao relatório elaborado pelo presidente interino da companhia União Indústria, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde de Tocantins, que assume o cargo no ano 1872, com a morte do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage; segundo Tocantins, o edifício e suas características assim se apresentaram:

São quatro os apêndices e dois os andares do edifício principal, que contém no pavimento térreo a biblioteca, o laboratório, as salas de aulas, no pavimento superior os dormitórios, havendo no forro lugar para depósito de sementes e roupa. No apêndice á esquerda do edifício central acham-se a sala de refeitório, a copa, a cozinha, onde se passa a três paióis de um lado e de outro a três compartimentos para guardar máquinas agrícolas. Corresponde á sala do refeitório um subterrâneo todo construído de tijolo e perfeitamente aplicável á fábrica de queijos e manteiga. Dois ou três apêndices a direita do edifício central um é ocupado pela aula de desenho, quartos de empregados e no fundo estribarias de cavalos e mulas de serviço, outro pela capela, sacristia e por um grande armazém de utensílios agrícolas. No apêndice estendido ao fundo da escola e que diz para os tanques, piscina e galinheiros em número de seis, vê-se da direita para esquerda a cozinha para o gado, o curral dos bezerros e carneiros, as latrinas e a estrumeira, há um grande pátio com repuxo no centro, no espaço limitado pelo edifício principal e seus apêndices. Todo o terreiro, passagens e cocheiras são calçados de paralelepípedos. Há trilhos de ferro para comunicação mais fácil dos apêndices em suas subdivisões, servidas de água abundante encanada dos tanques até a parte mais elevada do edifício principal. Entre os galinheiros e a cerca de bambus há espaço bastante largo e conveniente disposto para o exercício de instrumentos aratórios. A direita do edifício principal, a horta, o pomar e o jardim atraem a vista de quem, assomando á

¹⁷⁴ BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. p. 25. Relatório Tipografado. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 23/12/2014.

¹⁷⁵ Idem.

espaçosa e fresca varanda da escola, daí descortina sedutores panoramas oferecidos pela quinta do comendador¹⁷⁶ [...]



Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p.1 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> Acesso em: 23/12/2014

¹⁷⁶ Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875, p. 120. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>

A companhia também listou os materiais e livros de referência a serem utilizados no curso: Física de Gonot, Química inorgânica de Malagret, Botânica de Lambert, Mecânica Aplicada de Delaunoy, caderno em branco para notas, Gramática Francesa de Levone (2 volumes), Geografia de Abreu, Aritmética de Ottoni e Gramática de Ottoni¹⁷⁷. Somava-se a esta lista as indumentárias exigidas pela escola: farda de pano azul, boné, calça de pano fino na cor preta, camisas, ceroulas, pares de meia, calça de tecido grosseiro, calça de tecido fino, paletós de uso diário e de tecido fino para uso aos domingos, colete de uso diário e de tecido fino, toalhas de rosto, lenços para as mãos, chapéu, sapatos, coturnos, botinas, tamancos em formato de sapatos, chinelos para dormitório, escova de dente, escova para sapatos, pente, sabonetes e gravatas¹⁷⁸.

Quanto ao programa de estudo podemos destacar alguns aspectos que revelam uma relativa aproximação ao projeto proposto pelo Imperial Instituto de Agricultura da província da Bahia, elaborado por Francisco Gonçalves Martins, barão de São Lourenço, divulgado pelo ministério da agricultura no ano de 1860¹⁷⁹, modelo de escola agrícola que pareceu inspirar a montagem da escola agrícola União Indústria. Seguindo os parâmetros de escolas europeias, o currículo pareceu bem complexo àquela sociedade, de forma que tanto a escola agrícola União indústria quanto a escola agrícola da Bahia sofreram críticas por adotarem exigências e habilidades que destoavam da realidade Brasileira de então. O programa curricular, bem como a distribuição das disciplinas, pode ser observado nos quadros a seguir.

¹⁷⁷ CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) Sem data. Juiz de Fora. (para) DIVERSOS. Lista de material escola agrícola. 02f. Entidades Privadas, Série 173, caixa 28, Documentos Referentes a diversos assuntos, Cia União Indústria. Arquivo público do município de Juiz de Fora - MG.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Ministério da agricultura, 1860. Página anexa, A-B1-5 1860. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil>

Quadro: 4
Programa de estudo: 1º ano da Escola Agrícola União Indústria

Disciplinas do primeiro ano Escola Agrícola União Indústria	
1º ano: Primeiro semestre	As quatro operações de aritmética, frações ordinárias e decimais, teoria das proporções, prática dos cálculos comerciais e sistema decimal de peses e medidas.
	Geometria plana
	Física elementar e princípios da química geral
	Organografia e fisiologia de vegetais com aplicação as plantas úteis do Brasil
1º ano: Segundo semestre	Contribuição da química e da Física
	Taxonomia aplicada ao conhecimento prático dos vegetais Indígenas úteis e daqueles que podem ser cultivados com no Brasil
	Mecânica prática
	Desenho Linear

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>

Quadro: 5
Programa de estudo 2º ano da Escola Agrícola União Indústria:

Disciplinas do primeiro ano Escola Agrícola União Indústria	
2º ano: Primeiro semestre	Mineralogia aplicada à agricultura e princípios gerais de Zoologia.
	Princípios de agronomia
	Arte veterinária
	Topografia, desenho de máquinas e aparelhos.
2º ano: Segundo semestre	Zootecnia (criação de animais)
	Geologia aplicada à agricultura
	Agrimensura, continuação da agronomia e da arte veterinária
	Química agrícola (análise de terras)

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>

Quadro: 6
Programa de estudo do 3º ano da Escola Agrícola União Indústria

Disciplinas do primeiro ano Escola Agrícola União Indústria	
3º ano: Primeiro semestre	Química industrial aplicada à agricultura (tecnologia agrícola)
	Continuação da arte veterinária
	Princípios gerais de economia e escrituração rural
	Construções e continuação da agronomia
3º ano: Segundo semestre	Continuação da arte veterinária
	Plantações especiais
	Nivelamento drenagem e irrigação
	Climatologia

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>

Foi estabelecido o início dos trabalhos para 23 de junho de 1869 e o término do ano letivo em 31 de maio de 1870, sendo 22 dias durante o ano destinados a férias, momento em que os alunos poderiam permanecer na escola realizando exercícios práticos ou visitarem suas famílias. Foi elaborado também um regimento interno que, em suas disposições gerais, tratava de assuntos como conduta moral, faltas, licenças, substituições e deveres do pessoal docente, tempo de estudos, alimentação, vestuário, dormitório, exames gerais e julgamento dos alunos.

A companhia também ampliou e aperfeiçoou o quadro de professores, com a contratação de profissionais ditos renomados na Europa, como Raimundo de Macedo Pimentel, formado na escola agrícola de Grigon, França, experiente engenheiro agrônomo, e Jacques Shindler, também engenheiro agrônomo de nacionalidade suíça.

Além de terem os estudantes aulas teóricas com professores renomados, os alunos deveriam exercitar os conhecimentos adquiridos na manutenção dos animais, colheita, preparação dos solos e atividades práticas em geral, como as descritas no quadro abaixo:

Quadro: 7
Exercícios práticos da Escola Agrícola União Indústria:

Exercícios práticos obrigatórios Escola Agrícola União Indústria
Tratamento dos animais
Preparação dos estrumes
Manobra dos instrumentos aratórios
Aplicação dos estrumes e plantações especiais
Colheitas
Aplicação das máquinas e aparelhos para preparação e acondicionamento dos produtos
Análise química dos terrenos
Levantamento de plantas e nivelamentos

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>

Para realização dos exercícios práticos, os alunos receberiam antecipadamente, em cada semestre, o roteiro de ações, sendo este complementar à parte teórica, correspondente à cada disciplina lecionada pelos instrutores da escola.

Apenas alguns meses após a sua inauguração, mais especificamente em setembro de 1869, a Escola Agrícola União Indústria já integraria a comitiva brasileira que representaria o Brasil na Exposição Internacional de Horticultura e Jardinagem em Hamburgo, como registra a correspondência trocada com o consulado geral do Brasil na Europa, publicada na edição n.2 da Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em janeiro de 1870.

Consulado geral do Brasil. – Hamburgo, 15 de Setembro de 1869. Ilustríssimo Excelentíssimo. Sr. – tenho a honra de acusar o aviso de V. Ex. em data de 6 de agosto, chegado aqui no 1º corrente. Autoriza-me V. Ex. por este documento a despendar até a quantia de 2:000\$ com o serviço da exposição internacional de horticultura, que teve princípio aqui a 2, e concluiu-se a 12, como a seu devido tempo tive a honra de comunicar ao governo Imperial. Recomenda-me mai V. Ex. que eu proceda de acordo com as instruções que me remeterão Excelentíssimos Srs. Barões de Bom Retiro e das Três Barras presidente e vice-presidente do imperial Instituto Fluminense de Agricultura e que atendendo ao concurso não oficial, o governo Imperial limita-se a auxiliar a iniciativa particular pelo mesmo Instituto, ordenando-me V. Ex. por isso que a maior economia seja empregada. Chegaram a essa cidade os 31 volumes, contendo os produtos para a exposição no dia 8 do corrente (6 dias depois da abertura), foram no imediato expostos, entretanto, apenas recebi o aviso de V. Ex., participei e preveni disso o presidente da exposição (documento n.1), cuja resposta, como verá V. Ex., foi satisfatória (documento n.2). A 3 do corrente, portanto, antes da chegada de nossos produtos, determinou-se os prêmios e as recompensas aos expositores representados, e a 13 teve lugar a distribuição daquelas distinções. Não tendo, portanto, nossos artigos podido concorrer nessa ocasião dos prêmios, decidi a comissão, pelo parecer das secções do júri, que extraordinariamente se tomasse em devida consideração os bem merecidos auxílios apresentados na exposição, fora do programa do catálogo dos prêmios. [...] Para fazer mais realçar nossa pequena coleção, alcancei admiti-la na exposição de Altona (documentos números 5 e 6), aberta a 27 de agosto e a concluir-se a 27 do corrente. Também daí, espero dar a V. Ex. conta do melhor resultado

possível, graças aos esforços que tenho empregado, atenta á tardança da chegada dos objetos. Concluo pedindo a V. Ex o Sr. Conselheiro J. A. Fernandes Leão, ministro e secretario de Estado dos negócios da agricultura, comercio e obras publicas – Francisco Muniz Barreto de Aragão.¹⁸⁰

Devido a alguns desencontros não fora possível em tempo hábil a participação dos artigos enviados pelos produtores brasileiros na exposição de Hamburgo, segundo a revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que publicou uma correspondência enviada pelo cônsul do Brasil em Londres informando que havia ocorrido uma demora no embarque dos produtos entre as cidades de Southampton a Londres, de onde deveriam seguir para Hamburgo:

Hamburgo, 9 de Setembro de 1869. Illm. E Exm. Sr. – Tive a honra de receber o officio de V. Ex. de 3, comunicando-me o despacho de 6 de agosto do Exm. Sr. Ministro da agricultura, o qual recomenda que V. Ex. coadjuve-me, afim de que os esforços do Imperial Instituto Fluminense sejam coroados de feliz êxito, na exposição internacional de horticultura, a qual tivera principio a 2, e se concluirá a 12 do corrente. Agradeço a V. Ex. a oferta dos bons officios, declarando eu desde já que pela natureza do negócio e distinta de V. Ex. Julgo não terei occasião de servir-me deles, salvo se V. Ex. comprehende nessa intervenção também as despesas que eu houver de fazer aqui. Pela grande demora na remessa dos volumes de que trata V. Ex. de Southampton até Londres, e daí á esta cidade, só ontem chegaram eles pelo *Metropolitan*, e puderam ser desembarcados, para figurarem já esta manhã na exposição. Queira V. Ex. aceitar a reiterada segurança de meus sentimentos de elevada estima e consideração, - AS. Ex. o Sr. Conselheiro Almeida Areas ministro de Sua Majestade o Imperador do Brasil em Londres – Francisco Muniz Barreto de Aragão¹⁸¹.

Contudo, mesmo sem a concorrência dos artigos brasileiros na exposição de Hamburgo, que só chegarão ao seu destino no dia 9 de Setembro de 1869, os produtores brasileiros receberam por parte da comissão organizadora diversas premiações, como destacado no quadro abaixo:

¹⁸⁰ REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n5, Set. 1870. p. 44. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> Acesso em 10/12/2014.

¹⁸¹ Idem. p. 48.

Quadro: 8
Medalhas da exposição internacional de Hamburgo

Medalhas distribuídas aos produtores Brasileiros em Hamburgo:	
Imperial Instituto Fluminense de Agricultura	Medalha de Ouro
Escola Agrícola União Indústria	Medalha de prata
Francisco José Lepage	Medalha de Bronze
João Augusto da Rosa	Medalha de Bronze
Coronel Galvão de Barros	Medalha de Bronze
José Pereira de Faro	Medalha de Bronze

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n5, Set. 1870. P.49 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> Acesso em 10/12/2014

Além da Escola Agrícola União Indústria, destacaram-se dois produtores que também marcaram passagem pela exposição agrícola e industrial de Juiz de Fora, Francisco José Lepage e João Augusto da Rosa. Antes mesmo da chegada atrasada dos produtos brasileiros em Hamburgo, no dia 9 de Setembro, no dia 6 do mesmo mês o cônsul geral do Brasil, Francisco Muniz Barreto de Aragão, já havia feito contato com a organização de outra exposição, em Altona (Prússia). Em correspondência enviada ao presidente da exposição, o cônsul do Brasil assim se reportou:

Do Rio de Janeiro recebi a notícia que o Imperial Instituto de Agricultura dali enviou-me uma coleção de produtos e de outros objetos de diferentes províncias do Império, para figurar nas exposições que tem lugar presentemente em Altona e Hamburgo. Tomo por isso a liberdade de perguntar a V. S. se os mesmos objetos que ocuparam um espaço de cerca 4x12 ou 4x16 pés de superfície na exposição ai puderam ainda ser admitidos ajuntando eu demais, que os objetos só lá para 14 deste mês puderam ser expostos, e que o Sr. Cônsul I. Behrend, atualmente comissário Frances ai tem perfeito conhecimento deste negócio, e Dara a V.S. verbalmente todos os detalhes. Queira V.S. aceitar desde já meus agradecimentos, com a segurança de minha consideração a mais distinta - Muniz de Aragão.

Sem frustrar os esforços do cônsul do Brasil em dar desfecho satisfatório para aquilo que parecia perdido, o presidente da exposição de Altona assim respondeu à solicitação:

Altona, 8 de Setembro de 1869. Illm. Sr. - Tenho a honra de responder a estimada carta de V. S. em data de 6 do corrente, que me ocuparei do espaço necessário para o exposição dos produtos brasileiros nas salas de nossa exposição, esperando a breve remessa. Queira V.S. aceitar a segurança de minha particular consideração com a qual permaneço. – De V.S muito dedicado. – W. de Pastau, presidente.

A exposição internacional de Altona ocorrerá de 27 de agosto a 27 de Setembro de 1869, e a participação do Império do Brasil é um tanto quanto inusitada, pois a princípio o Império participaria somente da *Exposição Internacional de Horticultura e Jardinagem em Hamburgo*.

Na exposição de Altona os expositores Brasileiros tiveram o seguinte desempenho:

Quadro: 9
Medalhas da exposição internacional de Altona

Medalhas distribuídas aos produtores Brasileiros em Altona:	
Imperial Instituto Fluminense de Agricultura	Diploma de Honra
Escola Agrícola União Indústria	Medalha de prata
Barão de Nova Friburgo	Medalha de Bronze
Manoel da Rocha Leão	Medalha de Bronze
Baronesa de Santana	Duas medalhas de Bronze
Barão de Prados	Duas medalhas de Bronze
Barão de Três Barras	Menção Honrosa
Senador F. A. de Souza Queiroz	Menção Honrosa
Barão de Bela Vista	Menção Honrosa
Dr. Ignácio Wallace da Gama Cochrane	Menção Honrosa
Daniel da Rocha Ferreira	Menção Honrosa
José Pereira Faro	Menção Honrosa
Comendador M. A. Ayrosa	Menção Honrosa
Dr. Pedro Dias Paes Leme	Menção Honrosa
D. Maria dos Santos Pinto	Menção Honrosa
José Antônio da Costa	Menção Honrosa
Coronel F. Galvão de Barros	Menção Honrosa
Francisco Pereira de Andrade	Menção Honrosa
Francisco José Lepage	Menção Honrosa
João Augusto da Rosa	Menção Honrosa

Fonte: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.5, Set. 1870. p.49 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>, acesso em 10/12/2014

A inauguração da escola deve ser vista como resultado de uma série de reformas na indústria nacional, que além da abertura de escolas agrícolas, criou institutos, apoiou associações, divulgou periódicos científicos, promoveu a imigração, investiu no comércio e concebeu a ampliação da infraestrutura para que sua principal fonte de renda prosperasse e gerasse a riqueza pública.

Uma das principais explicações para as reformas agrícolas, além das crises climáticas, estava também na vulnerabilidade e baixo poder de concorrência dos produtos brasileiros frente aos mercados internacionais. O Império, ao incentivar a participação de suas principais instituições agrícolas nas exposições internacionais, tinha claramente o objetivo de

mostrar não só a inovação das ideias, mas também revelar ao mundo suas novas intenções e práticas em relação a seus meios de produção. Deste modo, o Império do Brasil buscava ficar atento ao mercado internacional, utilizando para isso métodos científicos na agricultura e, no estado, a elaboração de novas políticas que visavam favorecer sua principal indústria.

Contudo, a insistência de se fomentar no Brasil grandes modelos de desenvolvimento agrícola em certa medida fora fundamental para que os mercados internacionais entendessem o esforço do estado imperial na ambientação de novas lógicas de produção. Porém, no plano interno, as mudanças dividiam os posicionamentos convergindo disputas políticas e conservadoras que representou pequenos avanços a duros passos, punindo com a ruína as ideias que divergiam dos interesses agrícolas de uma parcela da *aristocracia* proprietária brasileira.

3.3 O CEGO ENTUSIASMO E A CONFLITUOSA REALIDADE

Todo entusiasmo em meio provocado pelas menções de honra e agradecimentos pelos serviços prestados pela companhia União Indústria, por consequência de mais um objetivo cumprido, não significou, porém, a certeza da tão almejada prosperidade da escola agrícola. Já no segundo semestre de 1869, primeiro semestre letivo de estudos, eram evidentes as dificuldades acumuladas em decorrência dos altos custos da fundação e manutenção da instituição: “A despesa com a fundação desta escola foi de 108:789\$866¹⁸² entende, porém, a diretoria que ainda são mister 40:000\$ para colocá-la na altura de sua missão”¹⁸³.

A companhia União Indústria investira somas significativas na construção e aquisição de equipamentos e máquinas para a Escola, e parecia estar cumprindo com sua obrigação sem se preocupar com o futuro financeiro da instituição, considerando ainda os gastos com a exposição agrícola e industrial que teve lugar junto com a inauguração da Escola. O resultado foi a geração de um déficit que a companhia União indústria herdará desde o início dos trabalhos, repetindo a situação adversa vivenciada anteriormente na construção da Estrada. Os problemas de ordem financeira da escola também ocasionaram problemas na manutenção dos serviços. Mas, afinal, qual seria a estratégia da companhia para manter a instituição, uma vez que, ao contrário do que ocorreu com a estrada de rodagem, não

¹⁸² A Escola Agrícola custou à companhia União Indústria a importância monetária de 108:789\$866, ou seja, cento e oito contos, setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis réis).

¹⁸³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1871. Tipografado. Suplemento, p. 58. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 12/01/2015.

haveria socorro por parte do governo Imperial? Como visto, em 1864 o governo se resguardou criando a seguinte ressalva no decreto 3.325, artigo 8º: “A companhia não poderá reclamar do governo indenização alguma, sob qualquer pretexto, e com os seus haveres garantirá o fiel cumprimento das condições acima estipuladas, e de quaisquer reclamações de terceiro¹⁸⁴”. O cumprimento das condições estipuladas dizia respeito à manutenção da estrada de rodagem, da colônia Dom Pedro II e às despesas de construção e custeio da Escola.

Além dos elevadíssimos custos, a esperança de ver muitos alunos pensionistas matriculados no estabelecimento se frustrará logo em sua inauguração, como registrou o próprio comendador Ferreira Lage. Em 1869, o espaço preparado para receber 60 alunos contava somente com a matrícula de 10 estudantes; o número de alunos nos anos subsequentes divergem nos relatórios do ministério da agricultura, mas ao que tudo indica a Escola nunca chegou a ter lotação máxima.

O jornal *Diário do Rio de Janeiro*, na edição de 28 de dezembro de 1869, relacionou os estudantes que completaram o primeiro semestre na Escola Agrícola União Indústria:

A utilíssima escola agrícola União indústria, núcleo de futuros reformadores de nossa lavoura, velocino de ouro das nações cultas, terminou no dia 22 de dezembro os seus trabalhos semestrais. Os 23 alunos, que por hora frequentam a escola, cujos nomes vão abaixo transcritos por ordem alfabética, foram examinados e aprovadas em organografia, fisiologia de vegetais, física, aritmética e geometria, sendo examinados pelos Srs. J. Schindler, diretor da escola, Abade Almeida, Reitor, Dr. Alvaro de Castro, A. Mynssen e Raymundo de Macedo. Alunos, os Srs. Antônio Menezes Marcondes Jobim, Antônio de Bretas, Antônio Candido de Barbosa, Antônio Francisco de Oliveira Flores, Augusto Xavier de Lima, Baltazar Pinto dos Reis, Domingos Coimbra Ribeiro, Eugênio de Freitas Malta, Emílio Teixeira Lopes Guimaraes, Francisco de Assis Ribeiro dos Santos, Francisco de Paula Benício, Genuino Mineiro de Magalhaes Portilho, Honório Antunes Pereira, Honório Augusto Gomes Ribeiro, José Carlos Pereira Vieira de Carvalho¹⁸⁵, José de Oliveira Senna, José Coelho da Silva Brandão, José Soares Valente Henriques, Luiz Alvares de Castro, Manoel de Freitas Novaes Junior, Pedro de Alcantara Barbosa, Pedro Antônio Freelis, Thomaz de Aquino Arantes¹⁸⁶.

Mesmo reconhecendo o desafio em fundar uma escola agrícola, existia por parte da diretoria da companhia a esperança de ver a ideia revertida em sucesso, com adesão de boa parte dos produtores nacionais, como evidencia o comendador Mariano Procópio:

¹⁸⁴ Relatório ministério da agricultura 1864. Anexos, p. A-L-1 Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 12/01/2015.

¹⁸⁵ O jornal *Diário do Rio de Janeiro* ao publicar a solenidade de abertura da escola agrícola destacou a presença do filho do conde de Lages, José Carlos Pereira Vieira de Carvalho. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 12/05/2014.

¹⁸⁶ *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 1869. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 13/05/2015.

Depois de dizer que o custeio do 1º Semestre importará em 2:771\$530¹⁸⁷ e que anexa a despesa da escola agrícola vinha a da exposição e feira anual, assim se exprimiu o presidente da diretoria em 1870: Os primeiros passos são difíceis. O resultado que se colhe ao começo é quase nulo. Vigorando, porém, todos os anos a ideia há de produzir excelentes frutos, e a geração futura, mais do que a nossa, abençoará a memória daqueles que lançam na terra a semente da árvore a cuja sombra ela terá de deleitar-se¹⁸⁸

Não havendo, portanto, uma possibilidade de um novo socorro do governo imperial, a alternativa encontrada pelo comendador foi solicitar ajuda aos cofres provinciais, o que chegou a ser bem visto pelo então presidente da província de Minas, Afonso de Carvalho, em 1871:

A escola de agricultura do Juiz de Fora, criada e sustentada pela companhia União indústria, de que é presidente o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, um dos dignos deputados por essa província, não tem sido ainda compreendida como era de esperar, e acompanha, lamentando ter sido a escola frequentada no máximo por 40 alunos, julga impossível a sua continuação com os seus próprios recursos, que cada vez escasseiam mais. Obrigada a prover-se de instrumentos, satisfazer os honorários dos professores e curar do tratamento dos alunos, monta a despesa já feita em réis 182:453\$606 fora o custo do terreno. O seu deficit é de 8:225\$660 réis. A província de Minas, mais do que a nenhuma, convem interessar-se pela continuação de tão importante estabelecimento, e estou certo que, se não recusará a prestar-lhe os auxílios de que carecer afim de não ser privada desta fonte de ilustração teórica e prática para sua agricultura. Na lei Nº1:741 foi-lhe concedida a subvenção de 6:000\$000 réis com a obrigação de receber e sustentar a sua custa pelo menos 12 orfãos pobres enviados pelas câmaras dos municípios, em que se cultiva café. No futuro exercícios em que tem de reger esta lei, farse-a efetiva a subvenção. O mesmo favor acaba a província de Pernambuco de conceder a escola ali estabelecida, e a da Bahia tem merecido a proteção dos poderes provinciais. Na lei 1:741, art. 4º § 12 fui autorizado a despender desde já a quantia necessária para fundar três escolas práticas de agricultura nas imediações das cidades de Ouro Preto, São João del Rei e Campanha, mandado para esse fim vir da Alemanha, ou de outro ponto três famílias de agricultores, ás quais se ministrará terras, casas, instrumentos aratórios, utensílios e meios de subsistência até que independão do auxílio do governo, expedindo o necessário regulamento sobre esse serviço¹⁸⁹.

Mesmo aprovando uma lei que autorizava o repasse à escola agrícola de uma subvenção anual de 6:000\$000, o que se observou nos anos subsequentes foi que o governo da província de Minas Gerais não se utilizou dessa lei para socorrer a Companhia União

¹⁸⁷ A respeito desse valor pode-se ler: dois contos, setecentos e setenta e um mil, quinhentos e trinta réis.

¹⁸⁸ REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p. 116. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 12/01/2015.

¹⁸⁹ Relatório província de Minas Gerais, 1871. p. 43. Disponível em: Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 19/01/2015. Grifos meus.

indústria, como notificado em relatório do ministério da Agricultura de autoria de Jose Fernandes da Costa Pereira Junior, no ano de 1874:

Falou-se no limitado prazo da vida da União Indústria, na incerteza de futuro expirado esse prazo, na indiferença do Brasil com o ensino prático de agricultura, na pouca frequência de alunos e nas dificuldades de pessoal idôneo para dirigir estabelecimentos de tal ordem, não obstante os esforços empregados, as vantagens oferecidas pela companhia em prol de uma instituição que tantos trabalhos e despesas custou, e digna de vir a ser abundante fonte de benefícios para lavoura e para o Estado. Entretanto lampejou uma esperança: a de que a presidência da província de Minas usasse do crédito coim que foi habilitada pela assembléa Provincial para caeitar os encargos da manutenção da escola agrícola, cedendo estabelecimento e com a obrigação de manter por 8 ou 10 anos, sem mais encargos para a companhia. Pelo que dá a entender os subseqüentes relatórios, o governo provincial até hoje não se quis utilizar da autorização¹⁹⁰.

3.4 A CRISE FINANCEIRA E SEU EFEITO DESESTRUTURANTE

Além da questão financeira, algumas circunstâncias e efeitos reversos gerados pela crise se instauraram na Escola desde sua fundação, em 1869. A direção da companhia estava esperançosa em ver essa ideia abraçada pelos produtores nacionais e precisava, com isso, de uma adesão em massa de alunos pensionistas. A receita gerada pela contribuição dos alunos seria uma fonte de recursos para honrar compromissos mais urgentes, como o pagamento dos profissionais, custeio com alimentação, material para os estudos práticos, manutenção dos animais domésticos e tudo o que se referia à manutenção básica.

Lembramos que a referida escola agrícola almejava equiparar-se às tradicionais escolas europeias de agricultura e, por este motivo, toda estrutura e equipamentos, como também o material humano, gerava custos diários que demandavam massivos investimentos. Extremamente endividada e não podendo contar mais com o socorro do governo Imperial, a alternativa de recorrer aos cofres provinciais para dar um fôlego às finanças também não surtira efeito.

A companhia, diante das dificuldades financeiras, chegou a oferecer a propriedade da escola ao governo da província de Minas Gerais, com a única exigência de se manter o nome da instituição. Embora fosse uma contrapartida razoável, o governo provincial, ao que tudo nos indica, mais uma vez recusou. Tendo em vista a complicada relação entre o

¹⁹⁰Relatório Ministério da Agricultura, 1874. p. A1-12. Disponível em: Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 19/01/2015. Grifos meus.

comendador e alguns membros da assembleia legislativa provincial, naquele período, é possível apontarmos algumas razões pelas quais pode-se considerar o desencontro de afinidades entre companhia e província, como um esgotamento político. Lembramos que no ano de 1868, ao tentar arrecadar valores para a feira agrícola que teve espaço na inauguração da escola, Mariano Procópio Ferreira Lage recebeu em correspondência a resposta de que os “a província não tem dados seguros para aventurar capitais, associando-se a empresas industriais desta ordem¹⁹¹”. Ao tentar concorrer à lista tríplice para o Senado no ano de 1869, o repúdio ao nome do comendador se dava por sua postura, um tanto quanto progressista, sem apego partidário, defensor dos melhoramentos materiais, considerado amigo próximo ao Imperador Pedro II. Nesse momento, afirmava o jornal *A vida fluminense*, “todos contra o candidato natural da província o tal Ferreira Lage, e voteis em carga cerrada no Sr. Neves¹⁹²”.

É notório que a ausência de apoio político foi determinante no agravamento da crise institucional da Escola Agrícola União Indústria, pela aversão que parecia despertar a figura do comendador. Em geral, alega-se que, em diversos sentidos, elementos como sua postura arrogante, ostentando relações estreitas com a Corte e mesmo com o imperador, suas pretensões progressistas, que poderiam irritar setores mais conservadores na região e sua relativa autonomia partidária possibilitaram a construção de uma poderosa oposição a si e a seus projetos.

Entretanto, é preciso considerar, principalmente, que Ferreira Lage havia fracassado em seus principais projetos, como a estrada, a colônia e a própria Escola, empreendimentos que já nasciam profunda e notoriamente comprometidos por dívidas e mau gerenciamento. Por outro lado, como visto anteriormente, a composição da assembleia provincial e da própria correlação de forças na província mudara significativamente com o tempo, principalmente após a década de 1870, quando a representação na assembleia, por exemplo, parece muito mais equilibrada no que se refere à participação ativa de outras regiões da província, além da chamada zona da mata mineira¹⁹³.

Na prática, em outras regiões do Império que assim como a companhia União Indústria fundaram estabelecimentos de ensino agrícola, os cofres provinciais contribuíram

¹⁹¹ BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembléia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado. Disponível em: <http://books.google.com.br> acesso em: 11/12/2014. p. 78.

¹⁹² Jornal, *A vida Fluminense*, 1870. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 12/08/2014.

¹⁹³ Ver SARAIVA, Luiz Fernando. O Império das Minas Gerais: café e poder na zona da Mata mineira, 1853-1893. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, cap. 2.

com a manutenção de suas escolas; só para se ter uma comparação dentro das dimensões do modelo instituído pela escola agrícola União Indústria, a escola agrícola da Bahia, fundada oficialmente em 1875 pelo Imperial Instituto Baiano de agricultura receberá generoso financiamento dos cofres provinciais, uma parceria tão bem estabelecida que deu vida longa àquela instituição, o que não foi possível em Minas Gerais.

Além da situação política em que se encontrava a companhia União Indústria, outra questão emblemática veio a tona no ano de 1870, o que determinou a saída em massa de muitos alunos. Consta no registro do Sr. Rosendo Muniz que no ano de 1870, a escola chegou a acolher 48 estudantes e que nesse mesmo período, porém, fora demitido um dos mais importantes professores da instituição, responsável também pela direção da escola, o Sr. Jacques Schidler. O Sr. Rosendo informa em relatório que os alunos ficaram desgostosos com a saída repentina e a não substituição do professor, o que teria levado muitos a abandonarem o estabelecimento.

Os estudantes pareciam possuir uma relação muito amistosa com o professor suíço, mas não apenas com ele. Segundo o Jornal da tarde, editado na corte, em agosto de 1870, menciona-se a criação de um grêmio estudantil que contava com o apoio de outros professores da instituição; tratava-se de uma associação científica que pretendia se dedicar à ilustração do agricultor:

Sob o título de Grêmio Escolástico Agrícola foi instalada a 24 do mês passado por alguns estudantes da Escola Agrícola União Indústria, no Juiz de Fora, uma associação científica que tem por objetivo o estudo da química e das ciências que concorrem para ilustrar o agricultor. Sua diretoria ficou assim como consta os seguintes nomes: Srs. Presidente Assis Ribeiro dos Santos, vice presidente, J. C. da Silva Brandão, secretário C.J. da Rocha Junior, tesoureiro J. F. Richsen, orador, J. A. da Fonseca Vianna. E presidente honorário desta associação o Sr. farmacêutico Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo, professor de química da mesma escola, e são socios honorários os demais professores¹⁹⁴.

O registro demonstra que o entusiasmo existia por parte dos estudantes, que se organizaram junto aos professores e fundaram uma sociedade científica. Porém, logo após a saída do professor Schidler novas exonerações ocorreram. No mês de setembro de 1870, exonerou-se o professor Macedo Pimentel, que assumira a direção da Escola logo após a

¹⁹⁴Jornal da Tarde, agosto de 1870. p. 1 Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 19/01/2014.

demissão de Schindler; com sua exoneração assumiu a direção José Ignácio Martins, que se retirou em Fevereiro de 1871 e teve como sucessor Paula Martns¹⁹⁵.

Não sabemos ao certo o que teria motivado a saída dos professores, mas é possível que já se devesse à crise financeira. Seja como for, analisando-se as sucessivas substituições na direção do estabelecimento, podemos notar uma crise institucional, que se instalou em pouco tempo após a abertura da Escola.

Segundo o relatório do ministro da agricultura, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, apresentado na assembleia geral legislativa na 3º sessão da 14º legislatura, relativo ao ano de 1870, a situação da escola era a seguinte:

Pela clausula 24 do 2º contrato celebrado com o governo Imperial e aprovação pelo decreto Nº3325 de 16 de Outubro de 1864, obrigou-se a companhia União Indústria a criar e manter uma escola de agricultura na qual se ensinam gratuitamente os métodos aperfeiçoados de lavoura e de criação de animais domésticos. [...] É realmente desanimador que, tendo sido a escola inaugurada com 40 alunos, não seja hoje frequentada sequer pela metade e assim os penosss sacrificios e despesas na importância de cerca de 200 contos de réis empregados na sua manutenção sejam tão mal recompensados. Me parece menos acertada a organização da escola. Quis a companhia de chofre fundar um estabelecimento de primeira classe, quando entre nós ainda domina com tão enraizado poder o sistema da rotina que herdamos de nossos antepassados. A França, que pela sua ilustração tem sempre servido de farol às outras nações nas artes e nas ciências bem poucas escolas de agricultura possui de primeira classe, ao passo que são numerosas as escolas secundárias, onde se ensina quanto devem saber os agricultores, para que, na justa apreciação de um escritor, o solo dê a maior soma de produtos e do modo mais perfeito e econômico. No programa dos estudos da escola agrícola de que me ocupo há o defeito de subordinar tudo à teoria, quando em semelhante matéria a prática deve dominar, como bem o reconheceu o governo francês no programa de suas escolas agrícolas, dispondo que todas as lições fossem dadas sobre o campo, nas oficinas e currais de modo que as demonstrações baseiam-se na prática. É sabido por todos quanto a profissão agrícola entre nós é pouco procurada tal é inclinação que há para os empregos públicos e para as letras e por isso não deve causar admiração a falta de concorrência que tem feito com que o estabelecimento já se ache a braços com um deficit anual superior a 8:000\$000¹⁹⁶.

Na fala do ministro destaca-se a crítica a uma mentalidade mais conservadora em termos de prática agrícola, presa à rotina, ainda muito presente naquela sociedade e extremamente relutante ao modelo de ensino agrícola, mas também a crítica ao modelo de ensino da Escola Agrícola União Indústria, que priorizava o ensino teórico em detrimento do ensino prático e que se mostrava distante da realidade brasileira.

¹⁹⁵REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p. 116. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 12/01/2015.

¹⁹⁶REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p. 116. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 12/01/2015.

A segunda questão apontada pelo ministro foi a baixa adesão de alunos que, segundo ele, teria a predisposição ao serviço público ou às letras. O aparente descompasso entre a realidade brasileira e o projeto da escola, em algum momento pareceu não existir, pois, no ano de 1870, a escola chegou a contar com 48 alunos matriculados¹⁹⁷. Destacamos ainda um dos trechos mais críticos do relatório, que se refere à localização do estabelecimento, distante dos principais centros populacionais:

No ano seguinte, 1871, o cego entusiasmo degenerou-se em grande timidez e *quantum mutata ab illo!* Tonou-se a escola pesadíssimo encargo para a companhia, já pela elevada soma em que importaram o terreno e construção do edifício, já pelo desfalque anualmente verificado no custeio, abstraindo de inúmeras dificuldades próprias da organização de um estabelecimento novo em todo sentido e, segundo o desanimado relator, longe de todos os recursos que só os grandes centros de população podem oferecer, quanto se trata de ensino profissional. Procurando as causas do infortúnio até no desfavor dos costumes contra a ideia tão afagável e promissora, não houve atinar com a verdadeira ou principal, e assim a triste filha *daquele engano ledor e cego* inspirou os desalentos que se deixam ver nas lamentações contra o *deficit* do custeio, elevado a 8:225\$000. Daqui conclui a União Indústria impossibilitada de continuar no meritório encargo com seus próprios recursos, pela urgência de pedir socorro às províncias de Minas e Rio de Janeiro, tão interessadas na existência da escola, bastando que cada uma despendesse anualmente 6:000\$ no auxílio imprescindível em que importaria a obrigação de instruir, alimentar e vestir 10 alunos provenientes de cada província, durante o curso dos estudos marcados nos estatutos¹⁹⁸.

Sobre a localização fora dos grandes centros pode-se relativizar, pois a região estava servida pela estrada considerada a mais moderna de sua época, a rodovia União Indústria, que segundo os relatos facilitou o transporte de pessoas e mercadorias entre as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sem falar na ferrovia Pedro II, que naquele tempo já se estendia por terras mineiras.

3.5 A FALÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA E DA COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA

Em meio a tantos problemas financeiros e crises políticas, a companhia União Indústria ainda sofrerá mais um inesperado baque, com a morte do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, em 14 de fevereiro de 1872. A morte repentina do diretor e

¹⁹⁷Idem. p. 117

¹⁹⁸REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p. 117. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 12/01/2015.

proprietário da Companhia União indústria deu início à total desestruturação de sua companhia.

Após a morte do comendador, a viúva, Maria Amália Ferreira Lage, na tentativa de salvaguardar os bens da família e *guardar a honra* de seu marido, decidiu quitar algumas de suas penhoras, como registra Albino de Oliveira Esteves¹⁹⁹. Porém, a mesma tentativa de manter os bens da família não conseguirá evitar o processo de encampação da Companhia União Indústria pelo governo Imperial, que nomeou uma nova comissão administrativa interina, composta pelo diretor e presidente José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (visconde de Tocantins), o secretário João Batista Vianna Drummond, o caixa José Francisco Alves Malveiro e o engenheiro fiscal Evaristo Xavier da Veiga.

A Escola Agrícola União Indústria foi aos poucos perdendo ainda mais fôlego, continuando a ter, no ano após a morte do comendador, 1872, poucos alunos matriculados. Como está registrado no relatório do Ministério da Agricultura do ano de 1873, de autoria do ministro Jose Fernandes da Costa Pereira Junior,

Esta escola, que tantas vantagens prometia à lavoura, definha já por falta de pessoal idôneo para sua direção e regime, já pela diminuída frequência de alunos. No ano letivo de 1873 estavam matriculados apenas 12, pela maior parte dos que recebem ensino gratuito. Desses completaram o curso 3, aos quais foi conferido o competente diploma. Em geral, conforme já tive ocasião de ponderar-vos, poucos são ainda no país os que se dão aos estudos agrônômicos, que constituem o vasto programa desta escola. Não consta que tivesse solução a proposta que a companhia fez à presidência da província de Minas Gerais de ceder-lhe a mesma escola, sob a condição de não ser mudada a respectiva denominação, e de correr a despesa com o seu custeio por conta dos cofres provinciais²⁰⁰.

A crise chegará a tal proporção que o Sr. Rosendo Muniz Barreto, chefe de seção da diretoria de agricultura, no relatório publicado na revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em 1875, descreveu que os animais domesticáveis, adquiridos na europa haviam sido vendidos em leilão já no ano de 1870, um ano depois da inauguraçã da escola. O restrito quadro de professores e funcionários, que não correspondia à quantidade ideal, já estava em evidência no início das aulas, em 1869. Essa realidade também acompanhou a escola nos anos subsequentes, com as sucessivas exonerações e a não substituição de

¹⁹⁹ESTEVEES, Albino de Oliveira. “Mariano Procópio Ferreira Lage” In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.230. Março de 1956. p. 9. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br> acesso em: 12/08/2014.

²⁰⁰Relatório do Ministério da Agricultura, 1874. p. 15. Disponível em: Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 19/01/2015. (grifo meu).

colaboradores da instituição. Dramaticamente, Muniz Barreto, ao realatar a situação dos alunos, descreve:

Pareceram-me contentes e bem tratados, conquanto não possam revelar grande proveito de ensino, já pela exiguidade do hodierno pessoal docente, já pela insuficiência das matérias lecionadas, que consistem em uns rudimentos de matemática pura, incrustrado na memória do aprendiz por meio de fórmulas sedições, e em uns princípios elementares de botânica e química, com os quais não é de supor que se acreditem muito as progressivas ciências de Richard e Wurtz. Também os alunos desferram-se daquela apatia, trazida pela nihilidade do curso baldado de professores, com os divertimentos que lhes pode proporcionar a ocasião. Assim é que para matar o tempo, já que não há como trabalharem arados, grelhas, descaroçadores e brunidores, lá se ostenta armado em uma das cocheiras um teatrinho que, apesar de tosco e acanhado, sempre abona os bons desejos artísticos dos 8 agricultores em perspectiva. Em vez do ensino prático da agronomia, em vez das execuções rurais, em vez das manobras utilíssimas com os instrumentos aperfeiçoados de cultura, em vez de positivo em que deviam ser gratuitamente instruídos para a garantia de inalterável subsistência, é pena que esses poucos aspirantes a lavradores disponham de tantas horas vadias para o único recreio tão gratamente se lhes depara. Verdade é que se todos saírem dali habilitados para direção de engenhos e fazendas industriais, não será de estranhar que esses brinquedos teatrais ao menos denunciem e acordem a decidida vocação de algum novo cômico ou cenógrafo. Ia me esquecendo de falar dos dois professores da escola agrícola. Um é oficial reformado da marinha francesa, outro é frade e capelão da colônia Dom Pedro II. Longe de mim a ideia de deprimir nos requisitos profissionais de um sacerdote e de um nauta. Cuido, porém, que são eles os primeiros a reconhecer que as experiências navais e os hábitos escolásticos não dão os elementos com que mais se coaduna a aprendizagem de negócios agrícolas. Entretanto fora injustiça dizer que os Srs. Adriano Myssen e Frei Américo de Praga não cumprem seus deveres na esfera de atribuições que lhes marcou a União Indústria²⁰¹.

Para o relator, Rosendo Moniz Barreto, os erros que contribuíram para o fracasso da Escola Agrícola se resumiam, 1º, em uma proposta de escola agrícola como primeiro núcleo de ensino profissional em um paiz tão escravo de preconceitos, associada a uma companhia de vida limitada; 2º, a direção da companhia, chegando quase à falência, aceitou edificar a escola em troca de aliviar seu pesadíssimo débito, não tendo os devidos cuidados para sua implantação; 3º, a indisposição e atraso dos alunos, a desarmonia entre os mestres, mau exemplo entre os discípulos; 4º, no Brasil, a agricultura carece de notabilidade e busca no braço do escravo o trabalho necessário; 5º, ninguém passa por longos 3 anos de estudos de agronomia para no fim ser considerado estranho entre agrimensores oficialmente aceitos e bem pagos; 6º, os pobres teriam filhos para estudarem na escola, o que eles não possuíam eram os valores cobrados pela escola em forma de pensão anual; 7º, não seria dever da

²⁰¹ REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875. p. 120. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> acesso em: 12/01/2015. grifo meu.

província de Minas gerir a instituição, mas dever do Estado, pois o mesmo deve olhar mais longe, *rasgar horizontes em conquista do futuro para honra da nação*. Afirmava ainda que

Nem todos querem transmitir à seus filhos esse meio de vida que prospera com o suor, com as lágrimas e até com o sangue do semelhante, reduzido à triste máquina de carne. Eis porque os abastados encaminham a prole até as academias. O fruto animado de um lavrador deve ser médico para curar escravo, ou bacharel para defender na imprensa e na tribuna os antiabolicionistas, ou para cumprir, como insigne engenheiro, as grandes distâncias em favor da propriedade paterna. Esta é a orgulhosa esperança de tantos, bem que muitas vezes infundada. Os pobres, coitados! Não se envergonham de que a descendência mantenha invariavelmente o tipo da profissão e classe da ascendência, mas, nem por isso prescindem de um título qualquer. E, é justo reconhecer a plausibilidade da razão. Ninguém se volta por 3 longos anos ao estudo da agronomia para, no fim de arduos trabalhos ser considerado estranho entre agrimensores oficialmente aceitos e repentinamente providos em rendosos empregos²⁰².

Parecia não faltar argumentos a Muniz Barreto para enumerar os erros cometidos pela Companhia União Indústria. Porém, uma vez denunciados os problemas, era preciso encontrar soluções para essa instituição, que após a morte do comendador Ferreira Lage, e com a recusa do governo provincial em recebê-la como propriedade, passava a ser uma preocupação para o governo imperial, pois a companhia fora encampada, fora admitida uma diretoria interina para dar conta dos trabalhos assistencializados pela União Indústria.

No ano de 1874 foi eleita uma nova diretoria para a Companhia, composta pelo diretor presidente conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (autor de uma das primeiras críticas à estrutura curricular da escola agrícola), o secretário Luiz Guedes de Moraes Sarmiento, o caixa, Antônio Vieira da Cunha, e um conselho fiscal, integrado pelo conselheiro Adolfo Manoel Vitória da Costa, José Ignácio da Rocha, Joaquim de Mello Franco, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e Evaristo Xavier da Veiga. A proposta mais efetiva para dar destino aos estudos da Escola foi a reformulação da grade de disciplinas, transformando-a em uma escola de predominância prática, como registra o relatório do Ministério da Agricultura do ano de 1874, de autoria de Jose Fernandes da Costa Pereira Junior:

A diretoria da companhia União Indústria trata de reorganizar esta escola, dirigida atualmente pelo Sr. L. Caminhoá, engenheiro agrícola. O pessoal docente consta agora do mesmo diretor e de 4 professores. De 24 de julho de 1869 a 31 de dezembro de 1874, a despesa com a escola importou em 269:085\$696, cabendo ao ano passado 13:713\$590. Tendo sido a frequência, no ultimo ano, de 8 alunos gratuitos, dos quais três concluíram o curso, verifica-se que se despendeu com cada

²⁰²Ministério da Agricultura 1874, p. A1-13. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 19/01/2015.

um 1:714\$198. O governo mandou proceder a exame no intuito de verificar o estado em que se achava aquele estabelecimento. Foi esse exame cometido, em épocas diversas, ao engenheiro João da Cunha Beltrão de Araújo Pereira e ao Dr. Rosendo Muniz Barreto, chefe de seção da diretoria de Agricultura. [...] Esta instituição que tão esperançosa estreou, pode, devidamente reorganizada, prestar valioso serviço à agricultura nacional. Pretende o governo tomá-la a si, estabelecendo novo programa de ensino, essencialmente prático, e condizente ao fim que se deve ter em vista no Brasil com a fundação de estabelecimentos desta natureza²⁰³.

Pelas informações contidas nos relatórios ministeriais, após 1872, a Escola se equiparava a um curso de formação secundária normal. Pelos trâmites oficiais, o governo imperial, através da lei nº 2.640, de 22 de setembro de 1875, propunha a aquisição a favor do governo imperial, de forma gratuita, a escola agrícola do Juiz de Fora com todas suas pertencas, objetivando uma reorganização desse instituto. Porém, haveria um limite de gastos com o estabelecimento no valor de 20:000\$ anuais²⁰⁴. Mesmo com essa determinação, o que se observou no ano subsequente foi que “não havendo realizado a cessão gratuita da escola e suas pertencas deixou esta de ser convincentemente reorganizada, de acordo com o que preceituará a lei nº 2.640 de 22 de setembro de 1875, Art. 10 § 4º²⁰⁵.

O novo momento da Escola Agrícola União indústria revela que as mudanças propostas eram profundas. Dos professores estrangeiros e brasileiros anunciados em 1869, nenhum permaneceu no estabelecimento. Em consequência de algumas mudanças gerenciais, a escola agrícola chegou a declarar para o ministério da agricultura um pequeno aumento no número de estudantes no ano de 1875, no relatório do ministério da agricultura publicado em 1876, no qual confirma a presença de 27 estudantes, sendo 17 contribuintes e 10 gratuitos, 7 criados e 12 trabalhadores²⁰⁶.

Novos professores e uma nova direção também foram divulgados para iniciarem um curso que seria preparatório aos estudos que seriam ministrados posteriormente na Escola Agrícola União indústria, pelo que se lê no relatório do ministério da agricultura de 1876; portanto, foi preciso criar um curso paralelo, anexo à escola, para minimamente dar formação necessária aos estudantes que posteriormente ocupariam o curso superior em agricultura. Em 1875, assim se compunha a diretoria e o quadro de docentes da Escola:

²⁰³Ministério da Agricultura, 1874. p. 18. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 19/01/2015. (grifo meu).

²⁰⁴Essas informações foram retiradas do site oficial da Câmara dos Deputados do Brasil acesso em 19/05/2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>

²⁰⁵Ministério da Agricultura, 1876-1. p. 35. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil> acesso em: 17/03/2015.

²⁰⁶Ver essas e outra informações em: Relatório Ministério da Agricultura, 1876. Suplemento p.259.

Quadro: 10

Professores e quadro diretor da Escola Agrícola União Indústria em 1875

Diretor:	Luiz Caminho (Engenheiro agrícola)
Vice diretor:	Canuto Leopoldo Ribeiro.
Prof. Matemática e engenharia rural	José Horácio Dias de Faria (engenheiro geógrafo)
Prof. Física e Mineralogia	Manoel José de Pinho
Prof. Química	Leonidas Botelho Damasio
Prof. Botânica e Zoologia	Dr. Manoel Rodrigues de Carvalho
Prof. Agricultura	Luiz Caminho
Prof. Veterinária	Luiz Faucher
Prof. Português e Geografia	Eduardo de Andrada Braga
Prof. Francês e Inglês	Dr. José Correa e Castro
Prof. História	Leônidas Botelho Damasio
Prof. Aritmética	José Horácio Dias de Faria
Médico da escola	Dr. Manoel Rodrigues de Carvalho

Fonte: BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1876. Relatório Tipografado. Suplemento, p.259.

Ao que tudo indica, a lei nº 2.640, que previa uma mudança no currículo da Escola Agrícola União Indústria, continuou sem efeito nos anos subsequentes. Já em 1877, o relatório do ministério da Agricultura, elaborado por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, referiu-se à situação de abandono da escola, que não conseguia aumentar seu número de estudantes; parecia ser uma crença comum a de que a mudança no currículo era a única maneira de se reverter a falta de estudantes na escola fundada pela companhia:

[...] Não obstante, poucos alunos há conseguido registrarem suas matrículas, e destes a maior parte tem apenas recebido instrução preparatória, deixando de seguir o curso agrícola. Ainda no último ano, apenas se matricularam no 1º semestre, 6 alunos contribuintes e 3 gratuitos, e somente dois destes passaram para o 2º semestre, sendo aprovados nos exames das línguas francesa e inglesa. No mesmo período foi a receita de 1:800\$ sendo 900\$ proveniente de pensões e 1:00\$ auxílio concedido pela província de Minas Gerais e de 14:419\$ a despesa²⁰⁷.

No ano de 1877, as despesas ainda eram maiores que a receita. Mesmo com o auxílio concedido pela província de Minas Gerais, a escola agrícola não conseguia fechar suas contas. Curiosamente, as informações relativas não só à Escola Agrícola União Indústria, como também a própria Companhia União indústria, não são mais registradas nos relatórios do ministério da agricultura, sendo que alguns relatórios, inclusive, após 1878, mencionam a companhia como extinta. No relatório desse ano de 1878, relativo ao exercício de 1877, foram

²⁰⁷ Relatório ministério da Agricultura, 1877. p.144

dedicadas apenas duas linhas para esclarecer que a escola se encontrava nas mesmas condições, com receita de 6:076\$ e despesa de 29:403\$334²⁰⁸.

Nossa alternativa foi recorrer aos jornais, onde verificamos uma intensa atividade de desmanche da Companhia União indústria. No entanto, mesmo de forma precária, a escola continuou funcionando até os primeiros anos de 1880, nesse período ainda recebendo visitas do ministro da agricultura e apresentando chamadas de estudantes no jornal local, *Pharol*²⁰⁹. Essas informações nos ajudam a afirmar que no ano de 1877, a escola ainda estava em funcionamento²¹⁰.

O jornal *Pharol* nos revela os últimos passos da empresa no último quartel do século XIX, conseqüentemente, os últimos anos da escola agrícola. No ano de 1881, o periódico noticia as intenções do ministro da agricultura, Manoel Buarque de Macedo, em transformar o edifício da escola agrícola em asilo para crianças pobres e fundar no mesmo local uma colônia agrícola, anexa ao estabelecimento²¹¹.

Da mesma forma, encontramos no jornal *Gazeta de Notícias*, edição do dia 22 de fevereiro de 1881, o anúncio que revela a intenção da Companhia União Indústria em se desfazer dos edifícios que abrigavam suas oficinas; segundo o jornal, foi feita uma oferta à companhia por parte de empreendedores ingleses, que se interessaram pela aquisição dos prédios para instalação de uma fábrica de tecidos²¹².

O jornal *Pharol*, no ano de 1883, na sessão de anúncios, já se refere à Escola Agrícola União indústria como a antiga escola; possivelmente, nessa época a mesma não estaria mais em funcionamento. A falência da Companhia União Indústria põe fim a todas as esperanças que se tinha em restaurar a Escola e dar vida a essa importante instituição, tornando sua ruína um caminho definitivamente sem volta. No ano de 1882, registra o jornal *Pharol* a desmontagem da estrutura da Companhia União indústria:

Leilão, Domingo 16 de Julho de 1882. No Armazém em que morou o Sr. Antônio Pinto, em frente ao ex-hotel União, perto da estação da estrada de ferro. De ferramentas para carpinteiro, pedreiro, ferreiro, corrieiro, bigornas para ferreiro, arreios, ferragens, cordas, parafusos e muitos outros objetos que pertenceram à

²⁰⁸ Relatório Ministério da Agricultura, 1878.

²⁰⁹ Esse jornal *Pharol* era um periódico publicado em Juiz de Fora e era distribuído em outras regiões como, por exemplo, a corte.

²¹⁰ Para esclarecimento dessas informações, ver, *Jornal Pharol*, edição de 01 Julho de 1877.

²¹¹ Ver, *Jornal Pharol*, edição do dia 13 de fevereiro de 1881.

²¹² Essas informações estão disponíveis em: *Jornal Gazeta de Notícias*, 1881. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 03/05/2015.

companhia União Indústria. Também de restos de fazendas, louças, objetos de armarinho, lampiões etc., para liquidação real.²¹³

Além de por a venda os instrumentos que pertenciam à companhia, foram vendidos também os prédios que abrigavam as oficinas da empresa, uma vez que o jornal *Pharol*, em 6 de fevereiro de 1883, anunciava oficialmente a abertura de uma fábrica de tecidos no local, um empreendimento que pertencia à uma companhia inglesa. No processo de desmontagem da estrutura construída pela companhia União Indústria, incluía-se ainda a venda de mobílias, equipamentos e animais, que faziam parte do acervo da escola²¹⁴.

No ano de 1883, o *Pharol*, edição de 7 de abril, registrou a tentativa do legislativo municipal em reabrir a instituição. Na sessão diário do legislativo, encontramos o projeto do vereador Batista de Castro, que sugeria a reabertura da Escola Agrícola União Indústria, o que sugere, portanto, que provavelmente as atividades da escola haviam sido interrompidas entre 1880 a 1883. Sobre a iniciativa do vereador encontramos:

2º que a câmara municipal desta cidade represente as assembleias geral e provincial sobre a necessidade de criar-se uma escola oficial teórica e prática de agricultura, aproveitando-se a instalação já iniciada pelo finado comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, nos edifícios e mais acessórios que constituíram a antiga Escola Agrícola União Indústria, montada nas proximidades desta cidade por iniciativa particular²¹⁵.

De fato, a edição do *Jornal Pharol* do dia 06 de setembro de 1884, traz a seguinte oferta aos seus leitores:

Juiz de Fora: valioso estabelecimento a venda. Vende-se a importante propriedade, de construção sólida e bem conservada, onde funcionou a Escola Agrícola, mantida pela companhia União indústria, à pequena distância da estação Mariano Procópio, tendo o terreno, que é próprio, mais de 20,000 braças quadradas, com uma casa de sobrado de 122 palmos de frente e 60 de fundos, tendo 8 salas e corredor no primeiro pavimento, uma grande varanda, corredor e 10 salas no sobrado e um grande salão no sótão, 2 casas contíguas, cada uma com 114 palmos de frente e 45 de fundos com muitos quartos e salas, uma capela independente, uma grande casa para depósito de materiais, ferramentas etc., um grande paiol, uma cocheira para grande número de animais, uma estrumeira e outras dependências. Vende-se também junto ou separado, os móveis, máquinas, instrumentos, modelos e mais utensílios existentes nos mesmos edifícios. Os Srs. Pretendentes podem mandar suas propostas à comissão liquidante da companhia União indústria, à rua dos Benedictos número 19, onde serão abertas no dia 30 do mês de Setembro corrente, às 2 horas da

²¹³ *Jornal Pharol*, edição do dia 22 de Julho de 1882. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 04/05/2015.

²¹⁴ Ver, essas e outras informações em: *Jornal Pharol*, 1878. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 06/05/2015.

²¹⁵ Ver, *Jornal Pharol*, 1883. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 07/05/2015.

tarde, podendo-se dirigir ao Sr. João Alves de Brito, na estação Mariano Procópio, para verem o estabelecimento e para quaisquer informações²¹⁶.

Outro leilão anunciado para o dia 7 de dezembro de 1884 comunicava a venda com a autorização da companhia União Indústria de uma diligência, duas caleças, um carro de ensino e diversos outros objetos que pertenceram à companhia. No dia 24 de janeiro de 1885, outro anúncio de leilão, desta vez oferecendo os terrenos pertencentes à companhia, sendo quatro na Rua União e sete em frente à capela da gratidão. O anúncio da venda do prédio da escola agrícola decreta sua total dissolução. Segundo o historiador Luiz José Stehling, o edifício da escola foi comprado por um capitalista chamado João José Vieira:

O capitalista João José Vieira, no dia 15 de dezembro de 1884, comprava esta propriedade pela importância de Rs 18:067\$000, no cartório do “Tabelião Ramos”. A compra esta registrada no “Cartório de Registros de Onofre Mendes” sob o número 1217 no livro 4-A. Durante muitos anos o prédio esteve alugado para nele funcionar o “Colégio São Salvador”, onde também foi fundado o primeiro clube esportivo de Juiz de Fora, o “Clube Atlético São Salvador” para a prática de ginástica e atletismo, supervisionado pela melhor sociedade local. Com a extinção desse colégio, ficou vazio o edifício e por isso, no dia 29 de setembro de 1894, foi assinado entre o procurador Luiz Barboza Gonçalves Penna e o Pastor Metodista Ver. J.W Tarboux, um contrato de locação desse prédio, para instalação do colégio Grambery, que ali funcionou até 1904. No governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, foi criado pelo decreto Nº 10.181, no dia 13 de abril de 1913, a “Escola Agrícola Mariano Procópio” para formação de técnicos agricultores, o Ministério da Agricultura adquiriu esse histórico imóvel e para dirigi-lo como diretor, nomeou o Sr. Dr. Felipe de Souza Belfort Filho. Infelizmente essa escola nunca foi instalada. Durante a primeira guerra mundial, no ano de 1917, o imóvel foi transferido para o Ministério da Guerra, afim de alojar o 57º Batalhão de Caçadores, que veio transferido da fronteira cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul. Com a remodelação do Exército Brasileiro, o 57º Batalhão foi anexado ao 52º Batalhão de Caçadores, a fim de formar no dia 1 de Janeiro de 1920 o 10º REGIMENTO DE INFANTARIA²¹⁷ [...]

Como bem registra Stehling, o edifício da escola agrícola União indústria, inicialmente deu lugar a outras instituições educacionais do município de Juiz de Fora, um deles, por exemplo, um dos mais tradicionais da cidade. Stehling também menciona a transferência de propriedade ao governo Federal, que esboçou a criação de uma nova escola, homenageando o fundador da escola agrícola União Indústria, Mariano Procópio Ferreira Lage, em 1913, intenção que não se confirma. Por fim, as instalações da escola passaram a acolher os batalhões do exército os quais preservam o edifício mantendo algumas de suas

²¹⁶ Jornal Pharol, edição de 06 de Setembro de 1884. Disponível na página eletrônica da Biblioteca Nacional. em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 07/05/2015.

²¹⁷ STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.

características arquitetônicas até os dias atuais, local que também abriga um museu do exército.

Oficialmente, a Escola Agrícola teria funcionado entre os anos de 1869 a 1884. Porém, pode-se atribuir dois momentos distintos a essa instituição; o primeiro momento antecede até mesmo o ano de sua fundação e marca a origem embrionária dessa instituição, em 1864, e a modificação de contrato da companhia União Indústria junto ao governo Imperial, que dentre suas orientações obrigava a referida companhia a fundar uma escola prática de agricultura. Esse primeiro momento vai até o ano de 1872, data da morte do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. O segundo momento representa sua decadência, entre os anos de 1872 e 1884. Tal divisão nos ajuda a compreender a trajetória da escola por marcar mudanças profundas tanto na companhia, que foi encampada pelo governo imperial e viu alterada sua direção, momento em que o modelo da escola agrícola foi repensado e reajustado em sua funcionalidade, o que não saiu do papel oficialmente.

Pode-se atribuir o fracasso dessa instituição à desestruturação da empresa ocasionada pela morte de Mariano Procópio Ferreira Lage, embora desde o início a opção por uma instituição de estudos clássicos fosse julgada por muitos como insensata. Criar a escola agrícola União indústria em moldes de escolas tradicionais de estudos clássicos, como a famosa escola francesa de Grignon, foi a glória e a ruína dessa instituição; glória, por ter inaugurado os estudos clássicos em agricultura no Brasil e ao mesmo tempo a ruína, por ignorar as reais condições da sociedade e da própria atividade agrícola no Brasil nesse contexto.

A morte repentina de Mariano Procópio Ferreira Lage certamente significou o prenúncio da falência desse modelo de escola por ele proposto. Após 1872, esta instituição conheceu sua inoperância e o seu esquecimento, deixando a entender que sua falência total era apenas uma questão de tempo. Desacreditada pelo mercado, a companhia iniciou um processo de liquidação de seu patrimônio para saldar suas dívidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou dar luz a essa importante instituição agrícola criada pela Companhia União Indústria no ano de 1869, a Escol Agrícola União Indústria, extinta no ano de 1884, momento em que a companhia se desfez de suas propriedades. Longe de tentar construir um panorama geral do que efetivamente representaram as políticas de estado para agricultura, acredito que este trabalho seja mais uma peça de um grande quebra cabeça a ser concluído.

Dentro dessa perspectiva, outros trabalhos foram fundamentais para este estudo. Refiro-me ao trabalho de Maria Fernanda Vieira Martins, *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado 1860-1897*, como também o trabalho de Nilton de Almeida Araújo, *Pioneirismo e Hegemonia: A construção da agronomia como campo científico na Bahia 1832-1911* estas obras possibilitaram uma leitura mais refinada acerca das instituições e políticas que estavam em prática na segunda metade do século XIX.

Outro objetivo necessário e que se buscou alcançar neste trabalho foi o de dar contexto à Companhia União Indústria, apontando sua origem, o seu sentido e sua contribuição. Este exercício foi fundamental para entendermos os limites entre o público e o privado em relação às atividades desenvolvidas pela empresa, fundada em 1852, pelo comendador Mariano Procópio Ferreira Lage.

Nota-se que após a criação do código comercial de 1850, houve um significativo aumento no número de empresas de capital partilhado, em sua grande maioria empresas ligadas a serviços de infraestrutura, casas de crédito e comércio. Neste sentido, foi importante neste trabalho construirmos uma reflexão a cerca de um panorama político, econômico e social que permitisse reconstituir minimamente o cenário político, social e econômico em que a companhia atuou, na segunda metade do século XIX.

Nessa perspectiva, procuramos atribuir sentidos às políticas desenvolvidas pelo governo imperial em relação à sua principal indústria, a agrícola, e encontramos um conjunto de ações que visaram à modernização dos processos de produção no Brasil nesse contexto. Encontramos ainda várias justificativas para a execução das reformas, dentre as quais uma das mais enfáticas e recorrentes evidenciava a preocupação com o esgotamento de terras férteis, a seca que se abateu sobre diversas regiões nos anos de 1850, o processo de produção arcaico, herdado de tempos colônias.

Uma das ações levadas adiante pelo governo e que certamente abalou os pilares da indústria agrícola de então foi o fim do tráfico negreiro em 1850, e o consequente escasseamento e encarecimento da mão de obra escrava nas unidades produtivas. Igualmente importante foi a elaboração da chamada *lei de terras* em 1850, outra medida adotada pelo governo imperial que teria decisivo impacto sobre a estrutura da grande propriedade e sobre o processo de colonização no Brasil, tendo em vista a necessidade de se debater a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Portanto, uma de nossas estratégias foi a de tentar relacionar as decisões tomadas no âmbito da política e relacioná-las com as ações da Companhia União Indústria. Esta relação com o contexto político e econômico mais amplo foi importante, uma vez que uma de nossas impressões iniciais era a de que a criação da Escola Agrícola União Indústria estaria associada a uma política de estado, caminho que se confirmou, através das fontes e pesquisas desenvolvidas.

Este novo sentido abre um precedente para revisitarmos uma historiografia mais local, de caráter laudatório, que menciona não só a companhia mas também sua escola, e atribui sua existência exclusivamente ao empreendedorismo de uma figura frequentemente apontada como visionária, Mariano Procópio Ferreira Lage. A produção desses autores foi fundamental para que conhecêssemos a existência dessa instituição, e sendo assim, considero que meu trabalho seja uma revisão e acima de tudo um complemento do trabalho iniciado por esses autores, que em outras épocas e outros contextos deram sua contribuição a respeito dessa obra executada pela companhia União Indústria.

A modernidade e suas tecnologias digitais foram fundamentais para avançarmos nessa investigação iniciada por esses autores, uma vez que hoje contamos com acesso a uma vasta documentação digitalizada, que possibilita o mapeamento e a incorporação de novas fontes e registros documentais.

Arrisco a dizer que, dentro das circunstâncias, a companhia União Indústria foi, em sua época, uma das que mais contribuíram para os ideais de progresso e modernização que embasavam as políticas públicas, assumindo um papel importante em sua região de atuação, entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esteve à frente da abertura da mais moderna rodovia até então criada no Brasil, a Estrada de Rodagem União Indústria, ligando a província de Minas, produtora agrícola, à província do Rio de Janeiro, onde estava instalada a Corte e o principal mercado de consumo e distribuição de mercadorias, bem como um dos mais importantes portos de exportação do Império.

Esteve também envolvida esta empresa no programa de imigração, fundando em terras mineiras a colônia de imigrantes europeus, Dom Pedro II. Este programa de imigração subsidiada pretendia introduzir, na época, 50 mil imigrantes no Império.

Outro importante serviço prestado ao governo em favor da agricultura do Império foi a fundação da própria Escola Agrícola União Indústria, inspirada nas mais tradicionais escolas de estudos clássicos da Europa, como a famosa escola de Grignon na França. Esteve também a companhia vinculada à ampliação da estrada de ferro Dom Pedro II, que após o ano de 1868 se estendeu para terras mineiras.

O conjunto de ações a que se dedicou a Companhia estabelece uma ligação direta com as políticas de estado acima referidas, especialmente a Escola Agrícola União Indústria. Os desafios colocados a essa instituição frente a uma sociedade em transição revelam que os problemas partiram de várias direções; ora as questões internas tiveram maior influência, ora as questões externas tiveram peso mais significativo. Duas situações elucidam essa situação. Destaco a relação política da companhia União Indústria e seu diretor, Mariano Procópio Ferreira Lage, com a assembleia legislativa da província de Minas Gerais, que no ano de 1864 criou uma lei limitando repasses financeiros a projetos já efetivados e impedindo a abertura de novos convênios com a empresa. A queda de braços com a assembleia de Minas foi tema de vários relatórios da União indústria.

Certamente esse descompasso interferiu na decisão, por parte dessa assembleia, de não aceitar a oferta de encampação da propriedade da escola feita pela companhia em 1871, na qual a companhia apenas solicitava que não se alterasse a denominação da instituição. Era evidente, nos relatórios do ministério da agricultura, essa relação conflituosa entre a companhia e a assembleia, e acredito que um maior apoio da assembleia provincial teria sido fundamental para que a escola superasse a crise financeira.

Se considerarmos o exemplo de outra instituição de mesmo porte, a Escola Agrícola da Bahia, fundada em 1877, instituição fundada pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura, veremos que esse estabelecimento sempre contou com generosos repasses do governo provincial, de forma que uma melhor relação com os poderes locais foi determinante para que essa escola tivesse vida longa na Bahia.

Talvez por estar relacionada a uma companhia ligada ao capital privado, a Escola Agrícola União Indústria fosse vista, dentro do jogo político, não como uma instituição educacional, mas sim como um aporte político, pois Mariano Procópio Ferreira Lage utiliza-se dos feitos de sua empresa para reivindicar cargos políticos, como suas duas eleições para deputado geral nos anos de 1861-1864 e 1869-1872.

O segundo fator exposto nessa pesquisa e que também foi determinante, na minha visão, para o início da crise, está relacionado à administração interna do estabelecimento. No ano de 1870, logo após a inauguração do prédio e término do primeiro semestre de estudos, sem aviso prévio e de forma repentina, teria a Companhia demitido um de seus principais professores e idealizadores da instituição, o também diretor da escola, Jacques Schindler. Os relatos apontam que após a demissão desse professor, vários alunos se retiraram e abandonaram o estabelecimento, e que, posteriormente, se exoneraram outros professores insatisfeitos.

Questões que não poderão ser respondidas neste trabalho seriam: e se a assembleia provincial de Minas tivesse apoiado essa ideia e concedido o apoio solicitado? e se não tivesse sido demitido o professor e diretor Jacques Schindler? Nessas circunstâncias, história dessa instituição seria outra? Certamente existiram outros empecilhos ao bom funcionamento dessa escola, porém os acontecimentos que menciono acima, em minha opinião, tiveram papel decisivo, principalmente porque se deram no momento de maior fragilidade da instituição.

Outro fator importante ao funcionamento estaria até mesmo no preconceito e resistência de parte significativa dos produtores nacionais, que reivindicavam mais o crédito do que o aperfeiçoamento nas formas e métodos de produção. Portanto, eram vários os desafios, mas o fracasso da Escola Agrícola União Indústria não significou o recuo da reforma agrícola no quadro nacional, uma vez que a escola da Bahia, mesmo com dificuldades, foi progredindo a pequenos passos e essa insistência para com o ensino clássico em agricultura foi fundamental para a continuidade da ideal reformador. Isso se evidencia ao considerarmos a transição do Império para a República, quando se observa que essa política prosseguiu nos governos republicanos, que construíram outras e novas escolas, asilos agrícolas e fazendas modelo.

De fato, durante o governo do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca seria aprovado o decreto nº 10.181, no dia 13 de abril de 1913, que previa a reabertura da Escola Agrícola da Companhia União Indústria, homenageando o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage no nome da escola, que seria chamada Escola Agrícola Mariano Procópio. Porém, mais uma vez o reconhecimento aos serviços prestados pela companhia União indústria não iria se concretizar, encerrando-se sua história ainda durante o Império que possibilitou sua fundação e trajetória.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Jan. Mar. 1956. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br>

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.1, Set. 1869.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.2, Jan. 1870.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.4, Jun. 1870.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n5, Set. 1870.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.1, n.9, Set. 1871.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v.6, n.3, Set.1875.

REVISTA AGRICOLA DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro: Tipografia Universal De. E. & H. Laemmert, v.38, 1870.

MANUSCRITAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Arquivo Público Municipal, Ata de reunião realizada no dia 21 de abril de 1866. Livro 01 Pág.15

FUNDO – Entidades Privadas, Série 173, caixa 28, 32 Itens, Documentos Referentes a diversos assuntos, Cia União Indústria.

CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) 21 Set. 1869, Juiz de Fora (para) ANDRADE. Câmara Municipal Juiz de Fora. 01f.

CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) 21 Jun. 1869, Juiz de Fora (para) VEREADORES. Câmara Municipal Juiz de Fora. 01f.

CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) 12 Jan. 1870, Juiz de Fora (para) VEREADORES. Câmara Municipal Juiz de Fora. 02f.

CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) Sem data. Juiz de Fora. (para) DIVERSOS. Lista de material escola agrícola. 02f.

IMPRESSAS:

FUNDO – Entidades Privadas, Série 173, caixa 28, 32 Itens, Documentos Referentes a diversos assuntos, Cia União Indústria.

CIA UNIÃO INDÚSTRIA. (Carta) Out. 1868, Juiz de Fora (para) CAMARAS MUNICIPAIS. Juiz de Fora. 02f. Trata-se de um folheto, publicitário explicando o contrato firmado com o estado Imperial, convidando as câmaras municipais a destinarem alunos, para escola agrícola União Indústria.

PRIMÁRIAS IMPRESSAS:

BRASIL, Exposição Universal de Paris. Comitiva Imperial Brasileira. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>

BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral dos acionistas da Companhia União Indústria. Rio de Janeiro, 1864. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Companhia União Indústria: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1867. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1868. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1869. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1870. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1871. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Ministeriais, Ministério da Agricultura: Relatório apresentado à assembleia geral legislativa. Repartição dos negócios da Agricultura comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1872. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1858. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1864. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1865. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1866. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1867. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1869. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1870. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1871. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1872. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1875. Relatório Tipografado.

BRASIL, Almanak da corte e Província do Rio de Janeiro. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. 1876. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Provinciais. Assembleia Legislativa da Província do Maranhão, Maranhão. 1859. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Provinciais. Assembleia Legislativa da Província do Gram-Para, Gram-Pará. 1860. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Provinciais. Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais, Minas Gerais. 1869. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Provinciais. Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais, Minas Gerais. 1870. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Provinciais. Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais, Minas Gerais. 1871. Relatório Tipografado.

BRASIL, Relatórios Provinciais. Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais, Minas Gerais. 1872. Relatório Tipografado.

JORNAIS PESQUISADOS:

A reforma.

A república.

A vida Fluminense.

Correio Mercantil.

Diário de Minas.

Diário do comércio.

Diário do Povo.

Diário do Rio de Janeiro.

Gazeta de notícias.

Jornal da Tarde.

Noticiador de Minas.

O auxiliador da indústria nacional.

Pharol.

SITES PESQUISADOS:

<http://www.cbg.org.br>

<http://www2.camara.leg.br>

<http://www.crl.edu/brazil>

<http://www.ihgb.org.br/>

<http://memoria.bn.br>

ARQUIVOS PESQUISADOS:

Arquivo Histórico do município de Juiz de Fora

Arquivo Histórico Museu Mariano Procópio

Arquivo Biblioteca Nacional

Arquivo Público Mineiro

Arquivo Público Nacional

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. 374f. (Tese de Doutorado em História – UFF) Niterói, 2010.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, vol.2

BASILE, Marcello Otávio N. de C. “*O Império Brasileiro: Panorama Político*” In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BASTOS, Wilson de Lima Bastos. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*. Juiz de Fora. Edições Paraibuna, 1991.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Transcrições Públicas e Ocultas: a tentativa de sublevação alemã na colônia agrícola D. Pedro II (Juiz de Fora – 1858)*. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 10 n. 1. jan.- jun. 2004.

CARRARA, Ângelo A. *A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807*. Am. Lat. Hist. Econ [online]. 2011, n.35, p.29-52. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532011000100002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTANHA, Andre Paulo. *Pedagogia da Moralidade: a ordem civilizatória imperial*. Campinas: Graf, FE: HISTEDBR, 2006.

CASTRO, Hebe Mattos de. *A Cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - séc. XIX)*. Niterói, 1993. Tese (Doutorado em História UFF).

CAVANIROSAS, Suzana. “*A dança dos círculos guabirus e liberais e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856*”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH. São Paulo, julho 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Representação na monarquia brasileira*. Almanack Braziliense, n. 9, maio de 2009.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2013.

FRAGOSO, João Luís “*O império escravista e a república dos plantadores*” in: LINHARES, Maria Yedda (org) *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado. Tempo [online]. 2011, vol.16, n30, PP. 243-266. ISSN 14137704.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Elione Silva. Violência entre parceiros de cativo - Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2-. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades Os Ferreira Armonde (1751-1850)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros: Do caminho novo a proclamação*. Juiz de Fora. UFJF, 1985.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C.T. da. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado (1860- 1897)*. 1995. 187 f. Dissertação Mestrado, História social das ideias – UFF, Niterói, 1995.

MARTINS, Maria Fernanda. *Das racionalidades da História: O Império do Brasil em perspectiva teórica*. Rio de Janeiro, Revista Eletrônica Almanack Brasiliense, 2011.

MATTOS, Ilmar. Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. Almanack Brasiliense, n. 1, 2005.

MATTOS, Ilmar. O Tempo Saquarema: a formação do Estado mperial. 5ª ed. São. Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo de formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Universidade. 2003.

MURASSE, Celina Midori. *A educação no processo de organização e consolidação do Império do Brasil: o pensamento de Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850) e de Zacarias de Góes e Vasconcellos (1815-1877)*. Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. *Criança. “O futuro da nação”, “Célula do vício” – Políticas de assistência à infância em Juiz de Fora/MG na transição Império/República*. 2009. 164 f. Dissertação Mestrado, Gestão e Políticas Públicas – UFJF, Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, Paulino de. A União e Indústria IN:___ *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora,

1953.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. “Os passos do saber: A Escola agrícola prática Luiz de Queiroz. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PIMENTA, Demerval José Pimenta. Caminhos de Minas Gemis. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

RESENDE, Edna M. Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840). Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em História).

ROSAS, Suzana Cavani. A dança dos círculos guabirus e liberais e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH. São Paulo, jul., 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307902702_ARQUIVO_2ANPUH2011.pdf

SARAIVA, Luiz Fernando. O Império das Minas Gerais: café e poder na zona da Mata mineira, 1853-1893. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Eduardo. Barões e Escravidão; *Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: INL, 1984.

STEHLLING, Luiz José. *Juiz de Fora a Companhia União e Indústria e os Alemães*. Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.

VARGAS, Jonas Moreira. Os políticos de aldeia: eleições, negociações e prática política nas paróquias do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: APERGS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 14, 21, 28 de agosto e 04 de setembro de 2010. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, 2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 21, 2000.

ANEXOS:**ANEXO A - Decreto nº 1.031, de 7 de Agosto de 1852**

Concede a Mariano Procópio Ferreira Lage privilegio exclusivo pelo tempo de cinquenta anos, a fim de incorporar uma companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Província de Minas Gerais.

Atendendo ao que Me representou Mariano Procópio Ferreira Lage, pedindo a faculdade de incorporar uma Companhia para construir, melhorar e conservar, á sua própria custa, duas linhas de estrada que, começando nos pontos mais apropriados á margem do Rio Paraíba, desde a Villa deste nome até ao Porto novo do Cunha, se dirijam, uma até a barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena, e com hum ramal desta Cidade para a de São João d'El-Rei; e outra pelo Município do Mar de Espanha, com direção á Cidade de Ouro Preto; e Desejando promover, quanto for possível, o beneficio da agricultura e do comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos, e as relações entre as duas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: Hei por bem Conceder-lhe o privilegio exclusivo, pelo tempo de cinquenta anos, para incorporar uma Companhia para o dito fim, sob as condições que com este baixam, assinadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império; ficando, porém, este contratos dependente d'aprovação da Assembléia Geral Legislativa. O mesmo Ministro assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos cinquenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

CONDIÇÕES A QUE SE REFERE O DECRETO DESTA DATA, E COM AS QUAES SE CONCEDE A MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE A FACULDADE DE INCORPORAR HUMA COMPANHIA PARA CONSTRUIR ESTRADAS, E ESTABELECEER NELLAS CARROS DE TRANSPORTE, DILIGENCIAS E CARRUAGENS PARA DIVERSOS PONTOS DA PROVINCIA DE MINAS GERAES

1ª O Empresário Mariano Procópio Ferreira Lage se obriga a incorporar dentro de hum ano, uma Companhia com a denominação de - União e Indústria - a qual terá por objeto:

1º Construir, melhorar e conservar, á sua própria custa, duas linhas de estrada, que começando nos pontos mais apropriados, á margem do Rio Paraíba, desde a Villa deste nome até o Porto novo do Cunha, se dirija, uma até a barra do Rio das Velhas, passando pela Cidade de Barbacena, e com hum ramal desta Cidade para a de São João d'EI-Rei; outra pelo Município do Mar de Espanha com direção á Cidade do Ouro Preto; devendo ambas oferecer, em qualquer estação do ano, cômodo e seguro transito para carros de quatro rodas, carruagens e diligencias.

2º Transportar em carros pelas ditas estradas quaisquer cargas, ou mercadorias de importação ou exportação, e estabelecer diligencias para passageiros.

2ª Se dentro de hum ano, contado do dia em que forem aprovados as presentes condições, a Companhia não estiver incorporada, pagará o Empresário aos Cofres do Estado uma multa de quatro contos de réis, imposta pelo Governo; e findos mais seis meses sem realizar-se aquela incorporação cessarão todos os privilégios e faculdades concedidas.

3ª A Companhia começará as obras das duas estradas dentro de três anos, contados da data da aprovação destas condições; e no fim dos cinco anos, contados pela mesma forma, será obrigada:

1º A apresentar pronta a estrada desde o ponto de partida, na margem do Rio Paraíba até a Cidade de Barbacena.

2º A apresentar igualmente prontas quinze léguas, pelo menos, de estrada na linha que se dirigir pelo Município do Mar de Espanha.

3º A concluir dentro do sexto ano a estrada entre Barbacena e São João d'El-Rei.

4º A concluir em cada hum dos anos seguintes mais dez léguas na linha de Barbacena para a barra do Rio das Velhas, e outras tantas na do Mar de Espanha para o Ouro Preto.

5º A estabelecer dentro dos mesmos prazos, que lhe são concedidos para a conclusão de cada uma parte das estradas mencionadas, os carros que forem necessários para transporte de cargas, ou mercadorias, e diligencias para passageiros; podendo fazê-lo antes, se com mais brevidade concluir as referidas Secções de estradas. Na falta de cumprimento de qualquer das obrigações mencionadas pagará a Companhia uma multa de dois contos de réis; e excedendo a demora a mais seis meses perderá o direito de continuar as estradas, e os privilégios respectivos, salvo os casos de força maior.

4ª A obrigação de continuar a construir a estrada na linha do Mar de Espanha para o Ouro Preto cessará, se a Companhia julgar mais conveniente terminá-la em qualquer ponto aquém desta Cidade, sem prejuízo das primeiras quinze léguas, uma vez que julgue mais vantajoso construir a estrada para o Ouro Preto, partindo da Cidade de Barbacena, ou de qualquer outro

ponto da linha que se dirigir á barra do Rio das Velhas; e neste caso terá lugar ai à obrigação de construir dez léguas em cada ano, conforme a condição terceira.

5ª A Companhia será obrigada a estabelecer armazéns de depósitos para recebimento dos gêneros nos diversos pontos das estradas, como for conveniente, comprando, ou arrendando os terrenos necessários, desapropriados, na forma das Leis, aqueles que os proprietários não quiserem ceder.

6ª A Companhia se prestará a conduzir gratuitamente todas as malas dos Correios nos seus carros, e mesmo nas suas diligencias, se o peso não exceder de meia arroba. Se ao Governo, porém, convier condução ainda mais rápida, freqüente, ou mais regular, a Companhia se prestará a Ella, mediante razoável indenização; ou o Governo a estabelecerá por sua conta, e por seus próprios agentes, independente de quaisquer ônus de barreiras, á que nunca poderão estar sujeitos os que viajarem em Serviço publico.

7ª Os preços de transporte de quaisquer mercadorias, ou cargas nos carros da Companhia, serão fixados em uma Tabela feita de cinco em cinco anos, e submetida á aprovação do Governo, não podendo exceder no Maximo a 15 réis por arroba, em cada légua de 18 ao grão, para os objetos de exportação, e sal; e 30 réis para os de importação.

8ª Os objetos que, em razão do grande volume e pequeno peso, forem de condução desvantajosa, como mobílias, caixões de chapéu, &c., poderão pagar até o duplo do preço geral. Também ficarão sujeitos a uma Tabela especial os de condução perigosa, como seja a pólvora, &c.; e os de responsabilidade maior para a Companhia, quer em razão de sua fragilidade, como pianos, louça, vidros, &c.; quer na de seu valor subido, como prata, ouro e jóias, &c. Os preços para tais objetos serão especificadamente designados nas Tabelas.

9ª Os preços para passageiros serão fixados segundo as classes á que pertencerem, pagando os da 1ª ordem o Maximo de 1\$500 por légua; 1\$000 os da 2ª; e 500 réis os da 3ª; a todos será permitindo levar consigo bagagem não excedente do peso de hum arroba; os passageiros e objetos do Governo pagarão dez por cento menos do que os particulares, e terão a preferência quando previamente avisados os respectivos Agentes da Companhia, que, mediante requisição, porão todos os meios de condução á disposição das Autoridades para serviço de urgência.

10ª O plano da construção dos carros, das carruagens e diligencias, a maneira de se fazer o serviço pelo que respeita á regularidade, segurança, e cômodo dos viajantes, como á celeridade das viagens das diligencias, e dos carros que conduzirem mercadorias, serão determinados em Regulamento feito pela Companhia, e aprovado pelo Governo.

11ª O preço dos transportes de pessoas, ou cargas, em carruagens, ou carros especiais, e extraordinários, que a Companhia possa estabelecer para aqueles que não quiserem servir-se das diligencias, ou que desejarem maior celeridade do que marcar o Regulamento, dependerá de ajuste entre as partes.

12ª Em quanto a Companhia não tiver estabelecido os seus veículos nas estradas que construir, será livre o transito aos particulares para qualquer espécie de condução salvo o pagamento de barreiras; e o mesmo terá lugar no caso de interrupção das condições que a Companhia se obriga a estabelecer. Se a interrupção destas exceder de 15 dias, será a Companhia multada pelo Governo em 500\$000; se exceder de hum mês, a multa será de 1.000\$000; e de 2.000\$000 em cada hum dos meses seguintes até seis; findos os quais cessará o privilegio, salvos os casos de força maior.

13ª Das margens do Paraíba até o Rio de Janeiro, e vice-versa, a Companhia será obrigada a fazer conduzir as mercadorias de importação, ou exportação; e entregá-las ao seu destino, ou pela estrada de ferro, já autorizada por Lei, ou por outra que for construída por qualquer Companhia, ou pelo Governo Geral, ou Provincial; e quando nenhuma estrada se haja empreendido, que ofereça transito para carros de quatro rodas, ou outros veículos mais perfeitos, dentro dos cinco anos, contados da aprovação destas condições, a Companhia, precedendo o consentimento do Governo, será obrigada a continuar a linha de estrada em direção ao Rio de Janeiro; ficando nesse caso suspensa a obrigação de continuar a construir as linhas para o centro da Província de Minas.

14ª O preço de transporte, no caso de ser este feito em veículos de outras Companhias, ou do Governo, será aquele que as respectivas Empresas houverem estabelecido.

15ª O Governo garante á Companhia: 1º o direito de desapropriar, na forma das Leis, os terrenos particulares, que forem necessários para estabelecer os armazéns, e estações, quando os não obtenha por acordo com os proprietários; e ceder-lhe o usufruto dos que ferem do domínio publico; e bem assim aqueles terrenos em que as estradas tiverem de ser construídas, pagando a Companhia às bem-feitorias por seu justo valor, indenizando os prejuízos que causar: 2º o privilegio exclusivo para que só Ella por espaço de 50 anos possa ter empresa publica regular de condução de cargas e passageiros em carros, carruagens, ou diligencias, pelas estradas que melhorar e construir. O transito porém de cavalheiros, e de quaisquer animais com carga, ou sem Ella, se fará livremente pelas ditas estradas, salva o pagamento de barreiras, cujos preços serão fixados pela Tabela que se fizer de 5 em 5 anos. Igualmente, e com o mesmo ônus, poderão os particulares transitar pelas estradas da Companhia em

carruagens próprias, menos no interior das Povoações, e a hum distancia que o Regulamento fixar, onde o transito de carros particulares será livre de qualquer pagamento.

16ª Com exceção da estrada do Parahybuna, da qual a Companhia só poderá servir-se por concessão do Governo Provincial de Minas Gerais, nenhuma outra será construída para transito de carros de 4, rodas, carruagens e diligencias, movidos por animais, e dentro de uma zona de cinco léguas para cada hum dos lados das estradas mencionadas na condição 1ª, e nas mesmas direções delas.

17ª O prazo de 50 anos começará a correr depois dos primeiros cinco que são concedidos á Companhia para estabelecer os seus veículos.

18ª De qualquer dos pontos das estradas que a Companhia construir ou melhorar, poderá Ella abrir caminhos laterais, ou transversais na direção mais apropriada, a fim de facilitar a condução dos gêneros produzidos nos diversos lugares para as mesmas estradas, ou vice-versa. Nestes caminhos será livre o transito aos particulares; e aos carros de transporte de cargas, mediante o pagamento de barreiras fixadas de acordo com o Governo Provincial: iguais caminhos poderão ser construídos por particulares, associações, ou pelo Governo, em quaisquer lugares em que a Companhia os não tiver feito.

19ª Os carros e carruagens particulares, que chegando ás estradas principais da Companhia até a hora aprazada, não encontrarem veículos dela, poderão seguir até onde os encontrarem sem pagar barreira. Igual isenção terão os carros dos possuidores dos terrenos por onde passarem as estradas da Companhia, tendo de atravessá-las ou percorrê-las dentro dos limites das respectivas fazendas; sendo porém eles obrigados a reparar imediatamente os estragos que causarem.

20ª As máquinas, instrumentos, e mais objetos destinados á construção de estradas, e de veículos da Companhia, incluídos trilhos de ferro, quando tenham de ser empregados para facilitar o transito de carros puxados por animais, serão isentos de direitos de importação por espaço de doze anos.

21ª A Companhia será isenta de pagar qualquer taxa de passagem pelo uso de seus carros ou carruagens nas estradas que construir, ou melhorar; não se compreendendo nesta isenção os impostos sobre as cargas, debaixo de qualquer denominação que seja.

22ª O Governo concederá aos colonos introduzidos no País para o serviço da Companhia terrenos devolutos na Província de Minas Gerais, onde os houver, com preferência nas margens do Rio de S. Francisco, ou de seus Confluentes, proporcionadamente ao numero dos mesmos colonos, sendo a despesas da demarcação e divisão feita á custa da Companhia.

23^a Findo o prazo do privilegio da Companhia, as estradas, e obras a Ella pertencentes voltarão ao domínio publico sem indenização alguma. Os carros, diligencias, e armazéns serão cedidos ao Governo por uma avaliação arbitral, quando ele os queira comprar. Se os transportes tiverem de continuar por empresa, a Companhia terá preferência, em igualdade de circunstâncias; assim como poderá continuar o uso de seus veículos, se os caminhos ficarem francos.

24^a No caso em que alguma Empresa, dentro do prazo do privilegio da Companhia, se proponha a construir linhas de ferro para transito de carros movidos por vapor, ou por outro motor mais vantajoso, na mesma direção das estradas da Companhia, e entre os mesmos pontos, terá esta a preferência em igualdade de circunstâncias; e quando não tome a si a execução dessa nova Empresa, terá direito a uma indenização por parte da Companhia que a tomar, dos prejuízos que sofrer, os quais serão avaliados por árbitros nomeados pelas partes; e quando estes não cheguem à hum acordo, decidirá hum terceiro nomeado pelo Governo. Se a iniciativa para a construção das linhas de ferro aqui mencionadas for precedida de exames, explorações, e outros quaisquer trabalhos á custa de quem se propuser a construí-las, e a Companhia for preferida, como dito fica, será também obrigada a indenizar as despesas com aqueles exames, explorações e trabalhos.

25^a Incorporada a Companhia, e nomeado o seu Diretório, será prestada fiança idônea para satisfação das multas impostas nas presentes condições.

26^a O Governo nos seus Regulamentos e nos da Companhia, por proposta desta, poderá estabelecer multas, além das especificadas neste contratos, até 200\$réis, e pena de prisão até 30 dias, contra os infratores dos mesmos Regulamentos, com o fim de garantir a propriedade, a segurança, e os cômodos, quer da Companhia, quer dos particulares, e a regularidade do serviço. Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1852. Francisco Gonçalves Martins.

ANEXO B - Decreto nº 3.325, de 29 de Outubro de 1864:

Transfere ao Estado a propriedade da estrada de rodagem denominada - União e Indústria.

Usando da autorização concedida pela Lei nº 1.231 de 10 de Setembro do corrente ano, Hei por bem aprovar as condições que com este baixam, assinadas por José Liberato Barroso, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, e interino dos da Agricultura, Comércio e Obras Publicas, para transferir ao Estado a propriedade da estrada de rodagem denominada - União e Indústria.

Palácio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Outubro de mil oitocentos sessenta e quatro, quadragésimo terceiro da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.

José Liberato Barroso.

Condições a que se refere o Decreto nº 3.325 de 29 de Outubro de 1864

1ª A Companhia - União e Indústria - faz cessão ao Governo Imperial da estrada de rodagem que construiu da Cidade de Petrópolis ao Juiz de Fora, na Província de Minas, com as pontes e mais obras da mesma estrada, ramais em construção, casas de barreiras e pertenças da arrecadação de taxa.

E cede igualmente os juros garantidos pelos Governos gerais e províncias de Minas e do Rio de Janeiro, a contar, quanto nos dons primeiros, do dia em que a Companhia deixou de os receber, e quanto ao ultimo, da data deste contratos.

2ª A Companhia obriga-se:

§ 1º A conservar por espaço de quinze anos, a estrada, os ramais existentes e os que construir, de modo a darem bom transito para a viação de carros em todas as estações do ano, sujeitando-se á fiscalização do Governo.

§ 2º A continuar na direção da Colônia D. Pedro II, mantendo a expensas suas, e renunciando qualquer auxilio do Governo geral, as escolas atuais, e o culto católico e protestante enquanto não for a mesma colônia emancipada.

§ 3º A liquidar suas contas com os colonos dentro do prazo de quatro meses, a abater em beneficio deles tanto quanto baste para que o valor das terras, medição e caminhos colônias não importem mais de dez réis por braça quadrada, e a entregar-lhes dentro daquele prazo, os títulos definitivos de suas propriedades, podendo a Companhia garantir-se pelo saldo das referidas contas com hipoteca das mesmas terras e bem feitorias.

§ 4º A estabelecer dentro do prazo de dois anos, e em contigüidade á colônia D. Pedro II, cinqüenta famílias de colonos nacionais, com propriedade livre e nas mesmas condições do

contratos feito com os colonos alemães, vendendo-lhes terras por preço que não exceda o seu custo, inclusive as despesas relativas a caminhos colônias, medição dos lotes e arranchamentos provisórios; e bem assim a fundar e manter uma escola pratica de agricultura onde se ensinem gratuitamente os métodos aperfeiçoados de lavoura e de criação de animais domésticos.

§ 5º A concluir, sem dispêndio do Estado, o ramal que da estação da Serraria se dirige á Cidade do Mar de Espanha.

§ 6º A conduzir as malas do Correio para a Província de Minas, quando findar o respectivo contratos, e enquanto tiver a Companhia a seu cargo a conservação da estrada, por preço nunca excedente ao que presentemente recebe do empresário daquele serviço.

3ª Subsistem em vigor as obrigações e direitos que tem a Companhia em relação às diligencias e outros veículos de transporte.

4ª O Governo Imperial recebe da Companhia - União e Indústria - a estrada e mais objetos de que trata a condição primeira deste contratos no valor de 9.161:801\$682, que lhe serão pagos pela seguinte forma:

§ 1º Com a exoneração da responsabilidade da Companhia pelo capital levantado em Londres na importância de 6.000:000\$000.

§ 2º Com a quitação do que deve a Companhia á massa falida de A. J. A. Souto & Comp, na importância de 2.000:000\$000.

§ 3º Com a quitação do que deve a Companhia a Bahia & Irmãos, na importância de 266:342\$660.

§ 4º Em apólices da divida publica e entregues á Companhia na importância de 895:459\$022.

5ª Para fazer face ao pagamento de que trata a condição antecedente o Governo emitirá apólices da divida publica pelo valor nominal de 1:000\$000 cada uma, vencendo juros de 6% ao ano a contar da data deste contratos, sendo as facções de conto de réis pagas em dinheiro.

6ª O Governo desiste em favor da Companhia do direito de receber a quantia de 200:000\$000 que lhe havia concedido por empréstimo para o estabelecimento da Colônia D. Pedro II, e bens assim dos juros do empréstimo de Londres vencidos até hoje.

7ª O Governo cede á Companhia o produto das taxas itinerárias e barreiras existentes, durante o prazo de quinze anos, ficando á cargo da Companhia a sua arrecadação, usufruindo Ella para este fim as casas de barreiras e suas pertenças.

Fica, porém, entendido que o saldo que resultar desta verba de receita, depois de paga a despesas da conservação da estrada, pertencerá á Companhia, e não será o Governo responsável por qualquer déficit que por ventura se possa daí originar.

8ª A Companhia não poderá reclamar do Governo indenização alguma sobre qualquer pretexto, e com os seus haveres garantirá o fiel cumprimento das condições acima estipuladas, e de quaisquer reclamações de terceiro.

9ª Ficam em vigor os contratos existentes na parte em que não foram alterados pelo presente.

Palácio do Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1864. - José Liberato Barrozo.

ANEXO C - Viagem de suas Majestades Imperiais ao Juiz de Fora:

Diário do Rio de Janeiro, Junho de 1869.

A diretoria da companhia União Industria, presidida pelo Sr. Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, havendo contraído para com o governo imperial a obrigação de fundar uma escola agricola junto á sua estação do Juiz de Fora, applicou seria atenção ao desempenho do seu compromisso. Principiou por constituir edificio apropriado ao fim da instituição, Como internato era mister que oferecesse aos alunos e professores acomodação decente e hygienica. Como estabelecimento esseciamente prático devia compreender. Além das salas para deposito dos instrumentos necessários as demonstrações teóricas diferentes anexos, onde se deparassem utensílios adaptados aos processos complementares do trabalho rural e os animais, a cuja intervenção e serviço a boa cultura tem de socorrer-se.

Prepararam-se ao mesmo tempo os terrenos, onde as lições da ciência agronomica teriam a sua imediata applicação. Sem essa provança as teorias se inutilizariam, hivedas por hipoteses mais de aparato que de proveito economico e industrial. Instrumentos aratórios de toda a sorte foram igualmente comprados. A sua aquisição efetuou-se na melhor oportunidade, por ocasião da exposição universal de Paris, á qual concorreram á porfila os mais promorosos artefatos da mecanica rural.

Gado das raças mais afamadas pela belleza das formas, pela quantidade e qualidade de produtos, pela mais ampla vantagem ao trabalho, foi também adquirido na Europa. Acompanharam-nos aves domésticas escolhidas entre as que muita estimação merecem na Iglaterra e na França.

Assim dotado, habilitou-se a escola agricola da companhia União Indústria para satisfazer a uma das principais necessidades da primeira indústria do país. Ela que lhe

franqueara vinte e quatro leguas da melhor das estradas de rodagem que existem no mundo, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua produção e diminuição dos seus encargos, apercebia-se para dar-lhe a instrução profissional.

Concluindo esses trabalhos preliminares, dispoz-se a diretoria a inaugurar os trabalhos efetivos de seu instituto. Para facilitar a execução do plano que presidia ao seu estabelecimento, convidou as camaras de dezesseis municípios nas provincias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, mais próximos a sede da escola a enviarem para ali até 15 do mês de junho um orfão a sua escolha, afim de preencher o número de vinte alunos gratuitos, a cujo ensino e sustento se obrigara. Findo o curso de três anos outras camaras municipais serão convidadas para o mesmo propósito.

O efeito deste nobre pensamento será generalizar nas duas provincias a instrução agromonica em grande perfeição.

Na ocasião a diretoria aprovou os agricultores a um concurso, onde se vissem produtos rurais e industriais, pela comparação se conhecesse qual das localidades nas referidas provincias mais adiantada se acha sob esse aspecto economico.

Nessa feliz ideia o núcleo de uma exposição, que, desenvolvido á proporção que suas vantagens calarem na convicção dos produtores, trará os resultados obtidos em França, por exemplo, mediante os *comícios agrícolas regionais*. Todas as comodidades foram asseguradas aos concorrentes. E para maior estímulo estabeleceu a diretoria prêmios e distinções aos expositores, que mais sobressaírem pela qualidade e utilidade dos produtos.

O aprasado para a solenidade da inauguração da Escola Agrícola União Indústria foi 24 de junho, segundo ordem de Sua Majestade o Imperador, que serviu-se prometer a diretoria a alta honra de sua augusta presença.

De feito, a 23 Suas Majestades Imperiais foram ás 6 horas da manhã recebidas na estação de S. Cristovão em trem expresso da estrada de ferro D. Pedro II. A acompanharam as augustas pessoas Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe e os semanários. No mesmo trem iam o Sr. Ministro da agricultura, comendadores Mariano Procópio Ferreira Lage, José Francisco Alves Maveiro e numerosos convidados, entre os quais compreendiam-se os Sr. Senador Firmino, o Sr. Conde de Gobineau, ministro da França nesta Corte, e os Srs. Deputados Araújo Góes, Dyonisio Martins, Affonso de Carvalho, Cardoso Fontes, Duque Estrada Teixeira, Calmon, João Mendes, Fonseca Galvão, Dias da Rocha e Correa de Oliveira, Dr. Castro, redator jornal do comércio e Dr. José Pereira Rego Filho, 1º secretário da sociedade Auxiliadora Nacional. Em quatro horas e meia de viagem o trem imperial chegava a Entre Rios, celeridade tanto mais notável, qaunto ao transpor a serra a tração depara dificuldades quias e a demoram.

De Entre Rios partiram Suas Magestades Imperiais e comitiva para Juiz de Fora, alguns minutos depois do meio dia, nas diligencias da companhia União Indústria.

Nesta distância de doze leguas admiram aqueles mesmos que mais se tinham habituado a percorre-la, a perfeição do impedramento e nível da estrada que asseguram ao movimento dos veículos suavidade e rapidez desconhecidas em quaesquer outras vias da mesma espécie, a solidez e extensão de algumas pontes, custosas obras em córtes de rocha e aterros, lindasissimas paisagens, que se desenvolvem, com variedade, a cada lanço de caminho, animadas pela basta folhagem dos cafessaes, e as aguas do Parahyba e Parahybuna, ora tranquilos deslizando á sombra das matas e penhas marginaes, ora arrebetando em flor por entre os rochedos que lhe obstruem o alveo.

O transito nessas doze leguas em estação calmosa, quando a irrigação celeste haja mitigado o possível das estradas de rodagem, seria um delicioso passeio, em que sempre os olhos descortinam primores da natureza. Começava a escassear a luz do dia, quando Suas Magestades Imperiais apeiaram-se no formoso palacete do Sr. Ferreira Lage, onde tudo se achava aparelhado para a recepção dos augustos viajantes.

A primeira hora da noite brilharam os visos das colinas circunvisinhas á estação da companhia, á Escola e ao palacete inumeras fogueiras cujo vivolume fazia sobresair verdura sombria das matas próximas e linda cascata que em lenções de espuma debruça-se de um penhasco não distante.

A esse tempo entravam SS.MM.II. em um lindo batel de rodas tocadas á manivela, que nas serenas e claras aguas de um lago artificial oferece as delicias de breve navegação: E esse um dos portentos, que o bom gosto e prodigiosa atividade do Sr. Ferreira Lage espargiu em torno á sua habitação. Naquele logar, onde, há poucos anos se dilatava um pantano insalubre, periodicamente inundado pelas aguas revoltas do Parahybuna, creou a arte o mais ameno dos jardins, o mais rico dos pomares.

No ponto mais profundo abriu o vistoso lago, em cujo ambito alguumas ilhetas cobrem-se de arvores frutiferas, sobresaindo pela sua altura e proporções uma, notável, pela muralha, diga-mos assim, formada pelo tronco dos bambas, que a guarnecem tecendo as suas ramas e abrindo ao sopro das auras os seus penachos auri-verdes.

Quando começou a vogar nas sinuosidades do lago o ligeiro batel, surgiram dos bosuesinhos, de laranjeiras das moutas de roseiras, dos quincunces de palmeiras, das grutas e caramanhcheis, que se espelham nas aguas ceruleas, centenas de homens e mennos e brandões acesos, a correr velozmente sobre a borda.

Foi magico o espetaculo. Aqueles vivas luzes em incessante movimento rutilavam sobre o lago com reflexos metalicos que variavam ao infinito e reverberavam nas ramas de em torno. Para acrescentar a delicia daquela visita desferia a lua, em toda a força do seu crescente, os seus clarões lá do céu anilando, cujas nuvens argenteas se retratavam na superficie oscilante.

Despertados pelo bulicio e ainda mais pela claridade das luzes saíram de seus alvergues algumas duzias de cysnes. Alçando os nívocos colos, rompendo a linha com os arrogantes peitos seguiam morbidamente na esteira do batel, movendo-se ao compasso de uma orquestra que a distância repetia harmonias da norma e do trovador.

A temperatura naquela noite era sem igual na presente estação. Era fresca, mas não tanto que se aproximasse ao frio. Poderia suporta-la sem desagrado quem trajasse vestes do verão. Aos primeiros raios do sol do dia seguinte Sua Majestade o imperador descera a colina do palacete, pelo caminho de carro.

Cingem-o arvores frutiferas aos milhares, notando-se com espécie literalmente cobertas de seus pomos de ouro. Naquele passeio matinal sua Majestade viu ainda uma vez as maravilhas de horticultura, acumuladas a cada ângulo dos jardins, a rara coleção de orquideas, miniatura de uma mata virgem, a variedade inumeravel de palmeiras, as grutas, as cascatas, as aves raras, e mil outras curiosidades naturais escolhidas e reunidas com apuro.

As 9 horas, pouco mais ou menos, compareceram suas Majestades Imperiais na capela para ouvirem missa. A capela, edificio descente, guarnecido de asseados bancos, tem suficiencia para seisentas pessoas. Estava literalmente apinhoadade gente, vinda dos arredores. Oficiou no altar o revm. Bispo diocesano de Goyaz, com as solenidades do ritual. Acompanhou o ato excelente música miliatr vinda de Ouro Preto.

Ao meio dias as augustas pessoas eram recebidas na Escola Agrícola. Ao aproximar-se o veículo que as conduzia, subiram ao ar centenas de dúzias de foguetes. A cem passos do edificio estava um arco triunfal de elegantes formas, ladeado de renques de bandeiras, galhardes e pavezes, que alegravam o solhos com o briho e variedade de suas cores.

Em escudos liam-se os nomes das provincias do Império e de algumas localidades da Alemanha, cáras á lembranças dos colonos estabelecidos em Juiz de Fora. Foram suas Magestades Imperiais recebidas á a entrada da diretoria e pelo numeroso concurso de convidados de um e de outro sexo que em trajes de gala aguardavam sua agusta presença ao som do hino nacional.

Notavam-se entre os presentes áquele ato a camara municipal da cidade do Juiz de Fora, o Juiz de direito da comarca, a oficialidade da guarda nacional com o seu comandante

superior e diversos fazendeiros distintos do município e dos circunvisinhos. Procedeu o Sr. Bispo de Goyas á benção do edifício, segundo o ritual. Logo após, tomando suas Magestades assento em uma das salas, destinadas ás lições diárias, o Sr. Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, presidente da diretoria da companhia União Indústria leu o seguinte discurso:

“Senhor - O Brasil, que se ufana de ter na direção de seus destinos um príncipe magnânimo e sábio, como é Vossa Magestade Imperial, espera ver, em um porvir não muito distante, o seu nome inscrito no mapa das principais nações do mundo.

No teatro dessa guerra gigantesca que ainda hoje sustentamos, e que em breve a história recolherá em seus registros como um florão de glórias do Império, Vossa Magestade Imperial foi um dos primeiros brasileiros que apareceu para elevar a honra nacional, dando aos seus soldados o exemplo da mais sublime abnegação.

Recolhido ao seio do seu povo, vós, senhor, tendes continuado a ser até hoje o primeiro a preservar na ideia de levar ao fim o dever sagrado que esta guerra nos veio impôr. E enquanto vossa dedicação pela dignidade da patria, longe de arrefecer-se, robustece e se fortifica á medida que os tempos se passam; enquanto todo vosso pensamento parece concentrar-se nessa missão grandiosa que a Província em seus altos mistérios se aprove destinar ao reinado de Vossa Magestade Imperial, sois vós ainda o primeiro cidadão a atender e a dar impulso ás artes, á indústria, á lavoura, a todos os elementos, em suma grandeza e de progresso deste abençoado país.

A estes sentimentos patrióticos, senhor, que realçam tanto o brilho dos tronos dos reis, é que a escola União Indústria deve ser honrada neste momento com as augustas presenças de Vossa Magestade Imperial e de sua adorada esposa e de suas Alteza o Sr. Duque de Saxe. A escola agrícola que hoje abre as suas portas á mocidade que desejar habilitar-se em uma das mais nobres profissões – agricultura -, é ideia de Vossa Magestade que a companhia União Indústria teve a satisfação de realizar; a glória e os benefícios que possam resultar desta instituição pertencem a Vossa Magestade. Como todas as ideias novas, não poderá esta, desde logo, manifestar os fecundos resultados que promete.

O espirito de associação e o impulso uniforme de que necessitam os grandes melhoramentos, ainda se resentem em nosso paiz de prejuízos inveterados, de uma certa timidez, que nós, o povo americano, com o tempo, energia e perserverança havemos de vencer afinal. É por isso em grande parte, senhores, que esta casa, preparada desde já para receber 60 alunos, não conta hoje se não 10.

É tal a influência que ainda infelizmente tem entre nós o espirito de rotina, que algumas camaras municipais, apesar de reiterados pedidos e ofertas, deixaram de enviar os

alunos que a escola prometeu receber gratuitamente. Assim é também que esta primeira exposição, feira e concurso “agrícola e industrial, não podem dar ideia da nossa riqueza, mensus ainda compreendido todo o seu alcance. Poucos são na verdade os concorrentes, e entre esses merece especial menção o Sr. Gordon, gerente da companhia do Morro Velho. Essa árida e rica coleção de minerais, que hoje figura entre os principais objetos desta exposição, e devida ao obsequioso interesse que esse ilustrado estrangeiro toma pela prosperidade de nosso país tendo sido ele, de todos, o primeiro que enviou produtos á exposição.

A dificuldade a que nos referimos há de ser vencida, havemos de combater a indiferença e a rotina, perseverando todos os anos nesta feira e exposição. Pelo interesse que dela deve resultar, se não pelo patriotismo, esperamos que a segunda e terceira sejam mais concorridas e que para a quarta não haverá suficiente espaço neste lindo vale do Parahybuna, que daqui dominamos, para receber os inumeros viajantes que em virtude do prolongamento da estrada de ferro Dom Pedro II em sua passagem para S. Francisco concorrerão de todas as provincias saudar o quarto aniversário da existência da escola agrícola União Indústria e admirar os produtos naturais que teem de atestar a grande riqueza desta bela provincia.

A escola agrícola, senhor, essa concepção de Vossa Magestade Imperial, é por ora a centelha da maquina eléctrica, fonte de luz, ao princípio quase imperceptível e que logo depois, irradiando-se, enche o espaço de seu clarão benéfico. E depois, senhor, em nome que tenho a diretoria da companhia União Indústria que tenho a satisfação de representar beijo as mãos de Vossa Magestade, e, agradecendo a honra que vos dignastes conceder, com a vossa presença neste recinto, faço os mais ardentes votos pela saúde e felicidade de Vossa Magestade Imperial e de toda a sua augusta família. Sua Magestade o Imperador dignou-se responder:

“A inauguração desta escola agrícola, devida aos perseverantes esforços da companhia União Indústria e de sua diretoria, desperta com toda razão geral contentamento. Tão nobre exemplo imitado nas outras provincias há de concorrer para a moralisação do trabalho de nossa principal indústria e sua maior prosperidade”

A sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional enviará em comissão o Sr. Dr. J. P. Rego filho, para, em seu nome, congratular-se com a diretoria da companhia pelo fato que se solenisava. O Sr. Rego resitou o seguinte discurso:

“Senhor - A lavoura, como todas as classes da sociedade, e mais talvez do que nenhuma outra no país, tem direito ao pão do espirito, disse há muito pouco tempo o nosso distinto compatrióta Dr. Dionysio Martins. Com efeito se a rotina constituinte como dizia Chaptal a ferrugem do progresso, é necessário aproveitar-se milhares de inteligencias que se

perdem em arenas inglórias, mostrando-lhes qual o caminho da verdade por uma instrução sólida que possa satisfazer a todos os empenhos e garantir o futuro de imensas riquezas com que nos mimoseou a natureza, pois que só assim se poderá dar uma organização séria a uma das mais interessantes classes da nossa sociedade, como é a agrícola, a qual representamos neste momento em nome da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Era tempo de desvia-la de senda que trilhava para não vê-la continuar a debater-se nas trevas da ignorância e o único meio de alcançar-se esse *desideralum* é regenera-lá, para que baseada em princípios esclarecidos e sensatos ela obtenha, na frase de um dos mais distintos dos nossos escritores, reanimar os tibíos e emudecer os incredulos.

É esta missão de que se incumbe a companhia União Indústria, missão tão elevada que encerra em si tudo que há de mais agradável e extraordinário que possa cogitar o espirito humano. Não há um só coração brasileiro que não se sinta possuido de entusiasmo ao recordar-se que vae começar amanhã uma era inteiramente nova para a agricultura, ela que até ontem vivia de uma vida sem esperanças e sem animação, porque a luz lhe era negada, não porque as forças do país não permitissem, mas não só porque faltava uma cabeça inteligente como a do exímio cidadão o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, que tomasse a direção de tão grandiosa empreza, como também pelo embotamento em que se collocavam os espiritos, desviados pela improficua política, o maior inimigo da nossa lavoura.

Felizmente descobre-se o aparecimento desse foco de luz tão almejado para aqueles que se interessavam pelo progresso do mais importante ramo da nossa administração, e agora cumpre somente não desanimar pelos tropeços que se apresentarem, no que confia a nossa corporação, porque sabe que o autor desta grande revolução adotou, para norma de sua vida pública estudo, constância e perseverança, e que, firmado nestes três grandes elementos, irá por diante na divulgação das suas ideias. E pois, a revolução esta iniciada e a vitória é certa, somente filha do tempo, que não se fará muito esperar.

Senhor! O reflexo benéfico partido de um trono instruido constitue a garantia mais forte e mais segura para o adiantamento e perfeição de qualquer nação, e por isso a vossa presença neste recinto é um motivo de jubilo para todos os corações brasileiros, porque vem mais uma vez atestar a dedicação e interesse que prodigalisaes ao progresso do nosso país, e como que declarar que o trono é tudo, quando os raios que dele partem refletem sobre o povo a verdade das crenças e a grandeza das intuições, ideias que não se perde no terreno infrutífero das declarações. São estes os sentimentos da Sociedade Auxiliadora, e que em seu nome volos transmitimos.

O Sr. Dyonisio Gonçalves Martins, em comissão dos Institutos de Agricultura Fluminense e Baiano, exprimiu-se neste termos: Senhor – Neste momento solemne, em que a magestade do trono vem sagrar a magestade da ciência, e curvar a fronte unguida, da sabedoria divina, que é a luz da sociedade moderna neste século dos prodígios do espirito e dos esplendores do trabalho, eu sinto nadar-me o coração em ondas de jubilo e a emoção do entusiasmo afogar-me a palavra nos lábios.

Hoje senhores, neste canto da bela e feliz provincia de Minas Gerais, inaugura-se a era de uma revolução social, revolução pacífica, porque é dirigida pela razão benéfica, porque é inspirada pela caridade; fecunda, porque faz do capital o ponto de apoio, e da ciência a alavanca para arrancar os erros e abusos de um passado infeliz e de um presente desgraçado, - e é a realeza da terra que desvelada e municiente vem abrir um horizonte de esperanças aos operários da produção nacional.

Quando exemplos desta natureza partem dos fastgios do trono, este não é para o povo somente o simbolo de uma instituição necessária, uma garantia de prosperidade para a nação; mas um penhor de felicidade pública, porque exprime todas as suas legitimas aspirações e todos os seus nobres afetos.

A agricultura precisava de uma prova de consideração, porque se acabrunhava no embrutecimento, merecia, porque é ela o verdadeiro tesouro do Estado e a fada estremosa que deverá conduzir este Império aos altos destinos que a Providência lhe reservou. Senhor. Permiti que em nome de meus companheiros de trabalho, eu dirija a Vossa Magestade Imperial um voto de reconhecimento por se ter ela dignado de assistir á inauguração do primeiro templo consagrado na terra da Santa-Cruz á satisfação das necessidades entelectuais dos cultivadores da terra. Houve um tempo senhores, em que nossas riquezas natuais, negligenciou os cuidados da cultura, descaçadndo completamente em um empirismo sudtor que certas condições da vida acoroçavam.

A embriagues vai hoje desaparecendo, mas os elementos enfraqueceram-se na luta continuada em que viviamos contra o bom senso e contra a natureza. O hábito da rotina tolerada pelos poderes do Estado, em consequencia das complicações internas de um país que procurava fundar sua autonomia política ao embate dos furacões revolucionários e das utopias perigosas, não podia hoje ser acoroçado sem grave e irremediável prejuizo para a riqueza pública, e talvez mesmo que sem calamidade para a ordem social.

Era preciso destruí-lo pela palavra e pelo exemplo, tirar-lhe todo o valor moral, todo o pretexto perante a consciência do país. Era preciso em uma só frase substituir o trabalho grosseiro e sem cálculo pelo estudo das applicações e pela applicação do estudo. Este programa

de cuja utilidade ninguém pode hoje contestar a decidida urgência, desinteressadamente a companhia União e Indústria pos em realização com todo esse brilhantismo com que ela só, e levar a efeito as suas empresas de gigantesco plano, graças ao zelo ilustrado de um dos mais dignos filhos deste Império, o Sr. Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, fê-lo, senhores sem trepidar ante os obstáculos do tempo e as dificuldades materiais, nem estremecer em face dos compromissos que ia contrair perante a nação, que o observa em atitude simpática, mas um tanto incredula.

Senhores, a instrução agrícola, derramada com profusão pelo mundo inteiro, é só novidade para o Brasil, que mais talvez que nenhum outro estado dela carece para compreender e utilizar as grandezas que ainda o solo arável entesoura em seu seio, e os recursos de que podemos dispôr para combater os flagelos que tem feito baixar os esplendor da nossa uberdade primitiva.

Carecemos dela, senhores, para convencer a nossa mocidade de que pode haver uma carreira feliz e acessível a todos os seus cálculos e generosa ambição, sem que seja necessário enredar-se no labirinto de uma política onde nem todos podem ser tão sagazes como dedalo, e onde a maior parte como Ícaro vai queimar as suas asas de cera.

Essa instrução para ser proveitosa deve não só habilitar-nos a melhorar os sulcos da terra, como a realizar mais economicamente o trabalho aperfeiçoado pelo obreiro educado na escola prática beneficente de tão grande vulto irá recebe-lo no estabelecimento promovido pela iniciativa particular e pelo obolo da fortuna privada, igualmente o filho do operário e o filho do proprietário, aproximando-os um pensamento comum, e unido-os a reciprocidade dos interesses, avalidados não á luz das paixões mesquinhas, mas ao clarão da verdade eterna. Um nobre exemplo e uma grande ideia que a posteridade agradecida registrará nos anais do futuro com religioso respeito.

O imperial instituto Fluminense de Agricultura, que tenho a honra de representar neste recinto, e o Imperial instituto Agrícola da Bahia, do qual sou um dos mais obscuros diretores, combatem pelos mesmos princípios e lutam com a mesma abnegação. Nestas circunstância, pois, não podiam, sem quebra de dignidade própria, eximir-se de vos tributar, no melhor dia de vossas glórias, Srs. Da companhia União Indústria, o mais fervoroso voto de sua gratidão.

Oxalá que seja dado áquelas patrióticas associações colher um dia o mesmo resultado lisongeiro de seus esforços perseverantes e de suas continuadas atribuições. Filhos de uma mesma crença, soldados de uma mesma bandeira, unamo-nos todos sob a égide de um príncipe esclarecido e devotado aos grandes interesses morais do país, que tem a fortuna de

vê-lo a sua frente, a união faz a força, e por ela desaparecendo de um belo torrão da América a ignorância, causa imediata dos vícios e precursora da miséria, realizaremos a bela expressão de Rouland: Dieu est pour ceux qui travaillent Mais dois discursos foram lidos nessa ocasião, um dos quais pelo Sr. Dr. Luiz Alvaro de Castro, professor da escola agrícola, Sentimos, pela estreiteza de espaço, não estampa-los aqui.

Terminada a cerimônia e declarando-se inaugurada a escola agrícola União Indústria e aberto o concurso industrial, arderam muitas girandolas de foguetes, e a música fez ouvir as notas, sempre jucundas aos corações brasileiros, do hino nacional. Tornaram suas Magestades Imperiais á sala principal do edifício, onde foram cumprimentadas pelos cavaleiros e senhores presentes. A câmara municipal da cidade de Juiz de Fora dirigiu a sua Magestade o Imperador a seguinte alocução.

Senhor - Ao chefe da nação brasileira, seu Imperador constitucional e defensor perpetuo e seu primeiro representante, a sua Magestade a Imperatriz, á sua Alteza o Sr. Duque de Saxe, vem a câmara municipal do Juiz de Fora apresentar a manifestação sincera de profundo respeito. A vossa Magestade Imperial, a quem a constituição do Império colocou na cupula do edifício social, não pode a câmara municipal deixar de render suas homenagens e de patentear seu reconhecimento pelo modo como vossa Magestade Imperial tão leal e patrioticamente tem sabido compreender zelar e executar as elevadíssimas atribuições ao Imperador sabiamente conferidas.

Ao monarca ilustrado, infatigável em promover e animar o desenvolvimento do progresso moral e material do país, onde com razão, deve ser chamado o primeiro cidadão, a câmara municipal tem a honra de jubiulosamente saudar hoje neste municipio, em que vossa Magestade Imperial está mais uma vez provando sua solicitude pela educação e prosperidade do povo brasileiro.

Digne-se vossa Magestade Imperial de aceitar as saudações da câmara municipal de Juiz de Fora, que de coração deseja a vossa Magestade Imperial o mais glorioso império e toda a sorte de felicidades a sua Magestade a Imperatriz e a augusta família Imperial. (Juiz de Fora, 24 de junho de 1869- Christivão Rodrigues de Andrade, Antonio Milagres, Manoel vidal Pereira Rego, Geraldo Augusto Resende, José de Souza Roussin, Francisco Moreira da Rocha, Dr. Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro.)

Sua Magestade o Imperador dignou-se respondendo que agradecia cordialmente aquela manifestação dos sentimentos da câmara municipal do Juiz de Fora. Em seguida visitaram suas Magestades o edifício. Foram tambem apresentados a sua Magestade o Imperador trese alunos até aquele dia matriculados na escola. Três somente foram enviados

pelas câmaras a quem a diretoria endereçara convite na forma referida. Os mais pagarão as despesas estipuladas. Entre estes últimos chamou a atenção um filho do Sr. Visconde de Lages. Em seguida visitaram suas Magestades e Alteza o edifício e seus anexos.

No dormitório dos alunos estão preparados modestas, mas comodamente, sessenta leitos e mais arranjos para outros tantos internos. Acha-se apercebido quanto mister ao seu aceio e tratamento higiênico. Sobre as paredes das salas destinadas a estudo lêem-se em letras maiúsculas, entre outras, as seguintes sentenças: “Para que a agricultura prospere é preciso que ela guarde para si sua inteligência, seus capitais e seus braços”, “A ciência colige os fatos, a teoria explica-os, mas só a prática os pode reproduzir”, “Em agricultura nada pode haver de absoluto, a própria rotina tem sua justificação”, “A conservação das matas é não só necessária ao bem estar da humanidade, como á fertilidade e defesa da pátria”, “A agricultura deve prevenir em tempo as necessidades dos operários, animais e material”.

A exposição dos produtos enviados de diversas localidades pouco avulta. Se as solicitações da diretoria fossem recebidas como mereciam, seria muito para admirar-se a coleção de objetos da indústria mineira. Este juízo se ofereceu espontaneamente a quantos observaram o pouco que estava presente.

Além das amostras de mineralogia, do maior merecimento, enviadas por uma companhia inglesa de mineração, a única que compreendeu o apelo da diretoria, atraíram a atenção dos observador excelente lã de carneiros merinos, café, fumo, cerveja das fabricas de Petrópolis e Juiz de Fora, cobertores de lã primorosamente bordados, arreios para cavalos e mate muito bom, colhido e preparado em Barbacena.

Não menosdignos de reparo são os cavalos reprodutores, de pura raça inglesa e percheron, lindas vacas e possantes touros, carneiros admiráveis pela quantidade e qualidade de lã, assim como pela sua utilidade com relação ao alimento do homem. Todos estes animais foram os adqueridos para o serviço da escola, assim como as diveras espécies de aves, entre as quais sobresaem galinhas e belas pelo volume e plumagem. Da exposição fazem parte igualmente diversos cavalos e bois. Em geral havia que apreciar em toda a elegancia das formas, porém, distinguam-se, um procedente da caudelaria do Sr. Ferreira Lage, de sangue arabe, outro de tal beleza, que um entendido estava disposto a compra-lo á primeira oferta por 1:000\$000, e um pequirá gentil pela graça de seu movimento, sua cor e gordura. A exposição podera ter sido muito melhor na qualidade e quantidade dos objetos. Mas como tentamen, ser for auxiliado por novos estímulos e principalmente pela persistência invencível do Sr. Ferreira Lage, promete muito para o futuro.

A tarde, 4 e meia horas, assistiram suas Magestades a uma corrida de cavalos. Encaminharam-se depois á cidade, onde visitaram diversos edificios públicos. De volta, foram ver a magnifica iluminação da escola agrícola, que produzia o mais agradável efeito, observada a certa distância. Honraram depois com as suas Magestades presença um concerto dado pelo Sr. Sydow e três filhos seus no hotel União. Merece menção este vasto estabelecimento não só pela sua elagancia externa, pelo aceio conforto do interior, pelo jardim ornado de abundante repucho, senão também pela circunstância de ter sido construido em pouco mais de seis meses. No dia 25 suas Magestades Imperiais foram examinar os trabalhos feitos nos terrenos anexos a escola agricola viram a rega pelo arado simples e pela charrua, a aplicação do melhor e mais economico sistema de irrigação, a distribuição da terra para as diveras culturas, assim como uma plantação de fumo, adjacente á fábrica em que se convertem as folhas em cordas por um processo e mecanismo usados pelo celebre Daniel do Rio Novo, tão conhecido dos apaixonados do bom cigarro.

ANEXO D - Fotografia Escola Agrícola União Indústria:



Fonte: APM- Arquivo Público Mineiro